



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA



MAYRA LABORDA SANTOS

"SE TEM O TURISMO, PRA QUE SE MATAR FAZENDO ROÇA?"
DINÂMICAS DE TRABALHO NO TURISMO EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA RDS
DO UATUMÃ/AMAZONAS

MANAUS-AM

2025

MAYRA LABORDA SANTOS

"SE TEM O TURISMO, PRA QUE SE MATAR FAZENDO ROÇA?"
DINÂMICAS DE TRABALHO NO TURISMO EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA RDS
DO UATUMÃ/AMAZONAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para a obtenção do grau de Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Área de Concentração: Dinâmicas Socioambientais.

Orientadora: Prof^ª Dra. Elenise Faria Scherer
Co-orientadora: Prof^ª Dra. Jocilene Gomes da Cruz

MANAUS-AM

2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S237s Santos, Mayra Laborda
"Se tem o turismo, pra que se matar fazendo roça?": dinâmicas de trabalho no turismo em comunidades ribeirinhas da RDS do Uatumã/Amazonas / Mayra Laborda Santos. - 2025.
284 f. : il., color. ; 31 cm.

Orientador(a): Elenise Faria Scherer. Coorientador(a):
Jocilene Gomes da Cruz.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus, 2025.

1. turismo de pesca. 2. turismo de base comunitária. 3. trabalhadores. 4. trabalho. 5. Amazônia. I. Scherer., Elenise Faria. II. Cruz, Jocilene Gomes da. III. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. IV. Título

MAYRA LABORDA SANTOS

**“SE TEM O TURISMO, PRA QUE SE MATAR FAZENDO ROÇA?”
DINÂMICAS DE TRABALHO NO TURISMO EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA
RDS DO UATUMÃ/AMAZONAS**

Tese aprovada pela banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, na Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Aprovada em: 23 de junho de 2025 por:

Profa. Dra. Elenise Faria Scherer - Presidente
PPGCASA/ UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Ernest Cañada Muller – Membro externo
Universitat de les Illes Balears

Profa. Dra. Bruna Ranção Conti – Membro externo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Profa. Dra. Glaubécia Teixeira Da Silva – Membro externo
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo Da Cruz – Membro externo
PPGEOG/UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Marília Gabriela Gondim Rezende – Membro interno
PPGCASA/ UFAM - Universidade Federal do Amazonas

MANAUS-AM
2025

À mais sublime joia que já reluziu sobre esta Terra,
Dona Maria Aglair Laborda (*in memoriam*),
Por todo incentivo, amor e intercessão espiritual que me concedestes.
Não fui eu o teu presente — foste tu o meu, luz eterna.

AGRADECIMENTOS

Realizar uma tese é, por vezes, trilhar caminhos solitários, permeados de silêncios, incertezas e mergulhos profundos no desconhecido. Ainda assim, é também uma construção coletiva, tecida a muitas mãos, olhares atentos e gestos de cuidado. Cada pessoa, instituição e vínculo que me acompanhou nesta travessia deixou marcas singulares, tornando o percurso menos árido, intelectualmente mais denso e afetivamente mais acolhedor. A todos que contribuíram com apoio, escuta generosa e partilha de saberes, um rio Uatumã de gratidão genuína a vocês.

À minha amada família — minha mãe, minha avó, minha prima, meus irmãos e meus sobrinhos —, por todo o amor, cuidado e presença ao longo desta caminhada. O afeto de vocês foi força constante, sustentando-me nos momentos de cansaço e incerteza. Amo profundamente cada um, e carrego comigo a certeza de que não teria chegado até aqui sem esse vínculo incondicional.

À minha orientadora, professora Elenise Scherer, por sua orientação firme e comprometida. Seu rigor acadêmico foi fundamental para o amadurecimento deste trabalho e para o meu crescimento como pesquisadora.

À minha co-orientadora e amiga querida, professora Jocilene Gomes, que soube costurar ciência com sensibilidade. Sua escuta atenta e sua inteligência acolhedora tornaram esta jornada menos árdua e infinitamente mais humana. Você é mais que uma orientadora acadêmica, é orientadora emocional, psicológica e de vida.

Aos professores que compuseram a banca avaliadora, Bruna Conti, Ernest Cañada, Glaubécia Teixeira, Manuel Masulo da Cruz, Marília Gondim Rezende, agradeço pelas prestimosas contribuições, que enriqueceram significativamente esta pesquisa.

Ao professor Tijolo, pela presteza e paciência diante das demandas acadêmicas. Sua dedicação fez diferença em diversos momentos do processo. Você é a base do PPGCASA.

Aos amigos que tornam a vida mais leve e possível, meu muito obrigada. Em especial: Cassiana, Nathy, Rayanne, Camila, Rebeca, Kagele, Darlison e amigos do BORA, pelo carinho e pela companhia nas horas em que mais precisei respirar e sorrir.

Ao meu estimado amigo Luiz Carlos, carinhosamente chamado de Poinho, que me acompanhou nas jornadas de campo, oferecendo apoio técnico e, sobretudo, tornando os caminhos mais seguros e acolhedores. Em uma Amazônia ainda marcada por desafios para mulheres pesquisadoras, sua presença fez toda a diferença. Serei sempre grata.

Aos amigos da vida acadêmica — Dany, Ivan, Marina e Cecília —, por caminharem comigo com generosidade em meio aos desafios de um ambiente muitas vezes marcado pelo ego e pelo individualismo. Vocês foram/são apoio constante, oferecendo escuta atenta, ombro amigo também, reflexões e *insights* valiosos, que fortaleceram não apenas esta tese, mas a minha trajetória como pesquisadora.

Ao meu companheiro, Hugo, pelo suporte constante e pela presença afetuosa em todos os momentos. Sua parceria foi abrigo nos dias difíceis.

Aos moradores da RDSU, em especial à Dona Santa e sua família, que me acolheram com confiança e generosidade, minha sincera gratidão. Esta pesquisa não seria possível sem a escuta atenta às suas experiências e saberes. Sintam-se coautores deste trabalho.

À FAPEAM, pelo apoio financeiro que viabilizou esta pesquisa, fortalecendo o compromisso com uma ciência comprometida com os pesquisadores, sujeitos e territórios amazônicos.

À SEMA, pela autorização para a realização do trabalho de campo.

À FAS e ao IPAAM, pelo compartilhamento de informações e pela disponibilidade de seus representantes para entrevistas - contribuições fundamentais para o aprofundamento e a legitimidade desta pesquisa.

Ao NEICAM, pelo chão coletivo e pelo espírito de grupo que abriga ideias, inquietações e sonhos. Com vocês, pude partilhar dúvidas, descobertas e caminhos. Obrigada por fortalecerem a pesquisa com escuta ativa e sensível às realidades amazônicas.

À AlbaSud, pelo acolhimento intelectual e político que ampliou meus horizontes e fortaleceu o olhar crítico e comprometido desta pesquisa. Obrigada por acreditarem na potência do conhecimento enraizado.

A Amazônia não está à venda. Os povos da floresta mantiveram a Amazônia preservada por milênios. Depois disso, só desmatamento e degradação. É hora de dar um basta! Reescrever a história e virar a chave do tempo para um futuro ambiental de respeito à floresta e a quem nela vive. Não é sangrando a Amazônia que se fará mais rica a sua gente. Até porque ela já oferece tudo que a sua gente precisa para viver. A Amazônia [é constituída] de vidas - passadas, presentes, futuras - girando na roda da evolução natural do cosmos. Vida gerando vida - na terra, na água e no ar. Que a COP30 não seja mais uma cópia de tudo que já se falou e não se fez. E que os povos da Amazônia tenham, definitivamente, o direito de decidir sobre o seu próprio destino (Israel Paulain, apresentador do Boi Garantido, na Abertura do 58º Festival Folclórico de Parintins).

RESUMO

Nas últimas décadas, o turismo consolidou-se como uma das principais estratégias associadas ao chamado “desenvolvimento sustentável” em áreas protegidas da Amazônia. Sob esse discurso, políticas públicas passaram a fomentar atividades turísticas como alternativa econômica para comunidades tradicionais, sem, contudo, considerar plenamente suas especificidades territoriais, modos de vida e formas de trabalho. Partindo desta constatação, a pesquisa tem como objetivo central compreender as dinâmicas de organização do trabalho no turismo de pesca e as alterações que ocasionam nos modos de vida ribeirinhos e na regulação do metabolismo social na Comunidade Bela Vista, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (RDSU). No plano metodológico, adotou-se uma abordagem qualitativa, norteada pela perspectiva crítica. Realizaram-se dois trabalhos de campo empírico na RDSU, em 2022 e 2023, envolvendo conversas informais, entrevistas narrativas e semiestruturadas com os trabalhadores do turismo, moradores da comunidade e representantes de instituições do terceiro setor atuantes na região. A observação do cotidiano de vida e trabalho durante a temporada de pesca esportiva, aliada aos registros em caderno de campo, forneceu dados relevantes para a composição da análise. Os achados revelam que o turismo de pesca, longe de oferecer uma solução harmoniosa entre conservação ambiental e desenvolvimento local, opera como um mecanismo de reconfiguração territorial que impõe novas hierarquias, dependências e formas de exploração. Os trabalhadores ribeirinhos são inseridos em circuitos econômicos marcados pela informalidade, subordinação e ausência de direitos trabalhistas. A retórica institucional da sustentabilidade encobre a lógica da mercantilização da natureza e da cultura. Nesse cenário, a figura do “estranho” — como a Usina Hidroelétrica de Balbina, a institucionalização da RDSU e o próprio turismo - introduz lógicas e expectativas alheias ao território, interferindo nas formas de organização comunitária e reconfigurando os modos de vida locais em função das demandas do mercado e das políticas públicas. Embora legitimadas pelo discurso do desenvolvimento local e da conservação, tais intervenções frequentemente reforçam assimetrias históricas e promovem uma colonização simbólica dos saberes e práticas locais. A pesquisa contribui teórica e empiricamente para o debate sobre turismo, trabalho e conservação na Amazônia ao evidenciar como o suposto modelo de sustentabilidade turística promovido na região é ancorado em dispositivos neoliberais de gestão da vida e do trabalho. Ao revelar como políticas públicas e lógicas de mercado se entrelaçam para moldar subjetividades empreendedoras e reforçar estruturas de dependência, a tese propõe uma reflexão crítica sobre os sentidos do trabalho, da natureza e da participação nos projetos de “desenvolvimento” impostos às comunidades tradicionais amazônicas. Conclui-se pela construção de formas de governança territorial e de políticas públicas que reconheçam a centralidade do trabalho, da justiça social e da autodeterminação das comunidades tradicionais no enfrentamento das desigualdades socioambientais que marcam a Amazônia. Nesse sentido, o turismo de base comunitária e as experiências de economia solidária despontam como alternativas capazes de tensionar a lógica vigente, ao valorizar saberes locais, fortalecer a autonomia comunitária e favorecer novas formas de regulação do metabolismo social da natureza.

Palavras-chave: turismo de pesca. turismo de base comunitária. trabalhadores. trabalho. Amazônia.

ABSTRACT

In recent decades, tourism has become consolidated as a strategy for sustainable development in protected areas of the Amazon. Under this discourse, public policies have increasingly promoted tourism activities as an economic alternative for traditional communities, without, however, fully considering their territorial specificities, ways of life, and modes of labor. Based on the observation that scientific production on tourism in conservation units tends to emphasize economic aspects to the detriment of social and labor dimensions, the research aims to understand the dynamics of work organization in fishing tourism and the changes they cause in riverside lifestyles and in the regulation of social metabolism in the Bela Vista Community/RDSU. At the methodological level, a qualitative approach is updated, guided by a critical perspective. Two empirical fieldworks were carried out in the RDSU, in 2022 and 2023, including informal conversations, narrative and semi-structured interviews with tourism workers, community residents and representatives of third sector institutions that operate in tourism in the RDSU. Furthermore, observation of daily life and work during sport fishing, combined with field notebooks, provided relevant data for the composition of the critical analysis. The results reveal that fishing tourism, far from representing a harmonious solution between environmental conservation and local development, functions as a mechanism for reconfiguring the territory that imposes new demands, dependencies and forms of exploitation. Local workers, most of whom belong to riverside communities, are inserted in economic circuits marked by informality, subordination and lack of labor rights. The institutional rhetoric of sustainability encompasses the logic of the commodification of nature and culture. In this scenario, the figure of the “stranger” — the Balbina Hydroelectric Power Plant, the institutionalization of the RDSU, the arrival of tourism and many others — acquires centrality: these are the agents that introduce logics and expectations external to the territory, interfere in the forms of community organization and reconfigure local ways of life according to market demands and public policies. Their presence, although legitimized by the discourse of local development and nature conservation, often reinforces historical asymmetries and promotes a symbolic colonization of community knowledge and practices. The research contributes to the debate on tourism, work, and conservation in the Amazon by highlighting the limits of the sustainability paradigm when anchored in neoliberal mechanisms of managing life and work. By revealing how public policies and market logic intertwine to shape entrepreneurial subjectivities and strengthen structures of dependency, the thesis proposes a critical reflection on the meanings of work, nature, and participation in “development” projects imposed on traditional Amazonian communities. It is concluded that there is an urgent need for models of territorial governance and public policies that recognize the centrality of work, social justice, and the self-determination of traditional communities in addressing the socio-environmental inequalities that characterize the Amazon biome.

Keywords: fishing tourism. community based tourism. workers. work. Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Festa da Escola	Figura 2: Festa dos Piloteiros	38
Figura 3: Entrevistas com os interlocutores da Comunidade Bela vista		39
Figura 4: Processo de análise dos dados		42
Figura 5: Percurso metodológico da tese		43
Figura 6: Mapa de localização da Comunidade Bela Vista		45
Figura 7: Porto do Ramal da Morena (Entrada via Polo 03)		46
Figura 8: Sede da Comunidade Bela Vista		48
Figura 9: Pousada Aruanã		48
Figura 10: Pousada Boto		49
Figura 11: Pousada Curimatã		49
Figura 12: Mapa de Localização das Pousadas da Comunidade Bela Vista		50
Figura 13: Área de Campina na Comunidade Bela Vista		55
Figura 14: Campinarana na Comunidade Bela Vista		56
Figura 15: Floresta de Igapó na Comunidade Bela Vista		56
Figura 16: Casa em Área de Terra Firme com Marcas de Alagamento		57
Figura 17: Sede da Comunidade Bela Vista		59
Figura 18: Escola Municipal Paulo Oliveira de Brito da Comunidade Bela Vista		62
Figura 19: Centro Comunitário de Bela Vista		62
Figura 20: Igreja Evangélica Assembleia de Deus da Comunidade Bela Vista		63
Figura 21: Futebol na comunidade		64
Figura 22: Mapa da Bacia do Uatumã		67
Figura 23: Artefatos encontrados por moradores da RDS do Uatumã		68
Figura 24: Maloca Waimiri-Atroari às margens do Rio Alalaú		71
Figura 25: Ubás, canoas dos Waimiri-Atroari		71
Figura 26: Desenho Waimiri-Atroari*		75
Figura 27: Desenho feito por um Waimiri- Atroari entre 1985 e 1986*		75
Figura 28: Comparação do território tradicional com as demarcações posteriores em 1971 e 1989 em favor dos empresários		79
Figura 29: Paliteiros/Cacaias (conjuntos de árvores mortas) de Macacarecuias no Rio Uatumã		82
Figura 30: Indígenas Waimiri-Atroari às margens da BR-174		84
Figura 31: Integrantes do MAB fazem passeata contra o fechamento do hospital do distrito de Balbina em 2019		96
Figura 32: Ilhas formadas após a inundação de Balbina		99
Figura 33: Conjunto de draga, balsa e rebocador explorando seixo no Rio Uatumã		100
Figura 34: Trecho de notícia sobre extração de seixo no Rio Uatumã - Jornal Acrítica em 1996		101
Figura 35: As três formas de turismo predatório na RDSU		104
Figura 36: Barco-hotel privado que adentra a RDSU		105
Figura 37: Área e número de UCs por ano de criação		118
Figura 38: Área e Ano de Criação das RDS Estaduais do Amazonas		120
Figura 39: Regras da Pesca Esportiva de 2022 exposta em uma pousada comunitária		143
Figura 40: Linha do Tempo do Turismo no Rio Uatumã		144
Figura 41: Criação de Porcos		147
Figura 42 e Figura 43: Roça de Mandioca		150
Figura 44 e Figura 45: Pescaria no Lago Tucumanduba		152

Figura 46: Barco grande e batelão ao lado	153
Figura 47: Retirada de castanha para alimentação	156
Figura 48: Processo produtivo das atividades de trabalho tradicionais.....	157
Figura 49: Processo produtivo das atividades de trabalho tradicionais atualizado	159
Figura 50: Projeto da Torre Atto na Escola Figura 51: Torre ATTO.....	161
Figura 52: Estrutura do sistema produtivo do Turismo na RDSU.	168
Figura 53: Turistas e Piloteiro Pescando	173
Figura 54: Lanchas para pescaria esportiva.....	173
Figura 55: Condições de Trabalho no Turismo na RDSU.....	181
Figura 56 e Figura 57: Pescaria em família no Lago do Tucumanduba (RDS do Uatumã).....	183
Figura 58 : Cozinha da Pousada Boto	185
Figura 59: Cozinha das Pousadas Aruanã	186
Figura 60: Layout do Ambiente da Cozinha*	186
Figura 61: Estimativa de turistas por temporada na Comunidade Bela Vista e na RDSU.....	189
Figura 62: Processo Produtivo do Turismo na RDSU.....	192
Figura 63: Formas de Gestão das Pousadas na RDSU	203
Figura 64: Base de Fiscalização do DEMUC/SEMA Polo 3	221

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição das idas à Comunidade Bela Vista de acordo com a data e o objetivo	36
Quadro 2: Descrição dos interlocutores da pesquisa	40
Quadro 3: Unidades de Conservação do Amazonas (1979-2024).....	119
Quadro 4: Faturamento das Pousadas da Comunidade da Bela Vista na Temporada.....	191
Quadro 5: Objetivos da tese e evidências de alcance.	224

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACRDSU	Associação Agroextrativista das Comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ATTO	Amazon Tall Tower Observatory
CEUC	Centro Estadual de Unidades de Conservação
CNPT	Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT),
CPQA	Centro de Proteção Ambiental
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DEMUC	Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação
EMPRETEC	Programa de Capacitação de Empreendedores
FAS	Fundação Amazonas Sustentável
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis:
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IUCN	International Union for Conservation of Nature
NCS	Núcleo de Conservação e Sustentabilidade
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAEA	Plano Ambiental do Estado do Amazonas
PBF	Programa Bolsa Floresta
PGAI	Plano de Gestão Ambiental Integrada (PGAI)

PGE/AM	Procuradoria Geral do Amazonas
PIATAM	Instituto de Inteligência Socioambiental Estratégica da Amazônia
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PPGCASA/UFAM	Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas
PZFV	Programa Zona Franca Verde
RADAM	Programa Radar Amazônia
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RDSU	Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã
RESEX	Reserva Extrativista
SCM	Sociedade Civil Mimirauá
SDS	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais
TBC	Turismo de Base Comunitária
TCLE	Termo de Livre Consentimento Esclarecido
UC	Unidade de Conservação
UHEB	Usina Hidroelétrica de Balbina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS E O LUGAR DA PESQUISA	30
2.1 DE QUE LUGAR FALA A PESQUISADORA?.....	30
2.2 PERCURSOS METODOLÓGICOS	33
2.3 O LUGAR E O SUJEITOS DA PESQUISA.....	44
3 MODOS DE VIDA NO UATUMÃ: A CHEGADA DOS “ESTRANHOS”?.....	65
3.1 OS PRIMEIROS REGISTROS DA PRESENÇA HUMANA NO RIO UATUMÃ	66
3.1.1 Os modos de vida Waimiri-Atroari no Uatumã	70
3.1.2 Os Waimiri-Atroari e os efeitos cruéis da manipulação cartográfica (BR 174, Pitinga e Hidroelétrica de Balbina)	73
3.2 “A GENTE VIVIA PELA NATUREZA”: AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO UATUMÃ.....	86
3.3 QUANDO NOVOS “ESTRANHOS” ENTRAM EM CENA NO UATUMÃ	90
3.3.1 O extrativismo do pau-rosa	90
3.3.2 A “herança” da UHEB.....	93
3.3.3 A mácula do turismo predatório.....	103
4 A PROTEÇÃO DA NATUREZA, A PESCA ESPORTIVA E OS ECOS NOS MODOS DE VIDA NO UATUMÃ: CONVIVENDO COM OS “ESTRANHOS”	107
4.1 A AMBIENTALIZAÇÃO DOS CONFLITOS COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA ESTADUAL NO AMAZONAS	108
4.1.1 O cenário atual das UCS no Amazonas.....	115
4.2 “AGORA O ESTADO LEMBROU DE NÓS?” A RDSU, A TRANSFIGURAÇÃO DO ESTADO E OS EFEITOS NOS MODOS DE VIDA	121
4.2.1 A criação da RDSU: “vieram no início com mentiras e falsas promessas”	121
4.2.2 “Agora a gente é reserva”	124
4.2.3 O processo de “transfiguração do Estado” na RDSU em tempos neoliberais	127
4.3 UM OUTRO ESTRANHO NAS UCS: O TURISMO	131
4.4 “A GENTE VIA QUE DAVA PRA GANHAR COM O TURISMO”: ORDENAMENTO DA PESCA ESPORTIVA E A PROMESSA DE SUSTENTABILIDADE	138
5 O MUNDO DO TRABALHO NO TURISMO E AS NOVAS FORMAS DE USO DA NATUREZA.....	146
5.1 O TRABALHO NA COMUNIDADE BELA VISTA.....	146
5.2 TRABALHO NO TURISMO	163
5.2.1 Condições de Trabalho	169
5.2.2 Gênero e Trabalho no Turismo.....	182
5.2.3 O turismo de pesca e as questões com os ganhos econômicos	188

5.3 PARA ONDE QUEREMOS CAMINHAR: ANSEIOS PELO RETORNO AO TRABALHO COLETIVO.....	199
5.4 O TRABALHO NA PESCA ESPORTIVA E A PRETENZA SUSTENTABILIDADE..	210
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	225
REFERÊNCIAS	234
ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA.....	250
ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DA SEMA	252
ANEXO C - DIÁRIO DE BORDO	254
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	255
APÊNDICE B –FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS PARA OS TRABALHADORES..	256
APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS PARA OS MORADORES ANTIGOS.....	262
APÊNDICE D – FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS PARA OS DONOS DE POUSADA	263
APÊNDICE E – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA O PRESIDENTE DA COMUNIDADE.....	270
APÊNDICE F – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA FAS	274
APÊNDICE G – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA IPAAM.....	276
APÊNDICE H – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA AGENTES DE VIAGEM..	278
APÊNDICE I – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO	279
APÊNDICE J – ROTEIRO FOTOGRÁFICO	279
APÊNDICE K – SÍNTESE DO PLANO PILOTO DE TURISMO COMUNITÁRIO	280

1 INTRODUÇÃO

Nas comunidades ribeirinhas amazônicas, o mundo do trabalho é, histórica e materialmente, pluriativo e nortado pelo tempo da natureza, em especial os fenômenos de subida e descida das águas dos rios¹. O trabalho ribeirinho é, em geral, caracterizado por um sistema solidário de trocas, marcado pela ajuda mútua entre os grupos doméstico-familiares, ou unidades de produção familiar, envolvendo rotinas de partilha e interdependência, além de parcerias no processo produtivo. Essas comunidades promovem um fluxo dinâmico que, ao mesmo tempo em que preservam princípios tradicionais, também inovam na recriação de práticas, saberes e habilidades (Chaves; Simonetti, 2020). O trabalho no turismo pode ser considerado como uma dessas inovações, que imprime novas lógicas e relações de trabalho nas comunidades ribeirinhas.

O conceito de ribeirinho emerge como uma construção social complexa, forjado na intersecção entre território, cultura, trabalho e natureza. Não se trata apenas de um marcador geográfico ou de um termo descritivo fechado ou excludente para designar grupos sociais que habitam às margens dos rios da Amazônia - podendo coexistir, por exemplo, com caboclo e campesino - mas, sim, como uma forma de pertencimento que se define pela centralidade do rio na organização da vida. A ribeiridade (Rente Neto; Furtado, 2015), aqui discutida sob uma perspectiva crítica, deve ser compreendida como uma forma de existência historicamente situada, que expressa modos específicos de produção e reprodução da vida, mediados pela água enquanto elemento estruturante da organização social e da identidade coletiva. Assim, a ribeiridade configura-se por uma intimidade profunda com os ciclos hidrológicos, os tempos da enchente e da vazante, e os saberes tradicionais que regulam os diferentes tempos sociais e modos de vida na Amazônia (Chaves, 2001; Fraxe; Pereira; Witkoski, 2001; Rente Neto; Furtado, 2015; Cruz, 2023).

A literatura clássica sobre o caboclo-ribeirinho-campesino da Amazônia (Galvão, 1951; Wagley, 1952; Sternberg, 1988) já apontava para essa organização social assentada em uma relação de interdependência com o ambiente. Contudo, estudos mais recentes avançam ao enfatizar o caráter político e histórico da ribeiridade, situando-a no contexto das disputas territoriais, da invisibilidade nas políticas públicas e das formas contemporâneas do trabalho no campo amazônico

¹ Na Amazônia, o ciclo das águas compreende "quatro estações" que regulam o calendário pluriativo de trabalho, a saber: "a enchente (subida das águas), a cheia (nível máximo das águas), a vazante (descida das águas) e a seca (nível mais baixo das águas). Nesse ambiente, constantemente submetido a fortes estresses, a biota e o homem amazônico desenvolveram os mais variados comportamentos adaptativos" (Pereira, 2007, p.15).

(Almeida, 1989; Fraxe *et al.*, 2001; Chaves; Simonetti, 2020; Cruz, 2023). Nessa linha, compreender a discussão teórico-conceitual sobre ribeirinho exige ultrapassar abordagens essencialistas e naturalizadas, que frequentemente romantizam a vida nos rios ou os colocam como sujeitos passivos diante das transformações socioeconômicas. Pelo contrário, trata-se de agentes sociais que constroem coletivamente estratégias de sobrevivência frente às pressões externas – sejam elas oriundas do avanço do capital, de políticas ambientais restritivas ou da turistificação de seus territórios. Embora “comunidades ribeirinhas” seja considerada uma categoria genérica, como nos lembra Almeida (1989), é, historicamente, adotada de forma paulatina pelos sujeitos como identidade coletiva de luta política e resistência às expropriações, o que justifica a nossa escolha de intitular os sujeitos desta tese, que se reconhecem e são reconhecidos, como ribeirinhos.

A partir da década de 1980, profundas transformações passaram a impactar a organização social do trabalho e as formas tradicionais de produção na Amazônia, atingindo a agricultura, a indústria e, particularmente, o setor de serviços (Castro, 1999), no qual o turismo está inserido. Nesse contexto, o turismo passou a se expandir vertiginosamente, tanto em estratégias/ formas – ecoturismo, turismo de base comunitária, etnoturismo – quanto em alcance territorial, chegando a regiões remotas e envolvendo povos e comunidades tradicionais, entre eles indígenas e ribeirinhos. Essa expansão foi acompanhada por discursos de sustentabilidade e inclusão produtiva, mas raramente mediada por políticas públicas estruturantes (Silva, 2016). Como resultado, o turismo passou a compor o rol de atividades pluriativas de autossustento dessas populações, sobretudo a partir dos anos 2000.

O *boom* de expansão do turismo na Amazônia resultou de políticas públicas que buscaram integrar a atividade turística às estratégias de desenvolvimento regional, promovendo a conservação ambiental e a geração de renda. Sob a promessa de reduzir mazelas sociais e preservar a natureza (Silva, 2016), o turismo foi apresentado como panaceia para as questões socioeconômicas e ecológicas enfrentadas pelos grupos sociais da região. Destacam-se, entre as iniciativas federais, os Planos de Turismo da Amazônia I e II (década de 1970), o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR, 1997) e o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA, 2002), que consolidaram o ecoturismo como política governamental. Em nível estadual, destacam-se os Programas Zona Franca Verde e Bolsa Floresta (2007), que promoveram o turismo de base comunitária (TBC) e o pagamento por serviços ambientais (Santos, 2019). Contudo, apesar do discurso sustentável, tais políticas foram marcadas

por contradições: em geral, desconsideraram as especificidades socioculturais das comunidades tradicionais, que limitaram a autonomia local e aprofundaram desigualdades históricas².

Nesse direcionamento, considerando as atratividades naturais dos países periféricos, sobretudo a beleza cênica dos ecossistemas tropicais, o turismo passa a ser impulsionado no Sul Global, a partir da década de 1960, como propulsor de geração de emprego e renda, dada a suposta alta empregabilidade do setor; e promotor de sustentabilidade ecológica. (Irving, 2006; Meliani; Gomes, 2010; Meliani, 2011; Gomes; Silva; Silva; 2002). No entanto, mesmo com o estabelecimento de parcas “ilhas de prosperidade”, a condição periférica dos países não foi superada, pois, na maioria deles, a possibilidade de ascensão de desenvolvimento é ilusória, uma vez que os ganhos econômicos não chegam às mãos dos trabalhadores envolvidos nas práticas ou atividades turísticas. Os estudos e pesquisas indicam que, na verdade, houve nos países periféricos uma substituição de antigas atividades econômicas por novas atividades ligadas direta ou indiretamente ao turismo, mantendo, em muitos casos, o mesmo processo de esfacelamento dos direitos sociais e degradação da natureza (Ouriques, 2012; Silva; Silva; Santos, 2021).

Na Amazônia, estudos (Cruz, 1999; Silva, 2016) revelam que o turismo acarreta impactos ao patrimônio natural e cultural, além da exclusão social e da intensificação de conflitos oriundos da expropriação de povos e comunidades tradicionais. Este cenário de efeitos deletérios ocorre também nas propostas ditas alternativas, com intenções de instaurar uma prática sustentável, como o ecoturismo e o turismo de base comunitária, que, em tese, detêm diretrizes como a conservação da natureza e a manutenção dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais. Assim, o incentivo estatal ao turismo em unidades de conservação revela-se contraditório: pretende reparar injustiças, mas reforça o controle sobre os territórios. Longe de ser uma solução, o turismo se torna ferramenta de dominação sob o discurso da sustentabilidade.

O turismo em unidades de conservação na Amazônia é notadamente marcado pela sazonalidade, que, em geral, acompanha o ciclo das águas dos rios, assim como as demais atividades de trabalho ribeirinhas. Em relação ao turismo de pesca, caso da Comunidade Bela Vista na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (RDSU)³, campo empírico desta tese, a

² Cabe destacar que o Ministério do Turismo somente foi criado em 2003, durante o primeiro governo do Partido dos Trabalhadores. Antes disso, as principais políticas e programas de turismo estavam atreladas ao Ministério/ Pasta que cuidava da pauta ambiental.

³ Tendo em vista a extensão territorial da RDSU, elegeu-se a Comunidade Bela Vista como campo empírico desta pesquisa, pois além de estar localizada próximo a uma das entradas da reserva, a um dos portões de entrada de Balbina, via Ramal da Morena, reduzindo os custos logísticos, é uma comunidade que possui três pousadas comunitárias e,

temporada turística contempla entre os meses de agosto e dezembro, período da vazante dos rios, a depender do nível do rio. A pesca esportiva na RDSU ocorre principalmente em função do tucunaré (*Cichla spp.*), espécie muito valorizada por pescadores esportivos.

O turismo de pesca, conforme definição do Ministério do Turismo (2010), compreende o conjunto de atividades turísticas voltadas à prática da pesca amadora, especialmente na modalidade esportiva. De acordo com essa concepção, dois elementos são essenciais para caracterizá-lo: (a) o deslocamento do turista de sua residência habitual com o objetivo de pescar; e (b) a observância de regras específicas da pesca esportiva no formato “pescue e solte”, voltadas à minimização dos impactos sobre a ictiofauna e à proibição de comercialização do pescado. Essa modalidade de pesca é, portanto, promovida sob a retórica de prática ambientalmente responsável e alinhada aos princípios do turismo sustentável.

Entretanto, a própria formulação institucional do significado do turismo de pesca revela inconsistências e generalizações que exigem análise crítica. O Ministério do Turismo trata, de forma indistinta, as categorias “pesca esportiva” e “pesca recreativa”, equiparando ambas à pesca amadora. No entanto, o Decreto Estadual do Amazonas nº 39.125, de 14 de junho de 2018, que regulamenta a pesca amadora no Amazonas, distingue essas categorias: a pesca recreativa é geralmente praticada por moradores locais e excursionistas, com uso mínimo ou inexistente de serviços turísticos; enquanto a pesca esportiva está diretamente vinculada ao mercado do turismo, envolvendo infraestrutura, serviços especializados e fins comerciais. Neste estudo, portanto, entende-se a atividade de pesca amadora esportiva como motivação e finalidade do turismo de pesca.

Durante a temporada turística, diversas comunidades da RDSU reorganizam sua rotina para atender às demandas do turismo. As pousadas comunitárias, muitas vezes fechadas fora da alta temporada, são reativadas para receber turistas, majoritariamente oriundos das regiões Sul e Sudeste do Brasil, além de estrangeiros, especialmente do Japão e dos Estados Unidos. Nesse contexto, observa-se uma reconfiguração temporária do cotidiano local, com a inserção de novas práticas e relações sociais mediadas pela atividade turística. Contudo, esse processo implica o deslocamento, ainda que parcial e sazonal, de formas tradicionais de vida e trabalho. Os ribeirinhos, cujo autossustento historicamente depende da pluriatividade — combinando pesca, agricultura,

portanto, um intenso envolvimento com o turismo. Desse modo, acredita-se que as imersões nessa comunidade serão capazes de alcançar a saturação qualitativa da pesquisa, não necessitando deslocamento a outras comunidades da reserva.

extrativismo, coleta e caça —, são deslocados de suas funções para atender as demandas turísticas. Pescadores, agricultores e donas de casa assumem papéis como cozinheiras, arrumadeiras, gestores de pousadas e barco-hotéis, operadores de turismo e piloteiros⁴. Dessa forma, o turismo passa a compor o calendário ecológico de trabalho das comunidades da RDSU, inserindo-se de modo estratégico nas dinâmicas locais.

Opto, neste estudo, por adotar o termo calendário ecológico amazônico para designar o chamado "calendário anual de trabalho ribeirinho", que compreendo como uma organização temporal que se estrutura a partir do ciclo hidrológico da Amazônia e do ritmo da natureza. O calendário ecológico busca evidenciar a relação simbiótica entre comunidades ribeirinhas e a natureza, destacando como essa interação contribui para a manutenção do equilíbrio ecológico da Amazônia. A noção de calendário ecológico ultrapassa uma simples marcação de tempo: trata-se de um sistema cultural e produtivo que integra práticas sociais, saberes tradicionais e estratégias de reprodução material da vida.

No entanto, é necessário problematizar generalizações que tendem a homogeneizar as experiências ribeirinhas. A dinâmica de trabalho nessas comunidades varia significativamente conforme os contextos ambientais — várzea, terra firme ou rios⁵ —, os ciclos das culturas agrícolas e as atividades econômicas predominantes, que incluem pesca, extrativismo e, mais recentemente, o turismo. Essas variações espaciais e temporais mostram que nem todas as comunidades compartilham uma única lógica de organização do trabalho, sendo marcada por especificidades locais, tensionadas por políticas públicas, demandas do mercado e transformações ambientais. Ainda assim, conforme Chaves e Simonetti (2020), é possível reconhecer traços comuns que atravessam as fronteiras territoriais, sobretudo no que diz respeito à centralidade da natureza como reguladora da vida social e econômica. O calendário ecológico amazônico, nesse sentido, funciona como um conceito que permite apreender padrões de organização social, modos de uso do território

⁴ Na RDSU, destaca-se a atuação dos chamados operadores de turismo e piloteiros, categorias emergentes que traduzem a reorganização produtiva das comunidades locais frente à economia turística. Os operadores de turismo, em geral moradores da Vila de Balbina, desempenham funções logísticas essenciais: recebem os turistas no aeroporto ou nos hotéis e os conduzem até o porto da Morena, ponto de entrada para o Rio Uatumã. A partir daí, os piloteiros — ribeirinhos que tradicionalmente dominam a navegação local — assumem o transporte fluvial até as pousadas comunitárias.

⁵ De acordo com Scherer (2004), a região amazônica possui dois padrões de ecossistemas, quais sejam: a) várzea: áreas localizadas em partes baixas em relação ao curso do rio, que sofrem inundações em épocas de chuva e de cheia dos rios amazônicos durante alguns meses do ano; b) terra firme: áreas relativamente altas em relação ao curso do rio, ocupadas por florestas não sujeitas a inundações. Esses dois tipos de ecossistemas compõem, portanto, um mosaico terra-água. Nesta tese, o lócus do estudo, Comunidade Bela Vista, encontra-se em um ecossistema de terra firme.

e estratégias de reprodução da vida que, embora distintos em suas expressões concretas, partilham uma matriz de racionalidade ecológica.

Além do calendário ecológico, há outros eventos que afetam incisivamente, em alguns casos irreversivelmente, os modos de vida e o trabalho na Amazônia, dentre eles estão os chamados megaprojetos desenvolvimentistas (Fearnside, 1997; Becker, 2012), a criação de unidades de conservação e o próprio turismo. De acordo com a perspectiva de Martins (1993), intitula-se, nesta tese, esses eventos como “estranhos”. O “estranho” seria aquele que vem de fora, aquele que pertence a outro mundo social e que causa desencontro, estranheza e resistência. Na história da Amazônia, o “estranho” ocasiona impactos em povos e comunidades tradicionais, não só invade seus territórios, saqueando, pilhando e expropriando, “mas também quebra linhagens de família, destrói relações sociais, clandestiniza concepções culturais, valores, regras - intrínsecos e indispensáveis para a sobrevivência e reprodução desses indivíduos” (Martins, 1993, p. 12). Ao imergir e vivenciar o cotidiano na RDSU, alguns “estranhos” saltam aos olhos: a construção da Usina Hidroelétrica de Balbina, iniciada em 1979, com geração de energia a partir de 1989; a chegada do turismo, na década de 1980; a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, em 2004; e, o processo de ordenamento do turismo, iniciado nos anos 2000 e em curso até os dias atuais.

No trabalho do turismo de pesca, os trabalhadores e trabalhadoras dedicam cerca de 8h/14h diárias para acompanhar turistas, preparar alimentos, arrumar e limpar as pousadas e lidar com essa dinâmica do turismo em seus territórios. Além disso, quando se trata de famílias proprietárias de pousadas, o período de dedicação ao turismo é superior, chegando a 8 meses por ano, uma vez que se dedicam às atividades burocráticas de liberação de documentos, autorizações ambientais, reformas, ampliações e demais atividades atinentes a um gerenciamento de hospedagem. Sem nenhuma relação contratual, aqui me refiro à legislação trabalhista brasileira, tanto das agências com as famílias proprietárias de pousadas, tanto das famílias proprietárias com os trabalhadores (guias, arrumadeiras, cozinheiras), os ganhos são repassados em formato de diárias, com valores definidos pelos proprietários de pousadas. Portanto, quanto mais vezes um trabalhador for “chamado” por um proprietário de pousada, maior será o número de diárias que ele receberá.

Vale destacar que, o trabalho no turismo em unidades de conservação deve, em tese, ser norteado pelos planos de gestão e uso público, documentos técnicos previstos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000), que o submete a uma série de

parâmetros que, teoricamente, deveria guiá-lo sob uma perspectiva sustentável. Por exemplo, há especificações quanto às formas e às modalidades de turismo que podem ser desenvolvidas em cada unidade de conservação, a depender do grupo e categoria aos quais se enquadra. Constam, também, que as atividades de turismo devem estar alinhadas à conservação da natureza e aos interesses locais, o que, conseqüentemente, dará o tom da dinâmica de trabalho. É preciso, portanto, considerar formas e condições de trabalho que levem em conta o metabolismo da natureza⁶, mas com olhares que considerem os saberes e fazeres locais.

Uma miríade de estudos do turismo debruçou-se sobre os impactos ambientais (ecológicos, econômicos e sociais) nos territórios dos povos e comunidades que desenvolvem a atividade turística (Dias, 2019); outros quanto à gestão (Santos, 2019); formação e qualificação profissional (Silva, 2019); marketing e imaginário (Silva; Perinotto, 2015). Uma revisão sistemática da literatura (Silva *et al.*, 2022) indica, no entanto, um viés economicista da maioria desses estudos, mesmo naqueles desenvolvidos no âmbito do turismo de base comunitária, que, em tese, pressupõem a participação ativa e colaborativa da comunidade enquanto trabalhadores. Ainda que utilizem bases teórico-metodológicas interdisciplinares, oriundas da sociologia, geografia e antropologia, há um predomínio de abordagens marcadas por um viés funcionalista, que privilegiam os benefícios financeiros do turismo em detrimento de suas múltiplas dimensões sociais, culturais, políticas e ambientais. Essa tendência contribui para uma análise fragmentada do turismo, ao separar seus aspectos econômicos de seu caráter como fenômeno socioespacial, o que acaba por obscurecer a complexidade dessa prática, conforme argumenta Fratucci (2014). Atividade e fenômeno convergem em um par dialógico que não pode ser estudado de maneira fragmentada.

Ainda mais preocupante é a escassez de estudos que tenham como foco central o trabalho, os trabalhadores e suas condições no contexto do turismo, sobretudo em espaços não urbanizados. A produção acadêmica tem se voltado majoritariamente a ambientes urbanos e setores como hospedagem, alimentação, agências de viagem e turismo e cruzeiros marítimos, quase sempre a

⁶ As noções marxiana e marxista de metabolismo social, em síntese, dizem respeito à interconectividade dialética entre homem e natureza. “O homem vive da natureza [...] a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de permanecer em constante processo para não morrer” (Marx, 2015, p. 210). Para regular o metabolismo da natureza é necessário, portanto, que o homem regule o seu próprio metabolismo (social), uma vez que o homem é uma parte da natureza. Para Foster (2005), o conceito de metabolismo traduz a relação homem-natureza, que contempla as condições impostas pela natureza e a capacidade do homem de alterar essa dinâmica. Portanto, regular o metabolismo é encontrar um equilíbrio nesse processo, de modo a prover o autossustento do homem, sem causar danos irreversíveis à natureza.

partir de um enfoque utilitarista, preocupado em adaptar o trabalhador à lógica produtiva, valorizando sua performance em benefício do capital. É sempre sobre como o trabalhador pode contribuir para um melhor ambiente de trabalho e ter um maior desempenho, gerando, conseqüentemente, maiores lucros para seus empregadores. Essa abordagem esvazia o debate sobre os direitos laborais e oculta as formas de precarização que atravessam o cotidiano desses sujeitos. Na contramão desses estudos, existe a chamada corrente crítica do turismo (Silva; Silva; Santos, 2020; Teberga, 2021; Gomes; Silva; Silva, 2002; Meliani; Gomes, 2010; Meliani, 2011), na qual os estudos evidenciam a precariedade dos empregos e confrontam diretamente o discurso hegemônico que apresenta o turismo como promotor de oportunidades e inclusão social, conforme assevera Teberga (2021).

No contexto amazônico, esse apagamento na literatura científica se agrava. As discussões sobre trabalho no turismo aparecem diluídas em pesquisas sobre modos de vida, territorialidades e impactos de grandes empreendimentos, como hidroelétricas. Embora muitos desses estudos abordem, ainda que de forma indireta, os trabalhadores, raramente os termos “trabalho” e “trabalhadores” figuram explicitamente em seus títulos, resumos ou palavras-chave. Uma busca sistematizada em bases regionais — como TEDE/UFAM, Repositórios do INPA, UEA e RIPA/UFPA — possibilitou reunir contribuições fundamentais, mas ainda fragmentadas, para compreender as relações entre turismo, trabalho e modos de vida ribeirinhos. Quando se trata especificamente da pesca esportiva, o cenário é ainda mais escasso: a base “Publicações em Turismo” registra apenas quatro estudos sobre trabalhadores da pesca esportiva, com poucos deles abordando diretamente as condições de trabalho ou a ausência de direitos sociais desses profissionais (Rabelo *et al.*, 2017; Costa; Furtado, 2015; Roquette *et al.*, 2010; Vitória; Vianna, 2016).

Na tentativa de amplificar a busca, ao seguir as indicações de Santos e Conti (2019) sobre os estudos de turismo serem publicados em periódicos de outras áreas, realizamos uma busca na base do Google Acadêmico. Mesmo assim, os achados revelam poucos trabalhos que se debruçam sobre os trabalhadores da pesca esportiva na Amazônia. Dentre os estudos mais significativos estão o de Souza e Cañete (2016), Ribeiro *et al.* (2020), Lopes (2022b) e Oliveira (2013). Além disso, são raras as investigações com orientação socioantropológica que levem em conta os saberes locais, as relações entre trabalhadores e turistas, e os efeitos simbólicos e materiais do turismo sobre os modos de vida ribeirinhos.

Esses dados nos levam a corroborar com a percepção de Teberga (2021). Para a autora, estudos que evidenciam as qualidades dos empregos gerados pelo turismo são uma ameaça ao discurso de alta empregabilidade do setor, pois denunciam a precariedade das condições de trabalho. Some-se a isso, o fato de o turismo ser visto como principal vetor de sustentabilidade financeira para comunidades tradicionais em unidades de conservação. Não à toa, há uma lacuna dessa temática nos discursos políticos, nas pesquisas acadêmicas e até mesmo nas estruturas curriculares dos cursos de turismo. Afinal, a quem interessa escancarar os processos sociais que subjazem às práticas turísticas, sejam as condições de trabalho, sejam os impactos ambientais?

Contudo, embora algumas investigações abordem tangencialmente essa temática, a falta de estudos robustos direcionados ao trabalho no turismo em comunidades ribeirinhas, com viés crítico não mercadológico, representa uma lacuna significativa a ser investigada. Esta lacuna não é acidental, mas sintomática dos interesses que moldam a agenda científica e política do turismo, cuja recorrente valorização enquanto vetor de desenvolvimento esconde suas contradições sociais. Por esse motivo, propus-me a um mergulho nos modos de vida ribeirinhos do Uatumã, com a pretensão de desvelar os rearranjos socioterritoriais e as transformações nas relações de trabalho provocadas pelo turismo de pesca. Mais do que compreender uma atividade econômica/fenômeno socioespacial, pretende-se evidenciar as tensões entre sustentabilidade discursiva do turismo e os efeitos na materialidade dos modos de vida ribeirinhos.

O conceito de modos de vida pode ser entendido como a organização cotidiana de práticas sociais, econômicas e culturais que estruturam a existência de um grupo social. Essas práticas envolvem costumes, valores, tradições, crenças e conhecimentos que moldam tanto os vínculos familiares e comunitários quanto as relações de trabalho. Trata-se de um arranjo que orienta as formas pelas quais os indivíduos produzem, consomem e compartilham os bens necessários à sua sobrevivência, refletindo também suas percepções sobre o mundo e seu lugar nele (Tiriba; Souza, 2020).

Para Marx e Engels (2007, p. 87), “o que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção”, ou seja, os modos de vida estão diretamente vinculados à forma como os sujeitos produzem seu sustento. O trabalho, nesse sentido, é o elo fundamental entre homem e natureza, e sua análise permite desvelar as estruturas sociais mais amplas, atravessando não apenas as relações econômicas, mas também as políticas, familiares e comunitárias. A luta pelo trabalho e pela terra, como destaca Castro (1999), configura-se como expressão concreta dos projetos

políticos e das disputas por autonomia, sendo ambas dimensões inseparáveis no contexto das comunidades tradicionais.

Nesse panorama, a compreensão das transformações nos modos de vida exige mais do que uma descrição estática das práticas cotidianas: impõe uma análise crítica de suas dinâmicas. No caso do trabalho realizado em unidades de conservação de uso sustentável, como as reservas de desenvolvimento sustentável, tal reflexão torna-se ainda mais urgente. Quando o trabalho está diretamente relacionado à exploração da ictiofauna, como ocorre no turismo de pesca, surgem contradições entre conservação ambiental, reprodução econômica e transformação cultural. Para Foster (2017), qualquer debate sobre sustentabilidade e crise climática que ignore a centralidade do trabalho e dos trabalhadores está fadado à superficialidade. O metabolismo entre sociedade e natureza, na perspectiva do autor, só pode ser regulado mediante transformações profundas nas relações sociais de produção.

Dessa forma, a escolha do termo “dinâmicas” para intitular esta tese não é fortuita, mas analiticamente fundamentada. Ela busca captar os movimentos e as contradições que atravessam os modos de vida ribeirinhos diante da crescente incorporação do turismo em unidades de conservação amazônicas. Ao adotar o referencial da teoria social crítica, pretende-se apreender as condições históricas e materiais que moldam o trabalho nas comunidades ribeirinhas, partindo do pressuposto de que os trabalhadores constroem sua história a partir — e a despeito — das determinações que lhes são impostas (Paulo Netto, 2011). O desafio, portanto, é compreender como essas comunidades enfrentam, negociam ou resistem aos “estranhos” que impactam profundamente sua relação com a natureza, o território e o próprio sentido do trabalho.

Diante desse contexto, a pergunta de pesquisa é: como o trabalho no turismo de pesca interfere nas dinâmicas de organização social do trabalho e nos modos de vida da Comunidade Bela Vista, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã?

Parte-se da hipótese de que a inserção do turismo de pesca como atividade econômica na Comunidade Bela Vista, na RDSU, reconfigura as relações sociais de trabalho e transforma os modos de vida ribeirinhos, ao articular, de forma contraditória, imperativos mercadológicos e discursos conservacionistas. Tal articulação, ao mesmo tempo que mobiliza saberes tradicionais, subordina-os às lógicas do capital, intensificando processos de precarização laboral e de reordenamento socioterritorial.

Assim, o objetivo principal desta tese é: compreender as dinâmicas de organização social do trabalho no turismo de pesca e as alterações que ocasionam nos modos de vida ribeirinhos na Comunidade Bela Vista/RDSU.

Para tanto, tem-se como objetivos específicos:

- i. identificar os modos de vida dos ribeirinhos antes e após a chegada dos estrangeiros;
- ii. compreender a dinâmica histórica e material da RDSU, a partir da institucionalização da reserva e do ordenamento do turismo como novos usos da natureza;
- iii. caracterizar o trabalho no turismo de pesca;
- iv. mapear as principais mudanças materiais e simbólicas ocasionadas pelo turismo de pesca nos modos de vida da comunidade Bela Vista.

Esta tese justifica-se por intentar suprir a lacuna dos estudos sobre o trabalho no turismo, atinente não só à região amazônica, mas ao Brasil, conforme supracitado nos parágrafos anteriores que apresentaram a lacuna de pesquisa. Ao focalizar o turismo de pesca em unidades de conservação, este estudo propõe avançar sobre um campo pouco investigado, com pretensões de contribuir com uma abordagem crítica sobre a reestruturação dos modos de vida a partir da inserção do trabalho turístico em territórios ribeirinhos. Ademais, a presente tese se soma às poucas pesquisas que elegem a RDSU como campo empírico de investigação, ao constituir o terceiro estudo acadêmico sobre o turismo de pesca na região (Begrow, 2002; Santos, 2019); e uma das pioneiras a colocar o trabalho e os trabalhadores como eixo analítico central no contexto do turismo em unidades de conservação do Amazonas. A relevância desta pesquisa também reside em seu esforço para concretizar a interdisciplinaridade proposta, mas frequentemente negligenciada, nos estudos do turismo, dialogando com a Sociologia do Trabalho, a Ecologia Política, a Antropologia, as Ciências Ambientais e a Geografia Marxista.

Para além das supracitadas contribuições ao campo acadêmico, este estudo pretende também contribuir de maneira concreta para os moradores da RDSU, especialmente diante do contexto de invisibilização e negação de direitos historicamente enfrentado pelos trabalhadores do turismo de pesca. Ao evidenciá-los como sujeitos centrais na pesca esportiva e potenciais articuladores da regulação do metabolismo social da natureza, pretende-se reconhecer e fortalecer seu protagonismo sociopolítico.

No plano político, a tese tenciona provocar o poder público a repensar suas políticas públicas para o turismo na Amazônia, ultrapassando os discursos normativos da sustentabilidade e considerando as especificidades socioambientais e culturais dos territórios ribeirinhos. A pesquisa também pode atuar como ferramenta para fortalecer articulações coletivas dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, especialmente diante do papel que exercem como "guardiões da floresta"⁷.

Por fim, no âmbito social, considerando um retorno prático às comunidades da RDSU, este estudo apresenta um conjunto de produtos aplicáveis: o histórico da Comunidade Bela Vista, mapas sociais e territoriais, a elaboração de um plano piloto de turismo de base comunitária e sugestões práticas de melhorias na gestão e operação do turismo na RDSU. Ao colocar os trabalhadores e seus saberes no centro do debate, a tese aponta para a urgência de repensar a lógica da sustentabilidade no turismo de pesca em unidades de conservação amazônicas, propondo caminhos críticos e comprometidos com a justiça social e ambiental.

Assim, esta tese está estruturada em seis capítulos. O Capítulo 1 corresponde à introdução do trabalho, onde se delineiam a problemática, o objeto de pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos, a justificativa e a hipótese. Aponta-se também o conjunto de lacunas teóricas e empíricas que justificam a relevância do estudo, especialmente no que diz respeito à compreensão das relações entre turismo, trabalho e comunidades tradicionais na Amazônia.

O Capítulo 2 trata dos caminhos metodológicos trilhados, com ênfase nas escolhas teórico-epistemológicas orientadas por uma perspectiva crítica e qualitativa. São descritos o campo empírico — a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã — e os sujeitos sociais envolvidos na pesquisa, além de refletir sobre os desafios éticos e políticos da pesquisa em contextos amazônicos.

No Capítulo 3, realiza-se uma análise histórica e sociológica da chegada de diferentes "estranhos" — agentes externos como missionários, militares, ambientalistas e turistas — e dos efeitos dessas presenças sobre os modos de vida e os territórios ribeirinhos. Este capítulo busca compreender como esses “estranhos” produziram interferências materiais e simbólicas, reconfigurando relações de poder, produção e pertencimento.

⁷ Uma função de fiscalizador e guardador da natureza atribuída pelo poder público estadual àqueles que vivem nas unidades de conservação.

O Capítulo 4 examina criticamente o processo de institucionalização e ordenamento do turismo na RDS do Uatumã, com especial atenção à atividade da pesca esportiva. Analisa-se como os ribeirinhos foram incorporados a essa dinâmica, em grande parte como trabalhadores, ao mesmo tempo em que se reconfigura o papel do Estado — não mais apenas como regulador, mas como mediador e, por vezes, agente de interesses mercadológicos subsumido em políticas de “desenvolvimento sustentável”.

O Capítulo 5 apresenta os resultados empíricos da pesquisa, evidenciando as transformações nos modos de vida, nas formas de trabalho e nas estruturas comunitárias decorrentes da atividade turística. A partir da escuta dos sujeitos, identifica-se a complexidade das experiências vividas: os sentidos do trabalho, os conflitos, os rearranjos nas relações sociais e as tensões entre autonomia e dependência em um mercado marcado pela informalidade e assimetrias.

Por fim, o Capítulo 6 reúne as conclusões do estudo, retomando os principais achados e refletindo sobre suas implicações teóricas, metodológicas e políticas. Discutem-se também as limitações da pesquisa e propõem-se agendas futuras de investigação, com vistas a aprofundar os debates sobre turismo, justiça social, e o trabalho de comunidades tradicionais em contextos de conservação ambiental.

2 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS E O LUGAR DA PESQUISA

Fazer uma tese significa, pois, aprender a pôr ordem nas próprias ideias e ordenar os dados: é uma experiência de trabalho metódico; quer dizer, construir um "objeto" que, como princípio, possa também servir aos outros. Assim, não importa tanto o tema da tese quanto a experiência de trabalho que ela comporta (Umberto Eco).

2.1 DE QUE LUGAR FALA A PESQUISADORA?

Antes de adentrar na proposta do objeto da pesquisa e na escolha do percurso metodológico que orienta esta tese de doutorado, considero relevante expor brevemente minha trajetória pessoal e acadêmica, que me conduziu à RDSU. Opto, para tanto, por uma escrita em primeira pessoa, seguindo a orientação de Oliveira (1996), que defende a ideia de que o pesquisador não deve se esconder sob a capa da impessoalidade. No lugar de adotar uma retórica neutra e distanciada, é imprescindível destacar e distinguir as múltiplas vozes que compõem o cenário empírico da pesquisa, sem silenciá-las por meio de um discurso autoritário. Nesse sentido, adotar a primeira pessoa não é um artifício estilístico, mas uma decisão epistemológica que reconhece a centralidade do posicionamento do pesquisador na construção do conhecimento.

Ao adotar uma perspectiva crítica, reconheço a impossibilidade de uma pesquisa totalmente imparcial ou desprovida de contaminações, uma vez que "a familiaridade com o universo social constitui [...] o obstáculo epistemológico por excelência" (Bourdieu, *et al.*, 2010, p. 23). Assim, a primeira pessoa se torna uma ferramenta para refletir sobre a subjetividade que permeia minha experiência enquanto pesquisadora, reconhecendo o impacto mútuo entre mim, os interlocutores e o campo de estudo na tentativa de ruptura da "ilusão do saber imediato" (Bourdieu, *et al.*, 2010, p. 23). Este processo de construção de sentido, partindo de um lugar específico, é uma síntese única, marcada pelas minhas próprias vivências e perspectivas.

Compreendo o "lugar de fala", aportando-me principalmente em Alcoff (1991), como um ponto de partida para compreender quem fala e o lugar de onde se fala. Contudo, é preciso ter em mente que a bagagem cultural e política do interlocutor afeta diretamente a interpretação dos fenômenos sociais, influenciando o significado e a verdade do que é dito (Alcoff, 1991, p. 7). O reconhecimento de que minha própria localização social e acadêmica não é neutra, mas estruturante do processo investigativo, orienta a construção desta pesquisa. Ao partir do lugar em que me encontro, é natural que minha síntese analítica seja determinada por essa posição, da mesma forma

que, se me encontrasse em um outro lugar, uma nova síntese surgiria, refletindo outras dinâmicas e realidades.

Minha relação com a RDSU como campo empírico iniciou em 2016, quando realizei uma consultoria para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA) voltada à atualização do Plano de Uso Público da RDSU. Durante um ano de trabalho, desenvolvi dois períodos de campo: um de 40 dias, com o objetivo de levantar dados socioeconômicos e identificar as potencialidades turísticas da região; e outro de 7 dias, no qual realizei um grupo focal com cerca de 10 operadores de turismo, buscando entender a dinâmica do turismo na RDSU, desde a chegada dos turistas ao aeroporto de Manaus até sua hospedagem nas pousadas comunitárias ou barcos-hotéis. Durante o primeiro campo, percorri 15 das 21 comunidades da RDSU (não incluiu a Comunidade Bela Vista, campo empírico desta pesquisa), aplicando questionários e observando eventos culturais, como festas e torneios de futebol. No entanto, percebi uma distância significativa entre mim e os moradores, que me viam como alguém vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA), com a função de coletar informações que poderiam ser repassadas a instituições externas.

No segundo campo, com os operadores de turismo, a situação foi distinta. A maior parte dos entrevistados não residia na RDSU e, portanto, não compartilhava da mesma desconfiança em relação aos órgãos gestores da reserva. Isso me permitiu um acesso mais direto a discussões sobre conflitos locais e até denúncias de crimes ambientais.

Em 2018, retornei à RDSU como mestranda no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense (UFF). O campo empírico de 10 dias dessa nova pesquisa me apresentou um desafio bem mais complexo: a negociação da minha posição como pesquisadora acadêmica, distinta da minha atuação anterior como consultora institucional. Esse novo papel demandou uma série de ajustes, tanto na interação com os moradores quanto no acesso a documentos e informações institucionais. Percebi que deveria ressignificar minha presença na RDSU, apresentando-me novamente aos moradores e explicando que minha pesquisa não estava vinculada à SEMA ou a qualquer outra instituição. Foi necessário reiterar diversas vezes que as informações coletadas seriam utilizadas de forma anônima, sem repasse para gestores ou entidades externas.

Ainda assim, na tentativa de seguir uma metodologia "fechada", pré-estabelecida durante o projeto e a qualificação, levava prancheta, papel, caneta a todas as entrevistas. Apresentava o

Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TCLE) e pedia assinatura a todos os entrevistados. E tentava seguir um formulário semiestruturado de perguntas, estabelecendo, desse modo, uma atmosfera rígida e distante, entre entrevistador e interlocutor. Após três dias seguindo essa rotina, resolvi mudar minha forma de abordagem. Passei a levar apenas o gravador e solicitar a assinatura do TCLE após a entrevista. Tentava reiterar que não utilizaria as informações como forma de denúncia e que os gestores não teriam acesso às entrevistas.

Mas foi após a primeira semana que finalmente consegui acessar os interlocutores, minha presença já não era associada à SEMA, já tinha circulado por quase todas as áreas de sociabilidades das três comunidades pesquisadas: Comunidade Livramento, Comunidade Caribi e Comunidade Ebenezer – pertencentes ao Polo 2 da RDSU. Participei de um encontro dos jogos da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) no domingo, em que as comunidades do Polo que pesquisei se reuniram, e, à beira do campo, depois de um jogo de futebol, um agente ambiental voluntário se aproximou de mim e disse que queria conversar comigo, sem o gravador e sem assinatura. Foi então que, a partir das conversas informais, sem roteiro, sem gravador, eu pude obter as informações mais preciosas da pesquisa de mestrado.

No entanto, obtive dificuldades internas para desassociar pré-concepções adquiridas durante a atuação enquanto consultora, era preciso sempre estar atenta às armadilhas do campo, como enfatizam Beaud e Weber (2007). Realizar pesquisa em um campo conhecido requer atenção redobrada, para estranhar o familiar e tornar familiar o estranho (Velho, 1978). Fatos que nos parecem corriqueiros podem ser totalmente diferentes daquilo que acreditamos ser, apenas o olhar naquele momento nos direcionou para um entendimento limitado do fenômeno.

Além disso, a temporada de pesca só acontece uma vez ao ano, entre os meses de agosto e dezembro, o que inviabilizou minha participação, em razão do curto período de 24 meses para conclusão do mestrado. É preciso destacar a alternância dos meses da temporada de turismo que ocorre em função do ciclo das águas, se a cheia for intensa, o rio demora mais para baixar, o que acaba postergando a temporada para segunda quinzena de setembro até janeiro. Além disso, ocorre a influência da barragem da Usina Hidroelétrica de Balbina, que interfere diretamente nas cheias e nas secas do Rio Uatumã.

Em 2021, após participar de um grupo de estudo sobre trabalho no turismo, passei a me interessar pela temática, o que fez com que eu elaborasse o projeto do doutorado sobre o trabalho do turismo na RDSU. Em 2023, após a qualificação do projeto de doutorado, redimensionei os

objetivos e sujeitos da pesquisa, considerando as sugestões colocadas pela comissão avaliadora. Assim, em vez de pesquisar somente os piloteiros da pesca esportiva, ampliei o olhar para o trabalho e os trabalhadores do turismo na RDSU.

Ademais, entre 2019 e 2023, a RDSU passou por transformações significativas, exacerbadas pela pandemia da Covid-19. A introdução de novas formas de turismo, a atualização das regras de pesca e a eleição de novos membros para o Conselho Gestor da Reserva alteraram as dinâmicas locais. Durante o primeiro campo da pesquisa, em fevereiro de 2023, essas mudanças se tornaram ainda mais evidentes. O acesso à internet, a instalação de placas solares e a modificação nas rotinas de trabalho nas pousadas da Comunidade Bela Vista são exemplos de como as tecnologias alteraram a organização do turismo e a dinâmica social das comunidades, evidenciando a necessidade de novas pesquisas.

As teses de Ferreira (2010), Rodrigues (2012), Silva (2016), nos lembram a importância de manter-se em um mesmo campo de pesquisa por longos períodos, e a possibilidade de desenvolver estudos robustos e aprofundados que nos escapam de um período de dois/cinco anos estipulados por um programa *stricto sensu* de pós-graduação. É nesse sentido, ao perceber que há muito a ser pesquisado no universo amazônico da RDSU, que optei por permanecer nesse campo empírico de estudo, mantendo-me sempre alerta ao exercício de aproximação e distanciamento, a partir dos preceitos de Velho (1978), Oliveira (1996), Beaud e Weber (2007).

2.2 PERCURSOS METODOLÓGICOS

O caminho metodológico desta tese norteia-se pela perspectiva crítica (Paulo Netto, 2011), que me possibilitou não apenas entender a realidade, mas também promover uma reflexão sobre as contradições que permeiam a organização social do trabalho e o lugar do turismo no calendário ecológico amazônico, a partir das relações de trabalho do turismo de pesca dos ribeirinhos da RDS do Uatumã.

Parto do pressuposto que é possível, e necessário, compreender a particularidade do trabalho em contexto amazônico, especificamente o trabalho no turismo, apreendendo suas dimensões simbólica, cultural e material, bem como os aspectos relacionados à regulação do metabolismo social da natureza em constante dinâmica. Em O Capital volume I, Marx destaca a noção de interação metabólica entre sociedade e natureza (*Stoffwechsel*), sendo o trabalho mediador universal dessa relação. Ao passo que o homem muda a natureza, muda também a si

próprio. No entanto, considerando a dinâmica de maximização de lucros impostas pelo modo de produção capitalista, a degradação ecológica culmina na perturbação da troca metabólica da natureza/sociedade (Marx, 2011), que vemos hoje sintetizada no que está sendo consensualmente chamado de crise climática.

Marx (2011) compreende o trabalho como um processo pelo qual o homem irá mediar, regular e controlar seu metabolismo com a natureza. É importante ressaltar, no entanto, que essa relação de homem-natureza deve ocorrer num sentido de horizontalidade, compreendendo que o homem faz parte da natureza. Marx e Engels (2007) destacam que o domínio humano da natureza não deve se assemelhar ao domínio dos colonizadores sobre os colonizados, uma vez que nossa carne, sangue e cérebro, pertencem à natureza.

De acordo com Acselrad (2004), as sociedades produzem suas existências a partir das relações sociais que desenvolvem e dos modos pelos quais se apropriam do mundo material. É, portanto, o modo como ocorre a apropriação social do mundo material que configura a estrutura social e o acesso, posse e controle de territórios. Mattos (2019) corrobora com Acselrad (2004) quando destaca a reafirmação da centralidade do trabalho como categoria analítica para análise das sociabilidades contemporâneas. Centralidade essa colocada há mais de um século pelos postulados marxianos, ao afirmar que o trabalho é a base para produção e reprodução da vida humana, pela qual é possível analisar as estruturas sociais e econômicas que forjam uma sociedade (Paulo Netto, 2011).

Desse modo, ao considerar o cerne desta tese, elegi a abordagem qualitativa pelas possibilidades de intervenção e engenhosidade necessárias ao escopo de uma pesquisa realizada em território amazônico, com logística complexa, orçamento reduzido e que permitem apreender narrativas locais, temporais e situacionais. Pude, assim, pensar um “desenho metodológico” flexível às “surpresas do campo”, que combinasse procedimentos, técnicas e abordagens teóricas voltadas à necessidade da pesquisa (Flick, 2009).

A pesquisa bibliográfica consistiu em uma revisão de literatura que compreendeu a análise de teses, artigos e livros que abrangem análises seminais e coetâneas sobre as principais temáticas da pesquisa: “trabalho”, trabalho na Amazônia”, “trabalho no turismo”, “turismo de pesca”, “modos de vida”, ribeirinhos”, entre outras. Considerando a subjetividade da pesquisa qualitativa, optei por adotar referenciais com bases teórico-epistêmicas da Sociologia do Trabalho, Sociologia

Ambiental e estudos da chamada Corrente Crítica do Turismo (Ouriques, 2007; 2012; Meliani, 2011; 2010; Peralta, 2012; Silva; Silva; Santos, 2020).

A análise documental considerou os relatórios da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), em que foi possível encontrar informações sobre o turismo. Assim, além de identificar padrões no material analisado, buscou-se questionar as relações de poder e estruturas sociais embutidas nos documentos (Fairclough, 2010). Assim, essa técnica de análise documental possibilitou a identificação de contradições entre o material escrito e as entrevistas concedidas pelos ribeirinhos e pelos representantes das instituições.

A pesquisa no campo empírico me permitiu experienciar a Comunidade Bela Vista, propiciando a observação das práticas de autossustento, as relações de parentesco, a organização social do trabalho e os modos de vida ribeirinhos, captando meandros subjacentes ao cotidiano desses sujeitos que só podem ser compreendidos a partir da experiência vivida. Com a lente da perspectiva crítica, pude apreender as bases materiais e contradições internas que impulsionam as dinâmicas históricas-sociais-econômicas e afetam os modos de vida ribeirinhos na RDSU.

Os obstáculos e limitações da pesquisa – pandemia da Covid-19, estiagem severa e logística onerosa - me permitiram realizar somente duas imersões de campo empírico na RDSU⁸. A primeira delas em fevereiro de 2023, com vistas a me aproximar dos sujeitos da pesquisa, solicitar autorização do presidente da comunidade⁹ (Carta de Anuência - Apêndices) e realizar o pré-teste dos formulários de entrevista. Esse primeiro contato foi essencial, pois, segundo Goldenberg (1997), propicia uma aproximação entre os sujeitos da pesquisa e incita uma atmosfera suscetível para a imersão no campo, demandando confiança e respeito entre os sujeitos da pesquisa e a pesquisadora. Esta primeira etapa foi primordial para que eu pudesse perceber o cotidiano da comunidade fora da temporada de pesca esportiva.

A segunda etapa do trabalho de campo, realizada em novembro de 2023, possibilitou que eu experienciasse a temporada de pesca esportiva da RDSU, ou seja, o período de vazante dos rios. A princípio, o “desenho metodológico” previa que eu estaria na RDSU em setembro de 2023, no auge da temporada turística. Contudo, alguns obstáculos me impossibilitaram. Em setembro de 2023 a Amazônia vivenciou uma seca histórica em função de eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas em curso, que afetou gravemente as comunidades ribeirinhas. Muitas delas,

⁸ Entre os principais obstáculos destaco a distância espacial, a logística complexa e os altos custos financeiros.

⁹ As comunidades ribeirinhas da Amazônia são organizadas politicamente em forma de associação. Para tanto, ocorrem eleições para quem ocupará os cargos de presidente, secretária(o) e tesoureira(o).

incluindo aquelas que praticam o turismo de pesca, ficaram isoladas e sem a possibilidade de receber turistas. A Comunidade Bela Vista, conforme veremos no decorrer da tese, por ter seu pulso de inundação norteado pela Usina Hidroelétrica de Balbina, permite que o rio se mantenha navegável mesmo em períodos de seca extrema. Desse modo, alguns grupos de pescadores esportivos se deslocaram de outros destinos de pesca esportiva do Amazonas para a RDSU, sobrecarregando as pousadas, as voadeiras, os piloteiros, o que dificultaria minha permanência na comunidade e o acesso aos interlocutores da pesquisa.

Assim, repensei o “desenho metodológico” da pesquisa qualitativa, que já advoga a flexibilidade e um ajuste às condições de campo durante o processo da pesquisa (Flick, 2009). Em novembro de 2023, com o cenário do turismo estabilizado, pude acompanhar as pescarias esportivas na RDS do Uatumã. Observei desde a chegada dos turistas até a festa de despedida dos piloteiros, que ocorre em todo final de temporada turística. As duas etapas do trabalho de campo empírico na RDSU estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1: Descrição das idas à Comunidade Bela Vista de acordo com a data e o objetivo

Campo	PERÍODO	OBJETIVO
01	Fevereiro de 2023 (cheia)	Aproximação com os sujeitos da pesquisa; solicitação de autorização junto aos representantes da comunidade. Levantamento de questões iniciais sobre o campo. Conversais informais. Observação do cotidiano fora da temporada de pesca esportiva. Entrevista com o presidente da comunidade. Pré-teste dos instrumentos de pesquisa.
02	Novembro de 2023 (Seca)	Observação da temporada de pesca esportiva. Conversas informais com moradores da comunidade e cozinheiras das pousadas e turistas; Entrevistas semiestruturadas com donos de pousada, piloteiros, cozinheiras; Entrevista narrativa tópica com dois dos moradores mais antigos da comunidade;

Fonte: elaboração própria.

As técnicas de coleta de dados no campo empírico foram a observação, as notas em caderno de campo, as conversas informais, as entrevistas (semiestruturadas e narrativas tópicas) e os registros fotográficos. Cada uma das técnicas será descrita nos parágrafos posteriores.

Como assevera Oliveira (1996), “o ouvir e o olhar” se complementam. São como “duas muletas” que servem de apoio e permitem o caminhar do pesquisador (Oliveira, 1996, p.08). Diante disso, utilizei as entrevistas como complemento à observação. Para Alonso (2016), a observação nos serve para questionar como as pessoas de carne e osso vivem suas vidas ordinárias, considerando tanto o aspecto cotidiano quanto os padrões que diferem das grandes biografias. Assim, recorri à observação a fim de evidenciar o trabalho na Amazônia e suas complexidades.

“Não há observação sem anotação” (Beaud; Weber, 2007, p.97). Desse modo, destaco que o uso do caderno de campo foi feito embasado nos caminhos preconizados por Leal (2016), fundamentado em um método que permite objetividade e distanciamento durante a pesquisa, a partir de anotações críticas e bem estruturadas para facilitar análises posteriores. O caderno de campo registra observações, diálogos e ideias, muitas vezes de forma fragmentada, que posteriormente são sistematizadas no diário de campo. Esse processo transforma informações desconexas em dados organizados, permitindo uma análise mais profunda e reflexiva do material coletado. O caderno de campo me serviu como ferramenta fundamental na coleta de dados empíricos, nele pude anotar minhas inquietações e *insights* sobre diálogos e cenas da vida cotidiana dos trabalhadores. Além disso, cadernos de campo de pesquisas anteriores¹⁰ da autora na RDS do Uatumã também foram utilizados.

A observação foi complementada por registros fotográficos, que, segundo Serra *et al.* (2021), são fundamentais em estudos de turismo, pois revelam significados que o texto não consegue transmitir e evocam sentimentos, permitindo uma análise subjetiva que as entrevistas não proporcionam. Neste contexto, as fotografias foram essenciais para capturar momentos representativos dos modos de vida na RDSU. Elas foram particularmente úteis para documentar aspectos dos trabalhadores, e destes com os turistas, além da interação desses sujeitos com a natureza.

Ainda na segunda etapa do trabalho de campo, em novembro de 2023, pude participar de duas confraternizações da comunidade: a) a festa de fim de ano dos funcionários da escola da comunidade (Figura 1); e b) a festa dos piloteiros em comemoração à finalização da temporada turística (Figura 2), ambas em novembro de 2023. Destaco que, embora os sujeitos da pesquisa intitulem “festa dos piloteiros”, notei que cozinheiras e demais trabalhadores participam igualmente

¹⁰ Quais sejam, uma consultoria no âmbito da elaboração do plano de uso público da RDS, em 2016, e uma dissertação de mestrado, em 2018.

da festa. Então, é uma confraternização dos trabalhadores em comemoração ao final da temporada de turismo.

Figura 1: Festa da Escola



Fonte: Laborda (2023).

Figura 2: Festa dos Piloteiros



Fonte: Laborda (2023).

Essas vivências no campo empírico possibilitaram o acesso a informações que dificilmente seriam reveladas durante as entrevistas, como o assédio sexual enfrentado pelas cozinheiras por parte dos turistas.

Nas entrevistas (Figura 3), foram utilizados formulários semiestruturados, em função da possibilidade de esclarecer questionamentos, reformular as perguntas e, conforme fosse necessário, dar um novo direcionamento à entrevista. Este procedimento permitiu aprofundar os dados e informações da pesquisa (Boni; Quaresma, 2005). Já as entrevistas narrativas tópicas foram utilizadas com o intuito de levantar o histórico da comunidade. Assim, pedi para que dois dos moradores mais antigos que acessei contassem sua história de vida a partir de sua chegada à Comunidade Bela Vista.

Figura 3: Entrevistas com os interlocutores da Comunidade Bela vista



Fonte: Laborda (2023).

Durante a sistematização dos dados, percebi que as entrevistas semiestruturadas possibilitaram uma espécie de levantamento socioeconômico do turismo na Comunidade Bela Vista, uma vez que pude acessar a quantidade de trabalhadores contratados por cada pousada, o faturamento das temporadas e o valor recebido pelos trabalhadores. Além de aspectos sobre saúde, educação, habitação e organização social. Cabe ressaltar que, estabeleci uma relação horizontal de diálogo com os principais sujeitos do turismo da comunidade. E embora a pesquisa não tenha caráter intervencionista, consegui desenvolver coletivamente um plano piloto de turismo comunitário (Apêndices), a convite de moradores da Comunidade Bela Vista.

Segui a recomendação de Beaud e Weber (2007), para quem as entrevistas devem ser realizadas em duplas de pesquisadores. Assim, o primeiro pesquisador se concentra exclusivamente na condução da entrevista, mantendo o fluxo da conversa e a atenção nas respostas do entrevistado. Já o segundo pesquisador, livre dessa função, pode observar o ambiente, os outros participantes e as interações, enriquecendo a análise ao perceber aspectos que o primeiro pode não notar. Essa divisão de funções permite uma abordagem mais completa e detalhada do processo investigativo. Diante disso, contei com o auxílio de um pesquisador, Bacharel em Turismo e Mestre em Ciências Humanas, para acompanhar e auxiliar os trabalhos de campo. O que me possibilitou uma "escuta ativa e metódica" sem me ater cegamente aos instrumentos da pesquisa (formulário, gravador de voz, câmera fotográfica).

Ao total, foram entrevistados 15 interlocutores (Quadro 2).

Quadro 2: Descrição dos interlocutores da pesquisa

Qtd.	INTERLOCUTOR	MOTIVAÇÃO DA PESQUISA	CONTEXTO
1	Presidente da Comunidade Bela Vista	obter autorização de pesquisa e as principais informações sobre o turismo na comunidade;	RDSU
3	Donos de pousada da Comunidade Bela Vista	entender a gestão das pousadas comunitárias e as estruturais sociais do trabalho;	
6	Piloteiros e cozinheiras	apreender a experiência pessoal de cada um dos entrevistados, enfocando os aspectos atinentes ao cotidiano de trabalho relacionados ao turismo de pesca na RDS do Uatumã;	
2	Dois moradores antigos	descrever o histórico da comunidade	
1	Representante da FAS	compreender a atuação da instituição com o turismo na RDSU	Sede da instituição da cidade de Manaus + Zoom
1	Representante do IPAAM	compreender o processo de licenciamento ambiental das pousadas e a emissão de carteiras de pesca para a RDSU.	Sede da instituição da cidade de Manaus
1	Proprietárias de agências Poney Tour	Conhecer as alternativas ao turismo de pesca na RDSU.	Whatsapp e Google Meet

Fonte: elaboração própria.

Cabe ainda destacar que as entrevistas ocorreram em três contextos diferentes. Na RDSU, entrevistei os donos de pousada, moradores da Bela Vista e trabalhadores do turismo. Em Manaus, entrevistei os representantes da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM). E, de modo remoto, por meio das ferramentas digitais Whatsapp e Google Meet, entrevistei a proprietária da agência Poney Tour e uma entrevista mais aprofundada com a representante da FAS.

Os sujeitos centrais da pesquisa, trabalhadores do turismo, foram selecionados mediante técnica bola de neve, que consiste em utilizar informantes-chave que indicam os demais sujeitos a compor o rol de entrevistados. Contudo, alguns critérios foram seguidos: a) ser morador da Comunidade Bela Vista; b) ter idade igual ou superior a 18 anos; c) ser trabalhador de turismo há, pelo menos, dois anos; d) estar participando da atual temporada de pesca; e) não repetir indivíduos de um mesmo grupo doméstico-familiar.

Os critérios de seleção dos representantes institucionais foram definidos com base na representatividade e na influência de suas instituições na RDSU. Essa seleção considerou as menções contidas nos documentos oficiais, como o Plano de Gestão e o Plano de Uso Público, além da percepção dos moradores da RDSU sobre a atuação dessas instituições. Foram escolhidas a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), por ser a gestora da RDSU; o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), devido à sua participação ativa no conselho gestor e nos processos de licenciamento e fiscalização ambiental; e a Fundação Amazônia Sustentável (FAS), por seu trabalho significativo em cursos de qualificação profissional para trabalhadores do turismo. A agente de viagem, por sua vez, foi incluída com base em pesquisas que realizei em fontes midiáticas sobre o panorama do turismo na RDSU. A Poney Tour se destaca na mídia como iniciativa de "turismo responsável" na RDSU.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, renunciei a um recorte amostral probabilístico a fim de prezar pela profundidade e qualidade das informações obtidas durante as entrevistas e demais ações em campo para se chegar à "saturação qualitativa" (Gondin; Lima, 2006; Gondin, 2021). Assim, a partir do momento em que as indicações de nomes para entrevistas, bem como as informações acessadas começaram a se repetir, sem dados adicionais significativos, considerei o estágio de saturação alcançado.

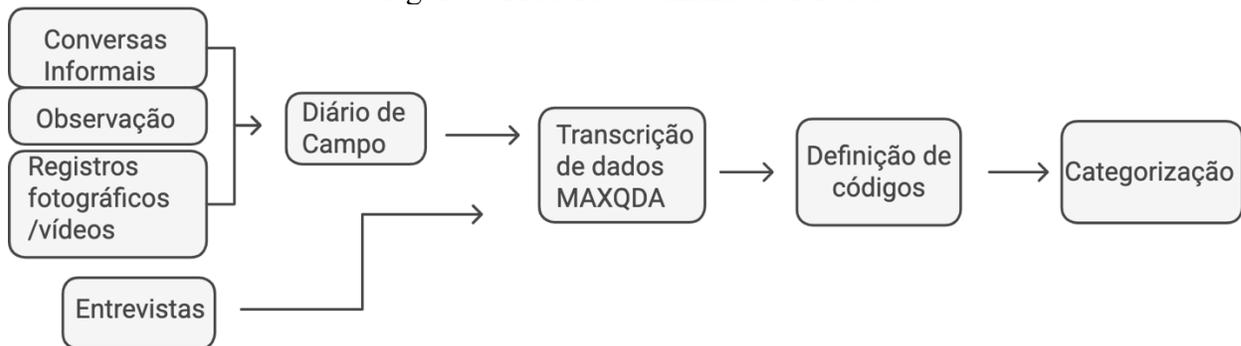
Durante a etapa de pesquisa de campo, registramos pontos de GPS com o propósito de posteriormente criar mapas para contextualizar o *locus* da tese. Em colaboração com um geógrafo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), elaboramos três mapas para este estudo, incluindo dois solicitados especificamente pela comunidade: um mapa de localização da comunidade em relação ao Porto da Morena, na Vila de Balbina, e outro de localização dos lagos de pesca esportiva.

Quanto aos procedimentos éticos da pesquisa, em respeito à Resolução CNS 510/2016, que dispõe sobre a ética em pesquisas das ciências sociais e humanas, obtive: a) a autorização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (SEMA), por meio da Autorização de Projetos n. 70/2022, para realização de pesquisa em unidades de conservação estaduais (Apêndices); b) autorização de cada um dos interlocutores entrevistados e fotografados por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a Autorização de Uso da Imagem e Som (Apêndices); c) Aprovação do Comitê de Ética da UFAM, via plataforma Brasil, sob o número

5.650.200 (Apêndices). Além disso, com o intuito de salvaguardar o anonimato dos interlocutores, foram atribuídos nomes fictícios a eles¹¹.

A análise dos dados é descritivo-teórica (Angrosino, 2009) e se iniciou no processo de transposição de dados do caderno de campo manual para o diário de campo digital (Word), bem como a transcrição das entrevistas (Word)¹² e *upload* das fotografias. Todo esse material foi sistematizado a partir do *software* de análises qualitativas MAXqda. Nele, foi possível realizar a categorização de dados a partir de temas centrais da pesquisa, quais sejam: hierarquia/estratificação, gênero, economia/finanças, natureza, trabalho coletivo. O processo de análise dos dados está sintetizado na Figura 4.

Figura 4: Processo de análise dos dados



Fonte: elaboração própria.

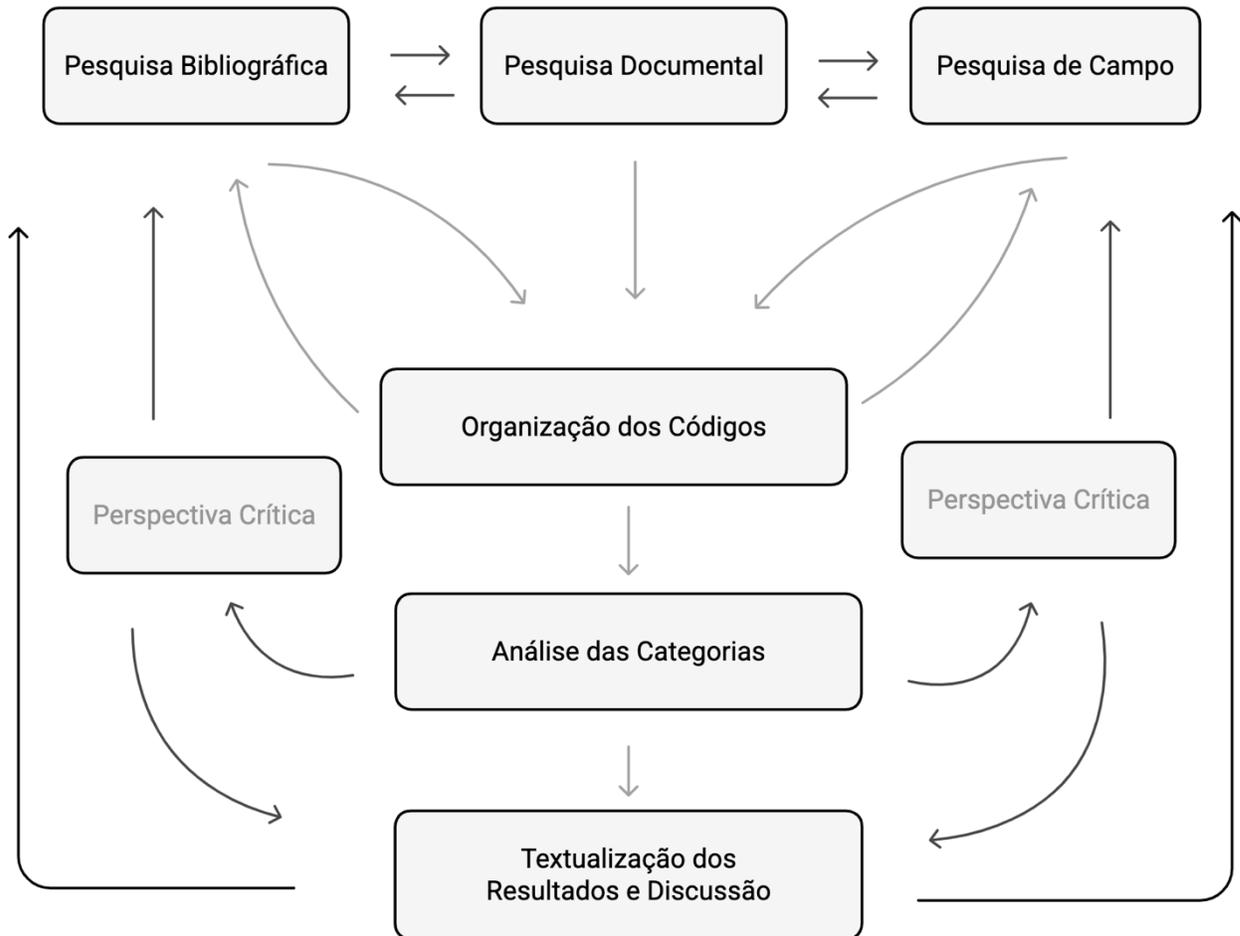
Para as etapas de categorização e codificação dos dados, segui os princípios de Saldaña (2013), iniciando com uma codificação livre a partir de rótulos que sintetizavam os conceitos principais de cada unidade de análise. Posteriormente, refinei os dados para uma categorização final, com foco interpretativo, identificando categorias já estabelecidas e emergentes (gênero; questão econômico-financeira; uso da natureza; hierarquia do trabalho). A análise crítica se concentrou nas contradições do turismo de pesca, suas implicações sobre os modos de vida ribeirinhos, incluindo relações de poder, exclusão, conflitos econômicos e ambientais. Também

¹¹ Se, algum nome fictício atribuído aos interlocutores da pesquisa coincidir com o de algum morador da Bela Vista, considere-se coincidência.

¹² Especificamente em relação às entrevistas, destaco que todas foram manualmente transcritas por mim, sem auxílios de softwares. Pois acredito que muito se perderia, a exemplo das reações que os interlocutores têm a cada tipo de pergunta. As intervenções realizadas por companheiros ou cônjuges. Todo esse cenário que pode ser captado ao escutar novamente a entrevista e que aponta subjetividades a serem consideradas no processo de análise.

analisei os processos históricos, as intervenções governamentais e a mercantilização da natureza. O percurso metodológico da tese está descrito na Figura 5.

Figura 5: Percurso metodológico da tese



Fonte: elaboração própria.

Com base na análise dos dados, os resultados foram textualizados e organizados em capítulos que refletem um fio condutor de pesquisa: o que muda nos modos de vida ribeirinho a partir da chegada dos "estranhos", ou melhor, dos conflitos causados por eles (os grandes projetos para a Amazônia, a mercantilização da natureza e da cultura pela ambientalização dos conflitos e pelo turismo). A escrita da tese incorpora uma narrativa reflexiva que integra os *insights* obtidos por meio da análise crítica, destacando as conexões entre os processos históricos, estruturas sociais e práticas culturais que influenciam os modos de vida ribeirinho diante do turismo de pesca.

Ademais, julgo necessário esclarecer a estrutura escolhida como método de exposição desta tese, que, à primeira vista, pode parecer equivocada por não apresentar o tradicional capítulo de referencial teórico. Paulo Netto (2011) destaca que a teoria crítica marxiana propõe uma reflexão sobre os métodos de investigação e de exposição. Enquanto, na investigação, o pesquisador parte de questões norteadoras; na exposição, parte de respostas, de resultados. O autor complementa que é somente ao final da investigação que o método de exposição será viabilizado, tornando possível, enfim, descrever o movimento real de uma dada totalidade (sem, contudo, esquecer que toda conclusão é provisória, pois as totalidades são dinâmicas). Com base nessa reflexão, optei por conjugar o referencial teórico aos resultados empíricos. Considerando que, na dialética marxiana, a teoria se articula à realidade concreta do objeto, e, portanto, não se mostra relevante construir modelos explicativos extensos e detalhados à base de hipóteses e combates teóricos, como frequentemente ocorre na tradição empirista e/ou positivista (Paulo Netto, 2011). Além disso, as categorias teórico-epistemológicas do estudo estão anunciadas desde a primeira seção capitular (Introdução) desta tese.

2.3 O LUGAR E O SUJEITOS DA PESQUISA

A Comunidade Bela Vista está localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (RDSU), uma unidade de conservação de uso sustentável¹³, que, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), tem o objetivo de “preservar a natureza” e garantir as condições para a reprodução e melhoria dos modos de vida dos “povos tradicionais” que nelas desenvolvem suas territorialidades (BRASIL, 2000)¹⁴. Criada por meio do Decreto Estadual nº 24.295 de 25 de junho de 2004, possui uma área territorial de 420.430 ha., situada entre os municípios de São Sebastião do Uatumã e Itapiranga, nas antigas regiões do Baixo e Médio Amazonas,¹⁵ localizada a cerca de 200 km, em linha reta, de Manaus, a capital do estado do Amazonas (Figura 6).

¹³ Unidades de Conservação de Uso Sustentável, de acordo com o SNUC (2000) são aquela que visam “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”; contempla as categorias Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas, Reservas Extrativistas, Reservas Particulares de Patrimônio, Reservas de Fauna e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

¹⁴ De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, existem 17 reservas de desenvolvimento sustentável no Amazonas, sendo 16 estaduais e 01 municipal. Comparado ao total de RDS existentes no Brasil, 39, o Amazonas detém 43,6% (SANTOS, 2019 com base em CNUS, 2019).

¹⁵ De acordo com a nova divisão do IBGE (2017), a RDSU está localizada na Mesorregião Centro Amazonense, ocupando as microrregiões de Itacoatiara e Parintins.

Figura 6: Mapa de localização da Comunidade Bela Vista



Fonte: elaboração própria.

Para adentrar a RDSU, é possível realizar duas formas de percurso, fluvial ou rodofluvial. O trajeto via modal fluvial é o mais demorado, via barco-recreio saindo de Manaus até os portos dos municípios de Itapiranga ou São Sebastião do Uatumã. A partir daí, é necessário recorrer a embarcações (rabetas, voadeiras, batelões¹⁶) particulares de moradores, instituições parceiras, ou, alugados, até o Polo 1 (entrada de baixo), uma vez que não há transporte regular para o interior da Reserva.

Em relação ao trajeto rodofluvial para acesso à RDS Uatumã, há duas opções: a) Pelo Polo 1 (Itapiranga): o deslocamento é feito por ônibus ou carro até o porto de Itapiranga. A partir daí, é necessário seguir por embarcação particular até a reserva; b) Pelo Polo 3 (Presidente Figueiredo): o trajeto segue por ônibus ou carro até o Ramal da Morena (Figura 7), localizado na Vila de Balbina, município de Presidente Figueiredo. De lá, o percurso continua por via fluvial, também com embarcação particular. Entre o Ramal da Morena e a comunidade Bela Vista, o tempo estimado de viagem é de aproximadamente duas horas em uma voadeira com motor de 115 hp.

Figura 7: Porto do Ramal da Morena (Entrada via Polo 03)



Fonte: Laborda (2023).

¹⁶ As expressões rabeta e voadeira se referem a tipos de embarcações pequenas bastante populares na Amazônia, especialmente em regiões ribeirinhas ou de pesca. Embora ambos os termos possam se referir a barcos pequenos, há algumas diferenças no *design* e no uso dessas embarcações. A rabeta é geralmente feita de madeira enquanto a voadeira de alumínio ou fibra de vidro. Já o batelão é um barco de grande porte, feito geralmente de madeira e comumente utilizado para transporte de cargas e pessoas nos rios amazônicos.

A gestão da RDSU é realizada pelo Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (DEMUC/SEMA), em parceria com a Associação Agroextrativista das Comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (AACRDSU), conhecida localmente como Bacia e Associação-mãe. Formada em 2007, a AACRDSU tem o papel de gerir a RDS, em parceria com o órgão gestor, a fim de identificar conflitos, sensibilizar ambientalmente os moradores e representar as preferências das comunidades frente às prefeituras, instituições e atores que operam na UC e nas reuniões do Conselho Gestor (Amazonas, 2009; Amazonas; 2010; Santos, 2019). A AACDRSU recebeu da SEMA, em 2014, a primeira concessão para explorar as atividades de uso público¹⁷ dentro da RDSU. O contrato tem duração bianual, sendo o último que se tem conhecimento referente ao período 2022/2024.

Na RDSU vivem 361 famílias, distribuídas em 21 comunidades, que, devido à extensão territorial e à dificuldade de gerenciamento, foram distribuídas em três polos, tendo como principal critério de divisão a proximidade entre as comunidades (Amazonas, 2017). Cabe lembrar que a RDSU abrange espacialmente dois municípios: Itapiranga e São Sebastião do Uatumã¹⁸. O Polo 1, localizada na parte baixa da RDSU, é composto por 7 comunidades com um total de 139 famílias, com a maior parte do território pertencente ao município de São Sebastião do Uatumã. O Polo 2, localizado no meio da RDSU, também com 7 comunidades é composto por 121 famílias e tem a maior parte de suas comunidades localizadas em território Itapiranguense. Já o Polo 3 conta com 6 comunidades, sendo a maioria localizada em terras Uatumãenses, compostas por um total de 101 famílias.

A ideia inicial da pesquisa era contemplar a dinâmica de trabalho e o contexto dos trabalhadores das 21 comunidades da RDSU. Contudo, tendo em vista os obstáculos do campo, o tempo ínfimo e a necessidade de um recorte exequível da pesquisa, optou-se pela Comunidade Bela Vista (Figura 8), localizada no Polo 3 da RDSU, como campo empírico.

¹⁷ Atividades de uso público em unidades de conservação são ações e serviços oferecidos aos visitantes dentro desses espaços protegidos, com o objetivo de promover o acesso e o usufruto de suas belezas naturais e ambientais de forma sustentável. Exemplo de uma atividade de uso público é o turismo.

¹⁸ Embora possua proximidade e uma de suas entradas ocorra via Presidente Figueiredo, a RDSU não está localizada nesse município. Mesmo assim, considerando a proximidade, a gestão da Escola Municipal Paulo Oliveira de Brito ocorre em parceria das prefeituras de Itapiranga e Presidente Figueiredo.

Figura 8: Sede da Comunidade Bela Vista.



Fonte: Albuquerque (2025).

A escolha da Comunidade Bela Vista ocorreu em função da proximidade com um dos portões de entrada da Reserva, o Ramal da Morena. Além disso, na Bela Vista estão localizadas três pousadas comunitárias de gestão privada familiar, a saber, Pousada Aruanã, Pousada Boto e Pousada Curimatã (Figuras 9, 10 e 11). O que configura Bela Vista uma das comunidades como maior número de pousadas de toda a RDS, incluindo uma das mais antigas ainda em funcionamento no Uatumã: a Pousada Boto.

Figura 9: Pousada Aruanã



Fonte: Laborda (2023).

Figura 10: Pousada Boto



Fonte: Laborda (2023).

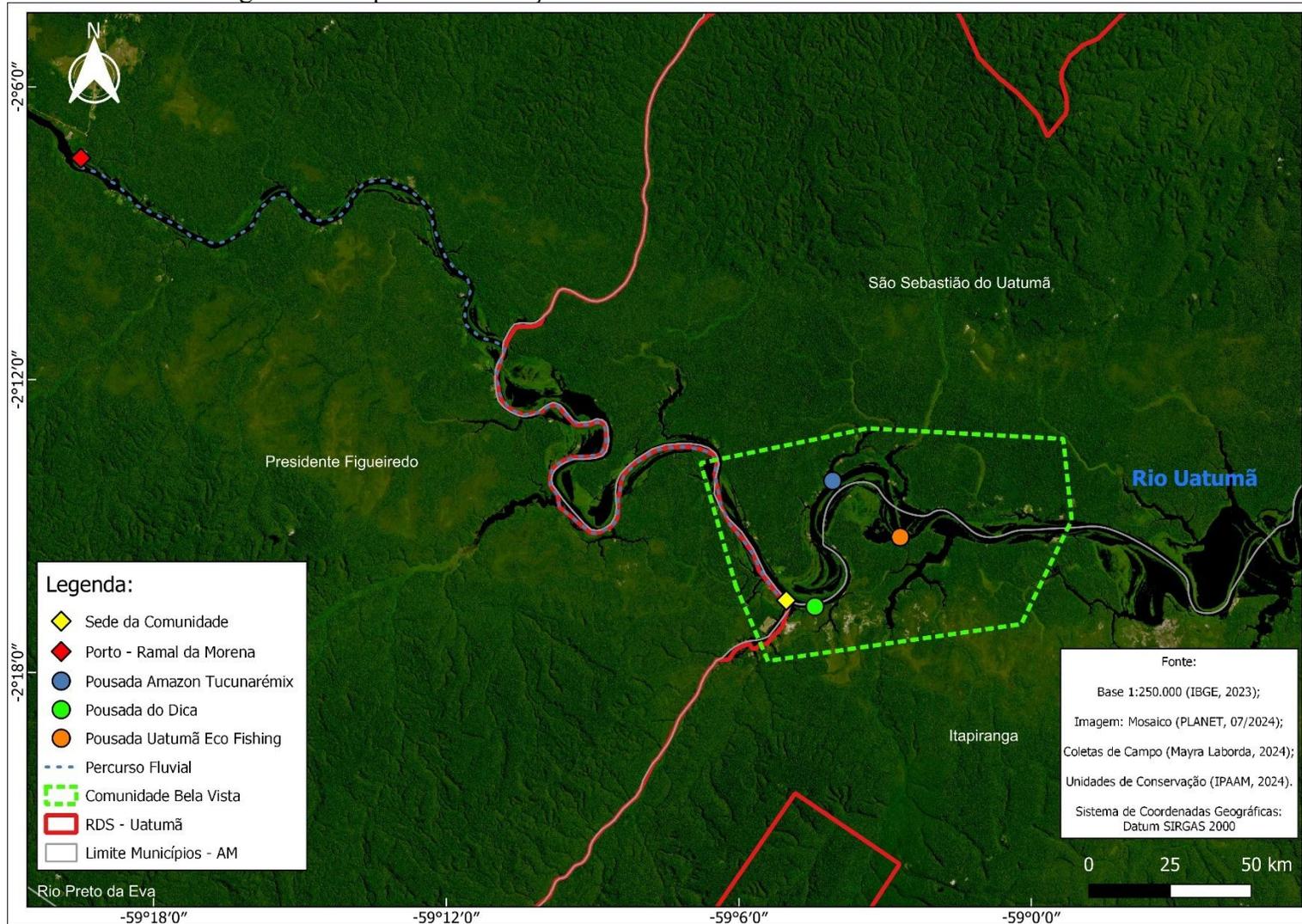
Figura 11: Pousada Curimatã



Fonte: Laborda (2023).

A localização das Pousadas Aruanã, Boto e Curimatã na Comunidade Bela Vista pode ser visualizada na Figura 12.

Figura 12: Mapa de Localização das Pousadas da Comunidade Bela Vista



Fonte: elaboração própria.

Na Comunidade Bela Vista há um total de 30 famílias distribuídas em 26 grupos domésticos-familiares. Quando a unidade familiar se expande, ou seja, os filhos casam e constituem família, costumam ter a própria casa e continuar contribuindo com a unidade familiar dos pais, constituindo um grupo doméstico-familiar. Em Bela Vista, é comum famílias deixarem seus filhos com vizinhos para realizarem viagens curtas, médias e até mesmo de longos períodos para cidades próximas em razão de trabalho e tratamento de saúde na capital Manaus. Esses indivíduos passam, então, a fazer parte do grupo doméstico-familiar em questão. De acordo com Chaves (2020), um grupo doméstico familiar é constituído por membros de uma mesma família e agregados, como parentes distantes, genros, noras, que trabalham nas florestas e águas de trabalho (Witkoski, 2010) visando o autossustento de todo o grupo.

A origem dos moradores da Comunidade Bela Vista é diversa, sendo provenientes dos municípios de Autazes, Manaus, Presidente Figueiredo, São Sebastião do Uatumã e outros estados brasileiros como Ceará e Pará.

Na Amazônia, o conceito de comunidade está originalmente vinculado à Igreja Católica, sobretudo a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS)¹⁹ e do Movimento de Educação de Base (MEB), influenciados pela Teologia da Libertação. Essa corrente se opunha à Teologia Racionalista do século XVIII, acusada de enfraquecer os valores comunitários tradicionais e ignorar a desigualdade social (Sawaia, 2007). Assim, na década de 1970, através das CEBS, a Igreja incentivou e apoiou a formação de associações comunitárias, promovendo uma reconfiguração dos povoados rurais e ribeirinhos. Essa intervenção contribuiu para que essas populações passassem a se autodenominar "comunidades", em detrimento dos termos "aldeias" e "povoados", refletindo uma nova dinâmica organizacional pautada principalmente na vivência do evangelho, no acesso a educação e a saúde, na busca por justiça social e nos ideais de solidariedade e cooperação (Frei Betto, 1985; Neves, 2009).

As visões sobre o termo comunidade na sociologia, desde Tönnies até os pensadores contemporâneos, refletem uma diversidade de percepções em função dos contextos histórico-

¹⁹ São comunidades porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem em uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade da fé. São de base porque integradas por pessoas que trabalham com a própria mão (classes populares: donas de casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviço na periferia urbana; na zona rural. Assalariados, agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. Há também comunidades indígenas (Frei Betto, 1985, p. 7).

sociais nos quais foram forjados. Para Sawaia (2007), é primordial destacar que comunidade, além de uma categoria científico-analítica, é também um conceito que orienta tanto a ação quanto a reflexão. Seu significado é profundamente influenciado pelo contexto social em que se manifesta, estando intimamente ligado ao debate secular sobre exclusão social e ética do bem viver.

Tönnies idealiza a *Gemeinschaft* (comunidade) como uma comunidade harmônica romantizada, na qual haveria pureza e simplicidade nas relações sociais, ignorando a complexidade inerente a um grupo social. Durkheim (1893), ao descrever a solidariedade mecânica, também idealiza a homogeneidade das “sociedades simples”, sem considerar as subjetividades individuais e os dissensos internos. Para ambos os autores, o conceito de comunidade abarca um grupo de pessoas que compartilham laços de parentesco, amizade e/ou vizinhança, que suprimem os desejos individual em prol de um ideal coletivo. Além disso, ambos autores incluem em seus conceitos a contraposição à sociedade moderna e ao crescente individualismo, *Gesellschaft* (sociedade) para Tönnies e “solidariedade orgânica” para Durkheim.

A contribuição da teoria filosófica do século XX nos propõe uma ruptura com as visões idealizadas de comunidade, que não consideram a individualidade de seus membros e a integração à modernidade. Para Heller (1987; 1992), a comunidade moderna é marcada pela pluralidade e pela diversidade, contrastando com a homogeneidade das comunidades tradicionais. Heller vê a comunidade como um espaço de interação social, onde as relações podem ser afetivas e racionais. A autora acredita que, na modernidade, a comunidade deve ser reconstruída para lidar com as complexidades da vida social, respeitando as diferenças e refletindo os valores contemporâneos. Um elemento crucial na análise filosófica de Heller é a inclusão da subjetividade dos indivíduos que vivem em comunhão e, portanto, das “permissões” para a diferença, dissensos, contrapontos e para os conflitos, de modo que a noção de comunidade considerada nesta tese em muito se aproxima da noção de Heller.

Considerando o contexto da pesquisa, comunidade tradicional ribeirinha em uma unidade de conservação amazônica, julgo ainda necessário um debate sobre como se entende a comunidade nessa situacionalidade. O engajamento político e a luta em defesa de seus territórios culminaram no reconhecimento dos “povos e comunidades tradicionais” em dispositivos jurídicos a partir da década de 1980. Inicialmente com a Constituição Federal de 1988, ratificada na Convenção 169 da Organização Social do Trabalho em 1989; na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), criada pelo Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro

de 2007; e, posteriormente, por meio da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a partir da adoção da criação de áreas protegidas adotadas como critério de proteção da biodiversidade.

Contudo, a implementação desses direitos enfrenta desafios devido a definições rígidas de "tradição" e "desenvolvimento sustentável"²⁰, que não contemplam as realidades multifacetadas dessas populações. Além disso, a criação de unidades de conservação, muitas vezes sem consulta adequada, gera conflitos sobre o uso dos territórios, expondo tensões entre a proteção ambiental e a manutenção dos modos de vida tradicionais.

Embora os dispositivos jurídicos representem avanços, eles ainda não garantem a plena efetividade dos direitos das comunidades tradicionais. As políticas públicas ambientais frequentemente associam o conceito de "tradicionalidade" a modelos de desenvolvimento que não levam em consideração as especificidades culturais e sociais desses povos. Além disso, a instrumentalização das comunidades como agentes de conservação pode minimizar sua autonomia e negar sua diversidade de práticas e saberes, transformando-as em figuras estereotipadas ou meros instrumentos de preservação ambiental (Almeida, 1989; Barretto Filho, 2006).

Além disso, Barretto Filho (2006) advertia sobre os riscos da criação de uma tipologia que personifica grupos sociais com base em características biológico-culturais cristalizadas no tempo. O que finda por tornar esses grupos reféns de uma definição externa e alheia às suas dinâmicas de cultura e identidade, além das suas aspirações de consumo e bem-estar.

Nesse sentido, Almeida (2008) destaca que cada grupo tradicional na Amazônia (quilombolas, seringueiros, indígenas, pescadores artesanais, ribeirinhos, dentre outros) possui uma organização própria, marcada por conflitos, mobilizações e territorialidades específicas. Esse processo de luta culmina no fortalecimento de uma "autoconsciência cultural", que impulsiona a defesa de seus territórios²¹ contra os interesses destrutivos do capital. Quanto à territorialidade²²,

²⁰ O Relatório Brundtland, também conhecido como Nosso Futuro Comum, apresenta o controverso conceito de Desenvolvimento Sustentável, que prometia dar conta de um crescimento econômico alinhado a um uso adequado e criterioso dos recursos naturais (DIEGUES, 2001). Segundo o Relatório, Desenvolvimento Sustentável é: o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades [...] (Brundtland, 1987).

²¹ Para Raffestin, o território é mais do que uma simples extensão de terra ou um espaço físico delimitado. Ele é entendido como uma construção social e política, onde as relações de poder, controle e as dinâmicas sociais e culturais se manifestam. O território é um espaço que está imerso em relações de dominação e organização, sendo moldado e transformado por práticas sociais, políticas e econômicas.

²² Ferreira (2014) entende que a ideia de territorialidade "deve ser concebida como mais ampla que a de território [...] uma vez que a territorialidade pode ser a dimensão simbólica, o referencial territorial (simbólico) para a construção de um território, que não obrigatoriamente existe de forma concreta" (Ferreira, 2014, p. 131).

Almeida (1989) observa que as comunidades tradicionais adotam o uso coletivo da terra, contrariando a estrutura agrária brasileira, que privilegia a apropriação individual. O controle dos recursos é compartilhado entre grupos familiares, regido por normas sociais não formais, mas amplamente aceitas e praticadas dentro da comunidade.

Os sujeitos desta pesquisa, por sua vez, são entendidos pelas políticas públicas, dispositivos jurídicos e literatura científica como ribeirinhos ou comunitários. Essas categorias são acionadas a partir da chegada dos “estranhos” e hoje são usadas por eles para se autodenominarem²³. Em contraponto à visão romantizada de que o ribeirinho é naturalmente protetor da natureza, entendendo-os como sujeitos que têm suas práticas culturais e de autossustento norteadas pelo uso da natureza, e que, em função da baixa densidade e das especificidades do território, podem ser consideradas sustentáveis.

Os ribeirinhos são comumente pluriativos, ou seja, desenvolvem diversas funções ocupacionais ligadas a atividades agrícolas e não agrícolas para complementar a renda familiar (Schneider, 2003)²⁴, pautados no ciclo hidrológico amazônico. Além disso, algumas comunidades ribeirinhas adicionam o turismo ao seu calendário de trabalho por alguns meses durante o ano. O turismo, portanto, insere uma nova dinâmica de trabalho nos territórios. Em função dessas atualizações, optou-se por utilizar o termo dinâmicas no plural no título desta tese, com o intuito de refletir a multiculturalidade das diversas experiências amazônicas, que estão em constante transformação e não podem ser vistas como estáticas ou imutáveis.

Embora ribeirinho seja um conceito de origem não nativa, é útil para compreender as dinâmicas sociais e os modos de produção da vida dessas comunidades (Furtado, 2006). Ainda que o conceito ribeirinho fosse inicialmente genérico, com o tempo passou a ser apropriado por indivíduos reais, com histórias e identidades próprias (Cunha e Almeida, 2001). Assim, ribeirinho começou a ser usada em contextos de luta e reivindicação política por comunidades tradicionais

²³ Comunitário é majoritariamente usado no âmbito institucional, embora paulatinamente seja adotado pela academia. Do mesmo modo que ribeirinhos, também recebe críticas por tentar generalizar as identidades a partir da organização social dos sujeitos em comunidades, não considerando as especificidades culturais, sociais, cosmológicas, materiais e históricas dos diversos povos e comunidades tradicionais.

²⁴ Embora Schneider (2003) use pluriatividade para retratar as múltiplas atividades desenvolvidas por famílias agricultoras, envolvendo atividades agrícolas e não-agrícolas, Cotrim e Miguel (2008) fazem uma reflexão da possibilidade de aplicação do termo ao contexto de pescadores artesanais, que variam as atividades de trabalho entre pesqueiras e não-pesqueiras ao longo do ano. Entende-se, da mesma forma, a pluriatividade aplicável para representar as diversas atividades de autossustento desempenhadas pelos ribeirinhos ao longo do calendário ecológico.

que viam seus direitos e territórios ameaçados. O que antes era estigmatizado, passou a ser, então, uma bandeira de mobilização política.

Almeida (1989), também enfatiza que a questão ambiental na Amazônia, anteriormente tratada de forma abstrata e sem sujeitos, passou a ser entendida pelo poder público e sociedade civil como uma construção coletiva, resultado das lutas e organizações de movimentos sociais, como os de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, entre outros. A disputa por territórios e usufruto da natureza tornou-se o eixo central dessas lutas, que passaram a moldar a sociedade civil amazônica, exigindo reconhecimento e inserção nos centros de poder.

Em relação ao ecossistema, a RDSU apresenta composição homogênea, com dois compartimentos principais: o superior é composto por terra firme²⁵ com predominância de Floresta Ombrófila Densa e solos arenosos; e o inferior é composto por ambiente de várzea²⁶, entrecortado com tramas de igapós, e parcialmente recoberto por campinas e campinaranas (Figuras 13 e 14) (Amazonas, 2010; Oliveira, 2015). No que se refere ao percentual, as comunidades da RDSU estão 86% ambientadas em florestas de terra firme e 12% em florestas de várzea (Amazonas, 2017).

Figura 13: Área de Campina na Comunidade Bela Vista



Fonte: Laborda (2023).

²⁵ Uma floresta de terra firme é um tipo de floresta tropical que ocorre em partes altas, em solos bem drenados, não alagadiços e não saturados de água. Nessas áreas, a água não se acumula durante a maior parte do ano, evitando alagamentos das casas das comunidades locais (Lobo, 2017).

²⁶ Uma floresta de várzea é um tipo de floresta tropical que cresce em áreas de planícies baixas e inundáveis, geralmente ao longo de rios. Nessas regiões, o solo é periodicamente alagado pelas águas dos rios durante a enchente (Lobo, 2017; Prance, 1980).

Figura 14: Campinarana na Comunidade Bela Vista



Fonte: Laborda (2023).

Para Prance (1980), as florestas inundáveis da Amazônia podem ser várzeas ou igapós. Sendo as várzeas pertencentes aos rios de águas claras, enquanto os igapós ocorrem tanto em águas escuras quanto em águas claras. Na Figura 15 é possível visualizar uma floresta de igapó na Comunidade Bela Vista.

Figura 15: Floresta de Igapó na Comunidade Bela Vista



Fonte: Laborda (2023).

Conforme mencionado na seção anterior, a Comunidade Bela Vista está localizada na parte alta da RDSU, e, portanto, sua composição florestal configura floresta terra firme não alagável, com uma pequena parte de floresta de igapó. Contudo, após o pulso de inundação do rio sofrer alterações constantes da Usina Hidroelétrica de Balbina (UHEB), áreas de terra firme passaram a ser alagadas com frequência (Figura 16), levando moradores a mudarem suas casas de lugar e perderem plantações.

Figura 16: Casa em Área de Terra Firme com Marcas de Alagamento



Fonte: Laborda (2023).

As comunidades da RDSU estão localizadas ao longo do Rio Uatumã e seus principais afluentes: rio Abacate, rio Caribi e rio Jatapu. O rio de maior extensão da RDSU é o Rio Uatumã, que percorre a dimensão total da Reserva com cerca de 180 km. Com águas escuras, por conta do teor elevado de substâncias húmicas, o Uatumã é um afluente direto da margem esquerda do rio Amazonas (Oliveira, 2015; Lobo, 2017).

O regime hidrológico do Rio Uatumã sofre alterações ao longo do ano e culmina na subida e descida das águas dos rios, compreendendo os períodos de enchente, cheia, vazante e seca. O período da cheia abrange os meses de abril a junho e o período da seca de agosto e dezembro, com variações de um mês ou mais em decorrência de secas ou cheias extremas. O clima é o tropical úmido e caracteriza-se como chuvoso, úmido e quente, com temperaturas que variam entre 20° e 38° durante o ano. Sendo a precipitação média anual de 2200mm (Amazonas, 2009; Oliveira, 2015; Lobo, 2017). É imperioso destacar que desde a criação da Usina Hidroelétrica de Balbina (UHEB)

o nível do Rio Uatumã passou a ser regulado, também, pela barragem da UHEB (Amazonas, 2010). Além da variação do nível das águas, a construção da UHEB causou diversos impactos à bacia do Uatumã, que serão destacados no Capítulo 3.

Muito embora estejam localizadas logo abaixo da represa da UHEB, não há abastecimento de energia elétrica nas comunidades da RDS, conforme será detalhado no Capítulo 3.

De acordo com o presidente da comunidade “90% das casas possuem gerador a algumas poucas possuem painel solar” (Seu Júlio, dono de pousada e presidente da Comunidade Bela Vista. Entrevista realizada em fevereiro de 2023). Em geral, a energia nas comunidades da RDSU é fornecida apenas para a sede²⁷, por meio de um gerador de luz movido a diesel, durante cerca de 4 horas por noite, mas alguns ribeirinhos possuem geradores particulares. O combustível do gerador é, na maioria dos casos, mantido pelas próprias comunidades. Os moradores rateiam o gasto mensal entre as famílias e, em algumas comunidades, também recebem um auxílio da prefeitura (conforme explicado anteriormente, a RDSU possui auxílio de três prefeituras municipais: Itapiranga, São Sebastião do Uatumã e Presidente Figueiredo. A depender da localização da comunidade). O descontentamento pela falta de energia elétrica na Reserva é evidente nas falas de todos os entrevistados. Para os pescadores, pouparia o trabalho com a salga do peixe; para as donas de casa, traria a possibilidade de armazenamento das proteínas para alimentação da família (Santos, 2019).

Na sede da Comunidade Bela Vista²⁸ há apenas sete casas (Figura 17), onde se encontram também a escola, o centro comunitário e a igreja da comunidade, de denominação pentecostal (Assembleia de Deus)²⁹. Na sede da comunidade há gerador de energia (motor de luz) e conexão com a internet somente para uso da escola. Os moradores que desejam ter acesso à energia e à internet, precisam comprar geradores ou placas solares particulares, e contratar pacotes mensais de

²⁷ As comunidades ribeirinhas costumam ter uma sede, além das casas espalhadas ao longo do rio. Em geral, nas sedes estão a escola, a igreja, o centro comunitário, algumas casas de moradores e o campo de futebol. No caso da Comunidade Bela Vista, o campo de futebol não está localizado na sede, por conta do tamanho e inclinação do terreno da sede.

²⁸ Cabe destacar que, em geral, as comunidades ribeirinhas da Amazônia apresentam um padrão de ocupação distribuído ao longo do rio. Ainda assim, é quase unânime a presença de um núcleo central que concentra os principais espaços coletivos, como a igreja, a escola, o campo de futebol e o espaço destinado às reuniões comunitárias. Na RDS do Uatumã, esse núcleo é comumente denominado Sede da Comunidade.

²⁹ O processo de mudança cultural causado pela migração de comunidades ribeirinhas do catolicismo para o protestantismo no Brasil tem sido impulsionado, especialmente, pelas igrejas pentecostais e neopentecostais, como a Assembleia de Deus. Essa dinâmica de crescimento religioso nas áreas amazônicas é comparada à atuação missionária da Igreja Católica no período colonial, e o impacto das igrejas evangélicas nesse processo tem sido visível em grandes transformações sociais e culturais. Todo esse cenário ocorre em função da onda de protestantismo missionário para o Norte do país, em especial para o interior da Amazônia (Miguel *et al.*, 2011).

internet. Os serviços de telefonia celular são inexistentes. Contudo, por conta do acesso à internet, é possível utilizar mensagens e ligações via aplicativos para *smartphones*, hábito recorrente na comunidade.

Figura 17: Sede da Comunidade Bela Vista



Fonte: Laborda (2023).

Em 2021, os moradores de Bela Vista avistaram uma possível reparação do crime ambiental que sofreram da UHEB e que ecoa ainda hoje em seus modos de vida. A ex-professora e vice-gestora à época da escola da comunidade, Marta, montou um dossiê com fotos, depoimentos, pontos de GPS de todas as casas da comunidade para solicitar da Eletrobras o fornecimento de energia elétrica como forma de compensação pelos danos sofridos.

Teve muita promessa, mas nenhuma foi pra frente, inclusive Luz pra Todos. Como era inviável trazer cabo, eles [Amazonas Energia] iam trazer um kit de solar pra cada casa, que dava pra segurar o básico do básico, uma tv, uma geladeira e as lâmpadas. Essa foi a promessa que chegou mais perto, mas mesmo assim tá parada (Seu Júlio, dono de pousada e presidente da Comunidade Bela Vista. Entrevista realizada em fevereiro de 2023).

A Professora Marta informou que foi deferido o fornecimento de energia elétrica para 11km abaixo da represa da UHEB, o que contemplaria, em linha reta, a Comunidade Bela Vista. Após a decisão, não houve manifestação da Eletrobras. Moradores informaram que funcionários da UHEB chegaram a levar fios e alguns equipamentos para a comunidade de Macacaboia (comunidade

acima da reserva), uma das beneficiárias dos 11km. Contudo, após deixarem o material, nunca mais retornaram ao local.

A ocupação humana na Amazônia é marcada pela proximidade das residências, um padrão amplamente influenciado pela Igreja Católica. As casas costumam ser construídas às margens dos rios, que funcionam como as principais estradas da região, sendo, em muitos casos, a única forma de deslocamento (Wagley, 1988; Neves, 2009).

Dependendo da localização das comunidades em relação às sedes dos municípios, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã e Presidente Figueiredo, os deslocamentos às cidades acontecem em menor ou maior grau. Os moradores da parte baixa da RDSU (Polo 01), por exemplo, costumam ir à Itapiranga com muito mais frequência, para fazer compras de alimentos – inclusive para o abastecimento de pequenos mercadinhos, visitar parentes, ir ao banco, cartórios e a postos de saúde. Os que moram na parte alta, Polo 3, no qual se encontra a Comunidade Bela Vista, possuem acesso facilitado a Presidente Figueiredo. Contudo, quando desejam ir ao município de Itapiranga ou para o Polo 01, onde ocorrem as reuniões do Conselho Gestor, é necessário dispor de 200 litros de gasolina para um motor 115hp, ou 80 litros de gasolina para um motor 30hp.

Do mesmo modo que em outras comunidades rurais da Amazônia, mais de 90% das moradias da RDSU são construídas de madeira, sendo o restante de alvenaria, palha e forma mista (madeira + alvenaria) (Amazonas, 2017). A grande maioria das casas de Bela Vista é construída à base de madeira retirada pelos moradores da própria comunidade, conforme previsto nos Planos de Gestão e Uso Público. Entre as espécies utilizadas para a construção das casas estão: Louro (*Nectandra* spp.), Angelim (*Dinizia excelsa*), Itaúba (*Mezilaurus itauba*) e Massaranduba (*Manilkara huberi*). Há também novas casas de alvenarias sendo construídas, em especial de uma das famílias proprietária de pousada. O saneamento básico é inexistente, repetindo o padrão de casas em comunidades rurais da Amazônia. O abastecimento de água é feito por armazenamento de água da chuva em cisternas, bombas de água, que levam a água do rio até as casas, ou, em menor número, poços artesianos remanescentes da compensação ambiental da Amazonas Energia. A água para consumo é utilizada diretamente do poço artesiano, ou, para aquelas famílias que dependem da água das chuvas e do rio, é feito o tratamento com hipoclorito distribuído regularmente pelo agente de saúde da comunidade.

O lixo é queimado e/ou enterrado, o que se torna preocupante durante a temporada de pesca, em função do número de turistas e, conseqüentemente, do aumento significativo da produção de resíduos. Cada família possui uma espécie de "buraco" em seu quintal destinada a essa finalidade. A maioria das casas possui sanitário com algum tipo de fossa, rústica ou séptica, construída dentro das casas ou próximo delas, como uma espécie de anexo.

Na Comunidade Bela Vista não existe posto de saúde. Há somente um agente de saúde que distribui hipoclorito para tratamento da água, remédios para vermes intestinais e realiza lâminas para identificação de malária³⁰. Contudo, é frequente o atraso na renovação do contrato do agente de saúde pela Prefeitura de Presidente Figueiredo, o que deixa a comunidade sem assistência dos serviços supracitados. Também não existem posto de saúde ou ambulância na comunidade, quando necessário, é preciso recorrer às cidades de Presidente Figueiredo e Manaus via transportes particulares dos próprios moradores.

Ocorrem, esporadicamente, visitas de grupos de saúde médica e odontológica em projetos voluntários com origens diversas, incluindo da capital Manaus, que não somam mais de três vezes ao ano. Também é comum receberem a visita de turistas médicos que auxiliam em atendimento básico aos moradores da Comunidade. Além disso, esses turistas ofereceram um curso de primeiros socorros voltado às necessidades locais para um piloteiro da Comunidade Bela Vista, a fim de que pudesse resolver pequenos acidentes com anzóis, comuns na temporada de pesca (Capítulo 5).

A Escola Municipal Paulo Oliveira de Brito (Figura 18), localizada na sede da comunidade, funciona por meio de uma parceria entre as Secretarias Municipal de Educação de Presidente Figueiredo e São Sebastião do Uatumã. Os custos com profissionais, alimentação e infraestrutura são divididos entre as duas secretarias. São ofertados os ensinos de Educação Infantil ao Ensino Médio, sendo este último na modalidade tecnológico, por meio de aulas televisionadas, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que têm incentivado muitos adultos e idosos da comunidade a concluírem os estudos, pensando, inclusive, em participarem de processos seletivos para serviços gerais e cozinha da escola. Quanto ao quadro técnico de funcionários, os cargos de corpo docente e gestão escolar são preenchidos por pessoas de fora da comunidade, vindas de Presidente Figueiredo e Manaus. Aos moradores da comunidade, restam os cargos de merendeiras, barqueiros e serviços gerais.

³⁰ A malária é uma doença infecciosa causada por parasitas do gênero *Plasmodium*, transmitidos por mosquitos do tipo *Anopheles*. A doença é mais comum em regiões tropicais e os principais sintomas incluem febre, calafrios e cansaço. Segundo o agente de saúde, a RDSU já registrou diversos casos da doença, mas, atualmente, a situação está controlada.

Figura 18: Escola Municipal Paulo Oliveira de Brito da Comunidade Bela Vista



Fonte: Laborda (2023).

O Centro Comunitário (Figura 19) é palco das reuniões da Associação Comunitária de Bela Vista, que está passando por regularização documental. Segundo Júlio, atual presidente da Comunidade, todas as trinta famílias estão associadas, mas somente uma parte está adimplente. Para se tornar um sócio, é necessário pagar uma “joia” de R\$30 e uma mensalidade equivalente a R\$10. Sendo este valor utilizado para manutenção da associação, isso inclui os gastos logísticos da presidência para resolver pendências administrativo-financeiras da comunidade em Manaus.

Figura 19: Centro Comunitário de Bela Vista



Fonte: Laborda (2023).

Nas RDSU, tanto a Igreja Católica quanto a Igreja Pentecostal estão presentes. No caso do catolicismo, observa-se a preservação de tradições ibérico-indígenas, como a prática dos “pegadores de desmentidura”, uma manifestação ligada ao xamanismo, mas adaptada aos preceitos católicos (Oliveira, 2012). De acordo com Wagley (1988, p. 61), “apesar dos esforços missionários para converter os habitantes em católicos, muitos brasileiros rurais da região amazônica continuam a manter as crenças populares de sua origem”. Embora uma parte dos moradores de Bela Vista sejam católicos, há um número considerável de evangélicos pentecostais. A Igreja Assembleia de Deus (Figura 20) tem cultos aos domingos que são presididos, em geral, por uma “irmã” que mora em uma casa distante da sede da comunidade. Às vezes, em “ocasiões especiais”, vem um pastor de Presidente Figueiredo para “pregar a palavra” de Deus.

Figura 20: Igreja Evangélica Assembleia de Deus da Comunidade Bela Vista



Fonte: Laborda (2023).

O lazer gira em torno, principalmente, do futebol aos domingos, mas, além disso, também é dedicado a confraternizações religiosas, rodas de conversa com vizinhos, banhos de rio e assistir televisão. O futebol é a principal atividade de lazer realizada pelos ribeirinhos, que movimenta toda a comunidade, uma vez que, além dos jogadores, envolve as torcidas, que se preparam com roupas, acessórios e gritos de guerra previamente elaborados. Um aspecto importante de ser destacado diz respeito à questão de gênero subjacente a esse lazer, que pode ser praticado tanto por homens quanto por mulheres, não havendo distinção de gênero (essa distinção ocorre somente em torneios

oficiais). É comum nas “peladas” de domingo observar times compostos por homens e mulheres. O futebol (Figura 21) costuma ser uma prática de lazer entre moradores de uma mesma comunidade (torneios intracomunitários) e entre moradores de comunidades distintas (torneios intercomunitários).

Figura 21: Futebol na comunidade



Fonte: Laborda (2023).

A posse da terra é concedida por meio da Concessão de Direito Real de Uso Coletiva (CDRU), expedida em nome da Associação-Mãe para todas as 21 comunidades pertencentes à RDS, conforme recomendações da Procuradoria Geral do Estado (PGE) (Santos, 2019). Assim, depreende-se que a terra não pertence aos ribeirinhos que nela residem, mas é a eles cedida por meio de uma série de regras e deveres que devem ser seguidos. Ao cumprirem as determinações vigentes, garantem o usufruto do território. Caso contrário, estão sujeitos a sanções por parte dos órgãos gestor e fiscalizador, SEMA e Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM).

A economia de Bela Vista é baseada no turismo, pesca, empregos públicos e criação de pequenos animais. A produção agrícola é limitada, em razão das inundações anuais³¹ e da baixa oferta de farinha de mandioca, sendo a pesca essencial para alimentação. A diversificação e adaptação à sazonalidade são cruciais para a sustentabilidade local.

³¹ Mesmo estando em ecossistema de Terra Firme, a comunidade sofre inundações em função da UHEB.

3 MODOS DE VIDA NO UATUMÃ: A CHEGADA DOS “ESTRANHOS”?

Iniciado há quatro séculos, o seu descobrimento ainda não terminou. Porventura não termine nunca. E, no entanto, pelo que já se conhece da vida na Amazônia, desde que o homem a habita, ergue-se das funduras de suas águas e escorre dos altos centros de sua selva **um terrível temor: o de que essa vida esteja, devagarinho, tomando o rumo do fim** (Mello, 2002, p. 16).

Neste capítulo, tenho como referência a categoria "estranhos" como fio condutor para analisar as intervenções estatais em diferentes tempos históricos ao Rio Uatumã. Para o sociólogo José de Souza Martins (1993), os "estranhos" são aqueles que provêm de fora, pertencendo a um universo social distinto, e cuja presença provoca desencontros, estranhamentos e resistências, conforme descrevi na introdução desta tese.

O objetivo central deste capítulo é analisar os modos de vida e a relação com a natureza dos povos indígenas e comunidades tradicionais que habitaram/habitam o Rio Uatumã, rememorando suas práticas de autossustento anteriores ao contato com os "estranhos" e examinando as transformações decorrentes desses encontros, quais sejam: os períodos anteriores à construção da BR 174, na década de 1970; ; a exploração de seixo e cassiterita nas décadas de 1970, 1980 e 1990; à construção da Usina Hidroelétrica de Balbina (UHEB) e à chegada do turismo, nos anos 1980; e à criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (RDSU) bem como o ordenamento do turismo, em 2004. Destaco ainda os principais conflitos gerados por essas interações com os "estranhos", que alteraram profundamente as dinâmicas sociais e ambientais dessas comunidades.

Os modos de vida dos povos e comunidades amazônicas são passados de geração em geração, configurando um conhecimento específico a cada povo, a cada comunidade. As formas de caçar, plantar, construir suas casas, navegar, pescar, roçar e até mesmo de se portar são forjadas a partir do encontro com o outro, sendo esse outro pertencente a mesma cultura ou a uma cultura diferente. Essa transmissão de saberes se dá não só por meio da oralidade, mas também de modo empírico, na própria realização das atividades cotidianas voltadas ao autossustento (Chaves, 2001; Fraxe *et al.*, 2001; Rente Neto; Furtado, 2015; Cruz, 2023).

A contribuição da "cultura indígena-cabocla" é inestimável, pois é a partir dela que se tem conhecimento dos segredos do rio, da terra e da floresta (Benchimol, 2009). Os Waimiri-Atroari

que habitavam a bacia do Uatumã possuíam saberes tradicionais que guiavam seus modos de vida. Como, por exemplo, a necessidade de descanso da terra, o pousio. Também construíam seus meios de locomoção, os ubás, navegando os rios com extrema destreza. Em diversos estudos (Baines, 1993; Baines, 1995; Souza, 1993) é mencionado seu sistema de defesa e proteção de seus territórios, por meio de localizações estratégicas ao longo do rio. Além do minucioso conhecimento de plantas medicinais capazes de curar os males que afligiam seus membros antes do contato com doenças mais severas trazidas pelos colonizadores/genocidas.

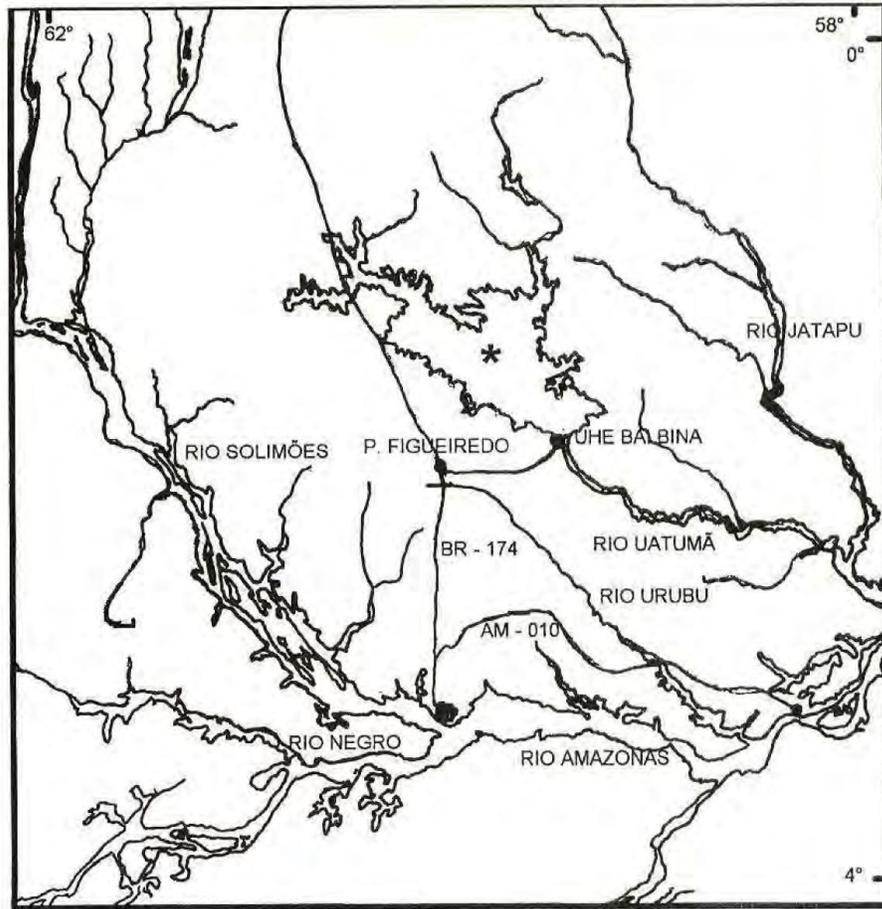
3.1 OS PRIMEIROS REGISTROS DA PRESENÇA HUMANA NO RIO UATUMÃ

O Rio Uatumã é um dos principais afluentes da margem esquerda do rio Amazonas, que drena uma área aproximada de 70.600km², com origens em duas unidades estruturais: no escudo das guianas e nas planícies amazônicas. As cabeceiras do Rio Uatumã são formadas pelos Igarapés³² Santo Antônio do Abonari e Taquari e seus principais afluentes são os rios Pitinga e Jatapu. O percurso do Rio Uatumã abrange municípios de Presidente Figueiredo, Itapiranga e São Sebastião do Uatumã, além de sua foz que está localizada muito próxima das cidades de Urucará e Itacoatiara (Figura 22).

O Rio Uatumã apresenta águas de tonalidade cinza-escura, com características mais próximas às das águas pretas, segundo a classificação tradicional dos rios da amazônicos (Sioli, 1967). O regime hidrológico do Rio Uatumã é de ordem natural, bem como os demais rios da Amazônia Central, com período de águas altas entre maio e junho e águas baixas entre outubro e novembro. Está localizado em uma área dominada por floresta tropical densa, cercada por inúmeros igarapés, com águas típicas de rios amazônicos de terra firme, com temperatura variando entre 23 e 30°, ph entre 3,5 e 6, o que lhe confere um caráter ácido, de acordo com Santos e Jegu (1996).

³² O termo "igarapé" é de origem indígena e etimologicamente significa "caminho de canoa" ou "caminho por onde se passa de canoa". Um curso d'água estreito, raso e frequentemente sinuoso, essencial para a circulação de água e para a vida local na Amazônia.

Figura 22: Mapa da Bacia do Uatumã



Fonte: Santos e Oliveira Júnior (1999).

O Rio Uatumã é de baixa declividade, exceto nas zonas de corredeiras³³, dentre as quais a Morena e a Balbina são as principais. À jusante da Morena o regime do Uatumã é intensamente influenciado pelo rio Amazonas, que o represa na época de cheia, dando origem a lagos e áreas de igapó³⁴. À montante da Morena, o Rio Uatumã é fortemente influenciado pelas águas das chuvas. Contudo, após o funcionamento das turbinas do reservatório de Balbina, que represou cerca de 3.600km², o pulso de inundação do rio passou a sofrer oscilações diárias com impactos sofridos até os dias atuais, incluindo a dizimação de algumas espécies de peixes, fato observado por Santos e Jegu (1996) alguns anos após a abertura das barragens.

³³ Uma corredeira é uma parte de um rio onde a água se movimenta rapidamente e de forma turbulenta, frequentemente devido a obstáculos naturais como pedras ou quedas no relevo.

³⁴ O igapó é uma área de floresta tropical inundada, com vegetação adaptada a essa inundação sazonal, característica de áreas ribeirinhas da Amazônia.

Vestígios arqueológicos encontrados por toda a RDSU (Figura 23) revelam a presença de povos indígenas que habitaram a região do Uatumã em séculos passados, os Waimiri Atoari. De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), o povo Waimiri Atoari, ocupante dos rios Uatumã, Alalaú, Canamaú, Jauaperi e Urubu, detinha um território aproximado de 8 milhões de hectares, antes da construção da Usina Hidroelétrica de Balbina durante a ditadura civil-militar (Idesam, 2009). Ao longo do Rio Uatumã e seus afluentes, região onde hoje está localizada parte da RDSU, criada em 2004, existem cerca de 140 sítios arqueológicos.

Figura 23: Artefatos encontrados por moradores da RDS do Uatumã



Fonte: Laborda (2018).

De acordo com Begrow (2002), é comum encontrar na RDSU peças de barro com formatos de animais e utensílios domésticos, como machadinha, ponta de flecha e pedra de amolar. Tais peças encontram-se geralmente enterradas próximas à superfície e são encontradas no processo de preparo das terras para plantio ou expostas pela erosão dos solos. Era comum, até a década de 2000, a utilização de objetos pelos moradores nas atividades cotidianas, como as machadinhas, e a venda por preços irrisórios para turistas.

Lopes *et al.* (2022a) descrevem que o salvamento arqueológico da Usina Hidrelétrica de Balbina (UHEB) enfrentou dificuldades devido ao tempo limitado para a pesquisa, o que impediu a investigação completa dos sítios arqueológicos e restringiu a análise do material coletado. Até hoje, muitos objetos continuam a ser encontrados por moradores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (RDSU), que, diante da ausência do Estado, acabam reunindo essas peças em acervos pessoais. Desde 2020, um projeto tem buscado resgatar o acervo arqueológico de

Balbina, disperso em diversas instituições, como o Instituto de Geografia e História do Amazonas (IGHA) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Esse esforço visa recuperar e salvaguardar a história da presença humana no Rio Uatumã, permitindo o resgate de importantes aspectos da memória e dos ancestrais da região (Lopes *et al.*, 2022a).

Considera-se uma negligência do Estado e da Eletronorte no que diz respeito à preservação do patrimônio histórico e cultural da região amazônica. A escassez de recursos e o prazo insuficiente para a realização de estudos completos são indicativos de uma abordagem superficial e apressada em relação aos impactos irreparáveis causados pela construção de grandes empreendimentos, em nome da integração e desenvolvimento do Amazonas. O fato de os moradores da RDSU encontrarem constantemente objetos arqueológicos e, diante da ausência de uma ação efetiva por parte do Estado, terem que preservar esses itens de forma independente, revela a falha em assegurar a continuidade das pesquisas e a devida valorização do patrimônio cultural.

Os sítios arqueológicos possuem intensa quantidade de terra-preta, propícia à produção agrícola em função da quantidade elevada de matéria orgânica oriunda possivelmente de ossos humanos e de animais, que lhes confere elevado nível de fertilidade. A identificação de terra-preta é um indicativo não só da existência de povos indígenas na região, bem como da fixação destes em grupos familiares, domesticação de plantas e animais, necessárias para o autossustento dos povos amazônicos (Falcão; Borges, 2006).

Para Furtado (2006):

Esses grupos organizavam-se social e politicamente em aldeias de tamanho e longevidade variáveis, valorizando o meio ambiente segundo suas concepções culturais e geográficas. Os sistemas produtivos pareciam estar em íntima relação e dependência à natureza e seus recursos ecossistêmicos, nos quais a pesca e a coleta repontavam como primado de uma economia extrativista, seguidas da agricultura através de roçados (derrubada, queimada). Esse padrão leva-nos a fazer analogias no presente a partir de muitas comunidades ribeirinhas [...] da região, atestando sua milenaridade (Furtado, 2006, p. 164).

O povo indígena Waimiri-Atroari habitou a região do Rio Uatumã por várias décadas, e a primeira documentação de sua presença na região remonta ao século XVII (Carvalho, 1982). No Uatumã, fixaram território até a década de 1970, quando passaram a sofrer processos sequenciados de invasões violentas e tentativas de genocídio em função, principalmente, do preço atrativo no mercado internacional da castanha-do-pará, batata, madeiras de lei, peles de ariranhas e jacarés e, posteriormente, da busca por produção energética nacional, sobretudo a construção da UHEB, pela

Central Elétrica do Norte do Brasil (ELETRONORTE), e a exploração da cassiterita do Pitinga, pela Mineração Taboca (Baines, 1993).

A expansão territorial na Amazônia, iniciada com a Conquista, envolveu a exploração do trabalho indígena, a coleta de "drogas do sertão", látex e castanhas, afetando profundamente os povos locais. A partir de 1964, com o golpe militar, a região foi marcada por uma ocupação rápida e violenta, que continuou, embora de forma mais moderada, após 1985. Esse processo, especialmente no Uatumã, resultou em choques entre as territorialidades indígenas e os interesses do Estado e de outros grupos, afetando as comunidades como os povos Waimiri-Atroari. A expansão alterou não apenas o território físico, mas também as estruturas sociais e culturais dessas populações, refletindo as mudanças causadas por novos atores, tecnologias e cosmografias que moldaram a região ao longo do século XX (Martins, 1996; Little, 2002). Os principais aspectos dessa expansão sobre os povos Waimiri-Atroari na região do Uatumã serão apresentados na seção a seguir.

3.1.1 Os modos de vida Waimiri-Atroari no Uatumã

Ao descrever o modo de vida dos Waimiri-Atroari no Uatumã, Carvalho (1982) destaca que viviam basicamente da agricultura, se concentrado no plantio e produção na mandioca, macaxeira, cana de açúcar, banana e batata doce. Além disso, havia a produção artesanal de farinha. À época, não havia armazenamento de colheitas, todo plantio e produção era feito por etapas. Suas roças eram plantadas em épocas e locais diferentes, propiciando o descanso do solo, também conhecido como técnica de pousio. Dentre as caças preferidas estavam as antas, macacos, porcos, jacarés, tartarugas, tracajás e pacas. Em relação à pesca, destacam-se a traíra, tucunaré, pirarucu e pirara. Como complemento da alimentação, coletavam fruto do buriti, castanha e mel de abelha (Carvalho, 1982).

Suas casas eram construídas com troncos de árvores fincados ao chão sempre em formato oval, com paredes trançadas com palhas de ubim ou buça (Figura 24). Tais malocas tinham divisões internas de modo a delimitar os espaços e pertences das famílias (arco, flecha, cestos, jamaxis e maqueiras). Seu meio de locomoção era o ubá (Figura 25), conhecido nas comunidades ribeirinhas como casco, canoas construídas de um tronco de madeira cavado no interior, pesadas e de navegação lenta (Souza, 1993).

Figura 24: Maloca Waimiri-Atroari às margens do Rio Alalaú.



Fonte: G1, (2023).

Figura 25: Ubás, canoas dos Waimiri-Atroari



Fonte: G1 (2023).

Havia uma nítida divisão do trabalho entre homens e mulheres Waimiri-Atroari, segundo Souza (1993). Aos homens cabia caçar, plantar e confeccionar instrumentos utilitários e de defesa (jamaxi, peneira, arco e flecha). Às mulheres, o preparo da comida e do fogo, a coleta da mandioca, frutos e lenhas, o cuidado das crianças e a confecção de roupas e outros utilitários (tangas, pulseiras,

esteiras e redes), que hoje são vendidos como artesanato e compõe as atividades de renda dos Waimiri-Atroari.

O modo de vida dos Waimiri-Atroari estava intimamente alinhado à conservação ambiental, embora o conceito de "conservação" não fosse utilizado ou discutido no contexto desse povo à época. Assim como os demais povos e comunidades amazônidas, suas atividades estavam profundamente orientadas pelo ritmo e pelas leis da natureza, de forma a minimizar o impacto sobre o equilíbrio ecossistêmico. Essa interação com o ambiente era pautada pelo respeito aos ciclos da natureza, que eram entendidos e observados por essas comunidades de maneira intrínseca ao seu cotidiano.

Os modos de vida, por sua natureza, são processos dinâmicos e estão constantemente sujeitos a transformações. Conforme afirmam Marx e Engels (2007), as condições materiais que cercam os indivíduos desempenham um papel fundamental na moldagem de suas vidas e consciências, sendo a transformação dessas condições a força motriz por trás da mudança nos comportamentos e nas relações sociais. Nesse sentido, os modos de vida não são estáticos ou imutáveis, mas sim moldados por uma interação contínua entre fatores materiais, culturais e históricos. Derruau (1973) vai além ao destacar que a ideia de modos de vida imutáveis é um equívoco, pois, mesmo em situações de aparente isolamento, como em comunidades que mantêm pouco contato com o exterior, as formas de viver estão longe de ser fixas. Elas se alteram constantemente devido a uma série de fatores, como inovações tecnológicas, que introduzem novas ferramentas e formas de organização do trabalho; mudanças demográficas, que influenciam as estruturas familiares, as necessidades e os fluxos migratórios; ou alterações climáticas, que afetam diretamente o ambiente e as práticas de subsistência. Um exemplo claro disso é o impacto das variações sazonais nos rios da Amazônia, que exigem adaptações periódicas das populações locais em relação à pesca, transporte e agricultura. Dessa forma, os modos de vida são, em última instância, resultados de um processo contínuo de adaptação e transformação, impulsionado tanto por fatores internos quanto externos.

A introdução dos já mencionados "estranhos" (Martins, 1993) pode provocar transformações significativas nos modos de vida locais. Para os Waimiri-Atroari, as invasões não-indígenas e a perda forçada de seu território, conforme veremos na seção a seguir, resultaram em mudanças profundas em suas formas de existir. O contato com esses "estranhos" não apenas destruiu sua estrutura territorial, mas também gerou um processo de adaptação forçada, alterando

sua relação com o ambiente e suas tradições. Cabe, portanto, uma análise cuidadosa dos elementos externos que influenciaram os modos de vida Waimiri-Atroari, especialmente em um contexto de contato forçado e violento.

3.1.2 Os Waimiri-Atroari e os efeitos cruéis da manipulação cartográfica (BR 174, Pitinga e Hidroelétrica de Balbina)

A intervenção do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ITN)³⁵ sobre os Waimiri-Atroari desde a década de 1910 exemplifica uma política de tutela que, historicamente, ao invés de promover a autodeterminação indígena, impôs uma reconfiguração violenta e artificial de sua identidade e cultura, que perdurou nas décadas seguintes. Na década de 1967, o SPI foi desmantelado devido às graves violações e abusos cometidos por seus agentes contra os povos indígenas. Do mesmo que o SPI, subordinado ao Ministério da Agricultura, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), ao longo do tempo, continuou subordinada a instituições que muitas vezes se opunham aos interesses das comunidades indígenas, como o Ministério do Interior, responsável pelos projetos desenvolvimentistas, incluindo a abertura de estradas. A partir da década de 1980, vigorou um discurso oficial dos indigenistas acerca de divisões internas entre os Waimiri e os Atroari, categorizando-os conforme a disposição de cada grupo em se adaptar aos padrões externos. Essa segmentação, combinada com a sedentarização forçada e a atribuição de responsabilidades administrativas aos indígenas sob supervisão estatal, consolidou uma estrutura de controle e subordinação, minando a capacidade de autodeterminação dos Waimiri-Atroari (Baines, 1993, 1995).

Antes da adoção desses nomes, os Waimiri-Atroari foram conhecidos por várias denominações, como Aturais e Waeyamara, ou Crichanás e Waimirys, que sempre refletiam a divisão entre dois grupos principais. Esses nomes eram frequentemente usados de maneira depreciativa, associando os grupos a conflitos interétnicos. A mudança para "Waimiri" e "Atroari"

³⁵ O Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ITN) foi criado em 20 de junho de 1910, por meio do Decreto nº 8.072,17, vinculado inicialmente ao Ministério da Agricultura. Em 1918, o órgão passou a ser oficialmente denominado Serviço de Proteção aos Índios (SPI). No entanto, ao longo do tempo, o SPI enfrentou um processo de declínio e desmoralização, marcado por diversas denúncias de abusos contra os povos indígenas. O relatório Figueiredo, que compilou mais de 40 processos de corrupção e dilapidação de recursos indígenas, evidenciou as graves falhas no órgão. Em resposta a essas crises, o SPI foi extinto e, em 1967, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi criada para substituí-lo, com a missão de coordenar a política indigenista do Brasil, conforme a visão da época (Santos, 2021). Hoje, o acrônimo FUNAI representa Fundação Nacional dos Povos Indígenas, em respeito à pluralidade e multiculturalidade desses povos.

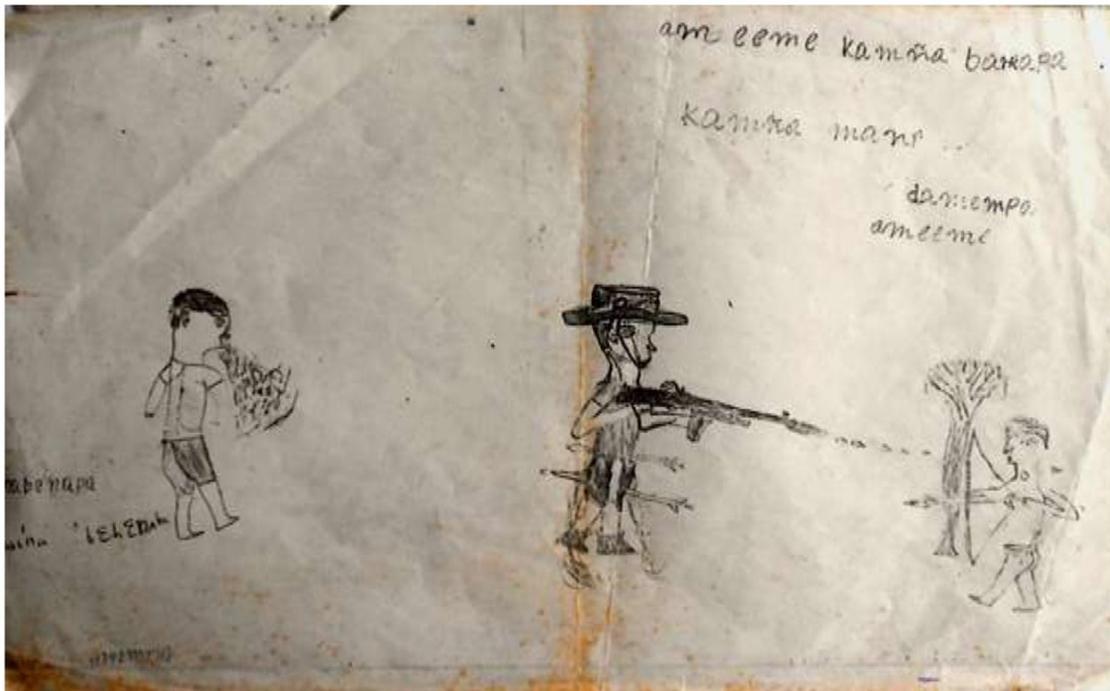
visava não apenas a assimilação, mas também a promoção de uma imagem mais favorável, retratando-os como etnias hospitaleiras e bem-dispostas (Baines, 1995).

Primeiramente, é necessário discutir a construção social dos "Waimiri" e "Atroari", nomes que os próprios indígenas reconhecem como oriundos da sociedade nacional, durante os primeiros contatos com agentes do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN). Os indígenas adotaram esses termos como uma forma de sinalizar supostas divisões internas, que se intensificaram com o contato com os brancos, por conta de doenças que eram frequentemente interpretadas pelos indígenas como feitiçarias ou envenenamentos entre os grupos (Baines, 1995).

A invenção dos termos Waimiri e Atroari visava, em parte, assimilar os indígenas à sociedade nacional, promovendo sua transformação em agricultores sedentários, o que posteriormente facilitaria a expropriação de seus territórios e a implementação de políticas assistencialistas. De acordo com Baines (1995), os Waimiri-Atroari passaram a adotar esses nomes, pois os agentes de contato os utilizavam para demarcar os grupos, e também porque os indígenas se apropriavam desses termos para se diferenciarem internamente.

Esse processo de rotulação foi acompanhado de estereótipos elaborados pelos funcionários do SPI, enfaticamente a partir da década de 1960, que diferenciavam os "Waimiri" e os "Atroari" com base em características físicas, comportamentais e culturais. Os "Atroari" eram vistos como mais puros, honestos e trabalhadores, enquanto os "Waimiri" eram estigmatizados como desonestos e difíceis de aprender. Esses estereótipos eram usados para justificar a intervenção indigenista e legitimar a divisão entre os grupos (Baines, 1991a). As Figuras 26 e 27 evidenciam os males causados pelos "estranhos".

Figura 26: Desenho Waimiri-Atroari*



Fonte: Casa da Cultura Urubuí – CACUÍ apud Araújo (2014). * retratando, à direita, embate entre um soldado do exército e um índio Waimiri-Atroari. À esquerda uma possível representação de um índio com manifestação de sintoma de doença ou envenenamento.

Figura 27: Desenho feito por um Waimiri- Atroari entre 1985 e 1986*



Fonte: Casa da Cultura Urubuí – CACUÍ apud Araújo (2014). Segundo Schwade, retrata o fuzilamento de um índio.

Antes de adotarem oficialmente esses nomes, outros pesquisadores e responsáveis pelas frentes de atração os designaram de outras formas, quais sejam: Aturais e Waeyamara; Wuaiamares ou Uaiumares; Crichanás, Uamerys/Uaimeris e Waimirys; Atroahys (Baines, 1995), sempre demarcando uma clara oposição entre dois principais grupos. “Pode-se dizer que eles se tornaram ‘Waimiri e Atroari’ na medida em que os agentes de contato da sociedade nacional assim os designavam, e na medida em que eles se apropriavam destes nomes para identificar sua facção em relação às demais” (Baines, 1995, pp. 141-142).

O resultado desse processo violento foi a naturalização dessa subdivisão pelos indígenas, tendo de reaprender o histórico do seu povo a partir do discurso oficial da SPI, subjugação que perdura até os dias atuais.

De acordo com Schwade (1983):

Não importa dizer e pouca gente sabe disso, que por trás de todo o projeto e construção da estrada Manaus-Boa Vista [BR-174], cometia-se disfarçada e inconscientemente o passo mais propício para a extinção definitiva dos índios Waimiri-Atroari (Schwade, 1983 *apud* Silva Filho, 2014, p. 297).

Há décadas, ambientalistas, antropólogos e indigenistas (Baines, 1993; 2019; Becker, 2012; Fearnside 1990; 2018; Schwade, 1990; 2012; Souza, 1993) dedicam-se a denunciar as atrocidades cometidas pelo Estado Brasileiro, majoritariamente na implantação dos projetos desenvolvimentistas durante a ditadura civil-militar, contra o povo Waimiri-Atroari. Em geral, esses estudos indicam que as primeiras tentativas de contato e espoliação ocorreram em função do saque de “recursos extrativistas” com grande valor no mercado internacional. O povo Waimiri-Atroari sofreu diversas tentativas de genocídio ao longo dos séculos, o primeiro que se tem registro data do início do século XIX, em 1856, quando uma expedição em busca de castanha matou cerca de 300 indígenas e destruiu aldeias (Ministério Público Federal, 2017).

Otávio Ianni (1981) argumenta que a Amazônia foi utilizada como uma fronteira de acumulação capitalista, sendo essencial para a economia política da ditadura. Ele destaca que os projetos de infraestrutura na região, como rodovias e hidrelétricas, foram impulsionados pelo grande capital, com o objetivo de facilitar a exploração de recursos naturais e integrar a Amazônia ao sistema econômico nacional e global. Esses projetos, voltados para os interesses das grandes corporações, desconsideraram as necessidades das populações locais e resultaram em impactos ambientais e no deslocamento de comunidades indígenas e tradicionais. Para Ianni (1981), a

infraestrutura criada foi um meio de maximizar os lucros e fortalecer o poder do capital, sem preocupação com o desenvolvimento sustentável ou a inclusão social.

O massacre e a expropriação do povo Waimiri-Atroari que habitava o Rio Uatumã começaram a se consolidar de fato a partir da década de 1970, com a abertura da BR 174³⁶, realizada, segundo Silva Filho (2014), pelo extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), hoje Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), e o 6º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC). Contudo, cabe esclarecer os motivos pelos quais o Estado propôs a abertura dessa estrada. Embora à época se tenha alegado a necessidade de ligação entre as cidades de Manaus-AM e Boa Vista-RR, em razão da codependência econômica, o real motivo fora a descoberta das minas de cassiterita no Pitinga e o projeto de instalação de uma usina hidrelétrica, ambos no Rio Uatumã (Baines, 2019; Fearnside, 2018; Schwade, 2012), propiciando a infraestrutura na Amazônia para o Grande Capital (Ianni, 1981). Assim, para facilitar o acesso à mina e à usina, propôs-se a construção da BR-174, entrecortando as terras do povo Waimiri-Atroari.

Nesse contexto ocorre o que Baines intitula de manipulação cartográfica:

[...] houve uma **manipulação cartográfica**, porque em todos os mapas anteriores, o Rio Uatumã vinha do norte e mudaram o nome. **O Rio Uatumã virou rio Pitinga**. O antigo Uatumã vem em direção ao oeste para um igarapé sem nome e desemboca no rio Abonari. Com isso **desmembraram cerca de 40% da área original**, delimitada pelo sertanista Gilberto Pinto Figueiredo no início dos anos 70 para a terra indígena Waimiri-Atroari, **para atender os interesses da mineração Taboca** [mina de cassiterita e outros minérios] **e da Eletronorte** [UHEB] (Baines, 2019, n.p., grifo noso).

O processo de manipulação cartográfica possibilitou a implantação dos projetos de mineração e produção energética a partir do desmembramento da Terra Indígena Waimiri-Atroari, demarcada inicialmente por meio dos Decretos nº 68.907, de 13 de julho de 1971, e alterada pelos Decretos 86.630 de 23 de novembro de 1981 e 97.837, de 16 de junho de 1989, desconsiderando boa parte do território tradicionalmente ocupado.

A construção da BR 174 atendeu plenamente os interesses tanto da mineração, quanto da construção da hidrelétrica de Balbina. As duas grandes obras foram atendidas. A parte desmembrada foi justamente **a maior parte do sul, que acabou sendo alagada pela hidrelétrica de Balbina. A parte do norte era a área de interesse imediato da mineração Taboca**. Quando eu vim em janeiro de 82, a mineração Taboca já estava lá pesquisando e lavrando o minério (Baines, 2019, n.p., grifo nosso).

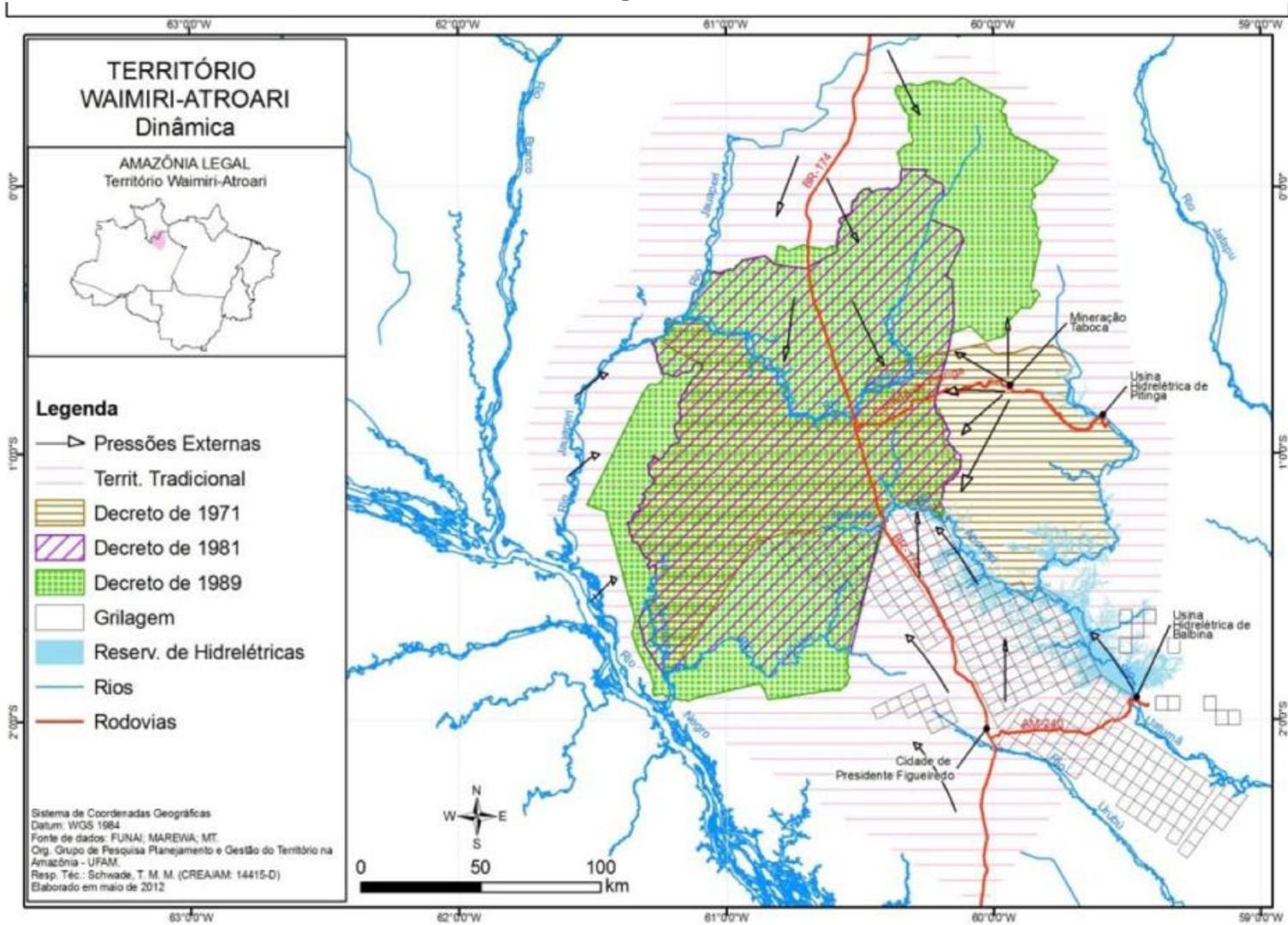
³⁶ De acordo com o Ministério Público Federal (2017), a obra da BR-174 foi realizada durante o período de 1968 a 1977.

A reserva indígena foi desfeita e redefinida pelo Decreto Presidencial 86.630 de 23 de novembro de 1981, desmembrando justamente a área previamente invadida por empresas mineradoras do Grupo Paranapanema junto com uma vasta extensão do território indígena a ser inundada posteriormente pelo reservatório da UHE Balbina. (Baines, 1993, p. 2, grifo nosso). Para desviar-se das críticas, o decreto incluiu duas áreas que não haviam sido incluídas no decreto anterior, mas já pertenciam ao território tradicional (Comissão da Verdade, 2012, p. 33).

Em 1989, homologou-se a Área Indígena Waimiri-Atroari, por meio do Decreto 97.837, de 16 de junho de 1989, [...] que permanece em vigor [...] e segue a mesma orientação política do anterior, **ampliando a terra ao norte, a sul e a oeste [para justificar a exclusão das áreas a leste tomados pela Mineração Taboca e pela UHEB]**. (Comissão da Verdade, 2012, p. 33).

Na Figura 28 é possível visualizar o território tradicional dos Waimiri-Atroari em comparação com os territórios demarcados pelo poder público em 1971 e 1989.

Figura 28: Comparação do território tradicional com as demarcações posteriores em 1971 e 1989 em favor dos empresários



Fonte: Ministério Público Federal (2017).

É importante observar que, embora a homologação da Terra Indígena Waimiri-Atroari tenha ocorrido formalmente em 1989, por meio do Decreto nº 97.837, a territorialidade dos Waimiri-Atroari continuou a ser violada, já que a área final demarcada não refletia a totalidade do território ancestral. O decreto nº 97.837 de 1989 expandiu a terra ao norte, sul e oeste, mas não corrigiu as exclusões já ocorridas nas décadas anteriores, particularmente a área a leste, que havia sido tomada pela Mineração Taboca e pela UHEB. Essa manipulação de fronteiras e a inclusão de áreas já comprometidas por projetos de exploração mineral, são claras tentativas de minimizar as críticas sobre a perda de terras, ao mesmo tempo em que legitimam o controle de áreas chave para as atividades econômicas.

A redução e fragmentação do território Waimiri-Atroari foi resultado de uma política indigenista colonizadora, que, ao longo das décadas, procurou dissolver a identidade territorial dos povos indígenas e transformar as suas terras em áreas sujeitas à exploração econômica. A manipulação cartográfica, que desconsidera a totalidade do espaço ancestral ocupado pelos Waimiri-Atroari, é um exemplo claro da distorção de políticas públicas para atender interesses de grandes empresas e do próprio Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar, sem considerar as consequências sociais e ambientais para as populações afetadas.

Os principais impactos causados pela construção da BR-174 podem ser sintetizados em: o desmatamento de cerca de 100km de floresta pertencente ao território indígena, sem contar a parte do entorno; o represamento de cerca de 35 igarapés; genocídio, via doenças e assassinatos, dos Waimiri-Atroari (Souza, 1993).

No que concerne à mineração no Rio Uatumã, renomeado para rio Pitinga, Silva Filho (2014) destaca que os primeiros passos foram dados a partir da criação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), na década de 1970. A CPRM, ao lado do Programa Radar Amazônia (RADAM), foram responsáveis por identificar áreas prioritárias para exploração mineral na região amazônica. Dentre elas, o Rio Uatumã, por conta da presença abundante da cassiterita, despertando, assim, o interesse da Mineração Taboca S.A pertencente ao Grupo Paranapanema.

Cabe destacar a chancela fornecida pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), antiga Fundação Nacional do Índio, ao Grupo Paranapanema, evidenciando uma articulação entre a pasta indigenista, militares, agências internacionais e empresas mineradoras/hidroelétricas em função da "integração" da Amazônia ao território nacional, por meio dos Grandes Projetos (Baines, 1993; Silva Filho, 2014). O chamado indigenismo empresarial (Baines, 1995).

Em suma, os principais impactos promovidos pela Mineração Taboca, são: a construção de uma estrada com 40km que liga o rio Pitinga a BR-174; desmatamento da cabeceira de inúmeros igarapés; poluição do rio Alalaú e do Igarapé Tiarajú, com detritos da mineração; rompimento da barragem de terra, em 1987, que lançou cerca de 700 mil metros cúbicos de despejo da lavagem de cassiterita, que prejudicaram severamente à alimentação e à saúde dos Waimiri-Atroari, impactando de modo cruel seus modos de vida.

Mesmo diante da destruição causada pela construção da BR-174 e pela mineração de cassiterita, a Usina Hidroelétrica de Balbina (UHEB) foi o conflito do Uatumã com maior repercussão midiática, em função da consolidação do movimento ambiental, nacional e internacionalmente, eclodido ainda na década de 1970. O sociólogo José Sérgio Leite Lopes (2006), intitula esse processo de "ambientalização dos conflitos sociais", que, em suma, pode ser interpretado como a interiorização e adoção da pauta ambiental pelos cidadãos, pesquisadores, poder público, ONGs, grupos sociais, instituições multilaterais. As esferas sociais, econômicas, políticas, territoriais dos conflitos ficam em segundo plano dando lugar à ambientalização desses conflitos, portanto, conflitos ambientais.

O processo de ambientalização implica na mudança de comportamentos do Estado, das empresas e das pessoas. Ao passo que a questão ambiental vigora como fonte de legitimidade e argumentação de conflitos (1970-1980), os povos e comunidades tradicionais adotam o discurso ambiental como forma de reivindicar reparações pela espoliação, expropriação e demais ataques sofridos ao longo de décadas por empresas chanceladas pelo Estado e pelo próprio aparelho estatal. A partir da cobrança feita pelos cidadãos, Estado e empresas incorporam a pauta ambiental como garantia de acesso aos financiamentos internacionais e continuidade no processo já em curso de devastação ambiental.

Nesse sentido, cabe destacar que a celeuma feita por estudiosos que adotavam a pauta ambiental, motivados pelas reivindicações do povo Waimiri-Atroari e ribeirinhos, ecoou em diversas parte do globo, de modo a fazer com que a ELETRONORTE revisse a ausência de licenciamento ambiental da UHEB, tornados obrigatórios pela Resolução nº 006/87 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, em 1987.

A Usina hidroelétrica de Balbina (UHEB) é um dos projetos conhecidos no Brasil como “obras faraônicas”³⁷ (Fearnside, 1990, p. 98), um dos maiores desastres ambientais ocorridos durante a ditadura civil-militar no Brasil. A construção da UHEB iniciou em 1979, com o funcionamento a partir de 1989, “sem estudos e relatórios de impactos ambientais (EIA-RIMA) prévios à sua implementação” (Lobo, 2017, p.07). Ainda segundo o autor, a eficiência energética da UHEB é baixa quando comparada à capacidade planejada, uma vez que o previsto era 250 megawatts (MW) e atua com apenas 122,2 MW, não contemplando sequer a cidade de Manaus.

O reservatório a montante da barragem inundou grandes áreas de terra firme, “[...] a vegetação inundada permanece decompondo na represa em condições anóxicas e ácidas, contribuindo para formação de grande quantidade de gases de efeito estufa” (Lobo, 2017, p. 07). Essas populações de árvores mortas, também conhecidas como paliteiros e cacaias (Figura 29), são encontradas em toda a represa. Ademais, o regime hídrico do Rio Uatumã foi alterado pela abertura das comportas ocasionando inundações recorrentes (Assahira, 2014).

Figura 29: Paliteiros/Cacaias (conjuntos de árvores mortas) de Macacarecuias no Rio Uatumã



Fonte: Resende (2020).

Resumidamente, estão entre os principais impactos da UHEB para as populações humanas do Rio Uatumã: alteração do curso e do pulso do rio; poluição de rios; morte de ictiofauna;

³⁷ [...] Assim como as pirâmides do antigo Egito, estas obras públicas exigem esforços de uma sociedade inteira para se completar, apesar de não trazerem praticamente nenhum retorno econômico (Fearnside, 1990, p. 98).

destruição de habitats de faunas aérea e terrestre; insegurança hídrica e alimentar dos povos e comunidades ao longo do Rio Uatumã; alagamento de terras tradicionalmente ocupadas. Santos (2019, *passim*), ao realizar entrevistas com moradores da parte baixa do Rio Uatumã, próxima a cidade de Itapiranga, percebeu máculas da UHEB presentes na memória dos afetados como “o cheiro podre que a lama de peixes mortos do rio causava; a dificuldade para conseguir água pra beber, preparar os alimentos e tomar banho”.

Além disso, Rodrigues e Oliveira (2012) relembram dois impactos comumente ignorados nas análises sobre a UHEB: impacto na autoestima coletiva e o impacto indireto oriundo da desinformação e do preconceito. O impacto na autoestima coletiva ocorre em função da desfiliação com o território e a aniquilação dos modos de vida ribeirinhos e indígenas, sobretudo por conta da morte da natureza. Já o impacto indireto, diz respeito às campanhas de *marketing* veiculadas pela ELETRONORTE para propagar os falsos benefícios que seriam promovidos pela UHEB, além de tentar coagir os povos indígenas e comunidades ribeirinhas que se opunham à construção da obra.

Foi a partir de 1984, com o alagamento de duas das dez aldeias restantes, Taquari/Atual Iawara (com 72 pessoas à época) e Tapupunã/Atual Sumaúma (com 35 pessoas à época), que o povo Waimiri-Atroari se estabeleceu ao longo da BR-174 (Figura 30), em condições desumanas, recebendo quentinhas³⁸ de um de seus principais algozes, a Mineração Taboca, para sobreviver. O impacto que a UHEB causou em seus modos de vida foi considerado irreversível, uma vez que perderam seu território e suas principais fontes de alimentação (Fearnside, 1990; Fearnside, 2018). Além de todo o ambiente em que desenvolviam sua territorialização, envolvendo aspectos simbólicos e cosmológicos.

³⁸ Uma quentinha é uma refeição pronta, geralmente embalada em embalagem descartável, contendo arroz, feijão, carne e acompanhamentos, popular no Brasil como uma opção prática e conveniente para consumo rápido e geralmente fora de casa.

Figura 30: Indígenas Waimiri-Atroari às margens da BR-174



Fonte: FUNAI (s.d.).

A ELETRONORTE, empresa paraestatal responsável pela gestão da Hidroelétrica de Balbina, financiou, então, o Programa Waimiri-Atroari (PWA), com o intuito de retirar os indígenas da BR e inseri-los em outro território, exigência do Banco Mundial para continuação do financiamento da UHEB (Schwade, 2012), o que remete mais uma vez à ambientalização dos conflitos sociais. Com objetivos nada filantrópicos ou solidários, a ELETRONORTE buscava, com o PWA, silenciar os indígenas e dar continuidade ao “pleno” funcionamento da UHEB, como uma forma de compensação ambiental.

Criado em 1987, por meio da Portaria 1.331/87, o PWA:

consiste num convênio de ação conjunta entre Eletronorte e Funai. Neste programa a Eletronorte **se compromete a financiar durante 25 anos as atividades do PWA** que é dividido em 7 subprogramas: Saúde, Apoio à Produção e ao Meio Ambiente, Educação, Vigilância dos Limites, Documentação e Memória, Técnico Administrativo, Obras e Infraestrutura (Souza 1993, p.315).

Para Baines (2019, n. p.), o PWA impediu, e ainda impede, os Waimiri-Atroari de gritar à sociedade o processo nefasto sofrido pela ditadura militar, “foram mantidos fechados, numa redoma”. Além disso, segundou Souza (1993), a incorporação do PWA ao Termo de Compromisso n. 002/87 assegurou que todas as ações desenvolvidas no território, incluindo pesquisas, ocorram somente mediante prévia aceitação da FUNAI e da ELETRONORTE.

O processo de modificação imposto aos Waimiri-Atroari pelos projetos indigenistas empresariais das décadas de 1970 e 1980 foi uma tentativa de forçar uma “preservação” de suas tradições que, na prática, se traduziu em uma imposição de novos comportamentos. A FUNAI, ao

obrigar a sedentarização dos Waimiri-Atroari, por meio do PWA, em aldeamentos e sua submissão ao regime de trabalho agrícola dirigido, desconsiderava as formas de vida tradicionais do povo, que eram baseadas na intensa mobilidade e em práticas sustentáveis de uso da terra. Para justificar essas mudanças, os indigenistas usaram uma retórica de "respeito às tradições", mas impuseram transformações profundas nas formas de viver que não correspondiam à realidade dos Waimiri-Atroari.

Além disso, os projetos da SPI/FUNAI impuseram um modelo de "modernização" que, em nome da "preservação" de tradições, substituiu os costumes indígenas por comportamentos e práticas projetados pelos indigenistas, como a construção de "malocas grandes" ou "malocas pequenas" para dar uma aparência "tradicional". Esses esforços de "neotradicionalismo" não só desconsideravam a dinâmica cultural dos Waimiri-Atroari, mas também visavam a criar uma fachada de autenticidade para justificar a continuação do controle colonial.

Além do PWA, a ELETRONORTE implementou o Centro de Preservação e Pesquisa de Mamíferos Aquáticos (CPPMA) como parte de suas estratégias mitigatórias. Entretanto, a verdadeira justificativa residia na necessidade de preservar uma população de *Trichechus ininguis* (peixes-boi), a fim de conter as macrófitas da região, que levavam a perdas de água por evaporação e transpiração, interferindo significativamente na capacidade energética da UHEB (Fearnside, 1990). Além do CPMA, a ELETRONORTE implementou algumas outras medidas compensatórias, o Centro de Preservação e Pesquisa de Quelônios Aquáticos (CPPQA) e a Reserva Biológica do Uatumã (Baldisseri, 2005).

Nesse ínterim, entre a construção da BR, a mineração de cassiterita e a construção da UHEB, o governo civil-militar, ciente da resistência do povo Waimiri-Atroari na calha do Uatumã, passou a divulgar, nacional e internacionalmente, com apoio das elites regionais e da iniciativa privada, a falsa notícia de desaparecimento desse povo, quando, na verdade, imputava-lhes ataques belicosos e sangrentos, facilitando o acesso às "riquezas naturais" daquele território (Baines, 1993; 1995; Relatório da Comissão da Verdade, 2012).

Pais, mães e filhos mortos, aldeias destruídas pelo fogo e por bombas. Gente resistindo e famílias correndo varadouros à procura de refúgio em aldeia amiga. A floresta rasgada e os rios ocupados por gente agressiva e inimiga. Esta foi a geografia política e social vivenciada pelo Kiña [Waimiri-Atroari] desde o início da construção da BR-174 [...] (Relatório da Comissão da Verdade, 2012, p. 10).

De acordo com os dados do Relatório do Comitê Estadual da Verdade (2012), os Waimiri-Atroari, em 1968, era estimada pela FUNAI em 3 mil indivíduos. Já em 1972, pós-ataques militares e epidemias oriundas do contato com não-indígenas, a população foi reduzida a 1 mil indivíduos. Em 1983, o antropólogo Baines contabilizou apenas 332 sobreviventes, sendo 216 crianças, cujos pais morreram nos confrontos da construção da BR 174 (Baines, 1993; 1995).

É imperioso, contudo, destacar a resistência do povo Waimiri-Atroari em defesa da manutenção de seus modos de vida e territórios. Desde a década de 1910, quando iniciaram as tentativas de massacre por parte do Estado e das empresas espoliadoras, resistiram bravamente, muitas vezes com suas próprias vidas. No interstício entre os primeiros contatos, em 1910, e a migração forçada dos Waimiri-Atroari para o novo território indígena, em que seria desenvolvido o PWA, na década de 1990, ocorreram insurreições variadas, como contra-ataques às missões católico-militares; o fechamento da vicinal que ligava a mina de cassiterita à BR-174; e uma série de negociações com a ELETRONORTE, a fim de obter uma compensação ambiental justa, entre outras.

Ainda hoje, os Waimiri-Atroari vivem sob a redoma do PWA, tendo suas interações cerceadas pela FUNAI e pela ELETRONORTE. Schwade e Baines (*passim*) afirmam que os Waimiri-Atroari foram isolados da convivência social não só com a população não-indígena, mas também da interação social e política com o movimento indígena, limitando a articulação e o fortalecimento de sua luta.

A crítica central a esse processo é que, sob a justificativa de proteção e assimilação, o indigenismo estatal na verdade destruiu as bases da identidade Waimiri-Atroari, impondo uma versão superficial e controlada de sua cultura, ao mesmo tempo que os subjugava a um sistema de dependência. Em nome da autodeterminação, o que se impôs foi uma estrutura de domínio que reforçou a exploração e a perda de autonomia dos Waimiri-Atroari.

3.2 "A GENTE VIVIA PELA NATUREZA": AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO UATUMÃ

Embora existam poucos registros sobre a origem e formação das comunidades ribeirinhas da RDSU, esforcei-me para reunir as poucas informações disponíveis, extraídas principalmente dos relatórios sobre a implantação da UHEB, dos planos de gestão e uso público da RDSU, duas dissertações desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente

e Sustentabilidade (PPGCASA), além de excertos de entrevistas realizadas durante os trabalhos de campo da tese. O objetivo é rememorar a ocupação ribeirinha a esta região específica do Uatumã. Aproveito este contexto para destacar a significativa lacuna presente no Plano de Gestão da RDSU: um relato histórico das comunidades. Existe um hiato entre a ocupação dos Waimiri-Atroari e a chegada, bem como a coexistência, dos ribeirinhos, lacuna que este subcapítulo busca preencher.

Embora o Plano de Gestão afirme que a formação das comunidades da RDSU é recente, com uma média de 35 anos (a partir de 1990), a chegada dos moradores à região precede a institucionalização das associações comunitárias. De acordo com Lazzarini (2003 *apud* ELETRONORTE, 1987), antes da construção da UHEB, na década de 1970, o Rio Uatumã já era habitado por extrativistas (balata, pau-rosa e castanha), que aos poucos foram se reunindo em comunidades influenciados pelos missionários. No início da década de 2000, Lazzarini (2003) entrevistou um dos moradores mais antigos do Rio Uatumã que afirmou residir na localidade desde a década de 1950, em busca de coletar balata e castanha.

Entre as famílias mais antigas da RDSU, destaca-se a que fundou a Comunidade Maracarana, contígua à Comunidade Bela Vista, conforme relato de Seu Júlio.

O chefe dessa família já faleceu, era o seu Cocó, ele veio para o Uatumã para trabalhar com o pau-rosa³⁹, na década de 1970, aqui tinha usina e tudo, era um trabalho pesado. Depois que acabou, gostou muito e resolveu fixar residência. Aí, como não tinha mais o pau-rosa, foi trabalhar com agricultura. Ele que começou a preservação dos quelônios, não deixava os barcos entrarem, por conta própria. Eles mesmos fiscalizavam. No lado deles ninguém entrava, só se tivesse a permissão deles (Seu Júlio, dono de pousada e presidente da Comunidade Bela Vista. Entrevista realizada em fevereiro de 2023].

O relato de Seu Júlio converge com o de outros moradores acerca de conflitos travados em razão da proteção dos quelônios na região do Maracarana, ainda na década de 1970/1980. Nota-se, portanto, a existência de conflitos em torno do uso da natureza, alguns dos quais serviriam de motivação para a criação de uma unidade de conservação uma/duas décadas depois.

Retomo Heller (1987) para lembrar que o conceito de comunidade pode ser permeado de heterogeneidades, em sua forma concreta cabem dissensos, conflitos, tensões, com espaços para partilha de valores comunitários, bem como a expressão de traços característicos da individualidade de cada sujeito integrante de uma comunidade. A concepção do viver em comunidade de Heller

³⁹ O pau-rosa (*Aniba rosaeodora*) é uma árvore nativa da Amazônia, conhecida por sua madeira de alta qualidade e pelo óleo essencial extraído de seu tronco. Esse óleo é muito valorizado na indústria de cosméticos e perfumes. A madeira da pau-rosa também foi historicamente muito apreciada, especialmente para a produção de móveis e objetos de luxo.

(1987) vai ao encontro da síntese de Wiggers (2012), para quem nem todos se dão bem em uma comunidade, a comunidade real é heterogênea, com ideias diversas, nem sempre transmite segurança e é minada de conflitos, ainda que com um nível considerável de homogeneidade cultural.

Na esteira dos conflitos nas comunidades, cabe mencionar que a primeira sede da comunidade Bela Vista ficava onde hoje está o campo de futebol. Lá foi construída a primeira escola e a igreja. Contudo, um antigo morador afirmava ser o proprietário do terreno e, após dissensos entre os ribeirinhos, optou-se por mudar a sede para a parte de cima, onde está localizada atualmente. Esse conflito, considerando os pressupostos de Georg Simmel (1983), ilustra como tensões e disputas de interesses podem surgir em comunidades, refletindo a luta por poder e espaço. Para Simmel (1983), esses conflitos, embora gerem divisões momentâneas, também podem resultar em um fortalecimento da identidade do grupo, uma vez que a resolução dos conflitos implica em reorganizar a sociedade e redefinir seus limites. Assim, o deslocamento da sede não apenas resolveu a disputa, mas também contribuiu para o fortalecimento da coesão social e a adaptação das relações dentro da comunidade.

Na Comunidade Bela Vista, “o primeiro morador foi o Seu Dionísio. Ele morava dentro de um barquinho. Pescador profissional, pescava e tirava madeira” (Seu Júlio, dono de pousada e presidente da Comunidade Bela Vista. Entrevista realizada em fevereiro de 2023).

Eu nasci no Rio Uatumã mesmo, em 1956. Depois, eu via essa parte do Uatumã tão bonita e vim pra cá com meu barco, não tinha comunidade, não tinha casa, não tinha nada, era eu e minha família! Com o tempo, outras famílias chegaram. A maioria vivia da pesca e da madeira. A gente levava muito peixe pra vender, era tudo liberado! Na nossa época, não tinha escola. **A gente vivia pela natureza.** Muitos daquela época já morreram sem saber ler e nem escrever. E ainda tem uns dois vivos que nem o nome faz (Seu Dionísio, dono de pousada, agricultor e morador da Comunidade Bela Vista. Entrevista realizada em novembro de 2023).

Seu Dionísio conta que na ocasião de criação da comunidade, as pessoas se reuniram e chegaram a conclusão de que o nome deveria traduzir a beleza cênica do lugar, elogiada por todos que a conhecem. Assim, foi escolhido o nome Bela Vista.

Uma das famílias mais antigas da Comunidade Bela Vista é a de Seu Dário, que afirma ter chegado no Uatumã na década de 1980, ainda adolescente, para trabalhar como caseiro em uma antiga fazenda de seu tio. Assim como boa parte dos moradores antigos da RDSU, Dário veio do município de Autazes, no Amazonas. Após mais de uma década trabalhando como caseiro na

fazenda, realizando um trabalho extenuante e precário, resolveu migrar da parte baixa da RDSU, onde ficava a fazenda, para a parte alta, atual Comunidade Bela Vista, onde construiu casa e família.

Nas palavras de Seu Dário e Dona Flor:

O trabalho era pesado do mesmo jeito, a diferença é que tudo era nosso. A gente podia se programar pra fazer alguma coisa” (Seu Dário. Dono de pousada e agricultor. Entrevista realizada em novembro de 2023).

“Aqui não tinha nada! Era só mato, cheio de bicho, nem luz nós tinha! Era a lamparina e olhe lá! Muito difícil era a vida nessa época, eu chorava pro Dário [marido], dizia pra nós ir embora daqui, que eu não aguentava mais tanto sofrimento” (Dona Flor. Dona de pousada e merendeira. Entrevista realizada em novembro de 2023).

De modo similar, outros moradores chegaram ao Uatumã. Eles vinham de outros municípios do Amazonas: Autazes, Itacoatiara, Presidente Figueiredo e Manaus. Além de outros estados como Pará e Rio Grande do Sul. Atraídos principalmente por: a) trabalhos na extração do pau-rosa ou nas fazendas de gado; b) casamento com um morador do Uatumã; c) migração de comunidades mais próximas da UHEB.

Quando uma família chega numa comunidade, que ela vai construir a sua casa e a sua vida do zero é preciso muita força de vontade. Tu tem que limpar o terreno todo, tem que tirar madeira pra levantar a casa. Fazer roçado, plantar e pelo menos uma hortinha. As pessoas julgavam muito nós, dizia que nós era mal com nossos filhos, que nós botava eles pra trabalhar que nem bicho! Eles não entendiam que a gente precisava comer, precisava de ajuda na roça, era isso ou morrer de fome! Eles chegavam da escola umas 11h [anos 2000], daí a gente dava um almoço pra eles, que geralmente era arroz com feijão, e de lá já partia pra roça, naquele sol lascado. Até entardecer! Não tinha sossego, todo dia era isso! (Dona Flor. Dona de pousada e merendeira. Entrevista realizada em novembro de 2023).

A unidade familiar nas comunidades amazônicas é composta, em geral, pelo pai, a mãe, e uma média de quatro filhos. Além das roças, que ficam geralmente mais distantes das casas, existem os sítios/quintais agroflorestais, de onde é possível coletar frutas, plantar verduras e legumes. Ademais, existe um deslocamento dos membros da família, em especial os homens, para lagos e áreas de terra firme função da pesca e caça.

Entre muitas incertezas nos registros históricos, afirma-se que, indubitavelmente, uma parcela das famílias ribeirinhas já estava alocada às margens do Rio Uatumã, na ocasião do alagamento ocasionado pela UHEB, em 1989. Fato constatado em inúmeras entrevistas:

Quando abriram a represa que foi a desgraça! Alagou foi tudo! Esse Uatumã fedia a podre! Como eu tenho família em Itacoatiara, não teve muito o que a gente fazer, foi preciso

passar um tempo lá. Eu larguei tudo aqui! Foi difícil! Tá vendo essa marca na parede? Pois é! Foi a marca de quando alagou e a gente subiu a casa (Dona Cecília, agricultora e moradora da comunidade Bela vista, entrevista realizada em novembro de 2023).

Na década de 1970, a ação social das CEBs influenciou o aglutinamento de grupos sociais em comunidades amazônicas. Na contemporaneidade, instituições como a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) incentivam essa forma de organização familiar (Santos; Scherer, 2012; Wiggers, 2012). Com a criação do Programa Bolsa Floresta (2008-2020) pela FAS, foi sugerida e estimulada a participação comunitária por meio das associações. A FAS passou a atribuir deveres para com a fiscalização da floresta em troca de benefícios econômicos, conferindo, portanto, um caráter político-administrativo às comunidades, daí a denominação de “guardiães da floresta”.

Wagley (1988), um dos estudiosos seminais no estudo de comunidades amazônicas, relata que as comunidades compartilham uma herança cultural da região a qual pertencem, com características de organização social, política e de trabalho adaptadas aos aspectos do seu meio ambiente. Essas comunidades desenvolveram características de adaptabilidade não só ao calendário ecológico amazônico e as suas intempéries, como os períodos de seca/cheia e as doenças, mas, também, aprenderam a resistir às investidas incansáveis do Capital, ao longo dos diversos “ciclos” de ocupação da região, desde a exploração da borracha até a chegada dos projetos desenvolvimentistas na década de 1970, permeados de intensos fluxos migratórios e saque ambiental, que impactaram grandemente os modos de vida das comunidades (Chaves; Simonetti; 2020; Wagley, 1988).

3.3 QUANDO NOVOS “ESTRANHOS” ENTRAM EM CENA NO UATUMÃ

3.3.1 O extrativismo do pau-rosa

A Amazônia, desde a sua invenção⁴⁰, foi marcada pelos chamados “ciclos” de exploração econômica, desde o extrativista dos produtos da floresta, baseado no uso de mão de obra escrava indígena, passando pelo extrativismo da borracha (*Hevea brasiliensis*), destinado à exportação, até

⁴⁰ Gondin (1991), ao discutir “a invenção da Amazônia”, se refere ao processo histórico em que a região foi construída como um conceito e um espaço simbólico, moldado por representações de cronistas e viajantes, muitas vezes distantes da realidade local. A autora descreve como a Amazônia foi inicialmente idealizada e romanticamente retratada, ao mesmo tempo em que foi utilizada para atender aos interesses econômicos e políticos, com foco na exploração de seus recursos naturais. Esse processo de “invenção” desconsiderou muitas vezes a realidade das comunidades locais, como os povos indígenas e ribeirinhos, e resultou em uma Amazônia mais imaginada do que compreendida em sua totalidade.

as demais formas de espoliação e saqueamento dos recursos naturais (Ramos, 2014). De acordo Homma (2001), os processos de exploração na Amazônia não conseguem se efetivar, uma vez que encontram limites à sua expansão, transferem suas mazelas aos processos posteriores. Com a derrocada da goma elástica, nas primeiras décadas do Século XX, entra em cena a exploração de um novo recurso natural, o pau-rosa (*Aniba rosaeodora*), que inicia a partir do esgotamento das reservas dessa árvore, na Guiana Francesa. Na Amazônia, esse processo socioeconômico atingiu seu pico em 1955, com cerca de 17% do total de exportação da Região Norte.

Na região do Baixo Amazonas, em que está localizada a RDSU, observa-se, ainda que de forma incipiente na literatura científica, a preponderância do chamado "ciclo" do pau-rosa (*Aniba rosaeodora*). De acordo com relatos orais das comunidades tradicionais que habitam a região, e uma investigação realizada pelo IDESAM (Amazonas, 2009), houve, na década de 1980, exploração intensa de pau-rosa e balata (*Manilkara bidentata*) na região (Amazonas, 2010). Segundo Homma (2003) e dados do Plano de Manejo da Reserva Biológica do Uatumã (Brasília, 1997), a região do rio Jatapu foi foco de exploração da *Aniba rosaeodora* na década de 1980 e, no final da década de 1990, ainda era possível encontrar pontos de exploração clandestina em usinas flutuantes instaladas ao longo dos rios Uatumã e Jatapu.

De acordo com Meira (1995), a produção historiográfica se dedica excessivamente às atrocidades da produção gomífera, deixando de lado importantes processos socioeconômicos de grande valia para o entendimento da história da Amazônia e de igual crueldade em relação às condições de trabalho, dentre eles o extrativismo do pau-rosa. Para Rodrigues, Trindade e Bittencourt (2016), o extrativismo da borracha obteve maior destaque na historiografia amazônica devido à pujança econômica que conferiu à região, mas os processos produtivos posteriores mantiveram as diretrizes econômicas e relações de produção oriundas da época da borracha, entre os quais a exploração do pau-rosa (*Aniba rosaeodora*).

O processo econômico de extração do pau-rosa, do mesmo modo que a produção gomífera, utilizou mão de obra análoga à escravidão de povos indígenas e comunidades tradicionais, sem mencionar a parcela significativa de migrantes oriundos principalmente do Nordeste e a população negra escravizada, gerando grandes custos não só ecológicos, mas sociais. Para extração da borracha, utilizou-se um sistema de aviamento gerenciado pelos seringalistas ou coronéis de barranco, que camuflava o trabalho análogo à escravidão numa falsa promessa de trabalho livre, em que os seringueiros extraíam a seringa para saldar dívidas infundáveis com os seus patrões,

adquiridas em função de obter meios de trabalho e autossustento quando na chegada aos seringais. Desse modo, raramente conseguiam excedente econômico que lhes proporcionasse autonomia para quitação das supostas dívidas e a possibilidade de sair dos seringais, até porque o uso da repressão era comum, ocasionando a morte de diversos trabalhadores dos seringais e de suas famílias (Benchimol, 2009; Silva, 2017).

No extrativismo do pau-rosa, Rodrigues *et al.* (2016) identificaram a persistência do aviamento e do endividamento junto aos patrões, intitulado de abono. O abono era um dinheiro que os trabalhadores recebiam para frequentar as festas locais, geralmente de caráter religioso, oferecendo sua força de trabalho como pagamento. De modo similar ao aviamento, recebiam quantias irrisórias pelo trabalho prestado e passavam meses, até anos, para quitarem suas dívidas. Quanto ao processo produtivo de essência do pau-rosa, dividia-se em três principais etapas, quais sejam, extração, transporte e transformação em óleo de linalol.

As usinas de pau-rosa "eram mantidas em funcionamento 24 horas por dia, com alternância em dois turnos (diurno e noturno). Cada empregado trabalhava 12h, com divisão em duas turmas de trabalhadores, com jornadas de seis horas por turno: uma turma entrava 6h da manhã, saindo 12h, e voltava 18h, saindo 0h; outra turma entrava 12h, saindo 18h, e voltava 0h, saindo 6h da manhã. A jornada de trabalho era diferente para trabalhadores que atuavam na mata e trabalhadores da usina. (Rodrigues *et al.*, 2016, p. 178).

Para o pleno funcionamento de cada usina, eram levados, em média, 400 a 800 homens, que, embora com funções diversas e divididos entre o trabalho na floresta e na usina, ambos trabalhadores eram sujeitos a condições degradantes de um trabalho análogo à escravidão, não só sob a perspectiva de um trabalho que priva da liberdade, mas, sobretudo, relacionado à perda da dignidade humana, em particular durante o "regime do toco"⁴¹ (Rodrigues *et al.*, 2016).

De acordo com Souza (2002), no extrativismo como "forma de produção arcaica", o valor de uso e o valor de troca estão muito próximos, tendo em vista que o cálculo do salário tinha como base a sua produção. "Era uma força de trabalho que valia o quanto pesava, determinada inclusive pela necessidade de ser mantida na produção à custa de abusos sociais, como a obrigatoriedade do

⁴¹ " O Regime do Toco foi a forma mais comum de trabalho insalubre utilizada nos seringais e também nas usinas de beneficiamento de pau-rosa na Amazônia [...] manifesta-se pelo elevado grau de sujeição do trabalhador e pela forma de exploração indiscriminada [...] está relacionado à modalidade de compulsão no trabalho, cuja característica se deu em face do uso de castigos corporais e violência psíquica a quem tentava fugir do barracão. Estar no toco é um modo de sujeição moral; é subordinar-se ao patrão sem intermediação, como no caso dos que trabalhavam como aviados e sem possibilidades de ganho nominal na extração do pau-rosa (Rodrigues *et al.*, 2016, p. 184-185).

consumo no comércio do proprietário e a sistemática estrutura policialesca do patrão impedindo o trabalhador de abandonar a produção” (Souza, 2002, p. 34).

O Polo 3 da RDSU, do qual a Comunidade Bela Vista faz parte, possui trechos que enfatizam a presença predecessora do extrativismo do pau-rosa. Na comunidade do Flechal, há o denominado Ramal do Pau-Rosa, com uma extensão de 18 km, que era utilizado para extração do óleo na segunda metade do século XX. Na comunidade Santa Luiza do Caranatuba há espécies com tamanho considerável, que, segundo Dona Maria (Amazonas, 2010), foram por ela plantadas na década de 1970. Há trilhas com evidência de pau-rosa também na comunidade Bom Jesus. Por fim, na comunidade Maracarana, há uma “estrada” do pau-rosa, utilizada antigamente para escoamento da produção para posterior exportação em especial para os Estados Unidos e países europeus (Amazonas, 2010)⁴².

O presidente da Comunidade Bela Vista, João Paulo (dono de pousada, agricultor, presidente da comunidade Bela Vista, entrevista realizada em fevereiro de 2023), afirmou que a primeira família registrada no Uatumã pertence à comunidade Maracarana, localizada um pouco abaixo de Bela Vista, foi a família de Seu Cocó. João Paulo nos relatou que Seu Cocó chegou à região atraído pela oportunidade de trabalhar na usina de pau-rosa e, após algum tempo, decidiu se estabelecer no local, onde formou sua família.

3.3.2 A “herança” da UHEB

Fearnside (1990) destaca uma controvérsia em relação aos discursos que buscavam quantificar o número de famílias não-indígenas no Rio Uatumã, tanto na área de inundação quanto à jusante (abaixo) da barragem. A ELETRONORTE, com um discurso falacioso sobre a UHEB, identificou apenas uma família ribeirinha, composta por sete membros, na área que seria inundada. Já na região à jusante, entre o local previsto para a construção da barragem e o rio Abacate, foram registradas 100 famílias ribeirinhas, numa área com uma extensão aproximada de 95 km.

Contudo, organizações não governamentais, igrejas e sociedade civil, que se opunham a construção da UHEB, identificaram 217 famílias vivendo ao longo do Rio Uatumã, somente na área de inundação, totalizando mais de mil pessoas que seriam atingidas diretamente pelo

⁴² No Plano de Gestão da RDS, há menção sobre alguns dos primeiros moradores da RDSU e seus relatos sobre o final do período de extração do pau-rosa no Uatumã. Porém, não consegui entrevista-los.

empreendimento. Para dar cabo à guerra discursal, uma publicação, do ano 1986, favorável à construção da Hidroelétrica, destacou a presença de apenas 42 indivíduos, distribuídos em 11 famílias, na área de inundação (Fearnside, 1990).

Até os dias de hoje o que se tem é uma ausência de consenso sobre esse quantitativo de pessoas, pois é preciso considerar que famílias num raio de mais de 200km à jusante da barragem sofreram impactos severos da inundação sem sequer terem sido contabilizadas como possíveis impactadas, por qualquer que tenha sido o cunho do estudo realizado. Somente na RDSU, cerca de 100km abaixo da UHEB, são cerca de 361 famílias espalhadas que nos dias de hoje sofrem com a alteração do pulso de inundação do Rio Uatumã, dentre as quais estão as famílias da Comunidade Bela Vista.

A ELETRONORTE ofereceu terras em um projeto de assentamento do governo federal para parte dos atingidos pela UHEB localizados na área de inundação. Por outro lado, os ribeirinhos situados à jusante da barragem optaram por permanecer em seus territórios, aceitando compensações mínimas para sobreviver aos impactos causados pela UHEB, especialmente no que diz respeito à pesca e ao acesso à água potável, que seriam severamente afetados.

as 50 famílias mais próximas da barragem (aquelas localizadas acima da Cachoeira Morena, 30 km abaixo da barragem) seriam dados secadores solares para uso na preservação dos peixes que ficassem presos nas poças de água formadas no leito seco do rio; estas famílias mais as 50 famílias adicionais entre Cachoeira Morena e o rio Abacate receberiam poços e tanques de água. A ELETRONORTE completou apenas cerca de um terço dos 100 poços antes do fechamento da barragem. A ELETRONORTE prometeu abastecer com água de carros pipa aqueles que não tinham recebido o poço [...] Apenas uma entrega de água foi realmente efetuada (Jaime de Araújo, comunicação pessoal, 1988 *apud* Fearnside, 1990, p. 107).

Fearnside (1990) realizou uma pesquisa intensa junto aos moradores da calha do Uatumã que sofreram os impactos mais severos da implantação da UHEB. O autor destaca que as famílias ribeirinhas perderam sua principal fonte de proteína, os peixes, por conta da contaminação nos rios. Além disso, a água do rio tornou-se imprópria para beber e tomar banho. Passados cerca de 40 anos da construção da UHEB, Oliveira (2015) destaca que até hoje, durante as reuniões do Conselho Gestor da RDSU, costuma-se lembrar da construção da UHEB e dos impactos que causou ao Rio Uatumã.

Lembram-se da morte de peixes quando represaram o Rio Uatumã, e relatam que os poços que foram construídos pela empresa nenhum prestaram [sic]. Nesse período foram distribuídas para a população ribeirinha, salgadeiras solares, para que se fizesse a

conservação do pescado retido no leito seco do rio. O abastecimento de água potável era realizado por caminhões pipa (Oliveira, 2015, p. 61).

De acordo com o presidente da Comunidade Bela Vista:

O nível de vai e volta da água é incontrolável. A gente até dizia que o peixe tava acostumado com isso depois de 20 anos. Até que os peixes não sentiam tanto quando ela gerava energia de forma independente, mas ela foi interligada ao Linhão do Tucuruí, então quando falta energia em determinado local, eles ligam lá com todas as forças. Em 2020 ou 2021, o rio tava seco, não era pra encher, e em uma semana ele subiu um metro e meio, o impacto foi muito grande no meio ambiente, fora a pesca, porque... todos os ovos de quelônio desovados que ficam na praia morreram, porque eles estavam no seco e não era pra alagar. [...] O tucunaré é movido pelo nível da água pra se reproduzir. quando ele sente que o rio tá começando a subir ele vai acasalar pra tirar os filhos, pra procurar ninho e guardar os ovos e ele procura colocar no raso, pra ficar fácil de defender dos predadores. Então ele [tucunaré] viu que tava enchendo, a maioria começou a desovar fora da época, porque foi estimulado pelo sobe e desce da água, aí eles colocaram os ovos e depois de uma semana a usina fechou tudo e o rio baixou de novo. Os ovos do tucunaré e todos os outros peixes que seguem esse processo morreram, nós quase não tivemos filhoteira, tucunaré com filho, você não via um. Então desde que interligaram a usina ao Linhão ficou louco aqui. Porque antigamente era de 15 a 25cm durante a semana que o rio subia e descia, isso já vinha há 20 anos, o ecossistema se acostumou, aí tem vezes que sobe meio metro. E quando sobe é 2/3 dias sem o tucunaré comer, porque ele para de comer pra acasalar. Aí você fica 1 ou 2 dias sem pegar peixe, porque eles se escondem pra acasalar (Seu Júlio, dono de pousada. Entrevista realizada em fevereiro de 2023).

Os moradores do Uatumã confessam não entender o motivo da não distribuição de energia, se são eles quem sofrerem os impactos da implantação da Usina Hidroelétrica de Balbina (UHEB) até os dias atuais. Becker (2012) atenta para o fato de que a construção dos megaprojetos das usinas na Amazônia se apresenta como:

o auge do paradoxo entre a abundância de água e a inacessibilidade social: a água é utilizada especialmente para a produção de energia a ser transportada para outras regiões do país (e para a irrigação nas áreas do agronegócio), enquanto a população não tem acesso à água potável! (Becker, 2012, p. 786)

A contradição é evidenciada ao destacar que as águas do Rio Uatumã servem de geradoras de energia para diversas cidades, incluindo a capital Manaus, enquanto as comunidades da RDSU têm de recorrer a geradores de energia, comprados por eles mesmos ou doados por instituições do terceiro setor. É possível perceber, ainda, que há uma tradição do Estado brasileiro no que concerne à exploração dos recursos hídricos pelo setor energético, deixando de lado a possibilidade de usos múltiplos do recurso aquático. A água é destinada para a produção exclusiva de energia, enquanto poderia fornecer água potável e/ou de qualidade para manutenção da ictiofauna, do uso doméstico

e do lazer dos moradores. Para Tiriba e Souza (2020, p. 300), “sendo o ecossistema submetido à unidade contraditória entre Capital e natureza, sofre o planeta Terra, sofrem as populações urbanas e rurais e, em particular, os povos e comunidades tradicionais com o desmatamento, com a construção de estradas, hidrelétricas e barragens [...]”.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), iniciado na década de 1970, popularizado no Brasil a partir de 1987, em função dos grandes impactos de barragens, é “uma via de luta que pode forçar a reinvenção dos territórios de uso tradicional no Rio Uatumã, a partir de estratégias cooperativistas, em que bem-estar social, qualidade de vida e renda alternativa sejam metas centrais das populações” (Rodrigues, 2013, p. 311). Entre as reivindicações do MAB estão a indenização ou o reassentamento das famílias atingidas, o acesso à energia elétrica gratuita ou com tarifa diferenciada e a reivindicação de inúmeras políticas públicas em torno de infraestrutura básica, saúde e educação do Distrito de Balbina⁴³. Contudo, a atuação do movimento é restrita aos moradores do Distrito de Balbina, não contemplando as comunidades da RDSU (Figura 31).

Figura 31: Integrantes do MAB fazem passeata contra o fechamento do hospital do distrito de Balbina em 2019



Fonte: MAB (2019).

⁴³ Localizado no município de Presidente Figueiredo, no Amazonas, o Distrito de Balbina é uma divisão administrativa que inclui a Vila de Balbina e outras áreas ao redor da UHEB. O distrito é marcado por uma economia local que gira em torno da hidrelétrica e atividades relacionadas à pesca, além de ser um importante ponto de acesso à região e aos rios próximos. A Vila de Balbina é uma pequena comunidade que surgiu após a construção da represa, originalmente formada por trabalhadores da construção da UHEB e suas famílias. Com o tempo, a vila se consolidou como uma localidade permanente, onde residem diversas famílias, muitas das quais foram afetadas pela inundação da área que deu origem à represa.

Os locais de caça e coleta de produtos florestais antes da abertura da barragem eram próximos e abundantes. Contudo, após a modificação das paisagens, em decorrência da UHEB, os moradores caminham longas distâncias e o êxito da caça e coleta varia muito do tempo que se dispende, em função da distância e da escassez (Rodrigues, 2013; Scherer; Corrêa, 2016). “A diminuição drástica da quantidade e disponibilidade de alimentos fez com que modos de se viver em meio à zona rural fossem alterados” (Rodrigues, 2013, p. 117). A água também se tornou imprópria para consumo, em função da degradação de flora e fauna. Com severas restrições de ingestão de água e alimentação, os casos de anemia e desnutrição crônica se tornaram recorrentes.

De acordo com Rodrigues (2013, p. 310, grifo nosso):

Em Balbina, a jusante, **a produção de farinha cessou após o início da construção; a pesca foi definhando de 1981 até 1986**, para estabilizar-se em outubro de 1987, quando a barragem foi inaugurada; **a microprodução em quintais ficou reduzida a um terço do que era antes** porque as famílias perderam a capacidade de plantar e colher em decorrência da falta de irrigação da terra; e **o Estado afugentou os tradicionais do Uatumã** situados abaixo do represamento ao não dispor sequer um plano emergencial sério e organizado, voltado à soberania alimentar dos desterritorializados.

Conforme mencionado anteriormente, os impactos oriundos da UHEB são percebidos até os dias de hoje, quase 50 anos depois, sendo o principal deles a alteração no pulso de inundação no Rio Uatumã, o que resulta em uma série de outros impactos. Diversas famílias perderam plantações, roças, e os próprios terrenos em que estavam construídas suas casas, em função do alagamento de áreas de terra firme, ocasionando perdas econômicas e uma mobilidade forçada em função dos custos ecológicos da UHEB. A esse respeito, Dona Florzinha destaca:

Eu não queria sair daqui de jeito nenhum, eu chorava e pedia pro meu marido por favor, que a gente desse um jeito de continuar aqui, porque eu amava essa vista, eu amava esse lugar, nós tinha plantação de melancia, de jerimum, tinha a roça, tinha as bananas, foi muito triste. [...] meus filhos cresceram aqui, toda a nossa vida tava aqui. Mas aí não teve jeito, porque todo ano era essa dor de cabeça, começou a alagar tudo onde não era pra alagar (Dona Florzinha, moradora da Comunidade Bela Vista, entrevista realizada em fevereiro de 2023).

Além da influência na mudança do ciclo hidrológico, a represa passou a liberar água da barragem num intervalo curto ocasionando inundações praticamente instantâneas, o que ocorre até os dias atuais. “O que acontece é que a gente vai dormir com a água lá embaixo, aí acorda com tudo cheio. A água levou rabeta, levou bote, afundou bote. E vai fazer o quê? Vai reclamar com quem?” (Dona Leia, moradora da Comunidade Bela Vista, entrevista realizada em fevereiro de 2023). Os moradores alegam que, inicialmente, o pulso de inundação alternava em torno de 15 a 20 cm e que

os impactos eram sentidos muito mais em relação à fauna e à flora, não chegava a alagar as casas ou afundar embarcações. “Tem um problema com o peixe também, que nessa subida rápida dos rios, o peixe acha que é hora de reproduzir, aí ele se esconde, para de comer, quando vê já tá seco de novo” (Seu Romeu, morador da comunidade, entrevista realizada em fevereiro de 2023).

De acordo com Assahira *et al.* (2017), a construção da UHEB transformou o pulso de inundação, afetando drasticamente o ciclo hidrológico (enchente/cheia e vazante/seca) do Rio Uatumã. Assim, nas porções topográficas elevadas houve supressão dos alagamentos, enquanto nas porções baixas aumentou os períodos de inundação. Em alguns casos, regiões que antes não alagavam, passaram a alagar. Essa alteração ocasionou o aumento de 104cm do nível mínimo de água nas porções mais baixas da floresta alagável, ao passo que, nas partes mais altas, reduziu-se 94cm, restringindo cerca de 26% das áreas de floresta potencialmente alagáveis (Assahira *et al.*, 2017; Lobo, 2017).

A ELETRONORTE, quando questionada acerca do pulso irregular do Rio Uatumã mais intenso, afirma que:

o impacto não se trata única e exclusivamente do efeito da intervenção causada pela usina, mas de um **efeito transitório** ligado ao fenômeno climático El Niño. A produção de energia elétrica a partir da Usina Hidrelétrica de Balbina **está diretamente relacionada com as condições pluviométricas da região**, que contribuem para o enchimento do reservatório, e que **fenômenos climáticos recentes têm influenciado decisivamente na geração da usina e no regime de vazão através da barragem** (G1, 2019, grifo nosso).

De fato, um estudo de Assahira *et al.* (2017) evidencia eventos hidroclimáticos extremos no Uatumã, como El Niño, causando redução de chuvas e supressão de inundação nas florestas de igapó, e La Niña, causando acúmulo de água no reservatório e, conseqüentemente, inundações extremas à jusante em curto prazo.

Resende *et al.* (2020) realizaram um estudo para identificar o efeito da UHEB em áreas à jusante da barragem em árvores centenárias da espécie macacarecuia ou cuieira (*Eschweilera tenuifolia*), da mesma família das castanheiras, comuns em áreas de igapós. Os resultados apontaram alta taxa de mortalidade, mesmo a espécie sendo reconhecida pelo seu alto poder de resiliência a estresses hídricos (Figura 30). Assahira *et al.* (2017) também perceberam os efeitos climáticos no Uatumã, sobretudo os eventos climáticos extremos *El Niño* e *La niña*, que afetam as espécies mesmo em lugares com baixa interferência antrópica. Contudo, os autores destacam que, no Uatumã, a influência na mortalidade das espécies é decorrente da degradação ambiental causada

pela UHEB. O que se percebe, oportunamente, é uma tentativa da Eletrobras de se esquivar das responsabilidades por meio da apropriação do discurso das mudanças climáticas.

Benchimol (2015) realizou um estudo nos lagos formados pelo reservatório da UHEB e identificou que 70 % dos animais selvagens que sobreviveram à inundação estão fadados à extinção. O estudo analisa os efeitos das barragens em áreas de floresta que permanecem acima de água, como ilhas de habitat (Figura 32). Mesmo hoje, quase 50 anos depois, Benchimol (2015) concluiu que a alagação e fragmentação da floresta, que culminou na formação de cerca de 3,5 mil ilhas, continuam a ter efeitos perversos sobre biodiversidade, e, conseqüentemente, aos povos e comunidades tradicionais que a partir dela desenvolvem seus modos de vida. Para Scherer e Corrêa (2016, p. 79), o megaprojeto hidroelétrico de Balbina “foi um dos crimes socioambientais mais perversos do planeta”.

Figura 32: Ilhas formadas após a inundação de Balbina



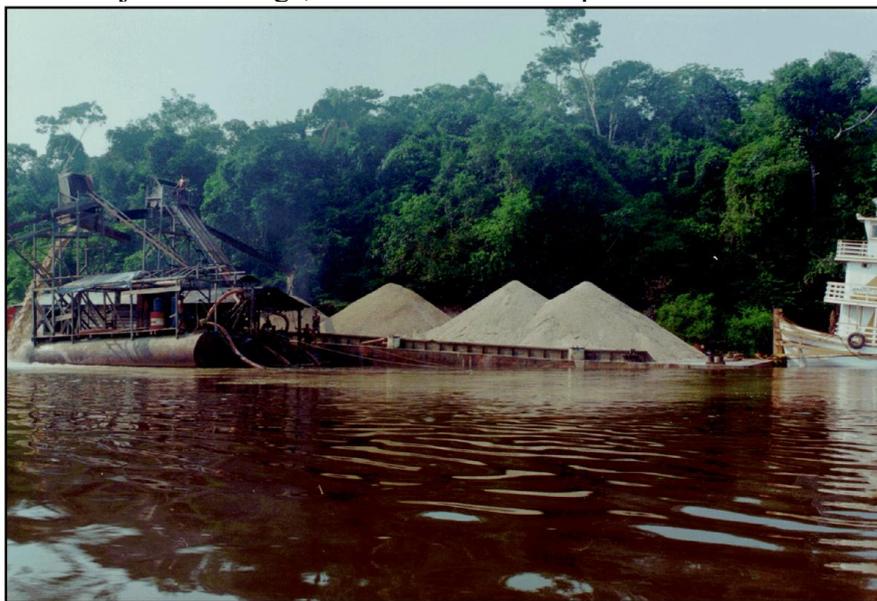
Fonte: Venticinque (s.d.).

Keucheyan (2014), ao pensar a natureza como um campo de batalha, reforça o argumento marxiano de que a natureza não escapa das relações de forças sociais, ao contrário, está diretamente relacionada, “a natureza é a mais política das entidades” (Keycheyan, 2014, p. 13, tradução minha). E, portanto, está sempre em disputa por atores de interesses divergentes, quais sejam, movimentos sociais, estados, exércitos, mercados financeiros, organizações internacionais etc. Essas disputas resultam em casos de injustiça ambiental, originados por desigualdades estruturais e sistêmicas que impõem aos mais pobres a maior parte dos custos. O autor realiza uma crítica contundente ao “pacto

ecológico desigual" relacionado às mudanças climáticas, afirmando que "é preciso atacar ferozmente a ideia de que a humanidade padece de maneira uniforme das consequências da crise ecológica" (Keucheyan, 2014, p. 15, tradução minha). Assim como existem desigualdades econômicas e sociais, também há disparidades no modo como os indivíduos se relacionam com a natureza. Isso se reflete tanto no uso que fazem dos recursos naturais quanto nos efeitos negativos que enfrentam em função do desenvolvimento, incluindo o acesso à água potável e à energia, como é o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Uatumã.

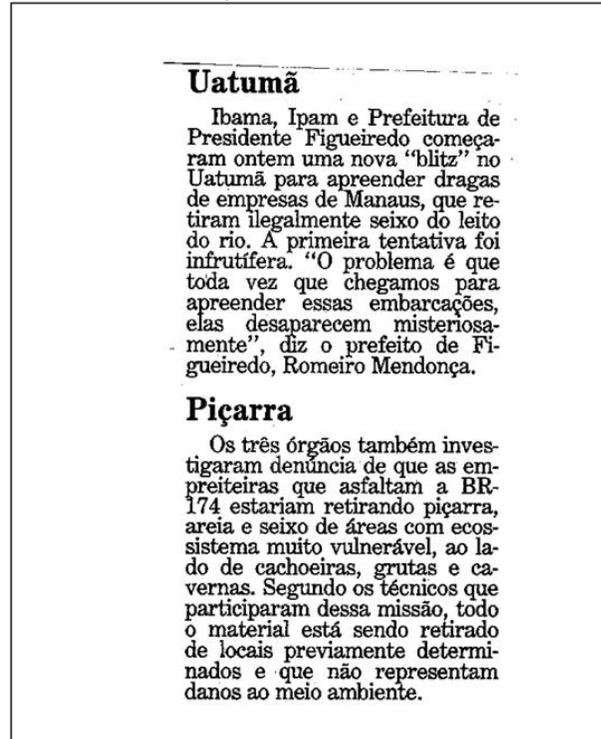
Seguindo o processo de expropriação dos recursos naturais na Amazônia, na década de 1990, as comunidades do Rio Uatumã sofreram uma exploração severa de seixo, tanto em seu leito quanto em suas margens, para fins de construção civil em Manaus (Oliveira, 2015; Amaral *et al.*, 2000). Em 1996, houve inúmeras "blitzs" do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), IPAAM e Prefeitura de Presidente Figueiredo a fim de retirar e punir dragas/balsas ilegais que saqueavam não apenas seixo do rio, mas, também, piçarra e areia (Figura 33). Dados do Plano de Manejo da REBIO Uatumã (Brasília, 1997), destacam que o Rio Uatumã sofreu com a retirada sistemática de seixo de seus leitos, o que afetou de forma considerável as características naturais do seu ecossistema aquático, bem como a exploração de calcário, gipsita e minério de ferro, que deixou manchas de desmatamento e afetou a estabilidade ambiental (Figura 34).

Figura 33: Conjunto de draga, balsa e rebocador explorando seixo no Rio Uatumã



Fonte: (CPRM, 1998).

Figura 34: Trecho de notícia sobre extração de seixo no Rio Uatumã - Jornal Acrítica em 1996



Fonte: (Acrítica 1996 *apud* ISA).

Embora o processo produtivo de retirada do seixo trouxesse trabalhadores de outras localidades para o Uatumã, os modos de vida seguiam sendo impactados pelos efeitos destrutivos da atividade à natureza. “Chegou a acontecer acidentes. Eram balsas e balsas pra lá e pra cá o dia inteiro, esse Uatumã aí era muito agitado. Aí o pessoal passava na rabetinha e se acidentava com a balsa, não foi uma vez só não” (Seu Fran, morador da comunidade, entrevista realizada em fevereiro de 2023). Os impactos iam muito além da degradação da natureza, causando efeitos diretos aos ribeirinhos que transitavam pelo Rio Uatumã, modificando significativamente a dinâmica de mobilidade e, portanto, social e econômica desses sujeitos.

Para Souza (2020), o modo de produção capitalista desestrutura os modos de vida ao minar as maneiras dos ribeirinhos de produzir, consumir e distribuir os frutos do trabalho. Como evitam de comer peixe, por conta da saúde da água afetada por barragens; ou quando atravessadores (regatões) tentam impor o preço do pescado ou da produção agrícola e depreciam o trabalho dos ribeirinhos; ou ainda quando degradam o solo e impedem os plantios.

Cabe destacar que o relatório da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM, 1998) ressaltava o comprometimento das reservas de seixo em função da falta de reposição natural

por conta da barragem da UHEB, o que evidencia a irreversibilidade do impacto, mesmo em longo prazo, trazendo prejuízos imensuráveis ao ambiente. Percebe-se ainda o modo como um processo de espoliação afeta diretamente o outro, neste caso, retirada de seixo e represamento do rio. Sobre esses efeitos, Dona Flor comenta: “[...] Hoje é essas beiradas de rio caindo tudo, os barrancos caindo, vai comendo a beirada dos terrenos, meu filho já afastou a casa da beira duas vezes [...] porque o risco é engolir a casa junto”⁴⁴ (Dona Florzinha, moradora da Comunidade Bela Vista, entrevista realizada em fevereiro de 2023).

As comunidades da RDSU, intituladas de “guardiães da floresta” pelo poder estatal, são incumbidas de atuarem na ação fiscalizadora e forçadas a manter a floresta em pé, para preservá-la e vender créditos de carbono a países do Norte Global. Pode-se dizer que, a partir desse cenário, as comunidades são um retrato da injustiça do já mencionado “pacto ecológico desigual” (Keucheyan, 2014). Embora seus modos de vida estejam muito mais alinhados a um equilíbrio na regulação do metabolismo social, arcam com os custos de exploração da natureza na RDSU, como o pau-rosa, o seixo, a UHEB, que lhes conferem pulso irregular do rio, quedas constantes das beiras de barrancos, impacto nos estoques pesqueiros, poluição sonora e a ausência de energia elétrica.

Assim, esses conflitos ambientais denunciam contradições nas quais as vítimas não só são excluídas do chamado desenvolvimento, como também assumem todo o ônus dele resultante. Ou seja, eles evidenciam situações de injustiça ambiental, que é a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania (Zhour; Laschefski, 2005, p. 04).

Em paralelo aos demais processos socioeconômicos, seja do pau-rosa e/ou dos minérios, a pesca sempre esteve presente nas atividades de reprodução social dos povos indígenas e comunidades ribeirinhas, seja aquela voltada para o autossustento ou para a comercialização do excedente, visto que constitui a principal fonte de proteína para alimentação e matéria-prima usada para troca comercial. Para Veríssimo (1895), “o indígena da Amazônia é principalmente *ichthyophago* e conseqüentemente pescador” (Verissimo, 1985, p. 09), dadas as condições impostas pelo meio. A pesca, além de atividade de trabalho tradicional e comercial, também é apreciada como prática de lazer e relaxamento por meio do turismo de pesca.

⁴⁴ A queda de barrancos é um fenômeno natural na Amazônia, conhecido localmente como “terras caídas”. No entanto, a ação humana tem alterado severamente o curso da natureza, fazendo com que esses eventos se tornem extremos. Esse é o caso das terras caídas intensificadas pela extração de seixo na RDSU.

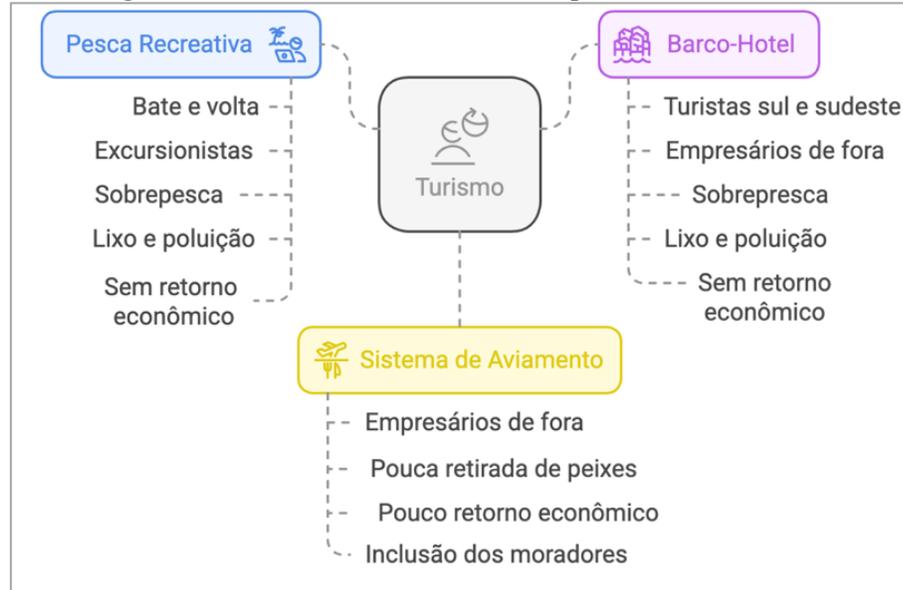
3.3.3 A mácula do turismo predatório

Entre as décadas de 1980 e 2000⁴⁵, o turismo no Rio Uatumã ocorria, exclusivamente, em função da pesca esportiva do tucunaré. Contudo, era um turismo realizado de forma desrespeitosa com os modos de vida dos moradores e com a ictiofauna. Os tucunarés eram pescados de forma indiscriminada, bem como a caça dos bichos de casco (quelônios) e os patos. Às comunidades restavam os lixos, a perturbação do silêncio, as tentativas de aliciamento de crianças e adolescentes e prostituição de mulheres, os conflitos, muitas vezes armados, com os donos das embarcações e/ou guias de turismo (ou melhor, pessoas que conduziam os grupos de turistas, muitos deles sequer tinham curso de guia de turismo).

Essa forma de turismo passou a ser conhecida localmente como “turismo predatório” fazendo alusão aos predadores do mundo animal. “O predador persegue a presa, ele só larga ela quando morre! Ele só se dá por satisfeito quando não tem mais vida!” (Seu Bento, pescador e morador da RDSU, conversa informal realizada em janeiro de 2023). Para os ribeirinhos do Uatumã, “o turismo predatório entrava para matar os tucunarés”, sem se preocupar com os impactos que ocasionava ao modo de vida local. O turismo predatório acontecia de três formas, conforme Figura 35.

⁴⁵ A UHEB afetou por anos as atividades de pesca esportiva no Uatumã, em função do cheiro do ácido sulfídrico e a morte dos peixes. De acordo com Fearnside (1990), o cheiro de ácido sulfídrico, originado a partir da decomposição da vegetação, lembra o mau cheiro de ovo podre e pode ser sentido durante sobrevoos na área afetada, tornando o ambiente insalubre. Contudo, há divergência nos dados, Rodrigues (2013) destaca que a pesca foi afetada de 1981 a 1986, voltando ao seu normal a partir do funcionamento da represa em 1987.

Figura 35: As três formas de turismo predatório na RDSU



Fonte: elaboração própria.

A primeira forma de turismo era aquela que, pela legislação vigente⁴⁶, aproxima-se da pesca recreativa, ou seja, com a finalidade de lazer. Era realizado principalmente por moradores dos municípios vizinhos à bacia do Uatumã, quais sejam, Manaus, Presidente Figueiredo e Itapiranga. Contudo, diferente da pesca recreativa prevista em lei, os pescadores além de não atenderem aos requisitos mínimos da pesca esportiva, desconhecidas pela maioria deles, retiravam quantidades elevadas de tucunaré e outras espécies para consumo e/ou venda.

Outro fato a ser considerado é que muitos desses pescadores não caracterizavam o turismo em si, uma vez que eram apenas excursionistas, ou seja, passavam menos de 24h no local, por meio das viagens chamadas de bate-volta, em função da proximidade do local de origem. Necessário destacar que pouco retorno econômico era deixado para a comunidade, pois os moradores traziam os próprios alimentos e apetrechos necessários para realizar a pesca.

A segunda forma de turismo era realizada por barco-hotéis (Figura 36), que se aproxima do que hoje é conhecido como pesca esportiva. Ainda na década de 1980, os paulistas descobriram a bacia do Uatumã como lugar privilegiado para a pesca, sobretudo por conta da presença de espécies do tucunaré (*Cichla* spp). A partir de 1990, as agências de viagem e turismo internacionais passam a mediar a ida de pescadores esportivos para a região. Inicialmente, as pescarias se concentravam

⁴⁶ Decreto n.º 39.125 de 14 de junho de 2018, que regulamenta a pesca amadora no Estado do Amazonas, revoga o Decreto n.º 22.747, de 26 de junho de 2002, e dá outras providências.

na parte alta da Reserva, na região de Balbina. Contudo, por conta da pesca predatória do tucunaré, houve uma diminuição da espécie e o local da pescaria foi paulatinamente migrando para a região abaixo de Balbina, especificamente nos rios Uatumã e Jatapu (Amazonas; 2010; Santos, 2019).

Figura 36: Barco-hotel privado que adentra a RDSU



Fonte: Personal Pesca.

Na década de 1990, o turismo nos rios Uatumã e Jatapu era realizado exclusivamente por barco-hotéis oriundo de Manaus e não contemplava a participação dos ribeirinhos moradores da localidade. Os barco-hotéis de empresários de fora do Uatumã, em sua maioria de Manaus, se dirigiam à região com tripulação a bordo. Os tripulantes eram contratados na cidade de Manaus para desenvolver as atividades de cozinhar, arrumar, fornecer equipamentos e treinamento necessário para os pescadores. Os barcos dispunham de toda estrutura necessária para realização da atividade, voadeiras, cozinhas, bares, dormitórios, piloteiros, guias, cozinheiras, deixando de fora a possibilidade de participação dos moradores das comunidades do Rio Uatumã (Amazonas, 2009; Hess, No Prelo; Santos, 2019).

O turismo era operado exclusivamente por atores sociais exógenos, restando aos ribeirinhos do Uatumã as mazelas oriundas dessa espoliação da natureza. Era comum a presença de lanchas ostensivas, pertencentes a juízes, deputados e demais políticos do Amazonas. Os moradores tinham seus lagos invadidos e presenciavam durante toda a temporada de pesca a ida e vinda das lanchas, que causavam não só poluição sonora e perturbação dos ambientes comuns de sociabilidade, como acidentes com canoas e rabetas, além do lixo e demais resíduos como óleos das embarcações.

Diante da inclinação dos moradores do Uatumã para o trabalho na pesca esportiva, passa, então, a ocorrer um fenômeno intitulado nesta tese como "sistema de aviamento do turismo", o que

caracteriza a terceira forma de turismo predatório. Pode-se dizer que, do mesmo modo que no sistema de aviação da produção gomífera, pessoas com alto poder aquisitivo, especificamente da cidade de Manaus, seduziam os moradores do Uatumã para que atuassem como “sócios” em pousadas de pesca esportiva. Esses “sócios” adquiriam, então, uma dívida infundável com os “donos” da pousada e que só aumentava com o passar dos anos. Esse cenário passou a ser modificado somente após o período de criação da RDSU, em 2004, com o ordenamento da atividade de pesca esportiva, demanda constante e praticamente unânime dos moradores, que já vislumbravam no turismo uma possibilidade de fonte de renda, até então concentrada nas mãos dos “empresários de fora” (Santos, 2019). Cenário que veremos detalhadamente no Capítulo 4.

Em razão do turismo predatório, diversos moradores do Uatumã relutaram durante anos contra a realização da pesca esportiva em seus territórios. Essa mácula causou conflitos não só com os donos dos barco-hotéis e agências, mas também internamente, entre os próprios moradores da comunidade. A fragilização dos laços comunitários perdura até os dias atuais, sobretudo para os moradores mais antigos da comunidade, que não conseguem superar o cenário de predação e as mudanças ocasionadas em seus modos de vida. Para muitos dos ribeirinhos, é injusto que durante a seca eles sejam impedidos de pescar enquanto os turistas podem se divertir e até se alimentar do peixe que pescam. Além disso, acreditam que a renda oriunda do turismo deveria ser dividida por igual para as famílias da comunidade e não ficar concentrada nas mãos das famílias que possuem pousadas, pois “o que eles vendem não é a natureza? Não é o peixe? Os lagos da comunidade? Como que o dinheiro fica pra uma família se isso aqui é de todo mundo? Isso aqui é da Comunidade!” (Seu Bento, pescador e morador da RDSU, conversa informal realizada em janeiro de 2023).

O turismo predatório, ao lado da pesca comercial e da retirada de madeira ilegais que aconteciam extensivamente no Uatumã, foi um dos conflitos que impulsionou a proteção do território como unidade de conservação, coincidindo com o processo de ambientalização dos conflitos tanto no Brasil quanto no estado do Amazonas. O processo de criação e implementação da RDSU também se apresentou como um novo “estranho”, originando não só imposições aos modos de vida locais como o ordenamento do turismo a partir de uma nova retórica de supostas “participação comunitária” e “sustentabilidade”, conforme veremos nos Capítulos 4 e 5.

4 A PROTEÇÃO DA NATUREZA, A PESCA ESPORTIVA E OS ECOS NOS MODOS DE VIDA NO UATUMÃ: CONVIVENDO COM OS “ESTRANHOS”

Este Capítulo descreve brevemente a dinâmica histórica de criação da RDSU, bem como os ecos causados aos modos de vida locais a partir de dois “estranhos”: a institucionalização do território como área protegida e o ordenamento do turismo como atividade de uso público. Para tanto, apresento inicialmente um histórico da construção da política ambiental do estado do Amazonas, com foco na criação de unidades de conservação, considerando os acontecimentos que lançaram luz à questão ambiental, em esfera nacional e internacional e como eles refletiram no cenário estadual amazonense. Em seguida, analiso o processo de adaptação dos povos e comunidades tradicionais nessas terras tradicionalmente ocupadas e como esse "modelo conservacionista" impactou e impacta os modos de vida locais na RDSU. De modo que seja possível elucidar o pano de fundo que deu origem as unidades de conservação estaduais do Amazonas e que a tornou estratégia política. Penso ser essencial compreender também a ambientalização dos conflitos sociais, uma vez que isso altera tanto a forma de proteção da natureza quanto a maneira de lidar com ela e de transformá-la por meio do trabalho.

A ambientalização dos conflitos sociais (Lopes, 2004) consiste no processo de internalização da questão pública ambiental pela sociedade e pelo Estado mediante a transformação na abordagem de conflitos sociais e na sua institucionalização. Com efeito, o processo de ambientalização surge em resposta a uma tendência histórica mundial, onde as discussões sobre o meio ambiente se tornam uma agenda global. Em especial, as resoluções e compromissos firmados em fóruns internacionais, como a Conferência sobre Meio Ambiente, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Estocolmo, em 1972, que têm impacto direto sobre as políticas locais, uma vez que os Estados nacionais, pressionados pela comunidade internacional, começam a adotar medidas mais rigorosas e conscientes em relação ao meio ambiente.

Resumidamente, Lopes (2004) destaca cinco fatores que propiciaram o processo de ambientalização, quais sejam: a) o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do Século XX (1990-2000); b) os conflitos sociais no nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; c) a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletivo; d) a questão da participação; e) a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e argumentação dos conflitos.

A ambientalização passa a ser incorporada pela governança local, desafiando governos municipais, estaduais, ONGs e empresas a integrarem questões ambientais em suas políticas públicas, muitas vezes reconfigurando as relações de poder. No entanto, a forma como essas questões são incorporadas nem sempre é equitativa, o que pode gerar exclusões ou favorecimentos, intensificando os conflitos. Assim, a proteção ambiental e a gestão de recursos se tornam parte essencial das agendas políticas locais, estabelecendo um novo campo de luta. É nesse sentido que considero necessário o entendimento do processo de ambientalização dos conflitos no Amazonas.

4.1 A AMBIENTALIZAÇÃO DOS CONFLITOS COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA ESTADUAL NO AMAZONAS

A criação de áreas protegidas no Amazonas repercutiu inicialmente a lógica levada a cabo nas áreas protegidas internacionais e nacionais: a reprodução do modelo *wilderness* de exclusão dos povos e comunidades tradicionais que habitam esses territórios⁴⁷. Nesse sentido, os esforços para a criação dos primeiros parques amazonenses foram baseados na segunda etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Concluído em 1979, este plano propôs 13 áreas para conservação na Amazônia, incluindo os Parques Nacionais do Pico da Neblina e do Jaú no Amazonas (Rylands; Pinto, 1998; Santos, 2013).

Durante as décadas de 1980 e 1990, a política ambiental do Amazonas foi caracterizada por uma resposta reativa a pressões externas, como as de pesquisadores internacionais e ativistas ambientais, que buscavam a proteção da Amazônia. A criação das primeiras áreas protegidas estaduais do Amazonas, em 1990, Parque Estadual da Serra do Aracá, Estação Ecológica Mamirauá (recategorizada para RDS Mamirauá em 1996), Reserva Biológica de Seis Lagos, APA Caverna do Maroaga, APA do Médio Purus e APA de Nhamundá, ocorreu em um contexto de pressão internacional, mais do que por uma conscientização ambiental. Essa falta de comprometimento genuíno das autoridades estaduais com a agenda ambiental é evidenciada pela ausência de uma política estruturada no governo estadual, que na maior parte do tempo se limitou a atuar no controle

⁴⁷ O modelo preservacionista, fundamentado no conservacionismo americano do século XIX, é criticado por sua natureza excludente e pelo impacto negativo no deslocamento de povos indígenas e usuários tradicionais da terra (Gressley, 1968). Diegues (2001) argumenta que tais paradigmas perpetuam um mito de *wilderness* intocado pela influência humana, ignorando interações históricas entre humanos e natureza e marginalizando comunidades locais, inaugurado pelo Parque Yellowstone.

e fiscalização, sem uma estratégia de gestão integrada e sustentável (Schweickardt, 2010; Vilarroel; Toni, 2012).

Em 1992, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) cria o Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) como uma iniciativa fundamental para a conservação e a gestão ambiental da Amazônia, com o apoio internacional do G7⁴⁸. O objetivo central do programa era reduzir o desmatamento e a degradação das florestas tropicais brasileiras, ao mesmo tempo em que buscava fortalecer a gestão ambiental na Amazônia e promover uma integração entre conservação e desenvolvimento sustentável (MMA, 2001), que culminou na estruturação de uma política ambiental integrada para a Amazônia (Schweickardt, 2010).

O uso da imagem ambiental como uma estratégia de marketing no final da década de 1990, no governo de Amazonino Mendes, também revela a politização da agenda ambiental. A conciliação entre ações de preservação e interesses políticos foi clara quando o governo, em meio a um contexto de denúncias de corrupção, buscou associar sua reeleição à defesa ambiental, adotando algumas medidas como a criação do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), o combate ao corte ilegal de madeira e o planejamento de manejo para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Contudo, a falta de uma agenda mais robusta e permanente para o fortalecimento da política ambiental e a gestão das áreas protegidas torna essas ações apenas pontuais e desconectadas de uma estratégia de longo prazo (Vilarroel; Toni, 2012).

Em 1996, o IPAAM, por meio do Decreto Estadual nº 16.948, instituiu um Grupo de Trabalho (GT) composto por diversas instituições estaduais e federais, ambientais, educacionais, indigenistas, com o objetivo de desenvolver estratégias conjuntas para resolver problemas ambientais e promover o desenvolvimento sustentável no Amazonas. Esse GT destacou-se como um importante instrumento para integrar diferentes agentes públicos, muitas vezes com interesses concorrentes, como instituições de ensino, órgãos ambientais e agências indigenistas. O GT também foi responsável pela formulação do Plano Ambiental do Estado do Amazonas (PAEA) e do Plano de Gestão Ambiental Integrada (PGAI), cujo foco inicial era o zoneamento ecológico-econômico das regiões Sudeste (Vale do Rio Madeira) e Nordeste do estado (Bacia do Uatumã). Este último culminou na elaboração do Plano de Utilização da Resex do Rio Uatumã, que será abordado ainda neste capítulo. Apesar dessas iniciativas, o IPAAM ainda estava em processo de

⁴⁸ O G7 é um grupo informal, criado em 1975, composto pelas sete maiores economias do mundo à época: Estados Unidos, Canadá, Japão, Alemanha, França, Reino Unido e Itália. O G7 discute questões globais como economia, segurança e meio ambiente, influenciando políticas internacionais, mas sem poder executivo formal.

estruturação, com recursos limitados, para consolidar uma gestão territorial pautada no eixo ambiental (Schweickardt, 2010).

Na década de 1990, apesar de significativas iniciativas, o Amazonas não consolidou um sistema ambiental estadual com uma agenda própria e recursos adequados. Esse avanço ocorreu nos anos 2000, a partir do terreno fértil propiciado pelo Governo Lula e do foco dado à agenda ambiental. Desse modo, o governo de Eduardo Braga, em parceria com o ambientalista Virgílio Viana, reconheceu a necessidade de integrar a agenda ambiental com o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia. Em 2003, a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS)⁴⁹ reestruturou a gestão ambiental, consolidando a criação de unidades de conservação (UCs), regularização territorial e a implementação de políticas de gestão florestal, antes dispersas entre diferentes órgãos do estado (Villaruel; Toni, 2012). Juntos, elaboraram ainda o Programa Zona Franca Verde com o objetivo de conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico regional.

O Programa Zona Franca Verde (PZFV) foi criado com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das populações do interior do Amazonas, baseando-se nos princípios do desenvolvimento sustentável debatidos na Conferência do Rio – ECO/92. Visava conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental, gerando renda, reduzindo a migração para a capital e promovendo a conservação da natureza. Entre suas ações, destacou-se a utilização da compensação ambiental para a criação de unidades de conservação (UCs), visando integrar as dimensões ecológicas e sociais do desenvolvimento (Schweickardt, 2010; Santos, 2015).

Como um dos resultados da PZFV, o Governo do Estado do Amazonas publica em 2007 a Lei Estadual n° 3.135, de 05 de junho de 2007, que institui a Lei de Mudanças Climáticas do Amazonas. A Lei, ao estabelecer um mercado de carbono⁵⁰, promove um sistema no qual as atividades sustentáveis e de baixo impacto ambiental, realizadas principalmente por comunidades que dependem da floresta, são indiretamente beneficiadas com créditos de carbono, em geral

⁴⁹ Em 2015, por meio da Lei Complementar n° 4.163, de 09 de março de 2015, alterada pela Lei n° 4.193, de 16 de julho de 2015, a SDS foi renomeada para Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA).

⁵⁰ “O mercado de carbono, que teve como principal instrumento de viabilização o Protocolo de Quioto assinado em 1997, propõe, em linhas gerais, a comercialização de carbono, por meio da manutenção da floresta em pé, para que países centrais possam compensar suas emissões de Carbono por meio de investimentos na preservação ou replantio de florestas em países periféricos para absorção de dióxido de carbono. Originou-se, então o mercado de carbono, não sem grandes conflitos entre os países centrais e periféricos quanto à imposição de regras para a redução de emissões consideradas pelos periféricos como inaceitáveis por tolher seu desenvolvimento, e quanto a contabilização das emissões e a inserção ou não das florestas em pé nesse processo” (Souza; Faria, 2010, p. 06).

benefitorias de infraestrutura para as comunidades. Esses créditos, resultantes da absorção ou da não emissão de dióxido de carbono, podem ser comprados por empresas ou países que precisam compensar suas próprias emissões. Parsons (2023) chama atenção para o “colonialismo de carbono”, em que os países do Norte Global transferem os custos de sua devastação ambiental aos países do Sul Global por meio do mercado de créditos de carbono.

A proposta do mercado de carbono, introduzida pela Lei Estadual de Mudanças Climáticas, transforma a natureza e as práticas sustentáveis em mercadorias negociáveis. Essa abordagem reflete a lógica capitalista de mercantilização ambiental, sem questionar as causas estruturais da degradação, como a exploração do trabalho e da natureza. Embora as comunidades tradicionais possam ser remuneradas por práticas sustentáveis, o sistema apenas perpetua a exploração, permitindo que grandes empresas continuem suas atividades predatórias ao pagar por créditos de carbono, em vez de modificar suas práticas. Assim, o mercado de carbono não resolve as raízes do problema ambiental, mas reforça as desigualdades e o *status quo* capitalista. O que vemos em curso é uma tentativa de superar a degradação ambiental do colapso climático, constantemente subestimado, sem pretender mudar o modo de produção do sistema capitalista.

A Lei de Mudanças Climáticas propiciou a criação do Programa Bolsa Floresta (PBF), hoje Programa Guardiões da Floresta, que oferece pagamentos mensais aos moradores de UCs de Uso Sustentável como reconhecimento pelos serviços ambientais prestados na conservação dos rios e florestas. Este programa também permitiu a geração de créditos voluntários no mercado de carbono, destacando o interesse econômico do Estado⁵¹.

O PBF é considerado um dos maiores programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) do mundo. Atende aproximadamente 40 mil pessoas em 16 unidades de conservação estaduais do Amazonas, abrangendo quase 11 milhões de hectares (FAS, 2018). O PBF é administrado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), instituição público-privada sem fins lucrativos criada em 2007 por meio de uma parceria entre o Governo do Amazonas e o Banco Bradesco, com a finalidade de auxiliar o governo na execução das políticas ambientais, incluindo atividades o gerenciamento dos recursos do PBF nas UCs do estado (Azevedo, 2014; Santos, 2013; FAS, 2020). “Com o Programa Guardiões da Floresta, política pública do Governo do Amazonas,

⁵¹ Os efeitos da nova política do Estado foram sentidos no ano seguinte. Em 2004, o Amazonas recebeu investimentos primordiais que ajudaram a construir uma agenda ambiental efetiva. Foram mais de 4 milhões de dólares doados pela Gordon and Betty More Foundation e a Conservation Internacional ambos direcionados para a criação de unidades de conservação no estado (Villaruel, 2012).

por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), quem vive no território e ajuda a proteger a biodiversidade amazônica é recompensado pelos serviços ambientais prestados” (FAS, 2024, p. 24).

O Programa Zona Franca Verde (PZFV) e seus desdobramentos, como o Programa Bolsa Floresta (PBF), podem ser analisados como uma forma de conciliação entre as demandas de preservação ambiental e os interesses do Capital, sem, no entanto, abordar as contradições estruturais do sistema econômico que sustenta a exploração da Amazônia. O PZFV, ao buscar gerar renda para as populações locais e promover a conservação, insere-se dentro de uma lógica que, ao mesmo tempo, reconhece a função ecológica das florestas, mas também as submete a um regime de mercado, especialmente com a criação de créditos de carbono. A criação de créditos de carbono e a participação das instituições público-privadas (como a FAS) reforçam o papel do Capital no processo de conservação, colocando os recursos naturais da Amazônia em uma plataforma de negociação global, sem resolver a questão mais profunda das condições de vida da população local, que continua a ser marginalizada no sistema socioeconômico mais amplo.

Assim, a partir de 2003, o estado do Amazonas passou a priorizar a criação de unidades de conservação (UCs), uma mudança estratégica na agenda política do governador Eduardo Braga, que buscava se diferenciar do grupo político anterior e conquistar apoio de grupos sociais historicamente marginalizados. Essa nova abordagem socioambiental possibilitou ao governo atrair benefícios de mecanismos globais de pagamentos por serviços ambientais. Em 2004, foi criado o Programa de Criação e Implementação de UCs, com a liderança de Virgílio Viana e Rita Mesquita, visando captar recursos da ONG Conservation International para proteger a biodiversidade da América Latina. Em 2005, a SDS ampliou o projeto para a Rede de Conservação do Amazonas, financiada por parceiros internacionais, operando sem orçamento estadual até 2007 (Toni, 2011; Vilarroel; Toni, 2012).

Ainda em 2007, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), atual SEMA, cria o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) para gerenciar a conservação ambiental, mas inicialmente sem recursos financeiros previstos. Só em 2009, com a compensação ambiental propiciada pelo gasoduto de Coari, houve orçamento disponível. Também em 2007, foi publicada a Lei Complementar nº 53, de 6 de junho, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). Essa lei definiu critérios técnicos e normas específicas para

a criação, implementação e gestão das unidades de conservação estaduais, municipais e particulares no Amazonas (Villarrol; Toni, 2012).

De acordo com a FAS:

O SEUC contribuiu para a consolidação da política ambiental do Amazonas no que diz respeito à gestão das Áreas Protegidas (APs) por intermédio de um processo marcado pela participação de comunidades tradicionais, academia, terceiro setor e gestores públicos das esferas federal, estadual e municipal [...] Entre as singularidades em relação ao sistema nacional e aos sistemas adotados em outros estados, o SEUC destaca-se, por exemplo, por ter como importante característica o protagonismo dos povos da floresta na gestão dos territórios. A (FAS), que é credenciada como agência implementadora de projetos no âmbito do SEUC desde 2008 e renovado em 2020 (FAS, 2020, p. 22-23).

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do Amazonas, apesar dos avanços na gestão ambiental, foi criticado por Azevedo (2014) pela falta de participação efetiva dos povos e comunidades tradicionais. A construção do sistema foi realizada de maneira centralizada, sem o processo participativo que caracterizou a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Embora tenha havido tentativas de inclusão de representantes dos povos e comunidades tradicionais na SDS, essas participações foram inicialmente limitadas, sem poder decisório real. O movimento social se reorganizou, mas sua influência na formulação das políticas ambientais foi restrita (Azevedo, 2014; Schweickardt, 2010).

Ao priorizar técnicos de fora do estado do Amazonas, especialmente biólogos e ecologistas, o SEUC valorizou um saber técnico e acadêmico, desconsiderando o conhecimento local e as Ciências Humanas (Schweickardt, 2010). Essa escolha reflete uma visão tecnicista da gestão ambiental, que não leva em conta as complexas questões sociais e culturais das comunidades tradicionais. Em resumo, a SDS, via SEUC, ainda que tenha avançado na implantação do sistema de gestão ambiental do estado, ao marginalizar o saber local e o conhecimento tradicional das populações afetadas, prejudicou a eficácia e a legitimidade das políticas implementadas (Azevedo, 2014; Schweickardt, 2010).

Após intensa pressão dos movimentos sociais, a ambientalização do Estado passa a ganhar novos contornos, com a realização das Conferências das Populações Tradicionais do Estado do Amazonas, organizada pela SDS, redimensionando a política de criação de unidades de conservação, até então norteadas pelo Seminário de Macapá⁵², fruto de uma abordagem

⁵² Entre os dias 20 e 25 de setembro de 1999, realizou-se em Macapá, Amapá, o Seminário Consulta para Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira. O evento foi estritamente técnico-científico, reunindo cerca de 164

estritamente técnico-científica (Schweickardt, 2010). As Conferências das Populações Tradicionais se estabeleceram como importantes fóruns para discussão e definição de políticas, com foco, especialmente, na economia extrativista e na delimitação de áreas para conservação e configuram formas estratégicas de pressão dos movimentos sociais para inclusão na gestão ambiental do Estado.

Ao total, a SDS organizou três conferências realizadas em 2004, 2006 e 2008, que tiveram como objetivo fortalecer o setor extrativista no Amazonas, focando em suas “cadeias produtivas”⁵³ e na promoção da conservação ambiental. A I Conferência destacou a construção de um programa estratégico e a organização das “cadeias produtivas”, como açaí e castanha. A II Conferência abordou as lacunas nas “cadeias”, como a falta de crédito e assistência técnica. A III Conferência aprofundou a avaliação dessas “cadeias” e introduziu o conceito de pagamento por serviços ambientais, destacando o valor econômico da floresta sob a perspectiva já mencionada de mercantilização da natureza. Em todas as conferências, a falta de apoio técnico e financeiro, bem como a organização das comunidades, foi um tema recorrente (Schweickardt, 2010).

Ao longo das décadas 2000 e 2010, devido especialmente ao Programa Zona Franca Verde (2003) e à criação da Fundação Amazonas Sustentável (2007), o governo estadual adotou uma estratégia discursiva de desenvolvimento que combina conservação ambiental com o uso sustentável dos recursos naturais, priorizando unidades de conservação de uso sustentável como estratégia para resolver conflitos fundiários e mitigar os impactos dos grandes projetos desenvolvimentistas para o Amazonas (Villaruel, 2012).

Entre 2003 e 2009, o governo do Amazonas criou 29 unidades de conservação (UCs), incluindo 14 Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), abrangendo quase 19 milhões de hectares. A preferência pela categoria RDS visava integrar as populações tradicionais e ribeirinhas ao crescimento econômico impulsionado pela Zona Franca de Manaus. A aceitação das RDS foi facilitada politicamente pela possibilidade de "uso produtivo da natureza", tornando-as mais atrativas em comparação com categorias de uso mais restritivo. A categoria RDS teve grande repercussão entre as comunidades amazônicas devido à sua origem em Mamirauá e à sua

especialistas, pesquisadores e ambientalistas com o objetivo de identificar áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na região. No primeiro dia de trabalho, foram produzidos 12 mapas temáticos e um total de 524 áreas classificadas conforme sua importância para a conservação (Schweickardt, 2010).

⁵³ Nesta tese, opto por usar o termo estrutura produtiva do turismo em detrimento de cadeia produtiva, conforme explicarei na seção 5.2.

subsequente adoção no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000 (Queiroz, 2005).

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) constituíram a principal estratégia do Programa Zona Franca Verde (PZJV) para a implementação da política ambiental no Amazonas. Contudo, a ênfase do programa no desenvolvimento econômico muitas vezes desconsiderou as especificidades culturais das populações tradicionais. Exemplos disso são a criação da RDS Matupiri no município de Borba, sem a presença de moradores e voltada a interesses econômicos, e a implementação de outras RDS com concessões de uso para residentes, mas sem a devida resolução de conflitos fundiários (Santos, 2015). Ao priorizar a integração dessas comunidades ao mercado, através de concessões e benefícios relacionados à exploração sustentável, o PZJV frequentemente negligenciou as complexas relações sociais e culturais desses povos, comprometendo sua autonomia e os modos tradicionais de manejo dos recursos naturais (Queiroz, 2005; Santos, 2015).

Com efeito, a implementação do novo modelo de gestão ambiental no estado do Amazonas, no contexto da nova agenda ambiental global, representou uma ruptura com os modelos anteriores, que restringiam a permanência de moradores nas unidades de conservação. A região amazônica começava a se configurar como um vasto laboratório de políticas e projetos destinados a compatibilizar a presença das populações tradicionais com medidas voltadas à conservação dos ecossistemas que habitam (Esterci, 2002; Schweickardt, 2010), o que conferiu características particulares ao processo de ambientalização no estado do Amazonas.

4.1.1 O cenário atual das UCS no Amazonas

Em 2002, o Amazonas possuía aproximadamente 7 milhões de hectares de UCS. Esse número saltou para 18 milhões de hectares em 2009, fazendo do estado o maior sistema de unidades de conservação do Brasil em extensão territorial (Dutra, 2009). No entanto, a implementação dessas UCS tem sido ineficaz devido a um quadro reduzido de trabalhadores e recursos financeiros, gerando críticas de diversos setores, especialmente de organizações da sociedade civil (Santos, 2015).

Villaruel e Toni (2012) corroboram com Dutra (2009) ao enfatizarem o caráter eleitoreiro em torno do *boom* de criação das UCS do Amazonas (2003-2009), constatação evidente ao analisar a falta de recursos e esforços destinados à implementação das UCS (criação de conselhos gestores

e elaboração de planos de gestão e planos de uso público). Embora muitas UCs tenham sido criadas durante esse período, a realidade é que atualmente 4 delas ainda não possuem conselho gestor implementado e 8 não possuem plano de manejo, exemplo da RDS Canumã que após 20 anos de criação ainda não possui Plano de Gestão⁵⁴. O que reforça esse processo de criação de área protegidas como um “estranho” às comunidades tradicionais.

O plano de manejo, conforme estabelecido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000), é o principal instrumento que orienta as atividades dentro das UCs, funcionando como um manual para a conservação e o uso sustentável da natureza. No Amazonas, esse plano é denominado Plano de Gestão, conforme o SEUC (2007). Sua ausência compromete a efetividade da gestão ambiental e a proteção da biodiversidade.

Outro instrumento essencial previsto no SNUC é o conselho gestor, que garante a participação social das comunidades locais nas decisões sobre o manejo das áreas protegidas. Sem esse mecanismo, as vozes dos povos e comunidade territorializadas nessas áreas ficam excluídas do processo de gestão. Tanto os conselhos gestores quanto os planos de manejo são fundamentais para uma gestão eficaz das UCs, e a falta de ambos expõe a fragilidade da governança ambiental no estado do Amazonas (Brasil, 2000; Gohn, 2006; Santos, 2019; Souza, 2013).

Contudo, é imprescindível frisar que a existência formal do conselho gestor e do plano de manejo nas unidades de conservação não garante, por si só, que as vozes das comunidades locais sejam efetivamente ouvidas e seus anseios atendidos. Embora ambos os instrumentos sejam apresentados como mecanismos de gestão participativa, sua implementação muitas vezes é superficial e carece de verdadeira inclusão das comunidades nas decisões. O conselho gestor, por exemplo, pode ser estabelecido de forma burocrática, sem garantir que as comunidades tenham poder real nas discussões e decisões sobre o uso do território (Santos, 2019; Souza, 2013).

A participação, entendida de diferentes formas e níveis, vai além de simples envolvimento, estando ligada a necessidades econômicas, políticas e sociais. Ela é essencial para a interação, o desenvolvimento de habilidades e a ampliação da consciência crítica, mas nem sempre garante inclusão. Muitas vezes, pode reforçar estruturas de poder hegemônico (Bordenave, 2002; Demo,

⁵⁴ Faço uma pausa para destacar a subnotificação dos dados das UCs estaduais na Plataforma do Cadastro de Unidades de Conservação (CNUC, 2024), mantida pelo Ministério do Meio Ambiente. De acordo com a plataforma, 19 UCs ainda não possuem conselho gestor e 30 não têm planos de manejo elaborados. Como se trata de uma fonte oficial de dados para pesquisa, essa falta de atualização representa um risco significativo, pois pode levar à divulgação de informações imprecisas.

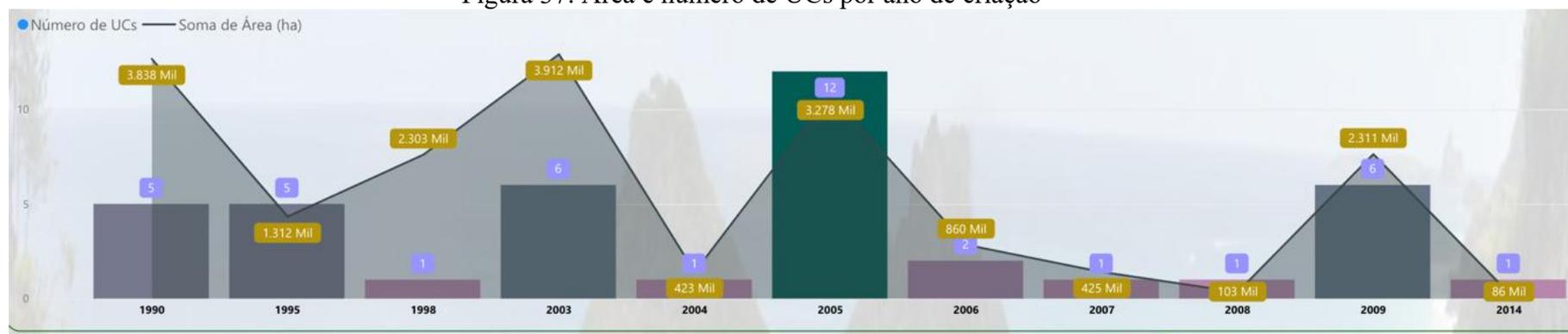
1999). Loureiro, Azaziel e Franca (2007) ressaltam as desigualdades nos conselhos, onde os representantes do governo, com acesso a informações e remuneração, contrastam com os membros da sociedade civil, frequentemente sem compensação e em situações de vulnerabilidade. Silva (2016) argumenta que os conselhos muitas vezes funcionam como mecanismos de controle, legitimando políticas governamentais participativas em vez de promoverem uma participação social efetiva.

No contexto das unidades de conservação (UCs) do Amazonas, a equidade de participação enfrenta desafios adicionais. Em locais como a RDSU, muitos moradores vivem distantes das sedes onde ocorrem as reuniões, o que gera custos elevados com transporte e combustível, dificultando sua participação. Além disso, muitos enfrentam dificuldades em compreender as dinâmicas técnico-científicas das discussões, o que limita sua capacidade de influenciar decisões. Para garantir uma participação significativa, é essencial que o governo forneça as condições materiais e educativas necessárias.

Diante desse cenário, entendo que a predileção do Estado pelas UCs de uso sustentável estava na projeção internacional do Amazonas como defensor da floresta e dos povos tradicionais, o que viria a possibilitar a mercantilização da natureza, sobretudo por meio da venda de serviços ambientais. Prova disso é a quantidade de UCs de uso sustentável criadas, com destaque para reservas de desenvolvimento sustentável, dentre elas a RDSU.

Para Santos (2013), a criação de unidades de conservação (UCs) estaduais do Amazonas teve três períodos de maior incremento. O primeiro foi entre 2002 e 2003, quando o número de UCs aumentou de 12 para 18. O segundo foi entre 2004 e 2005, com um salto de 19 para 31 UCs. O terceiro foi entre 2008 e 2009, quando o número de UCs subiu de 34 para 41, representando o número atual de UCs. Este crescimento resultou em um aumento de 157% na área total das UCs entre 2002 e 2009, passando de sete milhões para mais de 18 milhões de hectares, conforme Figura 37.

Figura 37: Área e número de UCs por ano de criação



Fonte: elaboração própria com base em CNUC/MMA (2024).

O Amazonas possui atualmente 95 unidades de conservação (Quadro 3), das quais 49 federais, 41 estaduais e 5 municipais. Destas, 20 são de proteção integral e 75 de uso sustentável, alinhando-se ao projeto político do estado mencionado anteriormente.

Quadro 3: Unidades de Conservação do Amazonas (1979-2024)

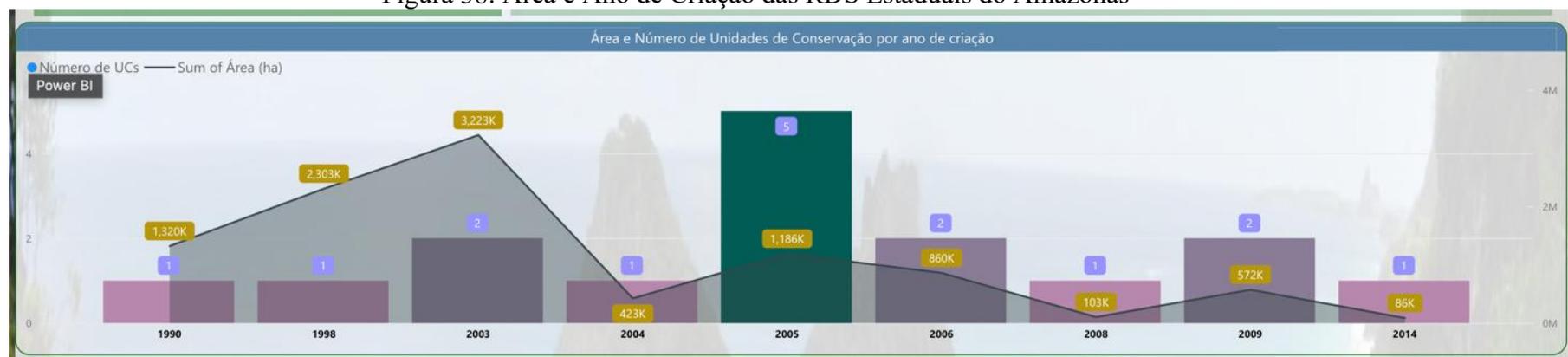
Grupo	Esfera	Qtd.	Área (km²)
Uso Sustentável	Federal	38	130,260.40
	Estadual	33	153,413.43
	Municipal	4	30,773.19
	Total	75	314,447.02
Proteção Integral	Federal	11	99,802.32
	Estadual	8	35,111.90
	Municipal	1	0.07
	Total	20	134,914.29
Total Geral		95	449,361.31

Fonte: elaboração própria com base em CNUC/MMA (2024).

Das 41 unidades de conservação estaduais, 8 são de proteção integral e 33 de uso sustentável. Entre as categorias de unidades de conservação criadas no Amazonas, observa-se que as categorias de uso sustentável foram priorizadas. Acredito que em função da participação popular no processo de ambientalização do estado, resultado da reivindicação dos movimentos sociais, conforme contexto explicitado na seção anterior. Hoje, estas categorias abrangem 153.413.043 hectares, totalizando 81,51% das áreas protegidas estaduais (FAS, 2020).

Das 33 Unidades de Conservação estaduais de uso sustentável no Amazonas, 16 são Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Ao incluir a esfera municipal, o estado totaliza 17 RDS, o que corresponde a aproximadamente 37% das 46 RDS existentes em todo o país. Na Figura 38 é possível visualizar as 16 RDS estaduais do Amazonas de acordo com a área e o ano de criação.

Figura 38: Área e Ano de Criação das RDS Estaduais do Amazonas



Fonte: elaboração própria com base em CNUC/MMA (2024).

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) representam a maior categoria de unidades de conservação (UC) estadual no Amazonas. Esse quantitativo reflete dois aspectos principais sobre a escolha da categoria de UC, com implicações tanto no nível estadual quanto nacional.

A opção pelo modelo de RDS pode ser atribuída ao fato de essa categoria ter sido originalmente pensada e estruturada para atender às necessidades do contexto amazônico, com base nos estudos e pesquisas desenvolvidas na Sociedade Civil Mimirauá, um importante centro de pesquisa da região vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A proposta de RDS, portanto, se alinhou ao perfil da Amazônia, promovendo a conservação de áreas e o uso sustentável dos recursos naturais, respeitando as especificidades locais e o modo de vida das comunidades tradicionais. Esse alinhamento teórico e prático fez com que a RDS se tornasse uma categoria altamente reconhecida e valorizada, tanto no cenário estadual quanto nacional (Medeiros, 2006; Vianna; Sales, 2006).

Na seção a seguir descreverei o processo de criação da RDSU, bem como a “transfiguração do Estado” nas unidades de conservação, sobretudo a partir da FAS, e os efeitos que esses “estranhos” causaram/causam aos modos de vida das comunidades tradicionais na RDSU.

4.2 “AGORA O ESTADO LEMBROU DE NÓS?” A RDSU, A TRANSFIGURAÇÃO DO ESTADO E OS EFEITOS NOS MODOS DE VIDA

4.2.1 A criação da RDSU: “vieram no início com mentiras e falsas promessas”

a gente viveu aqui muito tempo, só nós, ninguém vinha zelar por aqui. Nós mesmo se ajeitava pra proteger os bichos de casco, os patos, que naquela época o povo de fora vinha atirar nos patos [...] aí chega a SEMA e não sei mais quem, que nem era a SEMA das primeiras vezes, dizendo que aqui era área do governo. Que a gente tinha direito de ficar, mas ia ter que respeitar as regras deles, que era o governo do estado. A gente sempre viveu e cuidou do nosso jeito, que é um jeito que vocês chamam sustentável, aí tem que respeitar os outros? Os outros que não moram aqui é que sabem como a gente tem que viver? **Agora o Estado lembrou de nós?** [...] na época de alagar, de fome, de entrar os barcos de turistas predador eles não vinham, né? **Agora a gente é reserva?** Eu não concordo com isso! (Morador da Bela Vista, agricultor e pescador, entrevista realizada em novembro de 2023)

Fizeram sim reuniões, mas eles **vieram no início com mentira, com promessas falsas**. Eu participei de quase todas as reuniões de criação. Prometeram muitas coisas que não foram pro Plano de Gestão. Eles queriam pegar as assinaturas das pessoas com mentira, um exemplo, como se chegasse aqui e promettesse um salário mínimo, pra dar condições de você se manter sem vender pesca, sem desmatar, que na realidade não funciona assim. Então, muitas famílias foram enganadas. Quando a gente descobriu isso aí, que a gente foi pra uma reunião geral lá no Livramento, a gente tentou brigar lá de tudo quanto foi jeito, fez greve pra não assinarem, pra não acontecer a Reserva, mas acabou que não teve jeito

(Morador da Bela Vista, dono de pousada e agricultor, entrevista realizada em janeiro de 2023)

A criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (RDSU) é contraditória em sua origem, conforme evidenciado nas falas dos moradores. Oficialmente, o governo estadual afirma que a UC foi uma demanda dos moradores do Rio Uatumã, que já tinham uma ideia clara da vocação da área (IDESAM/SEMA, 2018). No entanto, na prática, a iniciativa partiu de agendas do governo. Além disso, foi um processo longo e permeado de tensões e disputas em torno de qual seria a categoria de unidade de conservação mais adequada para o território em questão.

Em 1996, o Centro de Preservação e Pesquisa da UHEB (CPQA), localizado na Vila de Balbina, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o INPA, ONGs ambientalistas e os moradores locais formalizaram uma proposta para a criação da RDS do Baixo Rio Uatumã. Este estudo foi apresentado ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) no âmbito do PPG7, com o objetivo de promover a proteção dos recursos naturais da região, respeitando as necessidades da população local (Amazonas, 1999; Begrow, 2002; Lazzarini, 2003).

Embora a Bacia do Uatumã tenha sido alvo de diversos estudos de zoneamento ambiental, como o Plano Ambiental do Estado do Amazonas (PAEA) e o Plano de Gestão Ambiental Integrada (PGAI), a criação da RDS não se concretizou de imediato devido à paralisação do processo estadual de criação de unidades de conservação (UCs). Em 1999, o CPQA, em conjunto com o IBAMA e o Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT), retomaram os estudos, propondo agora a criação de uma Reserva Extrativista (RESEX) para a região do Uatumã. O pedido foi encaminhado à Superintendência do IBAMA, mas, novamente, a criação da UC foi adiada devido a outras prioridades do IBAMA (Amazonas, 1999; Begrow, 2002; Lazzarini, 2003).

Além disso, em paralelo, já no Plano de Gestão da Pesca Esportiva do Amazonas (1999), o Rio Uatumã, pela diversidade ictiofaunística, era destacado como um local estratégico para o desenvolvimento da pesca esportiva. Elaborado pelo IPAAM e pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), esse plano sublinha como o governo já tinha interesses regionais estabelecidos em torno do uso dos recursos naturais do Uatumã, especialmente para a pesca esportiva, antes mesmo da criação da RDS (Begrow, 2002).

O plano sugeria a criação de áreas de reservas extrativistas (RESEX) ou reservas de pesca esportiva, como eram intituladas no Pará, com zonas exclusivas para a realização da pesca esportiva. Essas áreas deveriam priorizar: a) sensibilização ambiental dos moradores e bom relacionamento com os turistas; b) presença de tucunaré-açu (*Cichla temensis*) de grande porte; c) características adequadas para RESEX; d) carência de alternativas econômicas. Cria-se, a partir dessa demanda, Associação Agroextrativista das Comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (AACRDSU), conhecida localmente como Associação-Mãe, que de fato consolidou-se como cogestora da RDSU até os dias de hoje⁵⁵, com o intuito de auxiliar na elaboração do Plano de Utilização da Resex do Rio Uatumã (Begrow, 2002),

A AACRDSU foi criada em 2000 e formalizada em 2007, composta por moradores de comunidades do Rio Uatumã, que posteriormente se tornariam parte da RDSU. A Associação tem o papel de gerir a unidade de conservação, em parceria com o órgão gestor da RDSU, a fim de identificar conflitos, sensibilizar ambientalmente os moradores e representar as preferências das comunidades frente às prefeituras dos municípios (Itapiranga, Presidente Figueiredo e São Sebastião do Uatumã), instituições e atores que operam na UC e nas reuniões do Conselho Gestor⁵⁶ (Amazonas, 2009; Amazonas; 2010). A AACDRSU recebe da SEMA, desde 2014, a concessão para “explorar as atividades de uso público” dentro da RDSU. A autorização é bianual e, portanto, renovada a cada dois anos.

Em 2003, o governo estadual assumiu a responsabilidade pela criação da UC, após o repasse de atribuições do governo federal. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), o IPAAM e o CPQA retomaram as discussões, mas, dessa vez, propuseram a criação de uma RDS, levando em conta as necessidades de preservação e desenvolvimento sustentável das comunidades locais. Em 2004, com a assinatura do Decreto nº 24.295, a RDSU foi oficialmente criada.

Os ribeirinhos, na ocasião da iniciativa do CPQA em 1996, concordaram com a categoria reserva extrativista, em função da possibilidade de manter suas atividades de autossustento

⁵⁵ As Reservas de Desenvolvimento Sustentável Estaduais do Amazonas são geridas pelo Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (DEMUC/SEMA), antigo CEUC. Segundo o SEUC (AMAZONAS, 2007), as RDs podem, ainda, ser geridas em parceria com Organizações da Sociedade Civil, mediante instrumento de gestão.

⁵⁶ O Conselho Gestor Deliberativo da RDSU é composto por representantes das comunidades e representantes institucionais com atuação direta e indireta na RDSU: Moradores das comunidades, SEMA, IPAAM, IDESAM, FAS, Representante dos empresários do turismo, Presidente da Associação-Mãe, Agentes Ambientais Voluntários.

relacionadas principalmente à pesca e à madeira. Contudo, após a tramitação que durou cerca de sete anos (1996-2003), SDS e IPAAM optaram pela categoria RDS, consultando somente sete das quinze comunidades envolvidas no processo à época (hoje, a RDSU é formada por 21 comunidades) (Begrow, 2002).

Ao analisar o histórico de criação da RDSU e a legislação vigente, acredito que a escolha da categoria RDS em vez de RESEX reflete uma estratégia administrativa, uma vez que as RESEX demandam uma adaptação das políticas públicas às necessidades específicas das populações tradicionais, o que torna sua implementação e gestão mais complexas, quais sejam: a) conforme o Artigo 18, §6 da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000), a caça amadorística ou profissional é proibida nas RESEX, o que representaria um obstáculo à prática da pesca esportiva; b) enquanto nas RDS a visitação é incentivada, nas RESEX ela é permitida, mas sem o mesmo incentivo. Tal diferença está no fato de a RESEX ser uma categoria com foco no extrativismo das comunidades tradicionais. Isso poderia gerar conflitos entre o turismo e as atividades extrativistas, como, por exemplo, na disputa entre abrir lagos para pescadores ou preservá-los para o turismo⁵⁷. Embora o turismo ocorra em RESEX, a complexidade é mais intensa que em uma RDS; c) há ainda um fator de grande impacto: a obrigatoriedade da desapropriação de áreas particulares na RESEX, enquanto na RDS a desapropriação deverá ocorrer somente “quando necessário”.

4.2.2 “Agora a gente é reserva”

Conforme mencionado anteriormente, a transformação do território em unidade de conservação também se caracteriza como mais um “estranho” na vida cotidiana das comunidades tradicionais. Cabe, portanto, identificar os principais efeitos desse “estranho” nos modos de vida locais.

A RDSU tem como objetivo:

preservar a natureza e [...] assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais de

⁵⁷ Mendonça, Moraes e Costa (2023) dão exemplos de conflitos entre o turismo e a prática de atividades extrativistas de comunidades tradicionais em RESEXs do Ceará e do Rio de Janeiro. No caso da RESEX de Arraial do Cabo, as autoras destacam que o processo de criação da UC foi exógeno e culminou em um cenário conflituoso em que o turismo passou a ser incentivado como atividade econômica em detrimento da pesca, uma vez que havia sobreposição e disputa de territórios. Nesse caso, pelo fato de interferirem no turismo, as atividades tradicionais foram desestimuladas em prol do turismo. E os moradores lutando e reivindicando as práticas tradicionais do modo de vida.

populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do meio ambiente, desenvolvidos por essas populações (Amazonas, 2004).

No excerto retromencionado, embora seja destacada a importância de assegurar os modos de vida e a reprodução social dos moradores da RDS, e isso inclui, obviamente, as formas de vida e o trabalho, é possível perceber, no entanto, o caráter utilitarista imbuído nas práticas conservacionistas quando o poder estatal utiliza termos como “exploração dos recursos naturais”. Desse modo, percebe-se de forma mimetizada a perpetuação de uma visão anacrônica em que natureza e homem são esferas separadas, sendo a primeira (natureza) subjugada às vontades da segunda (homem), favorecendo o processo de ruptura metabólica (Foster, 2005).

Com a institucionalização do território do Uatumã em RDS, ocorre uma série de restrições e imposições aos modos de vida dos ribeirinhos, sobretudo em relação aos usos da pesca e da madeira. Para aqueles que trabalhavam com retirada e venda de madeira, seja *in natura* ou como produto final (barcos, móveis), houve um cerceamento das atividades econômicas, retirando a maior parte do autossustento de dezenas de famílias. Aos que quisessem trabalhar com a madeira, deveriam aguardar os projetos de manejo que seriam implementados pelas instituições parceiras da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), em especial o Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM). A partir de 2018, o IDESAM passou a apoiar iniciativas de manejo florestal comunitário no Uatumã, por meio do projeto Cidades Florestais. Em 2021, foi publicado o primeiro plano de manejo comunitário florestal do Uatumã e construída a movelaria comunitária com o intuito de impulsionar as atividades do plano (SEMA, 2021).

No que concerne ao uso da madeira na RDSU, quando estive na RDSU em 2018, na ocasião da pesquisa de mestrado, destaquei o conflito com a empresa madeireira Precious Wood Amazon, conhecida localmente pelo nome fantasia Mil Madeireiras. A Mil Madeireiras alega ser proprietária de parte do território transformado em RDSU. Um processo legal na Procuradoria Geral do Amazonas (PGE/AM) estava em andamento à época, visando obter um parecer jurídico acerca da sobreposição de áreas pertencentes à Mil Madeireiras com as terras de algumas comunidades da RDSU. O Plano de Gestão e o Plano de Uso Público da RDS mencionam o processo judicial. A comunidade local expressava repetidamente sua indignação em relação aos proprietários da empresa e à aparente negligência das autoridades locais. Hoje, o cenário é outro e a comunidade está dividida entre aqueles que aceitam e os que não aceitam o uso de madeira pela Mil Madeireiras, conforme falas dos moradores:

A proibição é só pra gente. Dia e noite é barulho de máquina da Mil derrubando tudo. Eles vieram uma vez, tentaram conversar, mas nunca dá em nada [...] Dizem que vão ajudar a comunidade, mas nunca ajudam. Madeira pro meu sustento eu não posso tirar, muita gente podia tá fazendo beneficiamento de madeira em Itapiranga, mas essas regras da Reserva não deixam. Que regra é essa que só funciona pro **trabalhador** pobre? Eles tão roubando a nossa madeira pra enriquecer e ninguém faz nada. E não é pouca não, é muita! (Morador da comunidade São Francisco do Caribi, entrevista realizada em maio de 2018 obtida para minha dissertação de mestrado, grifo meu).

A área da Mil tá na briga com a RDS. A Mil só tem duas saídas: ou ela não explora; ou ela explora de acordo com as comunidades. Então eles [Mil] fizeram uma proposta pras comunidades, e eu acompanhei o processo [...] a proposta do repasse de uma porcentagem pra comunidade, que vai dar uns 400 mil reais, vão repassar pra Associação-Mãe fazer um bom uso e distribuir pras comunidades de acordo com a necessidade. Aí se isso for aprovado, o Conselho Gestor da Reserva vai aprovar, e gradativamente, conforme eles [Mil] forem retirando a madeira, de forma manejada, eles vão repassando o equivalente em dinheiro pra Associação-Mãe. Mais cedo ou mais tarde eles iam explorar, porque a área é deles, quer nos queremos ou não. Outra contrapartida é ajudar com algumas coisas, por exemplo, se a área deles chega até a margem dos rios, eles vão deixar um pedaço bom de terra pro morador, não vão mexer. Só vão mexer pro centro, onde a gente manualmente não tem acesso, precisa de maquinário pesado. Eu apoio essa iniciativa, porque é melhor ter um pouco do que não ter nada, e se eles não explorarem, nós não vamos ter nada, porque a gente não consegue chegar lá. Além do plano de manejo que a gente não consegue fácil. Porque eles tiveram que fazer um plano de manejo. Melhor ter um pouco do que ter nada. E é deles, não é uma área invadida. Eles compraram antes da Reserva, é deles por direito (Seu João Paulo, presidente da comunidade. Entrevista realizada em fevereiro de 2023).

A partir do relato do Seu João Paulo, fica claro que a empresa utiliza a cooptação das lideranças locais ao oferecer contrapartidas financeiras para garantir apoio à exploração da natureza, dividindo as comunidades entre os que aceitam e os que se opõem. A visão de propriedade privada, legalmente válida, entra em conflito com os direitos coletivos das comunidades tradicionais, que ocupam a terra tradicionalmente. Embora a exploração da madeira traga benefícios imediatos para alguns, ela ignora as consequências ecológicas e sociais a longo prazo. Deixando clara a tensão entre a lógica neoliberal de mercantilização e os interesses dos moradores locais, marginalizadas nos processos de decisão sobre seus territórios. Mais um exemplo de contradição do Capital, que provoca conflitos na comunidade.

A pesca de autossustento foi outra atividade econômica fortemente restringida no território da RDSU. Cabe lembrar que, ao migrarem para o Uatumã, alguns moradores abandonavam seus antigos ofícios de pintor e pedreiro, passando a atuar com pesca, extração de madeira e agropecuária. Ainda na ocasião da pesquisa realizada por Begrow (2002), que serviu de base para criação posterior da RDSU, a autora demonstrava preocupação em relação ao autossustento

daqueles que seriam impedidos de trabalhar por conta da legislação aplicada a unidades de conservação.

O território do Uatumã, por meio de sua biodiversidade, propiciava aos moradores desenvolverem a pluriatividade comum a povos e comunidades tradicionais amazônicas, por meio da caça, coleta e extrativismo. A partir dos impedimentos institucionais, e das novas regras que lhes foram impostas, os moradores migraram paulatinamente suas atividades de autossustento, abandonando, por exemplo, o extrativismo madeireiro. Nesse ínterim, o turismo surge no discurso da SEMA como suposta panaceia para as mazelas sociais, econômicas e ecológicas que afligiam os moradores da RDSU, legitimando, portanto, o foco da SEMA em ordenar a atividade turística na região, que já vinha ocorrendo desde as propostas de criação de uma unidade de conservação no Uatumã, conforme mencionado anteriormente.

Embora os efeitos mencionados tenham impactado a vida dos moradores, a chegada do "estranho" RDS possibilitou um cenário de conservação em comparação aos territórios "livres", sem a formalização de uma área protegida. Longe de incorrer na falácia da tragédia dos comuns (Hardin, 1968), sustenta-se que esse processo de proteção legal por meio do Estado favoreceu a criação de arranjos institucionais nos quais os moradores tiveram uma participação ativa, resultando na formulação de regras e normas institucionalizadas, devidamente reconhecidas do ponto de vista jurídico.

4.2.3 O processo de "transfiguração do Estado" na RDSU em tempos neoliberais

Seguindo a lógica de parcerias para a implementação e gestão da política ambiental do Amazonas, conforme detalhado anteriormente, a gestão da RDSU foi inicialmente conduzida pela SEMA, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM). O IDESAM é uma organização não governamental que possui como missão promover e valorizar o uso sustentável dos recursos naturais junto aos povos e comunidades tradicionais da Amazônia. Primeiramente, em junho de 2006, foi firmado um convênio entre as duas instituições – SEMA e IDESAM - para a elaboração do Plano de Gestão da RDSU. Posteriormente, um convênio de cogestão foi assinado em março de 2007, focado no fortalecimento comunitário, organização social e manejo sustentável dos recursos naturais. Dentre os principais resultados dessa parceria, destacam-se a elaboração do Plano de Pesca Esportiva (2007), o Plano de Gestão (2009), o Plano

de Uso Público (2010) e um estudo sobre a viabilidade financeira do turismo na RDSU (2012). Todos esses documentos foram realizados pelo IDESAM sob a supervisão da SEMA.

Contudo, a gestão compartilhada foi encerrada após ambas as instituições concluírem que a gestão das unidades de conservação (UCs) deveria ser responsabilidade exclusiva do poder estatal, sem a coparticipação do terceiro setor. O IDESAM passou, então, a firmar termos de cooperação para o desenvolvimento de projetos específicos, com foco na geração de renda e organização comunitária. Em paralelo a atuação do IDESAM, a FAS passou a figurar como uma das instituições mais importantes na gestão da RDSU. A principal atuação da FAS na RDSU consiste na execução do Programa Guardiões da Floresta, já mencionado anteriormente. No que concerne especificamente ao turismo, a FAS auxilia os empreendedores do turismo no processo de legalização das pousadas, desde a abertura de CNPJ até a emissão de licenças ambientais, bem como a qualificação profissional para o turismo, desde cursos de gestão financeira e gastronomia até a emissão da carteira de Arrais, conforme veremos mais à frente. Esse processo de preparação para o turismo realizado pela FAS configura-se mais um “estranho” na RDSU.

O trecho da entrevista a seguir revela o reconhecimento das ações da FAS pelos moradores da RDSU:

Se você perguntar aqui quem é SEMA na comunidade, dificilmente vão te dar uma resposta bacana do que eles fazem. A gente sabe que eles mandam na reserva, mas o que eles trazem pra comunidade, ninguém sabe. Mas pergunta sobre a FAS, cara, eles ajudam muito aqui. Já ajudaram mais, mas ainda ajudam” (Seu Jucá, dono de pousada, entrevista realizada em novembro de 2023).

É fato que a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) desempenha um papel fundamental na qualificação e aprimoramento da “cadeia do turismo” na RDSU, por meio de uma série de projetos voltados para a “formação empreendedora dos comunitários”. Os cursos de capacitação são voltados aos “empreendedores do turismo e aqueles que prestam serviços a eles” (Estrelinha, Setor de Programas De Empreendedorismo e Negócios Sustentáveis da Amazônia da FAS, entrevista realizada em junho de 2024), visando uma especialização técnica e o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelas pousadas.

Os cursos foram organizados em dois projetos. O primeiro, realizado entre 2018 e 2020 em parceria com uma rede internacional de hotéis, focou na formação prática e teórica dos participantes. As áreas abordadas incluíram gastronomia, guia de pesca e laboratório prático de hotelaria, este dividido em primeiros socorros, camareira e alimentos e bebidas. No curso de guia

de pesca, uma engenheira de pesca contratada pela FAS levou conhecimentos técnicos aos pilotos da RDSU, complementando seus saberes tradicionais. Em média, participaram de dois a três trabalhadores por pousada da RDSU (Estrelinha, do Setor de Programas de Empreendedorismo e Negócios Sustentáveis da Amazônia da FAS, entrevista realizada em junho de 2024).

O segundo projeto começou durante a pandemia da Covid-19. Foram oferecidos oito cursos digitais, mas muitos moradores tiveram dificuldades de acesso por falta de internet e dispositivos adequados. A pandemia também adiou cursos presenciais, como o de habilitação náutica, realizado apenas em 2023. Em 2021, ocorreu uma nova formação de empreendedores turísticos, com capacitação em gestão hoteleira e atendimento ao cliente, contando com a participação de cinco pessoas da RDSU.

A FAS, ao optar por cursos digitais, falhou em considerar a disparidade no acesso à tecnologia entre os moradores da região, ocasionando um processo de exclusão digital. Mesmo com a boa intenção de adaptar os cursos às restrições da pandemia, a escolha do formato digital não contemplou as limitações estruturais da comunidade local. A grande maioria dos moradores da RDSU não dispõe dos meios tecnológicos necessários para participar de cursos online, o que gerou uma exclusão de uma parcela significativa da população que poderia ter se beneficiado da capacitação presencial. Mesmo havendo uma estrutura da FAS na RDSU⁵⁸, o deslocamento é caro e demorado para moradores de outras comunidades, conforme já observado.

Além disso, a FAS propiciou a construção de duas pousadas de gestão comunitária, por meio do Edital Floresta em Pé: Pousada Paraíso do Uatumã, na Comunidade Ebenezer; e Pousada no Maracarana. “A gente contribui para primeira formação de gestão, a partir disso os comunitários decidem como será feita [...] até porque a gente preza muito pela autonomia deles nos processos decisórios [...] a gente não interfere em nada, a gente só quer contribuir com a formação e com a assessoria” (Estrelinha, Setor de Programas De Empreendedorismo e Negócios Sustentáveis da Amazônia da FAS, entrevista realizada em junho de 2024).

⁵⁸ A FAS possui um Núcleo de Conservação e Sustentabilidade (NCS) na RDSU, que consiste em um modelo de complexo educacional pensado para unidades de conservação. Inaugurado na RDSU em 2010, o NCS foi construído com madeiras da RDSU e tem capacidade para atender 70 alunos. O NCS possui, além da escola, uma “casa de professor”, para alojar professores que vêm da cidade ou de comunidades distantes, e uma “casa familiar”, que tem a intenção de acolher alunos que moram em comunidades distantes e não têm condição de se deslocar todos os dias. O NCS está localizado no Polo 2, em tese, no coração da RDSU, mas considerando a extensão territorial, o deslocamento dos moradores das comunidades do mesmo Polo ainda fica oneroso.

Considero fundamental problematizar o discurso oficial sobre "autonomia" e “não interferência”, quando há uma instituição externa mediando, financiando e direcionando as primeiras etapas de um empreendimento comunitário. Ainda que a intenção seja não interferir, a própria seleção dos projetos, a estrutura de financiamento e os modelos de gestão sugeridos já operam como formas de influência e moldagem das práticas locais, mesmo que de maneira sutil. Na prática, a FAS exerce uma posição privilegiada na definição do que é legítimo e financiável dentro dos territórios em que atua.

No processo de ambientalização do estado do Amazonas, a FAS desempenhou um papel central, adotando uma estratégia inovadora que combinou a atuação de agentes públicos e a gestão de organização não governamental. Exemplo disso é Virgílio Viana, ex-secretário da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), que passou a ocupar uma posição estratégica dentro da FAS. Nesse contexto, o poder público também passou a se fortalecer financeiramente por meio de parcerias com grandes empresas privadas. A proposta da FAS envolveu a criação de uma nova configuração institucional, caracterizada pela colaboração público-privada, sem fins lucrativos e, em tese, com pretensões desvinculada de influências políticas partidárias típicas de órgãos governamentais. Essa estrutura reverberou como uma solução para superar os entraves impostos pelos vínculos políticos e partidários, frequentemente apontados como obstáculos à execução eficaz de políticas públicas (Schweickardt, 2010).

De acordo com Schweickardt (2010):

Ao revelar a sua face ambiental, o Estado transfigura-se numa Fundação “público-privada” para executar um programa ambiental de interesse coletivo como o Bolsa Floresta, e o banco privado que é seu principal parceiro, passa a se autodenominar “Banco do Planeta” dando uma idéia [*sic*] de estar agora preocupado com os interesses da maior coletividade que existe, a “planetária”. **Desse modo, a FAS poderia ser tomada como um caso exemplar da transfiguração do Estado dentro da nova ordem ambiental mundial** (Schweickardt, 2010, p. 294, grifo nosso).

Esta perspectiva coloca a FAS como um exemplo da tendência global de reconfiguração das políticas públicas governamentais dentro de uma lógica neoliberal, onde o Estado, em sua função tradicional de gestão e intervenção direta, passa a delegar responsabilidades para organizações não governamentais (ONGs) e empresas privadas, as quais se tornam protagonistas da implementação de políticas de interesse coletivo. A transfiguração do Estado nesse novo contexto ambiental global pode ser vista como uma forma de privatização da política ambiental,

na qual o interesse coletivo se dissolve em um discurso universalista que, na prática, favorece a continuidade de lógicas econômicas predatórias e a subordinação das políticas públicas a interesses privados (Silva, 2016; Schweickardt, 2010).

A terceirização da gestão de políticas e representação nos Conselhos de RDS do Amazonas foi relatada por Silva (2016). A autora descreve que na RDS do Rio Negro⁵⁹ os moradores são representados por associações e organizações locais que envolvem os próprios moradores, mas também por organizações externas com destaque para Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Estes últimos representantes possuem um duplo papel de “representante das 63 instituições genuinamente comunitárias na reivindicação dos seus direitos e, por vezes, substituindo a personalidade estatal na condução das políticas governamentais” (Silva, 2016, p. 223). De acordo com a autora, as instituições praticam tutelas sobre as comunidades tradicionais da RDS do Rio Negro, perpetuando uma prática de poder disciplinar no sentido foucaultiano que, articuladas com o Estado, criam mecanismos para se sustentar no poder. Na RDSU, em relação ao turismo, a FAS, o IPAAM e a Associação-Mãe reproduzem o cenário relatado por Silva na RDS do Rio Negro.

Ao completar 15 anos, a FAS se consolidou como um exemplo do processo de adaptação da Amazônia à lógica do capitalismo verde (Brand; Wissen, 2021), transformando a natureza em um ativo econômico negociável por interesses privados. Embora suas ações possam contribuir para a redução do desmatamento, o modelo adotado reflete uma privatização da proteção ambiental. A FAS, ao substituir a SDS, atual SEMA, na execução de leis como a já mencionada Lei Estadual de Serviços Ambientais do Amazonas, representa uma “transfiguração do próprio Estado” na medida em que, o Estado diminuto, que deveria atuar como agente principal na gestão e proteção da Amazônia, delega responsabilidades a fundações como a FAS, cujas operações muitas vezes se alinham mais aos interesses do mercado global do que às necessidades reais das populações locais e da biodiversidade. Em suma, a FAS inaugura no estado do Amazonas uma nova forma de gestão ambiental em que o público e o privado se fusionam em um marco tipicamente neoliberal.

4.3 UM OUTRO ESTRANHO NAS UCS: O TURISMO

A agenda de turismo da FAS está inserida no Setor de Programas de Empreendedorismo e Negócios Sustentáveis da Amazônia (PENSA). Ao analisar algumas publicações, em especial os

⁵⁹ Situada entre os municípios de Manacapuru, Iranduba e Novo Airão, no estado do Amazonas.

relatórios anuais dos últimos cinco anos da FAS, bem como a entrevista realizada com a representante da instituição, os seguintes termos me saltaram aos olhos: “empoderamento”, “gestão de negócios”, “formação empreendedora”, “gestão de empreendimentos” e “prosperidade”. Todo esse vocabulário não é usado fora de um contexto, mas configura um léxico empresarial neoliberal voltado à ideologia do fenômeno que intitulo “mito da prosperidade via empreendedorismo”. Silva (2016) destaca que essa linguagem ideologizada evidencia as contradições dos discursos oficiais de ONGS que evocam uma retórica ambientalista para chancela de suas atuações.

Cabe lembrar que o papel do empreendedor na configuração histórica do capitalismo foi objeto de estudos de inúmeras correntes de pensamento da Sociologia. Enquanto Weber (2004) enfatizou o papel do empreendedor na transição para uma sociedade capitalista mais racional e orientada pelo lucro, Schumpeter (1997) o entendia como o agente da inovação, capaz de reconfigurar a economia por meio de mudanças disruptivas. Ambos, no entanto, reconheciam a importância do empreendedor como figura central para o desenvolvimento e transformação das estruturas econômicas e sociais.

A figura do empreendedor esteve em voga desde o advento do capitalismo, contudo foi limitada pelas políticas keynesianas intervencionistas, que regulavam o mercado e as iniciativas empresariais. Já a partir do neoliberalismo, até a década de 1970, a figura do empreendedor passa a ser resgatada como central no discurso do Estado. O neoliberalismo é um poder estatal global que promove a expansão do mercado para diversas esferas da vida social, defendendo a desregulamentação, a privatização e a redução da intervenção estatal. Essa visão coloca, em tese, o mercado como a força reguladora central (Harvey, 2008; Dardot; Laval, 2016).

Autores como Harvey (2008) analisam o neoliberalismo não apenas como uma política econômica, mas como um conjunto de práticas sociais que moldam a subjetividade e as relações sociais. Harvey, em particular, destaca que o neoliberalismo não é apenas uma resposta a uma crise econômica, mas uma tentativa de restaurar o poder da classe capitalista e garantir a perpetuação das desigualdades estruturais. Nesse contexto, a figura do empreendedor emerge não como um agente de transformação social, mas como um sujeito central na ideologia neoliberal, moldado para ser autossuficiente, competitivo e adaptável às mudanças do mercado, mesmo que à custa de precarização e desigualdade.

Dardot e Laval (2016) dão ênfase na visão calculista e individualista, exaltada pelo neoliberalismo, esconde as estruturas de poder que definem as condições materiais e sociais para

que alguns possam ter sucesso enquanto outros permanecem marginalizados. O neoliberalismo, ao exaltar o empreendedor como uma figura heroica, naturaliza a exploração e a desigualdade, desconsiderando as condições estruturais que limitam as oportunidades para a maioria da população. Desse modo, o discurso sobre a prosperidade via empreendedorismo, vendido como uma panaceia alcançável por todos que se dispuserem a trabalhar arduamente esconde o fato de que não é possível para todos, uma vez que é necessário a precarização de muitos trabalhadores para a ascensão de um empreendedor. Se todos tornam-se patrões quem se sujeitará às condições precárias de trabalho?

A partir da expansão da nova ordem econômica neoliberal e da ideologia empreendedora para os países do Sul Global, o incentivo ao empreendedorismo na educação básica e profissionalizante em diversos tratados e acordos internacionais se torna constante, a saber: Declaração de Copenhague, resultado da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social, em 1995; Relatórios do Projeto Regional de Educação para a América Latina e Caribe, em 2004, da OCDE em parceria com a ONU. Influenciados por essas convenções, surgiram programas específicos como o Programa de Capacitação de Empreendedores (EMPRETEC) da ONU, ratificado no Brasil em 1992. Em razão disso, as agências e bancos multilaterais que financiam grande parte das iniciativas de cunho ambiental no Sul Global passaram a incorporar essa lógica em seus escopos, o que reverberou diretamente na disseminação no “mito da prosperidade via empreendedorismo” que chega às comunidades tradicionais via ONGs como a FAS, considerando que o orçamento da FAS advém majoritariamente de agências e bancos multilaterais, além de empresas de capitalismo central.

A partir do cenário mencionado, a FAS passa a replicar a ideologia empreendedora nas comunidades tradicionais amazônicas em que é atuante, tendo como estratégia o Programa de Empreendedorismo e Negócios Sustentáveis da Amazônia (PENSA), que visa formar empreendedores e apoiar o desenvolvimento de “negócios sustentáveis”. Considerando as limitações legais desses territórios protegidos como unidades de conservação, o SNUC permite que esse empreendedorismo seja direcionado à conservação da natureza e à manutenção dos modos de vida tradicionais, com predileção à visitação contemplativa, ao turismo e à pesquisa científica. Assim, a FAS une o mito da panaceia econômica do turismo ao mito do empreendedorismo, passando a incentivar que os moradores empreendam na “cadeia do turismo” (pousadas,

restaurantes, artesanato). Incentivo reforçado pela SEMA, reafirmando a postura de um discurso oficial voltado à retórica empreendedora.

Ouriques (2007) destaca que o turismo chega aos países de capitalismo periférico como uma tábua de salvação da economia nacional e local, sobretudo quando aliado à retórica da preservação ambiental. A implementação do turismo em diversas regiões periféricas gerou algumas “ilhas de prosperidade”, estabelecendo círculos de consumo e produção favoráveis. No entanto, os benefícios dessa prosperidade foram limitados a um número restrito de pessoas. Em geral, a maior parte da população local não obteve e continua sem obter vantagens do progresso que o turismo supostamente traz (Ouriques, 2007).

O turismo aparece como seguimento a ser impulsionado em todos os planos de governo para a região amazônica, desde a ditadura civil-militar até os dias de hoje, sempre enfatizando a possibilidade de desenvolvimento e progresso para a região. Ainda sob o governo ditatorial, em 1977, a SUDAM inventariou atrativos e potencialidades do turismo na Amazônia no documento Estratégia para o Desenvolvimento Integrado do Ecoturismo da Amazônia Legal. Em razão do incentivo das políticas governamentais, somadas a criação da Zona Franca de Manaus, o impulsionamento do turismo de compras e a abertura de estradas no estado do Amazonas, são construídos os primeiros hotéis de selva na década de 1980, entre eles o emblemático Ariáú Amazon Tower. Contudo, apesar do apelo ambiental, esses empreendimentos, em sua maioria, geravam transtornos às comunidades e ao ambiente. Em 2008, a publicação do Plano Amazônia Sustentável (PAS) pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) incentiva a criação de unidades de conservação, o provimento de condições para inclusão dos povos e comunidades tradicionais no turismo, bem como a criação dos chamados “microempreendimentos de turismo sustentável”, visando uma nova retórica que evocava sustentabilidade e inclusão social para a Amazônia (Brasil, 2008; Silva, 2016; Figueiredo, 2022).

Quando o empreendedorismo turístico chega como mais um “estranho” às comunidades da RDSU, se insere como sistema de aviamento do turismo, já mencionado anteriormente. Posteriormente, as pousadas são construídas como propriedades privadas familiares, onde os benefícios econômicos ficam concentrados nas mãos das famílias donas de pousada. Ao restante das famílias, restam a venda da mão de obra como trabalhadores, com extensa carga horária de trabalho por diárias que variam entre R\$60 e R\$100. Além disso, o *status* de dono de pousada e o prestígio social na comunidade para a família proprietária são percebidos com facilidade. Em

momentos de interação que participei, como na festa dos trabalhadores da escola, é nítida a distinção atribuída àqueles que pertencem à família dona de pousada. Os outros moradores os percebem como pessoas que têm um poder aquisitivo maior e que, portanto, se encontram em posição privilegiada. Observei também que as famílias donas de pousada não integram a rede de trabalho coletivo, como os tradicionais mutirões. De modo que para obterem ajuda para limpeza de terreno ou alguma melhoria em suas casas ou pousadas, é necessário pagar diárias a alguns homens da comunidade. “Antes a gente fazia dessa forma, um ajudando o outro quando precisava. Fazia muito pra levantar a casa ou limpar o terreno. Mas aí a gente foi percebendo que era injusto, porque tem gente que pode pagar [...] os donos de pousada a gente sabe que tem condição” (trecho de conversa informal com morador da comunidade em fevereiro de 2023). Esses aspectos sobre a vida tradicional do trabalho e as metamorfoses causadas pelo “estranho” turismo nos modos de vida serão narradas detalhadamente no Capítulo 5.

Esses empreendimentos comunitários surgem com base na economia familiar, ou seja, os empreendedores usam da sua própria força de trabalho e da sua família visando a reprodução familiar. Posteriormente, com a ascensão de suas empresas, passam a contratar trabalhadores e gerar rendas para outras famílias da comunidade. O IPAAM exige a abertura legal das empresas/pousadas e todo o processo de licenciamento ambiental, além da comercialização total ou parcial de agências de viagens do sudeste do país, o que finda por incluí-los na rede formal da economia de mercado. Ao menos do ponto de vista da formalização jurídica e pagamento de impostos. Mas o objetivo final continua sendo voltado ao autossustento da unidade familiar, mesmo que propicie o lucro para uma única família⁶⁰, conforme será analisado no Capítulo 5.

Para Chayanov (1981), a unidade econômica familiar no contexto de campesinato tem motivações econômicas e noção de lucratividade totalmente distintas do contexto capitalista, ainda que possua algumas características desse sistema. Então, embora passe a existir a forma empresa, a orientação para o acúmulo de capital e lucro e a relação patrão-empregado, segue tendo como objetivo final o sustento e a reprodução da família. Chayanov (1974) afirma ainda que as famílias campesinas buscam o equilíbrio do balanço trabalho-consumo, não só para reduzir o dispêndio da força de trabalho, mas também acessar melhores condições de vida.

⁶⁰ Importante destacar, conforme mencionei nas seções anteriores, que há dois empreendimentos de gestão comunitária apoiados pela FAS dentro da RDSU, oriundos do Edital Floresta em Pé. A tese não contempla em suas análises, mas acredito que sejam calçados em uma lógica de economia solidária que carecem de estudos e análises.

Além disso, diferentemente do circuito capitalista, na lógica de produção camponesa, a circulação de mercadorias ocorre de uma forma simples, expressa pela fórmula M-D-M, em que se converte a mercadoria em dinheiro e o dinheiro em mercadoria, ou seja, vender pra comprar. Desse modo, o dinheiro obtido com a venda da mercadoria produzida pelo ribeirinho será revertido na compra de outra mercadoria que não é produzida por ele (Oliveira, 1991, p. 52). “Portanto, o consumo, a satisfação de necessidades, ou, em uma palavra, o valor-de-uso, é seu objetivo final [...] o intercâmbio de produtos, a mudança de diferentes materiais configura aqui o conteúdo do movimento” (Marx, 1984, p. 183). Ocorre que durante o processo M-D-M, o camponês pode vender sua mercadoria por um valor acima daquela que necessita comprar, findando numa sobra de dinheiro e na possibilidade de acúmulo deste. Contudo, a satisfação das necessidades e a reprodução da unidade familiar seguem sendo o objetivo final.

O modelo “empresa” também pode envolver formas de trabalho associativo e coletivo, o que aumenta a capacidade produtiva e o bem-estar das famílias no contexto de campesinato. Para tanto, a retórica empreendedora deveria ser orientada pela solidariedade, a cooperação e o autossustento, constituindo uma possível alternativa aos empreendimentos baseados na racionalidade capitalista. Estes empreendimentos poderiam se encaminhar para uma proposta de economia social e solidária, focadas na inclusão social e na coletividade, a partir da “pedagogia de produção associada” (Tiriba, 2005). Contudo, o discurso da FAS e da SEMA já estão orientados para a lógica neoliberal, a partir dos programas de qualificação empreendedora já mencionados.

Essa visão empreendedora levada a cabo pela FAS e de certo modo pela SEMA, como veremos adiante, tornou o turismo não só um possível vetor de sustentabilidade econômica para o desenvolvimento regional, por meio dos gastos econômicos dos turistas e da geração de renda aos povos e comunidades tradicionais, mas também uma suposta panaceia para as questões sociais e ecológicas. Em entrevista a uma série documental sobre empreendedorismo da FAS⁶¹, José Monteiro, dono de uma pousada na RDSU comenta que:

Quando cheguei no Uatumã, minha intenção era fazer o pasto, mas aí a gente enxergou que podia fazer turismo. Em 2004 foi criada a Reserva e aí só concretizou aquilo que a gente já pensava [...] a gente viu a possibilidade de **abrir um empreendimento** e fazer uma **geração de renda limpa**, em que você consegue gerar renda sem precisar desmatar [...] e ainda **consegue melhorar a sua qualidade de vida e a qualidade de vida da população local**, hoje a gente **ajuda** 24 famílias ao longo da alta temporada de pesca” (José Monteiro, apresentado no documentário como empreendedor de Pousada).

⁶¹ Disponível em: <https://fas-amazonia.org/>

Mas a partir do momento que a gente entende que os empreendimentos estão melhores, estão evoluindo, as pessoas que trabalham neles se beneficiam de alguma forma. Mas o nosso foco é o empreendedor [...] (Estrelinha, Setor de Programas De Empreendedorismo e Negócios Sustentáveis da Amazônia da FAS, entrevista realizada em junho de 2024).

A fala do morador da Comunidade Bela Vista evidencia a internalização da meritocracia pela comunidade ribeirinha da RDSU. Ao abrir um empreendimento que propicia renda, conserva a floresta em pé e envolve dezenas de famílias da comunidade. Por outro lado, a família ribeirinha empreendedora desobriga o poder público de prover direitos sociais básicos a esses indivíduos. O dono da pousada se coloca como a figura heroica que venceu as condições de vulnerabilização e conquistou uma melhoria de vida não somente pra si e sua família, como também para as demais famílias da comunidade. Importante destacar que, na concepção do dono de pousada, essas famílias são “ajudadas” por meio das diárias que recebem pela prestação de serviços de arrumadeiras, cozinheiras e piloteiros. Em suma, o empreendedorismo turístico pode até contribuir para manter a floresta em pé, mas possui efeitos colaterais deletérios à ictiofauna e às formas tradicionais de trabalho.

O Relatório Anual da FAS (2023) representa de forma emblemática aquilo que intitulo de “mito da prosperidade via empreendedorismo”:

Cuidar da natureza e **cultivar a prosperidade na Amazônia** é um trabalho árduo, coletivo, gradual e sistêmico. Todas as conquistas da FAS contaram com uma rede de pessoas e organizações integradas no mesmo propósito de manter a floresta em pé, com bem-estar e dignidade aos povos da floresta. Os investimentos geram impactos positivos e se somam ao longo dos anos. E a abordagem sistêmica permite a conexão entre a ciência, o saber tradicional e as demandas dos territórios. **E essa conexão é fortalecida pelo empreendedorismo**, investimento em infraestrutura comunitária, pela conservação ambiental e pela pesquisa, **desenvolvimento e inovação** (FAS, 2023, p. 21, grifo nosso).

Embora a ideia de desenvolver iniciativas econômicas sustentáveis seja válida, ela também carrega o risco de adaptar as comunidades locais à lógica de mercado, muitas vezes sem levar em consideração as desigualdades estruturais e as dinâmicas de poder que permeiam a Amazônia. O empreendedorismo pode ser uma estratégia útil, mas sua implementação frequentemente se dá dentro de uma lógica neoliberal, que pode priorizar a rentabilidade sobre as reais necessidades das populações locais, transformando a floresta em um ativo a ser explorado comercialmente. Além disso, o empreendedorismo, ao focar em iniciativas individuais ou familiares, pode acabar criando disparidades internas e fragmentando a coletividade das populações tradicionais, que historicamente sobreviveram e se organizaram com base em práticas coletivas e de solidariedade.

Apesar das críticas já pontuadas, o empreendedorismo em comunidades tradicionais pode ser uma via para a garantia da sobrevivência e mudanças das bases materiais de vida das famílias envolvidas com o turismo, proporcionando melhores condições de vida, em especial de educação e saúde. Na RDSU, percebo que as famílias donas de pousada, por meio do empreendedorismo no turismo, conseguem reduzir sua carga de trabalho durante o ano, optam por não realizar trabalhos que consideram extenuantes, como a roça, proporcionam tratamento de saúde na capital Manaus para membros da família, educação superior para alguns filhos/parentes, além de "férias". Assim, se conduzido a partir de uma perspectiva de rede, visando a autogestão democrática forjada em bases associativas (Singer, 2002; Tiriba, 2005), o empreendedorismo pode ocorrer sem perder de vista a reivindicação da justiça social e a autonomia financeira, considerando as atividades culturais e criativas que emergem do seio da comunidade.

4.4 "A GENTE VIA QUE DAVA PRA GANHAR COM O TURISMO": ORDENAMENTO DA PESCA ESPORTIVA E A PROMESSA DE SUSTENTABILIDADE

Conforme mencionado nas seções anteriores, a década de 1970 foi marcada pela eclosão da ambientalização dos movimentos sociais, em que a questão ambiental passa a ser o principal argumento de legitimação das lutas sociais. Nesse direcionamento, no auge do ambientalismo, endossado pela Rio-92, o ecoturismo passa a ser incentivado na Amazônia com a premissa de redução das desigualdades sociais e da degradação ambiental.

A partir do reconhecimento dos povos e comunidades como protagonistas e atores indispensáveis ao processo de conservação da natureza, sobretudo em áreas protegidas, instituições de terceiro setor e agências multilaterais passaram a apoiar projetos de "ecoturismo de base comunitária" na Amazônia, "com o objetivo de ter um efeito demonstrativo da aliança entre conservação e desenvolvimento desse modelo de unidade de conservação que inclui as populações tradicionais na gestão das áreas" (Peralta, 2012, p. 02).

Exemplos dessas políticas são: o Plano de Turismo da Amazônia (SUDAM/PNUD 1992-1995); a Estratégia para o Desenvolvimento Integrado do Ecoturismo na Amazônia Legal (MMA/SUDAM, 1997) junto ao Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia legal (PROECOTUR - MMA/Banco Mundial 1997); os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS); e o Projeto Turismo Ecológico (Embratur 1998). Na Amazônia, longe dos grandes centros econômicos do país, alguns outros projetos foram implementados a partir de parcerias com as comunidades e ONGs locais (Peralta, 2012; Silva, 2016).

O turismo nas unidades de conservação (UCs) do Amazonas tem pretensões de se estabelecer como um vetor de sustentabilidade econômica, contribuindo significativamente para a geração de renda e a proteção ambiental. Segundo dados da Fundação Amazônia Sustentável (FAS, 2020), só as UCs estaduais na Amazônia Legal geram em torno de R\$ 161 milhões com o turismo. O turismo tem experimentado uma expansão notável na região, com 24 UCs estaduais abrigando operações turísticas e 29 pousadas mantidas por ribeirinhos, oferecendo atividades que incluem de culinária a banhos de rio (FAS, 2020, p. 48).

No Brasil, o estado do Amazonas é o berço do turismo praticado em áreas naturais, em razão da repercussão imagética de sua megabiodiversidade e da visão anacrônica de Amazônia exótica, primitiva e intocada (Gondin, 1991; Ramos, 1995), comumente divulgada nos veículos publicitários de turismo. Dentre as modalidades praticadas no contexto não urbano do Amazonas, destaca-se o turismo de pesca, tendo os principais destinos em Presidente Figueiredo, Barcelos e Uatumã no Amazonas.

Para a FAS, o Amazonas é conhecido internacionalmente como “oásis da pesca esportiva” (FAS, 2020, p. 50), em função da abundante ictiofauna, em especial o tucunaré (*Cichla* spp.). Assim, a pesca esportiva é uma atividade estratégica para a promoção de renda e a proteção do meio ambiente, ao menos nos discursos governamentais. Para Oliveira (2013, p. 86), “em muitos discursos, ela [a pesca esportiva] não é vista apenas como mais uma alternativa, mas como a [única] alternativa”. Em UCs estaduais amazonenses, cerca de 200 famílias dependem do turismo para complementar sua renda. Ao todo, 24 UCs estaduais desenvolvem atividades de turismo, com 29 pousadas mantidas por ribeirinhos (FAS, 2020, p. 50).

O turismo de pesca, segundo o Ministério do Turismo (MTUR, 2010), compreende um conjunto de atividades turísticas com finalidade de pesca amadora. O conceito elaborado pelo MTUR entende dois aspectos como essenciais para se caracterizar um turismo de pesca, quais sejam: a) a prestação de atividades e serviços para viabilizar a pesca esportiva a pessoas que se deslocam de suas residências habituais; b) essa pesca deve ser realizada seguindo regras específicas de modalidade amadora pesque e solte, prezando pelo menor impacto possível à ictiofauna e pela não comercialização dos peixes.

Cabe, contudo, esclarecer uma defasagem na publicação do Ministério do Turismo (2010), que entende as atividades de pesca esportiva e pesca recreativa como uníssonas e sinônimas de pesca amadora. Contudo, o Decreto de Lei no 39.125, de 14 de junho de 2018, que regulamenta a

pesca amadora no Amazonas, esclarece que a pesca amadora é subdividida em pesca esportiva e pesca recreativa, sendo a recreativa comumente realizada por excursionistas e moradores do local de pesca, com ínfimo ou nenhum uso dos serviços turísticos, enquanto a pesca esportiva está diretamente relacionada a fins de turismo, utilizando o conjunto de equipamentos, serviços e atividades voltadas para o turismo de pesca. Neste estudo, portanto, entende-se a atividade de pesca amadora esportiva como motivação e finalidade do turismo de pesca.

O Brasil tem se destacado como um dos principais polos mundiais da pesca esportiva, especialmente em ambientes de água doce, devido à grande diversidade de ecossistemas e espécies, com a Amazônia ocupando posição privilegiada por abrigar cerca de 150 das mais de 250 espécies de interesse para a atividade. No entanto, a prática tem ocorrido de forma desordenada e predatória, levando à sobre-exploração de espécies e à migração de operações para áreas cada vez mais remotas, principalmente Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs), onde se intensificam os conflitos com populações locais, frequentemente não consultadas (Crepaldi; Zenaid, 2025).

No que concerne às políticas públicas estaduais, o turismo de pesca figura como segmento prioritário desde o primeiro plano de turismo do Amazonas: o Plano Vitória-régia, publicado em 2008. Entretanto, embora o plano mencionasse a necessidade do desenvolvimento de um turismo de pesca baseado no desenvolvimento sustentável, em voga à época, não evidenciava a preocupação com os territórios e as comunidades neles presentes, nem mesmo em se tratando de áreas protegidas.

O turismo de pesca no Amazonas nasce, ao que tudo indica, no bojo lacunoso de políticas públicas deficitárias que convergiram na intensificação dos conflitos ambientais relacionados à pesca, incluindo a pesca esportiva, presentes em diversas partes do estado. Tal fato não impediu a ascensão da atividade que, hoje, está entre as principais práticas econômicas de alguns municípios amazonenses, ainda que praticada de maneira predatória. Os discursos oficiais que incentivam e promovem a pesca esportiva no Amazonas se sustentam sob o argumento dos benefícios econômico e comumente invisibilizam os conflitos existentes.

Conforme visto nos capítulos iniciais desta tese, a região do Uatumã já apresentava atividades turísticas de pesca esportiva antes da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDSU). No entanto, essas atividades careciam de ordenamento, o que os moradores esperavam alcançar com a implementação da RDSU. Segundo Irving (2005), o turismo sustentável

deve ir além da mera gestão de impactos negativos, desempenhando um papel estratégico na economia ao promover o desenvolvimento local e a proteção ambiental, integrando benefícios sociais, econômicos e ecológicos de maneira articulada.

Com a criação da RDSU, em 2004, o ordenamento da pesca esportiva passa a figurar como foco da gestão do DEMUC/SEMA. Dados das primeiras edições dos Planos de Gestão e Uso Público descrevem que o ordenamento do turismo foi uma reivindicação dos moradores que pretendiam obter algum beneficiamento econômico com a atividade, uma vez que a região era foco de exploração predatória do turismo há décadas (Santos, 2019).

A antiga missão⁶² da RDSU, elaborada na primeira versão do Plano de Gestão, em 2009, focava no resgate do extrativismo florestal, alinhando-se à ideia de que essa prática poderia promover o desenvolvimento social por meio da conservação da natureza e do uso sustentável dos recursos florestais (Amazonas, 2009). Posteriormente, a atualização do plano de gestão da RDSU, publicada em 2017, passou a incluir o turismo como um componente essencial para o desenvolvimento social, ampliando a missão para afirmar que o desenvolvimento na região seria impulsionado não apenas pela conservação ambiental e pelo extrativismo florestal, mas também pela atividade turística (Amazonas, 2017), tornando o turismo uma das principais ferramentas para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável na RDSU.

Ocorre que o turismo foi estabelecido como principal vetor de sustentabilidade econômica da RDSU, sobretudo por meio das taxas de entradas pagas pelos turistas nas bases de fiscalização, das quais descreverei posteriormente. Até hoje, o turismo é base econômica para a gestão da RDSU e da Associação-Mãe, conflito que abordarei mais a frente. A partir do ordenamento do turismo, a SEMA alcança três de seus objetivos: prover alternativa sustentável de renda às comunidades, garantir a manutenção da RDSU e reduzir o desmatamento e a degradação ambiental.

Crepaldi e Zeinad (2021) destacam que, apesar dos diversos conflitos gerados pela implantação do turismo de pesca esportiva em áreas protegidas, observa-se um crescente interesse de comunidades tradicionais, ribeirinhas e indígenas em participar dessa atividade. Esse interesse se dá sobretudo pela possibilidade de geração de renda, valorização territorial e permanência dos

⁶² Os planos de gestão estaduais contêm missão e visão das unidades de conservação. "A Missão representa a razão da existência da unidade de conservação, ou seja, a finalidade de sua criação ou seu propósito em longo prazo. São características específicas e exclusivas da unidade de conservação, além dos objetivos gerais estabelecidos em lei para as Reservas de Desenvolvimento Sustentável" (Amazonas, 2009, p. 222). A Visão remete ao que se espera do futuro, 20 anos após a publicação do Plano de Gestão, em sentidos práticos, como o estabelecimento de energia elétrica e postos de saúde em todas as comunidades, por exemplo (Amazonas, 2009).

jovens nos territórios. Paralelamente, gestores ambientais têm defendido a pesca esportiva como uma alternativa de uso sustentável dos recursos, de baixo impacto e com alto valor agregado. Contudo, os autores alertam para os desafios estruturais que ainda limitam a consolidação de um modelo verdadeiramente inclusivo, entre os quais se destacam: o descumprimento da Convenção 169 da OIT, a fragilidade dos estudos de impacto socioambiental, a ausência de monitoramento adequado e a participação limitada das comunidades nas etapas decisórias.

O turismo na RDSU assim como em boa parte das UCs da Amazônia, se insere nesse cenário tenso e contraditório. Em vez de ser construído a partir das sociabilidades, dos modos de vida e das formas tradicionais de uso do território pelas populações locais, ele frequentemente opera como mecanismo de reconfiguração territorial, em que o discurso da sustentabilidade encobre práticas de exclusão e apropriação. A implantação da pesca esportiva na RDSU é representativa dessa dinâmica, pois ocorre sob a lógica de uma nova demanda por uso "controlado" dos recursos naturais, mediada por instituições e operadores externos, com pouca transparência e limitada governança comunitária. As falas a seguir evidenciam como esse processo se deu de forma conflituosa, revelando tensões entre interesses empresariais, institucionais e comunitários, bem como o histórico de desrespeito às formas de organização local e ao direito de consulta prévia.

Em 2013, quando eu voltei como gestor, **a galera não queria mais o turismo. Queria fechar na reunião do conselho**, eles foram com a demanda de fechar e não ter mais a atividade. E conversamos com eles. **‘E se a gente ordenar? Der a oportunidade de vocês serem os protagonistas**, se vocês se organizarem pra assumir o turismo?’ Mas eles falavam fechar, mas não era isso que eles queriam, eles queriam que os barco-hotéis não entrassem mais e os moradores comessem a trabalhar (Gestor da RDS, entrevista concedida em junho de 2019 na ocasião da dissertação de mestrado).

Tinha muitos conflitos, bem pior do que é hoje. Até porque o turista entrava e não deixava nada na comunidade. Só deixava a lixarada, os prejuízos ambientais. Por isso a gente não queria mais, a maioria dos comunitário não queria (MAM, entrevista realizada em março de 2019 na ocasião da dissertação de mestrado).

As primeiras ações legais e efetivas para o ordenamento da atividade da pesca esportiva na RDSU, com vistas à inclusão das comunidades, se consolidaram, de fato, somente em 2008, após quatro anos de criação da reserva. Como forma de minimizar os conflitos entre proprietários de barco-hotéis e proprietários de pousadas, duas ações foram implementadas. A primeira foi a criação do Plano de Pesca Esportiva da RDSU pelo IDESAM, que “prevê o zoneamento de uso para a pesca esportiva, protegendo áreas de uso comunitário e tabuleiros de preservação e estabelecendo regras para o desenvolvimento da pesca esportiva [...]” e ainda “[...] a obrigatoriedade de guias de

pesca comunitários em todas as embarcações de pesca esportiva” (Amazonas, 2010, p.45). A segunda foi a publicação da Instrução Normativa (IN) de 06 de fevereiro de 2008 elaborada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS - atual SEMA), que previa a taxaço para a entrada de pescadores esportivos na RDSU e impunha uma cota de captura de até 5kg de peixe por pescador esportivo (Amazonas, 2010).

Em 2010, com a publicação das Regras do Turismo Comunitário e Regras da Pesca Esportiva pelo IDESAM em parceria com a SEMA, a dinâmica do turismo foi modificada e as pousadas ficaram sob responsabilidade exclusiva dos moradores. Ambas as Regras foram elaboradas pelo DEMUC em parceria com as comunidades, a Associação-Mãe e o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM). As Regras do Turismo Comunitário estão divididas em: Regras Gerais e Monitoramento das atividades; Pousadas; Acampamento e Trilhas; e Pesca Esportiva. As regras da pesca esportiva devem, em tese, ser renovadas a cada ano, de acordo com a avaliação da temporada de pesca anterior e as demandas das comunidades, debatidas nas reuniões do Conselho Gestor (Figura 39).

Figura 39: Regras da Pesca Esportiva de 2022 exposta em uma pousada comunitária

INFORMATIVO

O COMITÊ GESTOR DAS COMUNIDADES DO POLO 3 DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO UATUMÃ INFORMA QUE:

A partir do dia 6 de Setembro de 2022, o posto de monitoração de entrada na reserva (Base) no polo 3, estará situado no início da área demarcada que fica na foz (boca) do Igarapé do Jará, as regras a seguir devem ser obedecidas à partir do referido local.

REGRAS PARA A PRÁTICA DA PESCA ESPORTIVA NA RDS DO UATUMÃ - 2022

REGRA GERAL

- Todas as embarcações deverão realizar obrigatoriamente o cadastro no posto de monitoramento da Associação Mãe (Base), onde receberá bandeira de identificação;
- A embarcação que não pagar, será abordada;
- Toda embarcação que trilhar durante a noite deverá ter LUZES DE SINALIZAÇÃO;
- Navegar em baixa velocidade ao passar nos portos das casas;
- É obrigatória a retirada do LODO proibido na área da RDS do Uatumã e em seu entorno, com destinação adequada;

PESCA ESPORTIVA E TURISMO

- No momento da entrada na reserva deverá receber a bandeira de identificação ao efetuar o pagamento da taxa de pesca esportiva (R\$ 25,00 por dia de pesca) ou turismo ecológico (tarifa única de R\$ 50,00), somente estão isentos menores de 12 anos;
- É proibido o consumo de animais silvestres, sendo esta prática considerada crime ambiental;
- Embarcação que for flagrada não tendo sido registrada na "base", será considerada a ser regularizar e obedecer às regras, o não cumprimento impedirá a permanência na reserva;

É PROIBIDO:

- A entrada de arma de fogo;
- Transportar peixes vivos ou mortos de qualquer espécie para fora da RDS;
- Se necessário, será permitido poderá fazer fogo nas áreas com acompanhamento dos guias, sendo que a fogueira deverá ser obrigatoriamente apagada no final da atividade;

EXCLUSIVO PESCA ESPORTIVA

- Aos pescadores, apresentar a licença de Pesca Esportiva no momento da entrada na reserva;
- Horário da prática de pesca esportiva das 06 às 18h, a navegação fora desse horário somente será permitida para deslocamento entre o ponto de pesca e o local de estadia;
- Só será permitido banco hotel de morador para a prática de pesca esportiva. Novos bancos hotéis de moradores terão que passar pela aprovação do conselho gestor;

Em áreas de tabuleiros, a pesca esportiva poderá acontecer somente até as 16 h para deixar o tabuleiro livre para a subida dos garatins. (Locais de tabuleiros: Bela Vista, Cambá, Maracarana, Boca do Armaiz, Boca do Mutunguara, ilha do Lago do Maracarana).

É PROIBIDO:

- Usar tarrafa e malhadreira, bem como a entrada de embarcação de pesca esportiva com estas em seu interior;
- O uso de isca viva nas pescarias;
- Pescar peixe que esteja cuidando da ninhada (conhecido como chocou ou choverinho);
- Praticar a pesca de mergulho;

É PERMITIDO:

- A captura para consumo de 1 (um) Tucunaré por pescador por semana de pesca, respeitando o tamanho entre 40 e 50 cm;
- Pesca de peixe de curso no horário de 18 a 22 hs, contudo, a base precisa ser informada de qual dia e local a pesca será realizada, sendo permitida a pesca em apenas 1 dia durante a estadia;

— IMPORTANTE —

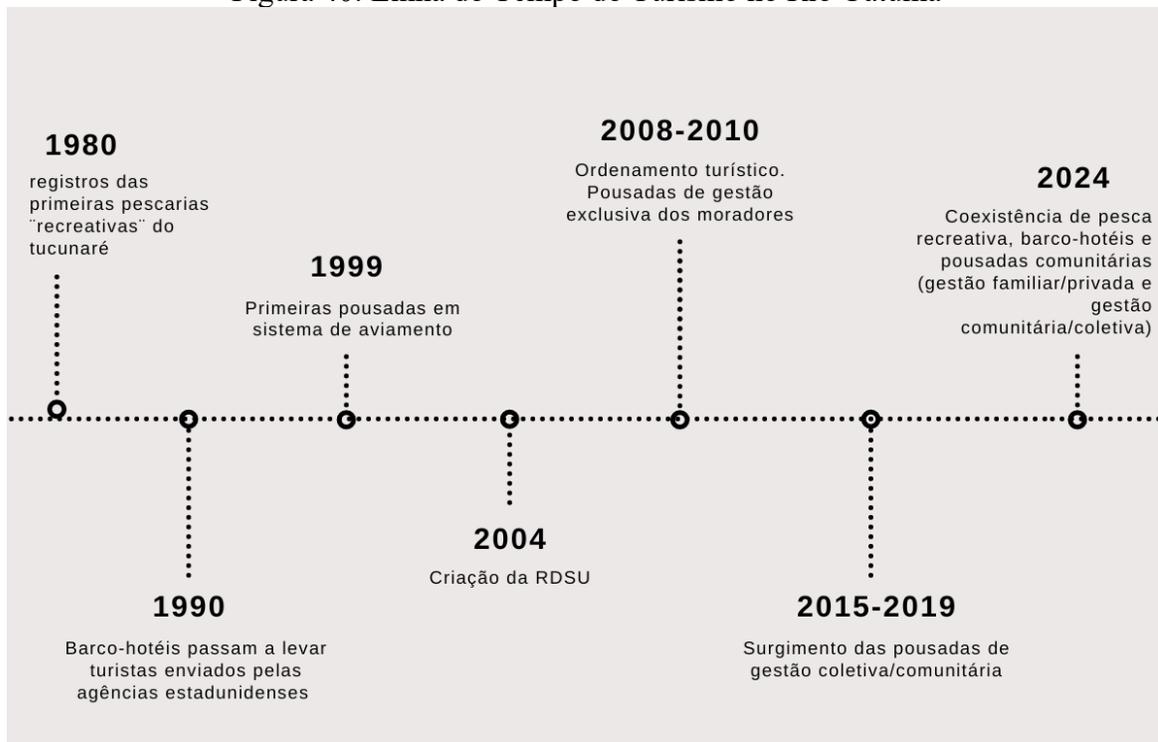
As comunidades participarão ativamente do monitoramento de sua área, contando com a presença e apoio dos Agentes Ambientais Voluntários na orientação aos pescadores esportivos sobre as regras da pesca esportiva 2022, assim como as regras do Plano de Gestão da RDS do Uatumã e no registro de atividades irregulares quando acontecerem.

AQUELES QUE NÃO CUMPRIREM AS REGRAS ESTABELECIDAS PARA A ATIVIDADE DE PESCA ESPORTIVA FICARÃO SUSPENSOS POR ATÉ 2 ANOS DA ATIVIDADE, SEJAM ESTES MORADORES OU EMPRESÁRIOS.

Fonte: Laborda (2023).

O processo do turismo na RDSU reflete ressignificações ao longo das décadas. Inicialmente, os ribeirinhos passaram de meros expectadores a trabalhadores e proprietários de pousadas, e posteriormente, de gestores de pousadas privadas familiares a gestores de pousadas coletivas comunitárias. Este processo acompanha a transição do turismo de pesca, frequentemente predatório, para um turismo orientado pela sustentabilidade e cooperação. Begrow (2002) destacou que nos anos 2000, 90% dos turistas que adentravam a RDSU vinham por meio de barco-hotéis, o que mostra a ausência das pousadas comunitárias, bem como a participação dos moradores nas atividades de turismo. A linha do tempo do turismo no Rio Uatumã pode ser visualizada na Figura 40.

Figura 40: Linha do Tempo do Turismo no Rio Uatumã



Fonte: Imagem própria a partir de Canva (2024).

Assim, o turismo estabeleceu novas relações sociais na reserva, integrando-se às atividades pluriativas existentes e compondo o calendário amazônico de trabalho.

Cabe destacar que por muitos anos as agências das regiões Sudeste e Sul do Brasil foram as comercializadoras exclusivas dos pacotes turísticos para a Amazônia, boa parte da renda ficava concentrada nas mãos dos agentes, relegando aos trabalhadores/anfitriões (ribeirinhos, indígenas

etc.) uma parcela mínima, além dos custos ecológicos como a redução dos estoques pesqueiros e migração da ictiofauna para outros lugares do rio. Atualmente, esse cenário está em transição na RDSU, uma vez que as famílias donas de pousada iniciam paulatinamente o *marketing* e a comercialização de seus pacotes, principalmente a partir da chegada da internet, há cerca de cinco anos.

Cabe enfatizar que não houve uma política direcionada a auxiliar os ribeirinhos que se interessavam em trabalhar com o turismo na RDSU. Muitos obstáculos foram e são encontrados, como a obtenção de financiamento para construção de pousada e compra de equipamentos (lanchas, motores), a regularização documental exigida pela SEMA e pelo IPAAM. Todavia, houve ações pontuais significativas do IDESAM e da FAS para auxiliar as pousadas privadas familiares, “modelo de gestão” predominante na reserva, conforme será visto nas páginas 183-185. Quando perguntei ao interlocutor do IPAAM sobre as facilitações do licenciamento ambiental para as comunidades tradicionais, como por exemplo um processo burocrático simplificado considerando o contexto rural e ribeirinho das pousadas, ele afirmou não existirem e que seria necessário um acordo via SEMA com aprovação do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas, com validação na legislação.

Neste Capítulo 4, apresentei como a ambientalização dos conflitos sociais fora usada como estratégia política e levou a criação de unidades de conservação no estado do Amazonas. Além disso, destaquei de que modo o processo de transfiguração do estado reverberou na instituição de políticas governamentais ambientais e de turismo na RDSU, com o incentivo ao empreendedorismo ribeirinho. Abordei ainda aspectos importantes sobre a vida das famílias ribeirinhas perante a dois “estranhos”: a criação da RDSU e o ordenamento do turismo. No Capítulo 5, abordarei as dinâmicas de trabalho no turismo e as alterações sentidas nos modos de vida das famílias ribeirinhas da RDSU.

5 O MUNDO DO TRABALHO NO TURISMO E AS NOVAS FORMAS DE USO DA NATUREZA

5.1 O TRABALHO NA COMUNIDADE BELA VISTA

De acordo com Lessa (2012, p. 28), “o trabalho é [...] o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio material do homem com a natureza, é o conjunto de relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade”. Ou seja, o trabalho vai além de uma atividade prática voltada ao sustento dos seres humanos, ele é um fenômeno social complexo por meio do qual a sociedade medeia sua relação com a natureza com vistas à satisfação de necessidades variadas. É por meio do trabalho que o homem se diferencia das demais espécies animais, que ultrapassa as determinações biológicas, de modo que o trabalho é condição indispensável para a existência social (Lessa, 2012). Sobre essa reflexão, Marx e Engels (2007) afirmam que não é o fato de pensar que diferencia o homem do animal, mas o fato de produzir os seus meios de vida.

Nas comunidades da RDSU, observei que, em geral, os moradores da RDSU tecem uma relação simbiótica com a natureza, uma vez que se guiam por um calendário de trabalho que respeita o tempo ecológico, de subida e descida dos rios, o tempo de chuva e o tempo de calor escaldante. São os diferentes tempos que definem o tempo para plantar, o tempo para pescar, o tempo para caçar e o tempo para coletar. Desse modo, as diferentes práticas produtivas, figuram, portanto, um cotidiano pluriativo. Em que ora são agricultores, ora pescadores, ora coletores, intercalando e interconectando o modo de vida entre florestas alagáveis e de terra firme (Mourão *et al.*, 2020; Witkoski, 2010).

Conforme descrevi nas páginas anteriores, as atividades produtivas se baseiam fortemente na agricultura, extrativismo florestal (madeireiro e não-madeireiro) e pesca⁶³. A agricultura familiar e a pesca têm lugar de destaque, pois tradicionalmente constituem a base da alimentação e compõem a fonte de renda das famílias, de acordo com a sazonalidade da vida na Amazônia. Após a criação da RDSU, as dinâmicas de trabalho produtivo passam a serem norteadas pelas normas legalistas, perpetradas pelo DEMUC/SEMA e Instituto de Proteção Ambiental do

⁶³ Embora eu considere a pesca como um tipo de extrativismo animal, optei por segui-la a forma como as famílias por mim acessadas intitulam suas atividades de trabalho. Para eles, a pesca é vista como uma atividade separada do extrativismo.

Amazonas (IPAAM). Depois que o “Uatumã virou reserva”, a vida passou a ser regida pelo já mencionado tempo da natureza (precipitação e nível dos rios) e pelas Regras de Uso da RDSU. Tais regras, definidas pelo Plano de gestão da RDSU (Amazonas, 2017), estabelecem as Zonas de Uso da UC e as atividades permitidas nas respectivas zonas, de acordo com a sazonalidade regional e o objetivo da unidade de conservação.

Nos últimos anos, a economia local da Comunidade Bela Vista é baseada majoritariamente no turismo, pesca artesanal e empregos públicos das prefeituras de Presidente Figueiredo⁶⁴, a exemplo do barqueiro, da servente, da merendeira da escola e do agente de endemias). Em menor escala, ocorre a criação de animais, a agricultura e o extrativismo florestal.

Algumas famílias praticam a agricultura e criam animais de pequeno porte, como porco (Figura 41) e galinha, contudo, são basicamente para o autossustento do grupo doméstico-familiar. Diferente de outras comunidades amazônicas, em que esses animais são criados com resto de alimentos, conforme afirmam Noda e Noda (2003), na Bela Vista eles se alimentam exclusivamente de ração comprada na cidade.

Figura 41: Criação de Porcos



Fonte: Laborda (2023).

Antes do território do Uatumã se tornar uma área protegida, as famílias caçavam livremente e a proteína animal era assegurada pela carne de caça (anta, paca, cotia, veado, pato e bichos de

⁶⁴ As duas prefeituras têm uma parceria na Escola da Comunidade.

casco), para além da carne do peixe. As regras ambientais impuseram novos usos da natureza. A caça foi restringida por receio de represália dos poderes institucionais do IPAAM e DEMUC/SEMA, ainda que a Lei de Crimes Ambientais permita o abate de animais para saciar a fome em estado de necessidade. Em razão disso, os grupos domésticos-familiares passaram a criar animais em suas moradias, a fim de suprir a necessidade de complemento da proteína alimentar e de excedente, por meio da venda da carne e ovos.

As plantações de ciclo curto nas comunidades são: a banana, jerimum, maxixe, melancia, macaxeira e mandioca. Na Comunidade Bela Vista, a produção de farinha de mandioca é escassa. Durante o campo empírico, verifiquei que das seis famílias entrevistadas, apenas uma produz a farinha de mandioca. As famílias afirmam que o trabalho na roça é extenuante, por isso optam por comprar na cidade. Ou, ainda, comprar/trocar das famílias vizinhas (Comunidade Maracarana contígua a Bela Vista). A possibilidade de trabalhar na temporada da pesca esportiva recebendo diárias, ou mesmo ser o integrante de uma família proprietária de pousada, encheu os olhos dos trabalhadores e fez com que perdessem o interesse de trabalhar com agricultura. Para eles, enfatizo, é um trabalho cansativo, que requer suor e paciência, sem a certeza de um bom retorno financeiro. “Se tem o turismo, pra que se matar fazendo roça?” (Dona Lírio, 53 anos, integrante de família proprietária de pousada).

Chayanov (1974), ao analisar as influências do mercado na vida campesina russa do Século XX, ensina que o ocasional redirecionamento da produção familiar campesina de acordo com tendências favoráveis do mercado, tendem a serem suprimidas, não por ganância, mas sim, por diminuição da sobrecarga de trabalho da agricultura. Na RDSU, acredita-se que a perspectiva de ganhos econômicos com o turismo fez com que as famílias de agricultores abandonassem a produção familiar de farinha de mandioca visando melhores ganhos e menos dispêndio da força de trabalho para alcançar o equilíbrio trabalho-consumo.

A questão geracional é um outro fator observado empiricamente e que possivelmente influencia na diminuição da produção de farinha na comunidade. As famílias já não contam com a presença constante de jovens nos grupos domésticos, que migram para cidade em busca de oportunidades de trabalho e de estudos. Com essa migração, os grupos domésticos passam a ser compostos, em sua maioria, por pessoas idosas, o que compromete a continuidade das atividades agrícolas. A roça requer um trabalho árduo de preparo do terreno, do plantio e da colheita, tornando-se cada vez mais difícil de ser mantida apenas pelos mais velhos.

Além disso, há o fator dos eventos climáticos extremos, que vêm influenciando diretamente as plantações. Dona Rosa (73 anos, moradora da comunidade, agricultora e aposentada) mostrou-me o seu quintal enquanto destacava os estragos oriundos da seca extrema ocorrida em 2023 em suas árvores frutíferas. “Antes dava era muita fruta aqui, queria que a senhora visse, agora é essa tristeza, meus coqueiros todos queimados, nada aguenta esse calor” (Dona Rosa, 73 anos, moradora da comunidade, agricultora e aposentada). Os eventos climáticos afetam diretamente as dinâmicas de trabalho na comunidade. Atualmente, a jornada inicia mais cedo, logo após o nascer do sol. Pausa nos horários em que “o sol está mais quente”, em geral entre 11h e 15h. Retornando somente após 15h e, em alguns casos, 16h, quando o “sol já baixou”. Em outros tempos era possível ter uma jornada de trabalho mais longa, sem pausas de muitas horas, mas o calor e a sensação de queimadura do sol na pele têm obrigado os ribeirinhos a se readaptarem às condições climáticas.

Estudos que investigam o impacto das mudanças climáticas nos modos de vida dos ribeirinhos destacam os efeitos negativos sobre a produção e a economia dessas populações, especialmente devido à intensificação de secas e cheias extremas (Vasconcelos *et al.*, 2023; Vasconcelos *et al.*, 2021; Santos *et al.*, 2023). Entre os principais impactos estão: a redução na produção de mandioca e no cultivo de banana; a morte de árvores frutíferas não adaptadas às cheias intensas; a escassez de água potável; o deslocamento ou até o isolamento de algumas comunidades em razão das secas extremas. Além disso, há uma redução ou até mesmo a extinção da criação de bovinos, que precisam migrar da várzea para terra firme por períodos mais longos durante as cheias, e a morte de peixes e outros animais da ictiofauna devido à seca dos rios. Os impactos também favorecem o surgimento de doenças, como vermes e hepatite, que afetam especialmente as crianças, e a intensificação do fenômeno de terras caídas, que desabriga muitas famílias. Por fim, a alteração no calendário de trabalho e a redução da jornada laboral são consequência da sensação de aumento da temperatura.

Cabe destacar que algumas famílias da RDSU perderam e perdem plantações e roças por conta das inundações irregulares decorrentes da UHEB. Após esses episódios, passaram a não se interessar por fazer roça novamente. Hoje, alguns moradores estão recomeçando suas plantações e roças, especialmente no cultivo de mandioca (Figuras 42 e 43), com a finalidade de, após a colheita, buscar famílias interessadas na produção de farinha de meia⁶⁵. O Plano de Gestão da RDSU (2017)

⁶⁵ Farinha de meia consiste em um processo coletivo de plantação e colheita da mandioca, além do preparo da farinha. Em geral, na RDSU, uma família colhe e planta, enquanto outra faz todo o preparo da farinha, tucupí e goma. Ao final, tudo que foi produzido é dividido ao meio para as duas famílias.

ressalta que a agricultura é uma das atividades mais praticadas na RDSU, com destaque para a produção da farinha, o que não se aplica à Comunidade Bela Vista.

Figura 42 e Figura 43: Roça de Mandioca



Fonte: Laborda (2023).

Recentemente, uma família da Comunidade Bela Vista retomou o plantio de roça para a produção de farinha, após perceber a possibilidade dessa atividade - visita à roça e à casa de farinha - se tornar uma forma de atrair turistas fora da temporada de pesca esportiva. Para essa família, a demonstração do processo de "fazer farinha", já realizada de maneira pontual em outra comunidade da RDSU, poderia ajudar a amenizar a sazonalidade das atividades turísticas na Comunidade Bela Vista. Esse cenário revela mais uma vez o que Chayanov (1974) mencionou sobre migrar o foco da produção camponesa em favor do mercado, de modo a reduzir a sobrecarga de trabalho e facilitar os ganhos econômicos da unidade de produção familiar. Assim, percebe-se pelas falas dos interlocutores e pelas nossas observações no campo, que, num primeiro momento, houve o deslocamento da produção de farinha em favor do turismo de pesca. Agora, o mercado se mostra favorável ao retorno da produção de farinha, visando ganhos econômicos com o turismo de base comunitária, conforme explicarei no decorrer deste capítulo

A forma de preparo da terra para o plantio de ciclos curtos segue uma técnica tradicional de manejo dos povos e comunidades tradicionais amazônicos, por meio do revezamento de áreas de plantio. Desse modo, é proporcionado um "descanso" para a terra, chamado pousio, de modo a não esgotar o solo e deixá-lo pronto para um novo ciclo. As Figuras 38 e 39 anteriores mostram um terreno recém-preparado para o início de uma nova roça. Os roçados são intercalados com os quintais, também chamados de terreiros ou sítios, neles são plantadas as árvores frutíferas, plantas medicinais e hortas. Segundo Noda e Noda (2003), muitas vezes são dos quintais que saem a maior

parte dos excedentes que serão comercializados. No caso da Comunidade Bela Vista, a frutífera mais comercializada é a melancia.

Após a colheita é hora de escoar a produção, que na Bela Vista ocorre de três formas:

a) troca com vizinhos por outro tipo de produção. Às vezes algumas famílias não têm o que oferecer em troca, então retribuem com trabalho voluntário ou aguardam até a sua próxima colheita. Lembrando que tudo ocorre de forma simbólica, sem nenhum tipo de contrato verbal ou escrito. Esse processo se aproxima muito mais da tríade maussiana do dar-receber-retribuir (Mauss, 1974). Importa destacar que as famílias donas de pousada não costumam fazer parte desses ciclos, pois são vistas pelos outros membros da comunidade como distintas financeiramente;

b) venda para os regatões⁶⁶, ainda que escassos, vez ou outra adentram a RDSU em busca de mercadoria barata. Essa é a opção menos vantajosa para os ribeirinhos, uma vez que vendem por preços irrisórios para os atravessadores. Contudo, em caso de doenças e da impossibilidade de deslocamento até as feiras municipais, é aos regatões que as famílias recorrem;

c) venda direta na feira municipal de Presidente Figueiredo, sendo o deslocamento via barco da prefeitura que adentra a RDSU uma vez por semana. Segundo os interlocutores, essa é a opção mais vantajosa, pois obtêm preços justos pela produção, além de já utilizarem o valor obtido para comprar itens que não conseguem ter acesso na comunidade. Mais à frente, veremos esse circuito de forma detalhada.

A pesca é realizada todos os dias visando a obtenção de alimentação para a família. Os peixes mais comuns na alimentação dos ribeirinhos de Bela Vista são jaraqui (*Semaprochilodus* spp.), matrinxã (*Brycon amazonicus*) e aruanã (*Osteoglossum* spp.). Para pescar com facilidade na cheia dos rios, os ribeirinhos costumam fazer "caminhos" nas águas durante a seca, de modo a facilitar a colocada e retirada da malhadeira sem prender na vegetação. Para essa pesca artesanal de autossustento, os ambientes escolhidos são os lagos próximos da comunidade. É possível chegar rapidamente até eles, e utilizar os caminhos feitos durante a seca. Os pescadores deslocam-se aos ambientes de pesca por meio de rabetas, lanchas voadeiras ou até mesmo em canoas, no caso de

⁶⁶ Os regatões, também conhecidos como batelões ou marreteiros, são embarcações que desempenham um papel peculiar no comércio nos rios e igarapés da Amazônia. Nesse modelo, pequenos comerciantes adentram essas vias fluviais em suas embarcações, levando produtos básicos de consumo para oferecer aos ribeirinhos. Os moradores podem pagar em dinheiro ou realizar trocas com itens da sua produção, como farinha, frutas, verduras e peixes. Além disso, o comerciante regatão frequentemente atua como intermediário entre os produtores locais e os comerciantes das cidades, realizando transações com preços muitas vezes superfaturados. Apesar disso, os regatões desempenham um papel econômico e social importante, facilitando o escoamento da produção local e a acessibilidade a produtos e mercadorias industrializadas (Marangoni, 2018).

famílias com menor poder aquisitivo. Os principais lagos de pesca na comunidade são o Tarumã e o Tucumanduba (Figuras 44 e 45).

Figura 44 e Figura 45: Pescaria no Lago Tucumanduba



Fonte: Laborda (2023).

Já a pesca comercial só pode ser praticada entre os meses de março a julho, respeitando as regras dispostas no Plano de Uso Público da RDSU. É permitida a pesca de sete espécies de peixes, das quais as mais vendidas são a matrinxã (*Brycon amazonicus*) e o jaraqui (*Semaprochilodus* spp.),

embora existam registros de comercialização do tucunaré (Amazonas, 2017). As pescarias com finalidade comercial costumam ocorrer em partes dos rios e em lagos mais distantes, que, segundo os pescadores, são mais preservados. Nesses casos, se utilizam barcos maiores, que podem ser barcos de dois andares ou batelões (Figura 46), e reúnem integrantes de 3 a 5 famílias.

Figura 46: Barco grande e batelão ao lado



Fonte: Laborda (2022).

No retorno das pescarias, os peixes são divididos para as famílias. Se houver uma família que arcou com o custo do deslocamento sozinha (barco e combustível), a ela será dada a maior parte da pescaria. Um dos lagos mais utilizados pelos pescadores da Comunidade Bela Vista é o lago do Jatuaruana, que, embora fique distante da comunidade, possui uma grande concentração de matrinxãs (*Brycon amazonicus*), fazendo que o custo com o combustível seja compensado.

A comercialização dos peixes pelos moradores ocorre de duas formas: a) arcar com os custos de levar o peixe para Presidente Figueiredo (sede municipal mais próxima da comunidade); ou Manaus, por meio de embarcação própria; b) ou vender para os barcos pesqueiros que adentram a RDS.

Ano passado [2022] nós conseguimos pescar 560 matrinxãs, tiramos 60 pra comer e levamos os 500 pra vender em Presidente Figueiredo [...] tudo custo nosso, armazenamos nas caixas de isopor e subimos o rio, chegou lá pegamos o carro e fomos oferecendo nas casas, vendemos um peixe por R\$10, porque a matrinxã é valorizada. Quando é assim, o cabra desembolsando a logística é bom, ele lucra mais, porque se for depender de atravessador, aí fica difícil, ganha uma miséria e o trabalho é todo teu de pescar. Agora

vai lá embaixo, no Polo 2, tem comunidade lá que tem rede, porque pode ter rede, lá nas regras da Reserva diz que pode [...] mas lá [comunidades do Polo 2] a comunidade pega rede do pescador de fora, porque é cara demais pra eles comprarem, aí eles são obrigados a vender tudo que pescam pro dono da rede, e repassam o peixe a R\$1/ R\$2 a unidade. Eles lucram quase nada e ficam com todo o trabalho. [Seu Raul, morador da comunidade, pescador, entrevista realizada em fevereiro de 2023].

De acordo com as regras de pesca da RDSU, os moradores de fato podem ter rede de pesca, mas ela deve ser de uso coletivo e pertencer à comunidade na qual o pescador reside, mesmo que o indivíduo tenha comprado a rede sozinho. Do mesmo modo, todo e qualquer resultado da pescaria, sejam os peixes ou o dinheiro adquirido com a venda deles, deve ser repartido de forma equânime para toda a comunidade. Além disso, antes de comprar a rede, é necessário notificar a comunidade e a Associação-Mãe, para que a rede seja aprovada no Conselho Gestor da RDS.

Ao analisar a fala de Seu Raul, percebo um caso evidente de apropriação de excedente pelo dono da rede de pesca. Um peixe que será revendido pelo dono da rede nas feiras da cidade por um valor de no mínimo R\$10, é repassado a R\$1 ou R\$2 pelos moradores da comunidade. Ou seja, um processo que rende ao dono da rede entre R\$8 e R\$9 por peixe vendido, ao passo que aos pescadores foi dado R\$1 ou R\$2 por peixe vendido. Aos pescadores locais resta vender a força de trabalho por um valor irrisório e sem nenhuma garantia de direito social.

No processo de comercialização, o produtor familiar recupera, em moeda, somente uma parte dos recursos – humanos e ambientais – mobilizados no processo produtivo, pois uma significativa fração é apropriada pelos agentes de comercialização e uma outra é, provavelmente, perdida nas incertezas e flutuações do que denomina-se riscos do mercado (Noda; Noda, 2003. p. 58).

No caso do processo produtivo relativo à pesca comercial em pequena escala realizada pelas famílias da RDSU, a apropriação dos agentes de comercialização (donos das redes de pesca, donos de barco regatões) ocorre em sua forma mais perversa. Há uma relação de dependência entre os pescadores e os intermediários comerciais que, ao controlarem a comercialização dos produtos, impõem preços que estão longe de refletir o valor real da produção. Nesse cenário, o valor do produto não está relacionado de maneira justa com o esforço dispendido pelos pescadores, a jornada exaustiva de trabalho e os custos materiais envolvidos na captura dos peixes, sem mencionar os custos ecológicos para o estoque pesqueiro. Essa mesma lógica pode ser estendida ao já mencionado processo de produção e venda dos excedentes da agricultura.

Com base em Witkoski (2010), acredito que, nesse contexto, a comercialização ocasional da pesca não caracteriza o ribeirinho como pescador comercial, pois ele utiliza instrumentos e técnicas artesanais, e a quantidade de peixes capturados é significativamente inferior àquela obtida por embarcações de pesca comercial industrial. Embora exista a comercialização, o objetivo principal continua sendo o sustento da unidade de produção familiar. Dessa forma, trata-se de uma pesca artesanal voltada para o autossustento.

A pesca comercial no Amazonas deve respeitar o Período do Defeso⁶⁷, que em 2024 iniciou em 15 de novembro e se estendeu até 15 de março de 2025. Entre as espécies protegidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) está a Matrinxã (*Brycon amazonicus*), uma das principais da pesca comercial da RDSU. A estratégia criada pelo poder público federal para preservar as espécies listadas para a proteção é a Política de Seguro Desemprego ao Pescador Artesanal (PSDPA), conhecido popularmente como Seguro Defeso⁶⁸. O Seguro Defeso assegura, em tese, que os pescadores garantam suas rendas sem recorrer à pesca das espécies proibidas de serem capturadas, garantindo, assim, a reprodução do estoque pesqueiro. Ao analisar a fala dos pescadores entrevistados, elenquei duas questões relacionadas à PSDPA. Por um lado, é uma estratégia para garantir o autossustento das famílias sem comprometer a reprodução das espécies. Por outro lado, a sua efetividade depende de sua adequada implementação, sem a qual a pesca ilegal pode sobrecarregar os estoques pesqueiros.

Uma outra atividade de trabalho realizada em menor escala na RDSU é o extrativismo florestal (madeireiro e não-madeireiro). O extrativismo madeireiro é permitido desde que realizado em prol de benfeitorias para os próprios moradores, como a construção de embarcações, casas e ambientes coletivos (escolas, igrejas, sedes de comunidades). A venda legal é feita em pequena escala somente por meio de Planos de Manejo Florestais voltados especificamente às comunidades da RDSU. As principais espécies florestais utilizadas na RDSU são o Louro (*Louro Ocotea* spp.), a Cupiúba (*Goupia glabra*) e o Angelim (*Hymenolobium* spp.).

⁶⁷ O Período do Defeso é uma medida de gestão federal, via Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que visa proteger as espécies de peixes durante sua reprodução, garantindo a sustentabilidade dos recursos pesqueiros a longo prazo. O objetivo é permitir que os peixes atinjam um ciclo reprodutivo saudável, evitando a sobrepesca e a diminuição populacional de espécies essenciais para o ecossistema e para a economia local.

⁶⁸ O Seguro Defeso é uma estratégia do governo federal, via Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para compensar a perda de renda dos pescadores durante o período de defeso. O seguro foi criado para fornecer uma rede de segurança econômica para os pescadores, evitando que eles precisem recorrer à pesca de espécies proibidas, o que poderia agravar o problema da sobrepesca e comprometer a sustentabilidade dos recursos naturais.

Quanto aos produtos florestais não-madeireiros há um baixo registro de uso comercial, em função da ausência de um circuito produtivo estruturado que possibilite o escoamento, do mesmo modo que a produção agrícola e o pescado. Alguns desses frutos são utilizados para alimentação (Figura 47), artesanato (muitos de uso próprio ou para trocar entre si), benfeitorias e usos medicinais.

Figura 47: Retirada de castanha para alimentação



Fonte: Laborda (2023).

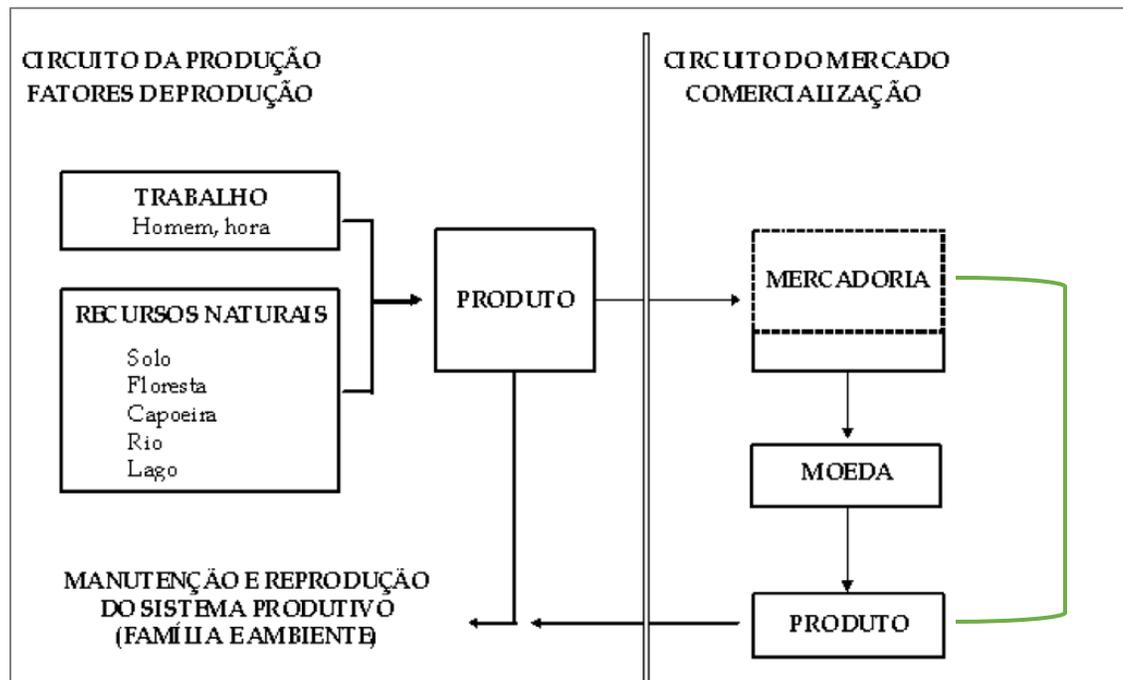
Para alimentação, o maior uso é da bacaba (*Oenocarpus bacaba Mart.*), tucumã (*Astrocaryum tucuma*) e açaí (*Euterpe oleracea Mart.*); para o artesanato, utilizam o cipó titica (*Arrabidaea chica*); para benfeitorias, breu branco para calafatear canoas e palha branca para cobrir as casas; as espécies destinadas ao uso medicinal têm seus expoentes na andiroba (*Carapa guianensis*) e copaíba (*Copaifera langsdorffii*).

Embora o extrativismo não tenha tanta relevância na composição da renda das famílias da RDSU, tem recebido foco da gestão da RDSU desde a publicação do último Plano de Gestão, em 2017. Na missão atualizada da RDSU, o extrativismo florestal figura, ao lado do turismo, como atividade foco para geração de sustentabilidade. Não à toa, houve o projeto da usina de óleos, o incentivo aos planos de manejo florestais e da movelaria localizada na Comunidade São Francisco

do Caribi, Polo 2 da RDSU. Faz-se necessário, contudo, avaliar se o incentivo exacerbado dado a essas atividades, turismo e manejo florestal, não pode acabar levando a uma dependência dessas atividades. Conforme estudo de Noda e Noda (2003), a produção especializada incentivada pela extensão rural dos órgãos governamentais e não-governamentais causam mudanças na organização social do trabalho de comunidades tradicionais e inviabilizam a sustentabilidade dos sistemas produtivos. Em suma, além dos efeitos nas dinâmicas de trabalho, colocam em risco a segurança alimentar das famílias que abdicaram da policultura em prol da produção para o mercado. Esse cenário pode ser visto na RDSU, ainda que em pequena escala, por meio da dependência com o turismo, sobre a qual falarei mais adiante.

Para representar o processo produtivo da agricultura familiar do Amazonas, Noda e Noda (2003) criaram um esquema (Figura 48) que segue a mesma lógica de produção-autoconsumo-comercialização visando o autossustento da família e a sustentabilidade do ambiente.

Figura 48: Processo produtivo das atividades de trabalho tradicionais



Fonte: Noda e Noda (2003).

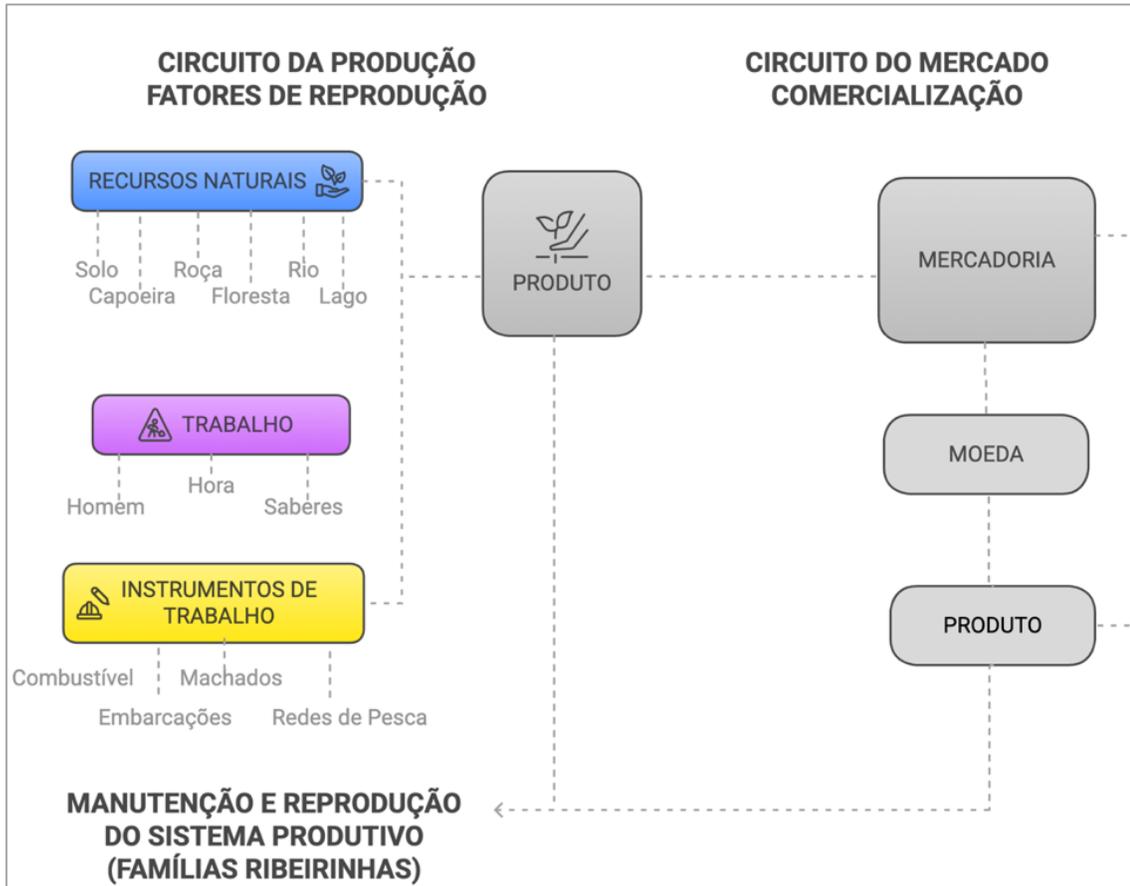
De acordo com a Figura, os fatores de produção são a natureza e os recursos materiais, além da força de trabalho dos membros do grupo doméstico-familiar e, em alguns casos, de outros

moradores da comunidade. Os produtos resultados desse trabalho, ou seja, dessa interação da força de trabalho com os meios de produção, serão usados para o sustento da família e parte da comunidade, por meio de uma rede de solidariedade que lhe é intrínseca, guiada pela lógica Maussiana de dar-receber-retribuir. Os excedentes serão incluídos no circuito do mercado e trocado por dinheiro ou outros produtos que não podem ser obtidos na comunidade.

Seja na agricultura, pesca ou no extrativismo florestal, todo produto que sobra do sustento familiar é destinado ao circuito do mercado, o que não descaracteriza a economia campesina, uma vez que o principal objetivo continua sendo a manutenção da unidade de produção familiar (Chayanov, 1974; 1981; Oliveira, 1991). Conforme vimos anteriormente com a comercialização das matrinxãs (*Brycon amazonicus*) de Seu Raul, na página 141, e as frutas de Dona Rosa, páginas 136-137.

Ao aplicar o processo produtivo de Noda e Noda (2003) ao contexto da RDSU, é possível incluir os meios de trabalho, que vão além dos recursos naturais mencionados pelos autores, incorporando também os instrumentos utilizados no processo, tais como embarcações, combustível, remos, motores/rabetas, machados, enxadas, terçados, redes de pesca e fornos de farinha. O conhecimento sobre o uso desses instrumentos é transmitido por meio da oralidade e da observação do processo de trabalho, de geração em geração. Tanto os instrumentos quanto as suas formas de utilização resultam da adaptabilidade das comunidades ribeirinhas ao longo da história. Além disso, no contexto da RDSU, as mercadorias podem ser trocadas diretamente por produtos nas feiras e centros urbanos, sem a necessidade de intermediação financeira (Figura 49).

Figura 49: Processo produtivo das atividades de trabalho tradicionais atualizado



Fonte: elaboração própria a partir de Noda e Noda (2003).

A relação com o dinheiro passa a mediar as trocas pelos produtos que não são produzidos pelas comunidades, englobando os bens de autossustento (Laborda; Scherer, 2024) e os bens de prestígio (Witkoski, 2010). Os bens de autossustento são aqueles que atendem às necessidades básicas dos seres humanos, como alimentação, sendo geralmente alcançados por meio do plantio, criação de animais ou extrativismo familiar. Já os bens de prestígio (Witkoski, 2010) são aqueles que atendem a necessidades subjetivas, obtidos por meio da venda de excedentes. Considerando o contexto contemporâneo das comunidades ribeirinhas, a definição do que constitui ou não um item de primeira necessidade depende do contexto em que os sujeitos estão inseridos. No caso da RDSU, por exemplo, o combustível e os motores de barco não podem ser considerados bens de prestígio, uma vez que o deslocamento até a cidade mais próxima, seja para escoamento de produção ou em casos de adoecimento, é essencial para a unidade familiar. Nesse sentido, pode-se utilizar "bens de prestígio" em substituição a "bens de fora". O ribeirinho amazônico vende a força de trabalho, para

que desse modo tenha acesso a bens de fora da comunidade, como remédios farmacêuticos, utensílios domésticos, eletrodomésticos, alimentos industrializados, material de construção. Ou, ainda, o pagamento de mensalidades das associações às quais pertence. No caso da RDSU, as mais comuns são a associação da comunidade e a Associação-Mãe.

Algumas famílias ribeirinhas recebem uma posição social elevada na comunidade, de acordo com os bens de fora que possuem (embarcações de grande porte, acesso à internet, geradores de luz, geladeiras/freezers, telefones celulares). Na Comunidade Bela Vista, os donos de pousada são quem recebem o *status* de diferenciação econômica, conforme veremos nas seções posteriores. As famílias donas de pousada detêm a maior renda mensal em função do turismo de pesca. As demais famílias contam com uma renda média mensal variável entre R\$276,80 a R\$ 1583,46, proveniente dos ganhos com a produção agrícola e, ainda, das transferências de renda do Bolsa Guardiões da Floresta, antigo Bolsa Floresta,⁶⁹ conforme detalharei mais adiante, e do Programa Bolsa Família⁷⁰ do governo federal (Amazonas, 2017).

Em 2015, foi instalado na Comunidade Bela Vista o Projeto Amazonian Tall Tower Observatory, conhecido localmente como Torre ATTO⁷¹ (Figura 46). Além do pagamento de diárias a moradores locais, em especial para os serviços de auxiliar de cozinha e serviços gerais, contratam em regime de “empleitas”. A “empleita” consiste na solicitação de um serviço/produto de um morador da comunidade, que receberá um valor por esse trabalho. Esse morador, por seu turno, reúne outros moradores e repassa a eles diárias para que os auxiliem na execução do produto/serviço. Além disso, recentemente, um morador da comunidade foi contratado pelo INPA, no regime CLT, para prestar serviços gerais na Torre. Há, contudo, um questionamento incisivo de alguns moradores em relação a um retorno contundente do projeto para a comunidade:

Faz anos que eles estão aqui [a Torre inaugurou em 2015], mas quais os benefícios reais que eles deixaram a longo prazo pra comunidade? Você pode até dizer que contratam um

⁶⁹ O programa é uma reestruturação do antigo Bolsa Floresta.

⁷⁰ O programa Bolsa Família é um programa federal de transferência de renda com condicionalidades na saúde e na educação. São elegíveis ao Programa Bolsa Família em situação de vulnerabilidade social e com renda per capita de até R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais).

⁷¹ “A Torre Atto é um empreendimento conjunto do Inpa/MCTIC, em parceria com o Instituto Max Planck (Alemanha), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e outras instituições parceiras. O objetivo de longo prazo do Projeto Atto é medir os impactos das mudanças climáticas globais nas florestas de terra firme da Amazônia por meio de medidas da interação da floresta com a atmosfera, além de servir para pesquisas inéditas de química da atmosfera (trocas gasosas, reações químicas e aerossóis), processos de transporte de massa e energia na camada limite atmosférica e processos de formação e desenvolvimento de nuvens”. Disponível em: <https://pesquisa.inpa.gov.br/index.php/projetos-pesquisa/2016-07-28-14-46-53> Acesso em: fev. 2023.

morador ou outro, mas cadê a formação? Cadê os cursos? Não tem um programa pra incluir os nossos jovens. Por que têm que vir piloto de fora? Tem que ter carteira? Então por que não facilitam pra gente? É o mínimo de retorno que eles poderiam dar [...] Até o inglês já seria uma grande ajuda, porque lá todo mundo fala inglês. **Olha, os jovens de hoje em dia não querem saber de roça nem de trabalho pesado, eles são curiosos, tão tudo querendo se envolver com tecnologia. Às vezes nem internet tem, mas fica mexendo no celular** [Seu Fran, morador da comunidade, entrevista realizada em fevereiro de 2023].

Um funcionário da Torre me informou que eles não podem contratar moradores como pilotos, pois é preciso a Arrais⁷² e a carteira nacional de habilitação⁷³. A Torre tem um projeto de educação ambiental nas escolas (Figura 50 e 51), voltado às questões de clima e medição das águas da chuva. Segundo a professora da escola, o objetivo é que os alunos compreendam cientificamente os efeitos causados pela mudança climática e a influência da UHE Balbina no regime hidrológico de subida e descida dos rios.

Figura 50: Projeto da Torre Atto na Escola



Fonte: Laborda (2023).

Figura 51: Torre ATTO



Fonte: Laborda (2023).

Entre os anos de 2008 e 2020, o programa de transferência de renda Bolsa Floresta (PBF), alcançou mais de 300 famílias na RDSU. O PBF, conforme dito anteriormente, passou a se chamar Bolsa Guardiões da Floresta, que objetiva “compensar, por meio de investimentos em geração de

⁷² Carteira de Habilitação Náutica emitida pela Marinha.

⁷³ A Torre está localizada no final da Comunidade Bela Vista, um pouco depois do campo de futebol. Para chegar até a Torre, além do transporte fluvial, é necessário percorrer de carro um ramal que leva da entrada do rio até o alojamento. Os carros foram transportados até esse local via transporte aquático.

renda e desenvolvimento social, as populações tradicionais pela disposição em conservar as florestas, de forma a garantir a oferta de Serviços Ambientais” (Viana *et al.*, 2012). De acordo com os relatórios anuais da Fundação Amazonas Sustentável (2017, 2018), as principais destinações da verba oriunda do (PBF), no valor de R\$50 por família, foram a compra de alimentos, combustível e gás de cozinha. Contudo, Santos e Scherer (2012) incitam a refletir sobre o real sentido do PBF, que, embora seja reconhecido por seu caráter inovador, foi, em suma, uma continuação do Programa Zona Franca Verde, detalhado no capítulo anterior. Os autores destacam a transferência de responsabilidade da fiscalização da natureza aos povos e comunidades tradicionais, ao passo que seus modos de vida são cerceados.

Atualmente, o PBF está em fase de substituição pelo Programa Guardiões da Floresta (PGF), e se constitui como um dos maiores sistemas de Pagamento por Serviços Ambientais do mundo (Agência Amazonas, 2022). Por guardiões de floresta entende-se um papel fiscalizador e guardador da natureza, aquele que protege e perpetua a manutenção da floresta em pé. O valor do benefício foi atualizado para R\$100 por família e será repassado do mesmo modo que o antigo PBF. Dona Florzinha nos disse a respeito: “Agora eu te pergunto: R\$100 impede alguém de pescar, de pegar uma caça? Se for depender desses R\$100 a gente morre de fome [...] enquanto os predador tão entrando e saindo” (Florzinha, moradora da Comunidade Bela Vista, entrevista realizada em fevereiro de 2023).

Na fala de Dona Florzinha é possível evidenciar as contradições mapeadas pelos moradores em relação ao valor recebido pelo PGF. Um total de R\$100 não é o suficiente para sustentar uma família ribeirinha que, em média, é composta por cinco pessoas. Ainda segundo a moradora, a maior revolta dos moradores se dá em função da ausência de fiscalização dos “predadores e piratas”, pois “a base [de fiscalização], que tá caindo aos pedaços, era pra funcionar o ano todo, mas só funciona no turismo, porque no turismo tem dinheiro, tem que pagar pra entrar na Reserva. Então eles [predadores, piratas] entram e roubam à vontade, mas nós não pode, a gente tem que se contentar com R\$100”. A reflexão em torno da fala de Dona Florzinha remete ao que Santos e Scherer (2012) sinalizaram: a transferência de culpa e responsabilidade aos menos favorecidos, enquanto os principais poluidores e responsáveis, sejam empresas ou Estado, seguem impunes e/ou lucrando e se apropriando dos recursos naturais. Afinal, o que causa mais dano à natureza: limpar uma área de floresta para fazer roça ou a implantação de uma UHE, como ocorreu nos anos 1970?

O turismo de pesca esportiva também se constitui como uma alternativa de renda, conforme já citado no decorrer desta tese. Durante a temporada de pesca esportiva, a RDSU é perpassada por novas relações sociais e o seu cotidiano volta-se para o turismo. Reabrem-se as pousadas comunitárias para receber os turistas, e alguns pescadores, agricultores e donas de casa passam a exercer novas atividades laborais vinculadas ao turismo (Santos; Conti, 2023).

5.2 TRABALHO NO TURISMO

A expressão de trabalho no turismo em territórios tradicionais amazônicos diverge consideravelmente de outras regiões do país, inclusive da área urbana da Amazônia. É necessário compreender algumas particularidades do turismo na Amazônia. Esses territórios de trabalho voltados ao turismo, em sua maioria, carecem da infraestrutura básica necessária para o desenvolvimento da atividade. A ausência de conexão telefônica e a limitada cobertura de internet dificultam a divulgação e a comercialização dos serviços turísticos, criando uma importante lacuna nesse processo.

Bursztyn e Bartholo (2012) enfatizam que a comercialização do turismo de base local⁷⁴ é um problema enfrentado por iniciativas de todo o Brasil, no qual a ausência de estratégia para inserção dos projetos no mercado turístico é o principal fator de encerramento das iniciativas após o período de incubação propiciado por apoio financeiro externo (ONGs, agências internacionais e governo local). Tal cenário culmina na terceirização do trabalho de *marketing* e alta dependência de agências de turismo urbanas. Embora se tenha avançado nos últimos anos, a partir da chegada da internet e das redes de telefonia às comunidades rurais, ainda persiste uma relação de dependência e exploração, uma vez que, em muitos casos, as agências estipulam o percentual ao qual têm direito, mesmo o maior custo monetário e de força de trabalho sendo das famílias ribeirinhas. Há algumas exceções, das quais falaremos adiante.

O trabalho de logística e gestão financeira dos empreendimentos familiares/comunitários é feito, em geral, pelos donos da pousada (homens, tanto os pais/chefes de família quanto os filhos mais velhos). São eles que fecham os acordos com as agências ou diretamente com os turistas e que transitam até a cidade mais próxima para compra de insumos, alimentos e bebidas que serão

⁷⁴ O turismo de base local é um turismo em que a comunidade assume o protagonismo na gestão da atividade, valorizando saberes e recursos próprios para promover inclusão, renda e fortalecimento territorial. Esse modelo busca, em tese, articular desenvolvimento com justiça social e respeito à cultura local (Fabrino; Nascimento; Costa, 2016; Lee; Jan, 2019).

ofertados aos turistas. Este trabalho demanda serviços o ano todo, mesmo que o turismo no território amazônico se reduza a uma temporada, como no caso da pesca esportiva da RDSU, que ocorre entre os meses de agosto a dezembro, conforme explicado anteriormente.

O turismo de pesca modifica os modos de vida ribeirinho, fato explicitado pela fala do senhor Irineu, dono de uma pousada na Comunidade Bela Vista.

A gente tenta comprar o máximo de coisa da comunidade, macaxeira, farinha, beiju, um cheiro verde, um jerimum ... até fruta a gente tenta, mas é difícil! O que a comunidade produz não supre a nossa demanda. Aí é melhor trazer da cidade [...] hoje ninguém quer tá plantando farinha não! é trabalhoso demais! Muita gente prefere o turismo, é só naqueles meses, mas é um bom valor! (Seu Irineu, agricultor e dono de pousada, entrevista realizada em maio de 2018).

A produção especializada guiada exclusiva ou majoritariamente para o circuito de mercado suscita outras dinâmicas locais de trabalho nos povos e comunidades tradicionais, uma vez que as famílias abdicam de atividades tradicionais, como o plantio da mandioca, que garantiriam a segurança alimentar em suas mesas. A partir do momento que o "estranho" turismo de pesca chega à RDSU prometendo prosperidade e pagamento de diárias em dinheiro, de acordo com os interlocutores desta pesquisa, "ninguém mais quer fazer roça e produzir farinha". Ocorre uma ilusão de que o turismo propicia "dinheiro fácil", tal premissa é desbancada, pois, conforme veremos nas páginas seguintes, os trabalhadores já estão se dando conta das jornadas longas e exaustivas de trabalho, além das violências perpetradas pelos turistas, de cunho simbólico no caso dos homens, e sexuais, no caso das mulheres.

Negrão, Ferko e Alves (2022) identificaram um cenário semelhante de diminuição das roças em uma comunidade ribeirinha de Roraima. Os autores relataram que os moradores deixaram de plantar suas roças em função do turismo, pois acreditavam que essa atividade poderia oferecer uma remuneração melhor e exigia menos esforço físico. Além disso, destacaram que o lucro oriundo do turismo é imediato, com os moradores recebendo o pagamento logo após a realização do trabalho, enquanto na roça é necessário aguardar meses após o plantio para obter retorno.

Uma outra atividade laboral do turismo é o transporte dos turistas do aeroporto/hotel até as comunidades, em geral, por um trajeto rodofluvial. Algumas agências levam os turistas até as pousadas ou barco-hotéis, outras contratam o serviço de *transfer* de empresas/cooperativas/associações comunitárias. No caso da RDSU, existem os autointitulados operadores de turismo e pilotos. Os operadores de turismo, moradores da Vila de Balbina, são

responsáveis por buscar os turistas no aeroporto ou hotéis e levá-los até o porto da Morena, entrada do Rio Uatumã. De lá, os pilotos assumem a responsabilidade de transportar os turistas, por meio de lanchas, até as pousadas em que ficarão hospedados. São também os pilotos que guiam os turistas nas pescarias. Com exceção da Pousada Curimatã da Comunidade Bela Vista, que oferta apenas a hospedagem e a alimentação, sendo o serviço de transporte dos turistas até a pousada e a pescaria esportiva de responsabilidade dos empresários de fora com quem têm parceria.

No entanto, há a Pousada Boto, que passou a ofertar, desde 2023, o serviço de transporte dos turistas desde o aeroporto de Manaus por conta própria. Ao longo dos anos trabalhando com a pesca esportiva, a família proprietária da pousada se planejou financeiramente para que pudessem ofertar o transporte dos turistas desde a cidade de Manaus até a Pousada no Rio Uatumã.

Isso tudo levou tempo, né. A gente começou primeiro melhorando a estrutura da pousada, que todo ano é mexida, todo ano a gente melhora alguma coisa, esse ano foi o aumento da cozinha [...] depois a gente foi conseguindo comprar os botes de pesca [lanchas voadeiras] e os motores, que não compra tudo de uma vez não, é muito caro. Foi um alívio grande conseguir as voadoras completas, porque a gente precisava alugar antes e nisso ia uma boa parte do lucro. Aí só depois de ajeitar isso e comprar um novo gerador, que nós começou a guardar o dinheiro pra comprar o carro. Esse ano 2023 foi a primeira vez que nós vamos conseguir trazer os turistas direto de Manaus na nossa van, tudo nosso. Podemos dizer que têm grupos todos organizados pela gente, desde a venda dos pacotes até eles chegarem aqui (Lis, filha de dono de pousada, 28 anos, entrevista realizada em novembro de 2023).

Essa família começa a obter uma vantagem em relação às outras duas pousadas da Bela Vista, qual seja, a independência de comercialização dos pacotes e domínio total de todo o processo, se desvinculando dos agentes externos (agências de turismo e transportadoras), conforme abordarei posteriormente.

As pousadas possuem uma razoável estrutura física e necessitam dos trabalhos de arrumadeiras, cozinheiras e auxiliares de cozinha. Em alguns casos, essas trabalhadoras acumulam outras funções. Às arrumadeiras cabe a limpeza dos quartos e demais áreas da pousada, além da lavagem de roupas de cama, rede e banho. Já as cozinheiras e auxiliares de cozinha são responsáveis pelo preparo das refeições e pela limpeza da cozinha. Além disso, tanto as cozinheiras quanto os auxiliares e arrumadeiras acumulam a função de lavadeiras, oferecendo o serviço de lavagem de roupas aos turistas. Nas 21 comunidades e nas cerca de 13 pousadas em funcionamento na RDS, esses trabalhos são destinados quase exclusivamente às mulheres, o que evidencia uma questão de gênero de forma clara.

Em uma das pousadas da Comunidade Bela Vista, a Pousada Aruanã, observei duas formas de trabalho que se diferenciavam das demais: caseiro e serviços gerais. O caseiro é uma figura comum na área rural da Amazônia, geralmente um trabalhador sem contrato formal que reside no local para zelar pela propriedade, realizando tarefas de manutenção, como limpeza e reformas do ambiente. Já os trabalhadores de serviços gerais se dedicam exclusivamente à limpeza das áreas comuns, enquanto as camareiras ficam responsáveis pelas organizações dos quartos.

Além disso, há os piloteiros, que são trabalhadores do turismo responsáveis por pilotar os barcos e conduzir os turistas pelos rios e lagos da RDSU. Esse termo também é utilizado em outros contextos, a exemplo dos condutores de embarcações escolares. Mas, de maneira geral, refere-se aos condutores de embarcações regionais amazônicas. A partir da criação da RDSU, estabeleceu-se um ordenamento do turismo com apelo ao monitoramento ambiental por parte dos moradores da RDSU. Assim, surgiu a figura do guia de pesca, responsável por conduzir os turistas e monitorar o cumprimento das regras da pesca esportiva. No entanto, neste estudo, adotamos a denominação de piloteiros utilizada pelos moradores da RDSU, conforme descrito nas notas introdutórias.

Os agentes ambientais voluntários (AAV) também atuam como trabalhadores do turismo, revezando-se em duplas nas bases de fiscalização da RDSU. Os AAV são moradores da RDSU que receberam treinamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) em educação ambiental, monitoramento e conservação da biodiversidade das unidades de conservação estaduais. Embora não possuam poder de fiscalização, eles repassam informações sobre as leis e regras locais de uso dos recursos naturais. Acredita-se que os AAV sejam selecionados pela Associação-Mãe e pela SEMA, em função do treinamento que receberam para atuar, até então voluntariamente, no monitoramento e na educação ambiental nas unidades de conservação.

O trabalho na pesca esportiva compõe o calendário ecológico de trabalho ribeirinho, sendo realizada de acordo com o ciclo das águas, portanto, de maneira sazonal e visando o autossustento das famílias da comunidade. As atividades exercidas pelos ribeirinhos do Baixo Amazonas durante a temporada de pesca, seja piloteiro, camareira, ou outro, têm funcionalidade muito específicas: vender a força de trabalho aos donos de pousada, em troca de ganhos, no caso as diárias, necessários para sua reprodução social e do grupo doméstico-familiar. Ainda que em moldes distintos daqueles observados nos centros urbanos.

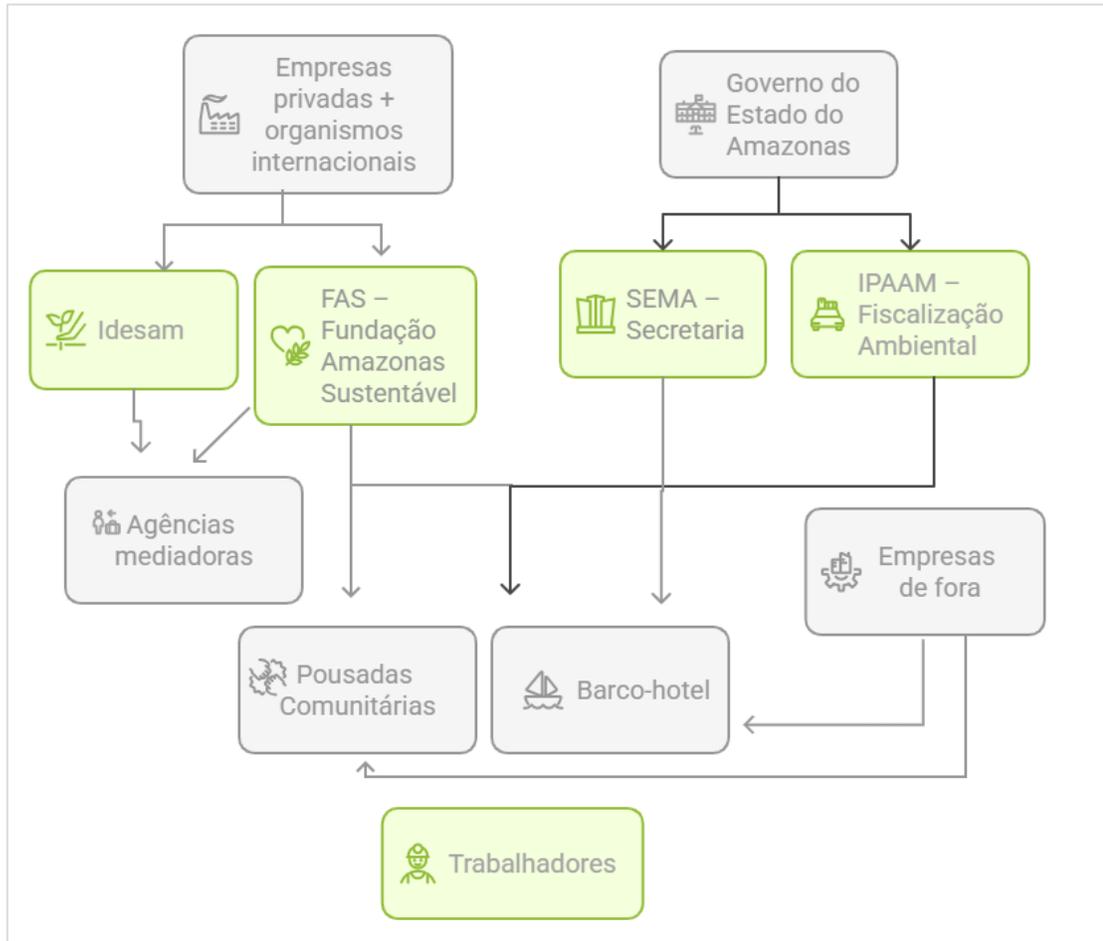
Na contramão da FAS, que adota o conceito de “cadeia produtiva do turismo” como uma representação linear das etapas pelas quais o produto turístico passa — desde os insumos e

investimentos até a distribuição e o consumo —, entendo que essa noção se ancora em uma lógica de “cadeia de valor” centrada na produtividade e na eficiência econômica, funcionando como uma estrutura fechada e funcionalista. Tal perspectiva tende a fragmentar o processo turístico, obscurecendo as relações de poder, a dimensão territorial e as desigualdades estruturais que atravessam o setor — aspectos frequentemente problematizados por autores como Blackstock (2005) e Irving (2009). Ainda que o modelo de cadeia produtiva contribua para organizar fluxos e identificar gargalos de mercado, ele pouco avança na problematização das dinâmicas sociais, culturais e políticas, podendo reforçar desequilíbrios no acesso aos benefícios do turismo e a reprodução de assimetrias históricas.

Por essas razões, proponho o uso do conceito mais abrangente de estrutura produtiva do turismo, que enfatiza a interconexão entre práticas econômicas, relações sociais, instituições, saberes locais e poderes territoriais. Trata-se de uma abordagem dialética, que permite visualizar o turismo como uma totalidade dinâmica, na qual as atividades econômicas estão profundamente imbricadas com processos simbólicos, políticos e culturais. Assim, defende-se a necessidade de uma análise crítica que vá além da lógica linear e instrumental da cadeia produtiva, e que considere as multiplicidades, tensões e contradições envolvidas na produção turística — especialmente em contextos historicamente marcados por desigualdades, como o da Amazônia.

A Figura 52 demonstra o organograma da estrutura do sistema produtivo do Turismo na RDSU.

Figura 52: Estrutura do sistema produtivo do Turismo na RDSU.



Fonte: elaboração própria, a partir de Napkin.

A estrutura produtiva do turismo na RDSU, conforme representado no organograma acima, revela a complexa rede de atores públicos e privados envolvidos no ordenamento do turismo em unidades de conservação amazônicas. Essa rede é formada por órgãos estatais, fundos privados, organizações da sociedade civil, agências intermediárias, além de empresas operadoras de turismo — o que caracteriza um modelo de governança multissetorial assimétrica.

No campo público, o Governo do Estado do Amazonas coordena duas instâncias centrais: a SEMA (Secretaria de Meio Ambiente), responsável pelas diretrizes e políticas ambientais; e o IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas), encarregado da fiscalização e do licenciamento. Contudo, o Estado delega grande parte da execução e articulação local à FAS – Fundação Amazonas Sustentável, uma organização privada, sem fins lucrativos, financiada por empresas nacionais e internacionais e organismos multilaterais. Essa fundação opera como

mediadora entre o poder público, as comunidades e os interesses do mercado, atuando em parceria com outras ONGs, como o Idesam, e com agências mediadoras.

As ações da FAS e suas parceiras influenciam diretamente na relação com as pousadas comunitárias, os barcos-hotéis e os trabalhadores locais, configurando dinâmicas de poder marcadas por mediações institucionais e empresariais. As empresas de fora, embora estejam em posição aparentemente marginal no diagrama, têm papel estratégico na condução das operações de pesca esportiva com pouca transparência para as comunidades locais e intensa espoliação.

Esse arranjo evidencia uma estrutura descentralizada na aparência, mas centralizada na tomada de decisão, com predomínio de instituições intermediárias sobre os processos comunitários. As comunidades, embora formalmente envolvidas, ocupam posições subordinadas, e os trabalhadores locais são os elos mais vulneráveis da estrutura, sujeitos a decisões que muitas vezes não refletem seus interesses ou prioridades.

Lopes *et al.* (2022b) sinalizam que há uma tendência de pescadores artesanais se envolverem com o turismo de pesca, atraídos principalmente pelos benefícios econômicos e pelas supostas condições de trabalho menos degradantes. No entanto, com base nos dados empíricos levantados nesta tese, acredito que, embora os autores estejam corretos em relação aos melhores ganhos financeiros, eles se equivocam ao afirmar que as condições de trabalho são necessariamente menos degradantes, uma vez que isso pode variar conforme a função desempenhada e a jornada de trabalho, como será discutido na seção seguinte.

Além de representar uma alternativa econômica viável para algumas famílias envolvidas, o turismo de pesca poderia potencializar a reprodução da cultura pesqueira e a preservação dos recursos ictiofaunísticos por meio do saber tradicional ribeirinho nas dinâmicas da pesca esportiva. Poderia, ainda, contribuir até mesmo com a restauração dos estoques pesqueiros, desde que seja realizado de forma ordenada e rigorosa, com a implementação de inventários e diagnósticos turísticos, monitoramento ambiental e qualificação dos trabalhadores. Contudo, essa abordagem raramente é adotada, especialmente no território amazônico, onde as condições logísticas e ecológicas dificultam e tornam onerosas a realização de pesquisas e diagnósticos adequados.

5.2.1 Condições de Trabalho

O conceito condições de trabalho não possui consenso teórico-científico. Estudado por diversas áreas (Sociologia do Trabalho, Direito do Trabalho, Serviço Social, Economia do

Trabalho, Administração e Psicologia), salvaguardadas as particularidades, o conceito possui algumas similitudes, entre as quais destaca-se questões concernentes à/ao: ambiente de trabalho, saúde mental e física, segurança, jornada de trabalho, remuneração salarial, processos contratuais, organização e divisão do trabalho (Ramos; Peiró; Ripoll, 2002). É possível que se considere desnecessária a análise das condições de trabalho em meio rural amazônico, em que o trabalho não é regido por uma lógica capitalista urbana, mas sim por preceitos coletivos e solidários visando à manutenção das famílias, ao menos historicamente. Contudo, o turismo não é um “estranho” capitalista que chega reproduzindo lógica distinta ao ambiente rural? Não seria o turismo quem traz a forma empresa até as comunidades e com ela a lógica de acumulação e mudanças nas condições materiais de vida? Não seria o turismo quem imprime uma noção de hierarquia entre os trabalhadores, bem como funções e remunerações com veemente discrepância?

Examino as condições de trabalho, com base em Silva *et al.* (2021), considerando as seguintes dimensões: ambiente, jornada e rotina de trabalho; recursos e ferramentas necessárias para a execução das atividades; segurança do trabalhador, tanto física quanto mental; remuneração salarial e processos contratuais; e, por fim, a divisão social e sexual do trabalho.

Conforme já observei, o trabalho no turismo de pesca esportiva é sazonal, assim como outros que fazem parte do calendário ecológico. Entre agosto e dezembro, dependendo da variação do nível dos rios, os trabalhadores dedicam de 8 a 14 horas diárias para acompanhar os turistas, preparar alimentos, arrumar e limpar as pousadas, além de lidar com a dinâmica do turismo em seus territórios. Para as famílias proprietárias de pousadas, o período de dedicação ao turismo é ainda mais extenso, podendo chegar a 10 meses por ano. Isso ocorre porque, além das atividades diárias relacionadas ao turismo, essas famílias também se dedicam a tarefas burocráticas, como a liberação de documentos e autorizações ambientais, além de reformas, ampliações, divulgação, comercialização e outras responsabilidades de gestão do meio de hospedagem.

As cozinheiras trabalham cerca de 14 horas diárias, começando sua rotina às 5h para preparar o café da manhã, e finalizando o dia com a limpeza da cozinha após o jantar dos turistas e trabalhadores. No entanto, é comum que consigam descansar pelo menos 1h à tarde, durante o período em que os turistas saem para pescar. Os proprietários são seletivos na contratação das cozinheiras, que devem ter cursos de qualificação e experiência na função, adquirida em outras pousadas, restaurantes dos municípios próximos ou da capital Manaus. A rotina de trabalho inclui a preparação do café da manhã, almoço e jantar para turistas, trabalhadores e proprietários da

pousada, sendo realizada pelas cozinheiras sob a supervisão da esposa do dono de pousada, que também cozinha ocasionalmente. As cozinheiras geralmente são mulheres da própria comunidade, mas, em algumas ocasiões, cozinheiras que residem em Manaus são contratadas pelos donos de pousada para atuarem durante a temporada turística. As tarefas na cozinha são distribuídas de forma flexível entre as cozinheiras e as ajudantes, criando um ambiente de trabalho coletivo, semelhante ao de uma cozinha doméstica. As cozinheiras recebem uma diária de R\$100, enquanto as auxiliares variam entre R\$50 e R\$80. Uma cozinheira entrevistada nos relatou:

Tem vezes que eu penso em desistir, de tanto cansaço, mas eu dei minha palavra, né. Porque funciona assim, se você entra com um grupo [de turistas] e ele [o grupo] fica 10 dias seguidos, então é 10 dias diretos que você vai ficar. Não tem pra onde correr. Dói as pernas, dói as costas, mas a gente tem que se garantir. No começo é mais difícil, conforme o tempo vai passando a gente acostuma [com a quantidade de trabalho, cansaço e dores] (Cozinheiras de pousada, entrevista realizada em fevereiro de 2023)

As arrumadeiras têm um horário de trabalho reduzido em comparação aos outros trabalhadores da pousada, dependendo do número de quartos disponíveis na pousada e do tamanho das áreas comuns. Em geral, trabalham entre 8h e 10h por dia, atuando apenas nos períodos em que os turistas estão fora (normalmente entre 07h e 12h e 13h e 17h). Devido à jornada de trabalho menor, suas diárias são inferiores às das cozinheiras, variando entre R\$60 e R\$80. Em sua maioria, as arrumadeiras são membros da família proprietária da pousada ou mulheres da própria comunidade. Quando observamos a divisão social do trabalho, percebe-se que as cozinheiras têm maior valorização, pois sua função está diretamente relacionada a um aspecto do serviço amplamente avaliado pelos turistas: a alimentação.

Vale destacar que, frequentemente, as cozinheiras acumulam a função de arrumadeiras, o que lhes permite receber um valor superior à diária habitual de sua função principal, chegando a R\$150. Da mesma forma, cozinheiras, arrumadeiras e trabalhadoras de serviços gerais oferecem lavagem de roupas diretamente aos turistas, cobrando em média R\$5 por peça. Em ambos os casos, o acúmulo de funções resulta em um aumento da jornada diária de trabalho, o que eleva também os ganhos financeiros, mas, conseqüentemente, contribui para o esgotamento físico e mental dessas trabalhadoras. Como veremos na seção seguinte, a isso se soma ao trabalho de cuidado com os filhos e a casa, além, em um caso específico, da realização de trabalho assalariado (na escola da comunidade).

O trabalho de serviços gerais é o único desempenhado tanto por homens quanto por mulheres, e, em geral, todos moradores da comunidade. Embora pareça superar a divisão sexual do trabalho, carrega consigo questões de gênero, que se tornam claras na fala de um dono de pousada. Ao relatar que, embora seja comum a contratação de mulheres, é preciso contratar homens também. Para o entrevistado, o serviço de limpeza em si é atribuição de mulheres, contudo, quando envolve o ato de carregar ou suspender móveis pesados, é preciso de um homem, que, em tese, tem força para isso. As questões de gênero serão mais bem analisadas na seção a seguir. Do mesmo modo que em contexto urbano, a função de serviços gerais possui desvalorização no contexto rural da RDSU. Assim, mesmo com a carga horária entre 8h e 10h, recebem uma diária de R\$60.

O casal de caseiros tem a função exclusiva de cuidar da estrutura da pousada, com ênfase em reformas e ampliações. Além disso, é responsável pela segurança do local durante a baixa temporada. Os caseiros acumulam funções de empregada doméstica, governanta e pedreiro. O casal recebe um salário mínimo por mês (R\$ 1.412,00) e não possui contrato formal. Vale ressaltar que apenas a Pousada Aruanã realiza a contratação de caseiros.

Os piloteiros são responsáveis por conduzir os turistas pelos rios e lagos do Uatumã (Figura 52). As embarcações utilizadas nesses deslocamentos pertencem ao proprietário da pousada ou a empresários externos, como no caso da Pousada Curimatã. As pescarias geralmente começam entre 06h e 07h da manhã, com uma pausa por volta das 12h/12h30 para o almoço, retomando entre 13h/14h e encerrando às 18h. Existem algumas exceções, como para os turistas que preferem pescar peixes lisos à noite ou para aqueles que não retornam para o almoço. Neste último caso, os piloteiros organizam as lanchas com bebidas e alimentação para o dia inteiro, retornando à pousada apenas à noite. Os piloteiros iniciam a jornada de trabalho às 4h da manhã para organizar o bote ou voadeira com todo o material de pesca, alimentação e bebidas (incluindo gelo, água, refrigerante e bebidas alcoólicas) (Figura 53 e 54). Depois, tomam o café da manhã e aguardam o turista (geralmente, os turistas combinam o horário de saída com o piloteiro na noite anterior).

Figura 53: Turistas e Piloteiro Pescando



Figura 54: Lanchas para pescaria esportiva



Fonte: Laborda (2023).

De acordo com Lopes *et al.* (2022b), os condutores de pesca são considerados o principal elo do turismo, sendo responsáveis por guiar os turistas-pescadores e garantir o cumprimento das regras da pesca. "São estes os profissionais que estabelecem as maiores interações com o ambiente,

aplicando seus conhecimentos tradicionais nas atividades pesqueiras, contribuindo para a conservação e manutenção da diversidade cultural e biológica" (Lopes *et al.*, 2022b, p. 206). Assim como no Rio Negro (Ribeiro *et al.*, 2020), os guias/piloteiros são exclusivamente homens, já que as mulheres, conforme veremos ao longo deste capítulo, tendem a se dedicar aos trabalhos domésticos.

Os piloteiros da RDSU também são contratados pelos donos de pousada por meio de diárias, no valor de R\$100. Assim como no Rio Negro (Oliveira, 2013; Ribeiro *et al.*, 2020) e no Baixo Rio Branco (Vitório; Viana, 2016), os turistas da RDSU também costumam dar gorjetas, o que resulta em uma remuneração final superior à dos outros trabalhadores do turismo.

A diária deles é R\$100. Em média, [se trabalharem 30 dias] eles ganham R\$3 mil no mês. Fora as gorjetas que alguns turistas dão. E se eles ajudarem a pescar peixe grande, levando em um lugar bom pra pescar, aí eles dão mais dinheiro ainda. Tem turista que dá de R\$300 pra eles, só porque ajudaram a pegar peixe grande, troféu que eles falam (Patrícia, filha e sócia de dono de pousada, administradora da pousada. Entrevista realizada em novembro de 2023).

A prática de gorjetas é comum na pesca esportiva e foi denominada por Oliveira (2013) como "sistema de gorjetas". Embora não seja obrigatória, ela se tornou uma tradição na relação entre piloto e cliente/turista. Para o autor, "esses trabalhadores vendem, não só sua mão de obra, mas também seus conhecimentos tradicionais sobre a fauna e flora da região e, principalmente, seus conhecimentos sobre os rios e o comportamento dos peixes, entre os quais o tucunaré" (Oliveira, 2013, p. 98).

Assim como as cozinheiras, as condições de trabalho dos piloteiros apresentam um certo nível de precariedade. Além da incerteza quanto ao número de dias em que prestarão serviços durante a temporada, esses trabalhadores ficam expostos ao sol por longas horas, sem proteção solar, sem direito a descanso ou uso de banheiro, enfrentando desconforto no desempenho de suas funções e sem o uso de equipamentos de proteção individual adequados.

Maciel, Moraes e Nina (2023) analisaram o sofrimento dos trabalhadores ribeirinhos de uma comunidade do Amazonas e constataram que atividades como a retirada de madeira, malva, pesca e plantio de roça/preparo da farinha estão entre as mais extenuantes, segundo os próprios trabalhadores. Entre os principais aspectos de sofrimento, as autoras destacam a presença de insetos e formigas com ferroadas dolorosas, dores nas pernas, braços e coluna lombar devido ao preparo

da farinha, além da exposição ao calor do forno. Também mencionam que os esforços para retirar redes de pesca, que podem chegar a 80 metros, têm causado doenças osteomusculares.

Maciel *et al.* (2023) recorrem a Dejours (2011), que afirma que nem todo sofrimento leva à patologia, mas sim à criação de estratégias para amenizar ou até mesmo romper com o sofrimento. Nesse contexto, os piloteiros da RDSU adotam diversas práticas tradicionais para lidar com as condições de trabalho. Utilizam óleo de andiroba (*Carapa guianensis*) como repelente natural para se protegerem das picadas de carapanãs⁷⁵, cobrem os rostos com bonés e camisas no formato de balaclavas, e vestem camisas de manga longa, com ou sem proteção solar, muitas vezes doadas pelos turistas. Além disso, tentam beber bastante água para evitar a desidratação e o adoecimento físico. À noite, recorrem tanto ao óleo de andiroba (*Carapa guianensis*) quanto ao de copaíba (*Copaifera langsdorffii*) para massagear suas dores, utilizam emplastos com itens da flora local e fazem uso de chás medicinais, como erva cidreira e capim santo.

Quanto ao repouso, os trabalhadores dormem nas pousadas por conta da rotina de trabalho: acordar cedo e dormir tarde. Além dos gastos que teria com combustível para irem até suas casas, dentro da própria comunidade ou em comunidades contíguas, e retornarem no dia seguinte.

Cada pousada tem o critério de trabalho. Aqui eu não aceito que os trabalhadores não durmam na pousada, tem que dormir aqui. Se pegar dois grupos seguidos, ou seja dez dias, vai ter que ficar aqui os dez dias seguidos. Até porque o trabalho acaba à noite e é proibido tá transitando à noite no rio, regras do turismo. [...] Porque tinha muito piloteiro que vinha de fora, aí deixava o turista na pousada e queria tá indo atrás de ovos de tracajá, e aí escondia pra levar quando fosse embora, então criamos essa regra focando no pessoal de fora. [...] E como é distante ir em casa dormir, e também gasta muita gasolina, a gente criou o alojamento. Além do fato de que precisa acordar muito cedo pra organizar as voadoras (Seu Júlio, dono de pousada. Entrevista realizada em fevereiro de 2023).

Algumas pousadas oferecem áreas comuns onde os trabalhadores podem pendurar suas redes. Outras possuem quartos destinados aos trabalhadores, e há uma pousada que disponibiliza um barco para os piloteiros dormirem. Vale destacar a precariedade dessa embarcação, que não conta com iluminação e tem baixa ventilação. Além disso, na Amazônia, é comum a presença de carapanãs (mosquitos), que causam desconforto com suas picadas e com o zumbido constante nos ouvidos, algo frequentemente mencionado pelos piloteiros em conversas informais.

Em outras atividades de trabalho do calendário pluriativo, como a agricultura e a pesca, é comum que os ribeirinhos descansem aos domingos, influenciados pelos preceitos católicos, exceto

⁷⁵ Usado como sinônimo de mosquito e pernillongo nas comunidades amazônicas.

nas comunidades que adotam o adventismo como religião, onde o sábado é o dia de descanso. Conforme mencionado no Capítulo 2, a principal atividade de lazer da comunidade é o futebol, normalmente realizado aos domingos. No entanto, essa prática é suspensa durante a temporada turística, já que grande parte da comunidade está envolvida nas atividades relacionadas ao turismo.

Os Agentes Ambientais Voluntários (AAV), moradores da RDSU, atuam nas bases de fiscalização localizadas nos Polos 1 e 3 da RDSU. O Polo 1 está localizado na sede do Departamento Estadual de Mudanças Climáticas da Secretaria de Estado do Meio ambiente (DEMUC/SEMA), onde também fica o alojamento do gestor da RDSU, enquanto o Polo 3 está situado acima da Comunidade Bela Vista. Nas bases, os AAV cobram uma taxa de ingresso diária de todos que praticam pesca esportiva, exceto os moradores da área, conforme será detalhado na seção sobre questões econômico-financeiras. Essa cobrança, juntamente com o fato de que os AAV realizam revistas nas lanchas para garantir que nenhuma espécie de fauna ou flora esteja sendo retirado de forma clandestina, coloca os agentes em uma situação de vulnerabilidade, uma vez que, em tese, não possuem o poder fiscalizador formal do Estado.

Os meninos [AAV] que estão na base não tem poder nenhum. se pegar alguém fazendo coisa errada é até perigoso pra eles, porque tem gente que anda armada (Patrícia, filha e sócia de dono de pousada, administradora da pousada. Entrevista realizada em novembro de 2023).

A única coisa que tem lá é um barco, que é pra dar apoio pra eles dormirem. Até a água eles têm que levar na caixa com gelo, e os piloteiros às vezes passam lá e ajudam, deixam gelo ou uma comida fresca pra eles. Porque ficam comendo peixe salgado da caixa. Já era pra ter feito um flutuante maceta, com geladeira, com tudo (Seu Dionísio, dono de pousada, agricultor e morador da Comunidade Bela Vista. Entrevista realizada em fevereiro de 2023).

Os AAV são contratados pela Associação-Mãe e trabalham em turnos quinzenais, revezando-se em duplas. Os AAV recebem uma diária em torno de R\$40, totalizando R\$600 por quinzena, valor oriundo da taxa de ingressos pagas pelos turistas nas bases de fiscalização. No entanto, as condições de trabalho na base de fiscalização são precárias: não há banheiro, energia elétrica, conexão telefônica ou internet. Além disso, os agentes enfrentam riscos constantes ao guardarem grandes quantias em dinheiro. Caso haja recusa no pagamento do ingresso ou apreensão de peixes e outros animais, a comunicação com a sede do DEMUC/SEMA torna-se impossível devido à falta de meios de comunicação na base. Essas condições estruturais precárias, aliadas à sobrecarga de responsabilidades, tornam a tarefa dos AAV ainda mais desafiadora, colocando-os

em uma posição de risco constante enquanto tentam cumprir uma função de fiscalização que, em teoria, deveria ser responsabilidade do Estado.

Por fim, os donos de pousada ocupam a posição hierárquica mais alta entre os trabalhadores do turismo. Destacamos que são os "chefes" de família que recebem essa atribuição, enquanto a esposa do dono é conhecida como "mulher do dono de pousada", embora usufrua dos benefícios econômicos de forma equânime. Em apenas uma pousada da Bela Vista, uma mulher, filha da família dona da pousada, é sócia do pai. Isso ocorre devido à qualificação profissional da filha, que assume o controle da parte contábil e comercialização do negócio. No entanto, ela não é chamada de dona de pousada, mas sim de "filha de dono de pousada".

Conforme já mencionado, os donos de pousada trabalham tanto dentro quanto fora da temporada turística. Antes da temporada, dedicam-se à comercialização e venda dos pacotes, além das ampliações e reformas das pousadas, planejando e comprando materiais nas cidades próximas, muitas vezes também ajudando na mão de obra. Também se ocupam com a emissão de documentos ambientais em Manaus, o que demanda tempo de deslocamento, uma vez que a cidade está localizada a 6 horas de distância da comunidade. Durante a temporada, os donos de pousada precisam adquirir alimentação, gelo e bebidas para os turistas, além de materiais de limpeza e itens de higiene pessoal, como sabonete e papel higiênico. A água para consumo também é comprada. Além disso, é necessário planejar a contratação de trabalhadores e a logística para transportar os turistas até a pousada e levá-los de volta à capital.

Destaco ainda que não há uma relação contratual formal, mas um acordo verbal entre os trabalhadores (guias, arrumadeiras, cozinheiras, serviços gerais) e as famílias proprietárias de pousada, assim como entre a Associação-Mãe e os AAV. Esse acordo verbal é o mesmo utilizado em outras atividades de trabalho na comunidade: a diária. As diárias possuem valores definidos pelos proprietários. Assim, quanto mais dias um trabalhador for "chamado" por um proprietário de pousada, maior será o número de diárias que ele receberá. Em razão da incerteza de quantos ou quais dias serão contratados, os trabalhadores deixam de realizar outras atividades de autossustento, esperando ser chamados para o trabalho no turismo, ou seja, abandonando as práticas tradicionais na agricultura. Além disso, cabe destacar que, diferentemente das diárias comuns no meio ribeirinho amazônico, que geralmente duram 8 horas com 1h30/2h de descanso para o almoço (Cruz, 2023), os trabalhadores do turismo chegam a trabalhar até 14 horas por dia, sem descanso previsto, como ocorre no caso das cozinheiras.

A contratação de terceiros, pessoas que não pertencem à família, nas comunidades ribeirinhas ocorre somente quando a demanda de trabalho não pode ser suprida pelos membros da unidade familiar. Esse trabalho é conhecido como trabalho acessório, em que o camponês pode se transformar em trabalhador assalariado e receber um salário, ou diária, por um período trabalhado. Esse é um processo provisório e complementa a renda familiar (Oliveira, 1991). Cruz (2023, p. 287) destaca que, "na Amazônia brasileira, a contratação de trabalhadores ribeirinhos se dá devido aos membros da família serem insuficientes para a realização das tarefas na unidade camponesa". Da mesma forma, o autor enfatiza que um ribeirinho só se dispõe ao regime contratual de trabalho quando, em sua unidade de produção familiar, os membros são capazes de realizar as atividades relacionadas ao autossustento.

Esse trabalho, que torna o ribeirinho assalariado temporário⁷⁶ e sujeito a uma jornada de trabalho pré-definida, é considerado por Oliveira (1991), Cruz (2023) e Witkoski (2010) como um trabalho acessório. O trabalho acessório inclui atividades como limpeza de terrenos, extração de madeira, passagem de gado da várzea para a terra firme, trabalho embarcado em barcos de pesca e até a prestação de serviços em áreas urbanas próximas. Considero, portanto, que o trabalho no turismo chega às comunidades ribeirinhas como uma das formas de trabalho acessório. No entanto, de acordo com a demanda e a inclinação dos moradores, se estabelece e passa a integrar o calendário pluriativo de trabalho ribeirinho.

Embora Cruz (2023) e Witkoski (2010) destaquem que o trabalho acessório nunca se torna uma atividade principal e é utilizado esporadicamente para equilibrar o orçamento familiar, enquanto a produção agrícola segue sendo a principal atividade da família; na RDSU, a realidade é diferente. Durante a temporada turística, as famílias abandonam suas atividades tradicionais e se dedicam exclusivamente ao trabalho sazonal na pesca esportiva. Lubich *et al.* (2024) relatam um cenário semelhante na pesca esportiva do Rio Negro/Amazonas, onde 82% dos pilotos retiram a maior parte da renda familiar da pesca esportiva. Da mesma forma, Lopes *et al.* (2022b) destacam que 33% dos condutores de turismo no Mato Grosso alegam se dedicar exclusivamente ao turismo de pesca.

Assim, o turismo se apresenta como um fator disruptivo, alterando as dinâmicas locais de trabalho, o que modifica o calendário pluriativo e, em alguns casos, resulta em insegurança

⁷⁶ "Nesse sentido, o camponês passa a ser um assalariado temporário de um outro camponês, cuja família não basta para o desempenho das tarefas agrícolas" (Santos, 1984, p. 37 *apud* Cruz, 2023, p. 288).

alimentar para algumas famílias, já que deixam de cultivar suas roças de mandioca e plantações de banana. Para Noda e Noda (2003), é preciso ter muito cuidado com as interferências sobre a produção da agricultura familiar, uma vez que se pode causar efeitos devastadores, comprometendo a segurança alimentar que se pauta na diversidade e estabilidade da produção.

Quanto à condição de trabalho e o reflexo na saúde dos trabalhadores, elenquei, a partir de entrevistas, conversas informais e observação, a necessidade do uso de salva-vidas, bem como de combustível reserva, para evitar que o barco fique sem abastecimento, o que resultaria em um retorno a remo, extremamente exaustivo para o pilotoiro. Além disso, seria essencial a presença de um kit de primeiros socorros nas voadeiras, para que pudessem ser utilizados em casos de acidente, o que não foi identificado durante as incursões de acompanhamento das pescarias. Os interlocutores também destacaram três aspectos importantes sobre a condução das voadeiras: navegar no sentido correto do rio (existe um sentido para quem sobe e outro para quem desce); a velocidade adequada ao dirigir; e a recomendação de não navegar durante a noite.

Eu sei de dois acidentes aqui, o mais recente não faz tempo não [...] um porque o filho do Carlos vinha navegando à noite e não viu o outro [pilotoiro], deram de encontro, foi maior confusão, perdeu vara de turista que custava não sei quantos mil. E o pior foi o menino que partiu a cabeça e ficou internado semanas em Manaus. Esse aí foi grave. O outro não foi tanto, só o turista que ficou com raiva que caiu na água porque bateu na árvore, mas foi porque o pilotoiro tava bebido, que o turista mesmo deu pra ele (Conversa informal com moradora da comunidade, em novembro de 2023).

Acontece de virar barco, o mais frequente é esse. Esse ano não lembro, mas ano passado [2022] virou, com turista dentro. Mas com frequência é se anzolar com a isca, pega no rosto, pega na mão. Esse ano meu pilotoiro pegou no rosto, teve turista que pegou na cabeça, turista que pegou nas costas. A gente sempre precisa tá com Kit de primeiros socorros com anestesia [anestésico], porque dependendo da gravidade, tem que levar pra cidade. Mas graças a Deus a gente tem conseguido resolver aqui, a gente fura a pessoa e passa o anzol, aí toma um remédio, faz o curativo aqui mesmo. [...] Acontece porque o turista tá lá pescando, aí estoura um cardume do lado do bote, a adrenalina sobe e ele não se toca do que vai fazer, aí do jeito que tá ele joga, é nessa que pega o parceiro [outro turista] e o pilotoiro. Ou ele mesmo se anzola. E não é nem questão de bebida (Seu Júlio, dono de pousada. Entrevista realizada em fevereiro de 2023).

Além disso, a integridade física dos pilotoiros e, conseqüentemente, dos turistas também é colocada à prova quando as voadeiras não contêm as ferramentas do barco, hélice e combustível reservas.

A gente leva tudo calculado, quando tem né, porque não é sempre que tá tudo nos conforme, são muitas voadeiras. [...] Mas tem turista que é bruto, que não respeita! Ele quer ir cada vez mais longe, e o combustível reserva não dá conta. Então já aconteceu de eu ficar no prego, aí se tiver remo vem no remo, ou espera alguém passar e pede pra buscar

o combustível (Seu João, piloto e morador da RDSU, entrevistado em novembro de 2023).

Os trabalhadores de serviços gerais, as arrumadeiras e as cozinheiras também enfrentam exaustivas jornadas de trabalho, especialmente quando há acúmulo de funções. Muitas horas em pé ou se curvando para limpar e lavar resultam, segundo os trabalhadores, em dores intensas nas costas, pernas e braços. No caso das cozinheiras, além dessas dificuldades, há uma outra questão relacionada ao assédio sexual, sobre a qual abordaremos em detalhes na próxima seção. Nas falas a seguir é possível notar aspectos sobre o sofrimento do trabalho e seus reflexos nos corpos dos trabalhadores:

Eu já trabalhei como piloto, não dá mais pra mim. É cansativo demais, o cabra fica todo dolorido no outro dia e não pode desistir, tu tem que aguentar até o final do grupo [de turistas] que tiver acompanhando. É um valor bom? É! Porque é o melhor que a gente pode conseguir por aqui, mas não compensa o sofrimento. É sol na moleira o dia todo e tem lago que não pode usar motor, é no remo! (Seu Raí, piloto e morador da Bela Vista, entrevistado em novembro de 2023).

Tem vezes que eu acho que não vou aguentar, são muitos dias cozinhando direto. É muito cansativo. Tem grupo que vem 10, então tu vai cozinhar pra 10, mas tem grupo que vem 30, já pensou ter que cozinhar pra 30 pessoas, fora nós [trabalhadores e família]. Às vezes eu quero chorar de cansaço, mas a gente precisa [...] se tivesse a hora certa de dormir, já ia ser melhor, mas se eles [turistas] ficarem bebendo e comendo até uma da manhã, a gente fica também pra limpar tudo depois (Francisca, cozinheira e moradora da Bela Vista, entrevista realizada em fevereiro de 2023).

Em outros momentos do calendário pluriativo, fora da temporada da pesca esportiva, os trabalhadores do turismo assumem outras funções, integrando o turismo a um conjunto mais amplo de atividades desempenhadas ao longo do ano.

Durante a temporada, quem trabalha com turismo não consegue se dedicar a outras atividades. É um período curto e semanal. Então sai um grupo e entra outro. Então quem tá na atividade tem que focar. Aí quando acaba vai trabalhar com outras coisas, agricultura, pesca. Eu mesmo planto melancia aqui (Seu Júlio, dono de pousada. Entrevista realizada em fevereiro de 2023).

Alguns donos de pousada realizam fretes no barco da família. Há donos de pousada e pilotos que se dedicam a atividades tradicionais, como a agricultura e a pesca, embora de forma pontual e em pequena escala, como mencionado na seção 5.1. Quanto às esposas dos donos de pousadas da Comunidade Bela Vista, duas trabalham na escola da comunidade, desempenhando funções como merendeira e serviços gerais, enquanto uma trabalha ocasionalmente fora da RDSU.

Os filhos dos donos de pousada também atuam na escola, como barqueiro do transporte escolar e em serviços gerais. Além disso, uma das filhas é sócia da pousada.

Tem piloteiro, que fora da temporada, trabalha nas reformas e ampliações das pousadas e limpeza dos terrenos, também em formato de diária. Tem outro que mora em Balbina, e vive de pesca e agricultura fora da temporada. Outro que consegue diária fora, em Figueiredo [município vizinho]. Eles vivem de diárias, poucos têm algo fixo [...] mas independente, quando chega a temporada, eles largam o que for e vêm trabalhar com o turismo (Patrícia, filha e sócia de dono de pousada, administradora da pousada. Entrevista realizada em novembro de 2023).

A Figura 55 resume os principais aspectos das condições de trabalho no turismo na RDSU.

Figura 55: Condições de Trabalho no Turismo na RDSU



Fonte: elaboração própria.

O trabalho no turismo da RDSU ocorre, de acordo com as falas dos trabalhadores, em um quadro de condições precárias, com jornadas exaustivas e ganhos econômicos abaixo das expectativas, especialmente quando comparado ao faturamento das pousadas, conforme explicarei adiante. A dinâmica de trabalho no turismo revela níveis de exploração, pois o aumento da carga de trabalho não é proporcional aos ganhos econômicos. Além disso, o trabalho de cozinheiras e piloteiros, embora essencial para o turista, é marcado pela desvalorização social dos trabalhadores

e pelas condições adversas de trabalho, como exposição ao calor, falta de descanso e até riscos à saúde física e mental.

A falta de contratos formais de trabalho, a dependência de diárias e a distribuição desigual dos ganhos econômicos entre os donos de pousada e os trabalhadores refletem uma realidade de vulnerabilidade social, onde os trabalhadores do turismo da RDSU, ao mesmo tempo que são responsáveis pela sustentabilidade ambiental, não têm garantias trabalhistas nem um controle sobre as condições de trabalho. A invisibilidade dessas questões, incluindo os riscos à saúde e à segurança dos trabalhadores, evidencia a necessidade de uma revisão nas políticas e práticas do turismo local, com foco na valorização dos trabalhadores e no respeito às suas condições de vida e trabalho.

As questões de gênero também são determinantes nas condições de trabalho, com mulheres assumindo tarefas domésticas e de serviços gerais, como as cozinheiras e arrumadeiras, enquanto as atividades mais valorizadas, como a condução de turistas e o gerenciamento da pousada, ficam a cargo dos homens. Além disso, as mulheres, além de lidarem com uma jornada pesada de trabalho, também enfrentam desafios relacionados ao assédio, o que amplifica as desigualdades de gênero no setor. Diante disso, as questões de gênero merecem uma análise mais aprofundada, pois estão intimamente ligadas às dinâmicas de poder e às formas de exploração no contexto do turismo na RDSU.

5.2.2 Gênero e Trabalho no Turismo

Gênero é uma categoria analítica fundamental para compreender as relações de poder e as hierarquias sociais entre homens e mulheres, destacando como normas e práticas culturais moldam e legitimam essas desigualdades (Kergoat, 2006; Hirata, 2002; Saffioti, 2011). Sua análise, sobretudo quando articulada à raça e à classe, permite compreender a complexidade das divisões sociais, especialmente no âmbito do trabalho.

De acordo com Hirata e Kergoat (2020), a divisão sexual do trabalho organiza-se por dois princípios: a separação, que classifica determinadas atividades como “de homem” ou “de mulher”, e a hierarquização, que valoriza social e economicamente o trabalho masculino em detrimento do feminino. Essa divisão, entretanto, não é homogênea na Amazônia e varia conforme a configuração social e cultural de cada comunidade. Em localidades como Alenquer e Parintins (AM), estados do Pará e Amazonas respectivamente, mulheres participam da pesca do camarão, desafiando a tradicional lógica patriarcal. Ainda assim, estudos indicam que tais atividades femininas são

socialmente menos valorizadas, enquanto a pesca de prestígio — sobretudo de peixes, voltada para consumo familiar ou comercial — permanece associada aos homens (Brasil, 2015; Rodrigues, 2018). Essa distinção evidencia como normas de gênero e valor simbólico do trabalho se entrelaçam, perpetuando desigualdades mesmo em contextos de aparente subversão da hierarquia patriarcal.

D’Incão (2001) ressalta que a invisibilidade das mulheres nas pescarias amazônicas, tanto de camarão quanto de peixes, também se manifesta na literatura acadêmica, que privilegia estudos sobre homens. Desde tempos remotos, as mulheres participam dessas atividades, realizando tarefas como limpeza, salga dos peixes, preparo das refeições e cuidado com os filhos (Veríssimo, 1970) – a Figura 56 apresenta uma mulher pescando com seu marido e desempenhando as mesmas funções que ele. A Figura 57 mostra a mulher limpando as vísceras do peixe, ou, como se diz localmente, “tratando o peixe”. Mesmo quando desempenham funções semelhantes às dos homens, elas são percebidas como “ajudantes”, enquanto o homem é reconhecido como trabalhador principal. Em economias pré-capitalistas e de subsistência, os homens assumem o controle financeiro e comercial da produção, ainda que mulheres, como nas pescarias de camarão, atuem em todas as etapas do processo, refletindo a menor valorização social do chamado “trabalho de mulher”.

Figura 56 e Figura 57: Pescaria em família no Lago do Tucumanduba (RDS do Uatumã)





Fonte: Laborda (2023).

Na RDSU, a gestão das pousadas reproduz essa lógica de gênero: os homens concentram o poder decisório — planejamento, financiamento, legalização e gestão — enquanto as mulheres assumem o operacional, incluindo alimentação, limpeza e arrumação. Filhas aprendem as atividades domésticas, enquanto filhos acompanham o processo logístico. A contratação de trabalhadoras externas reforça essa divisão: arrumadeiras e cozinheiras são majoritariamente mulheres, exceto em raras situações em que homens atuam como cozinheiros. A identificação da pousada com um homem da família, normalmente o chefe ou herdeiro masculino, demonstra que prestígio e reconhecimento social estão associados à figura masculina, mesmo que o trabalho central seja realizado por mulheres.

Essa reprodução da divisão sexual do trabalho no turismo evidencia como as normas culturais de gênero se perpetuam, mantendo homens em cargos de decisão e mulheres em funções operacionais. Embora esse padrão seja comum no setor turístico em geral (Hutchings et al., 2020), a exclusividade masculina na gestão das pousadas da RDSU mostra uma singularidade regional que reforça a hierarquia patriarcal, ainda que mulheres desempenhem papéis fundamentais na operação e sobrevivência econômica dessas unidades.

O trabalho de campo na RDSU revelou a ocorrência de assédio sexual, tema que possui definições variadas no âmbito jurídico e acadêmico, sendo inicialmente relacionado a condutas masculinas no trabalho, mas interpretado por alguns estudiosos como uma questão de relações de

poder mais amplas (Alemany, 2009). Amorim e Bueno (2019, p. 157) definem o assédio sexual como o “constrangimento por palavras, gestos ou atos com o objetivo de obter vantagem sexual”. Estudos internacionais apontam que o turismo é um setor particularmente vulnerável a essa violência, afetando majoritariamente mulheres e envolvendo turistas, colegas, supervisores e fornecedores (Bragason, 2016).

Na RDSU, o assédio parece ocorrer principalmente nas cozinhas das pousadas (Figuras 58 e 59), espaços compartilhados entre trabalhadores, turistas e a família proprietária. Esses ambientes apresentam divisões hierárquicas e de classe perceptíveis, como mesas separadas para turistas e roteiros (Figura 60), além de horários distintos para as refeições. As cozinheiras frequentemente comem antes ou depois dos outros, enquanto crianças da família ocupam redes na sala de jantar durante a tarde. À noite, o espaço se transforma no principal local de interação entre turistas e trabalhadores, mantendo essas separações territoriais, e é nesse contexto que situações de assédio são mais recorrentes.

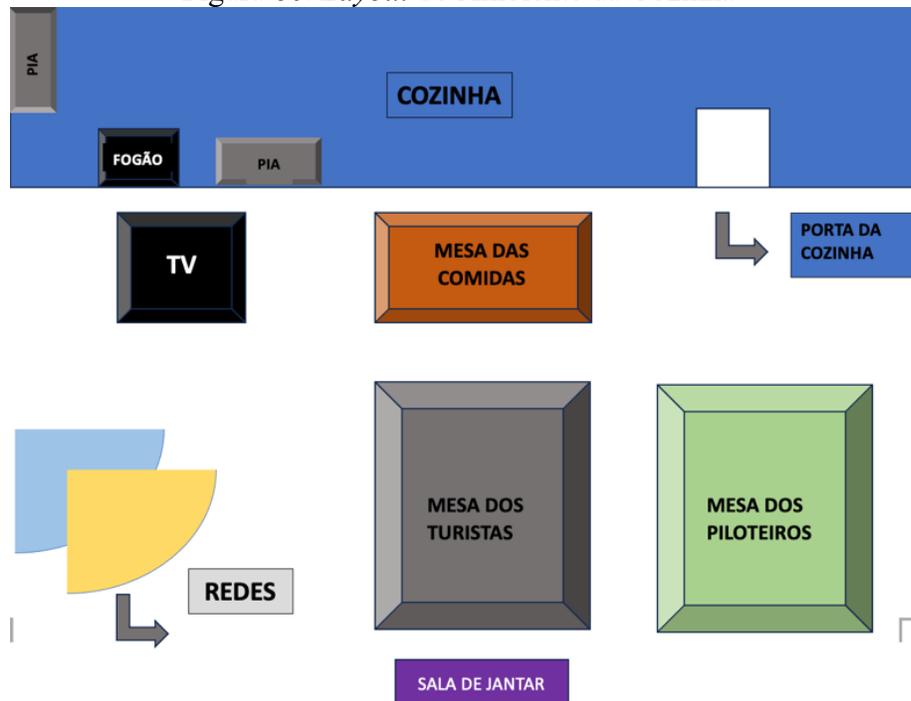
Figura 58 : Cozinha da Pousada Boto



Figura 59: Cozinha das Pousadas Aruanã



Fonte: Laborda (2023).

Figura 60: *Layout* do Ambiente da Cozinha*

Fonte: elaboração própria.

* O ambiente da cozinha é dividido em dois espaços, separados por uma espécie de balcão. Embora localmente ambos os espaços sejam chamados de cozinha, optamos por diferenciá-los. Assim, o espaço onde as refeições são preparadas é a cozinha. E o espaço de comensalidade e interação social, a sala de jantar.

A configuração física das cozinhas das pousadas contribui para a vulnerabilidade das trabalhadoras frente ao assédio sexual. Conforme observado (Figura 58, 60), esses espaços não possuem portas e têm apenas uma entrada e saída, facilitando a circulação de turistas e criando situações de “encurralamento” junto às pias e fogão, onde as cozinheiras passam a maior parte do tempo. A gestão das pousadas reproduz uma lógica de responsabilização das próprias trabalhadoras pela prevenção do assédio:

Quando o Raul contrata as meninas, eu falo bem séria com elas, o Raul também. A gente explica que não pode tá de conversinha com turista, que tem que ser esperta. Não pode levar nada nos quartos, tem que chamar os piloteiros ou algum homem pra levar. Ele evita de contratar as meninas mais novas, mais vistosas, que é pra nem correr risco. A gente prefere sempre as senhoras, até porque elas já têm mais experiência (Dona Margarida, esposa do dono de pousada comunitária no Uatumã, 51 anos, entrevista realizada em fevereiro de 2023).

Como relata Dona Margarida, instruções são dadas às funcionárias para não interagir com turistas e se manterem “espertas. Além disso, há preferência por contratar mulheres mais velhas, consideradas “mais experientes”, enquanto as mais jovens e atraentes são evitadas, evidenciando uma percepção de culpa da vítima baseada na aparência.

O assédio se manifesta de diferentes formas: convites explícitos a relações sexuais com promessas financeiras, elogios públicos sexualizados e pedidos de namoro ou casamento. Tais comportamentos, frequentemente naturalizados pelo contexto, deixam as trabalhadoras constrangidas e evidenciam a reprodução de normas patriarcais, na qual a responsabilidade pela prevenção recai sobre as mulheres, enquanto o acesso dos turistas a esses espaços e a permissividade do ambiente reforçam relações desiguais de poder.

Existem grupos que tão iniciando na pesca esportiva, vindo da pesca predatória, o comportamento é diferente. Eles estão aprendendo as regras. Esse grupo, por exemplo, veio da pesca predatória no Pantanal, essa é a primeira temporada de pesca esportiva deles. Aqui, é diferente, como eu já expliquei. Não é só a regra do pesque e solte, tem que respeitar os horários, a comunidade, respeitar as meninas. Isso que você presenciou hoje, [assédio contra cozinheiras] jamais pode acontecer, senão o dono da pousada nos veta no próximo ano. Eu vou conversar com eles!” (Líder de grupo de turistas de pesca, entrevista realizada em novembro de 2023).

Apesar de parecer mais frequente no espaço das cozinhas, como indicado anteriormente, o assédio não se restringe a esse ambiente:

Uma das primeiras vezes que eu trabalhei na temporada, um turista me pediu uma toalha, disse que estavam todas sujas, que era pra levar no quarto pra ele. Eu fui na inocência, ele tentou me puxar pelo braço pra dentro do quarto, mas graças a Deus eu me soltei [...] no outro dia, falei pro dono da pousada, ele chamou o guia deles, conversou sério e disse que aquele homem não vinha mais, se ele não respeitasse as regras. (Arrumadeira de pousada comunitária no Uatumã, 32 anos, entrevista realizada em novembro de 2023).

Essas contradições estruturais — a desvalorização do trabalho feminino, a hierarquia social e econômica dos turistas e a dependência das comunidades do turismo para sustento — criam um cenário em que as mulheres ribeirinhas estão politicamente em desvantagem e mais expostas a violências de gênero. A ausência de mecanismos de proteção social impede confrontar diretamente a cultura patriarcal, limitando as ações a medidas paliativas: a punição individual de turistas em casos mais graves ou a restrição das funções das próprias trabalhadoras, sem oferecer alternativas de autonomia ou segurança no trabalho.

Os episódios de assédio observados na pesca esportiva na RDSU não são exceções isoladas, mas refletem um padrão estrutural de dominação masculina. Segundo Bourdieu (2002), essa dominação se manifesta não apenas por imposições explícitas, mas por sua naturalização nas práticas cotidianas, tornando-se “dóxica” — percebida como natural e raramente contestada, inclusive pelas próprias mulheres. Assim, o assédio não deve ser entendido como desvio, mas como expressão de uma lógica social profundamente desigual.

Para lidar com essa realidade, as trabalhadoras e trabalhadores implementam estratégias coletivas: a presença intencional de piloteiros nas cozinhas até a finalização do trabalho e o apoio mútuo entre mulheres diante de situações de encurralamento por turistas. Apesar disso, tais medidas são paliativas, pois não confrontam a raiz do problema — o comportamento assediador legitimado socialmente e a perpetuação da desigualdade de gênero no contexto do turismo e da pesca esportiva (Bourdieu, 2002).

5.2.3 O turismo de pesca e as questões com os ganhos econômicos

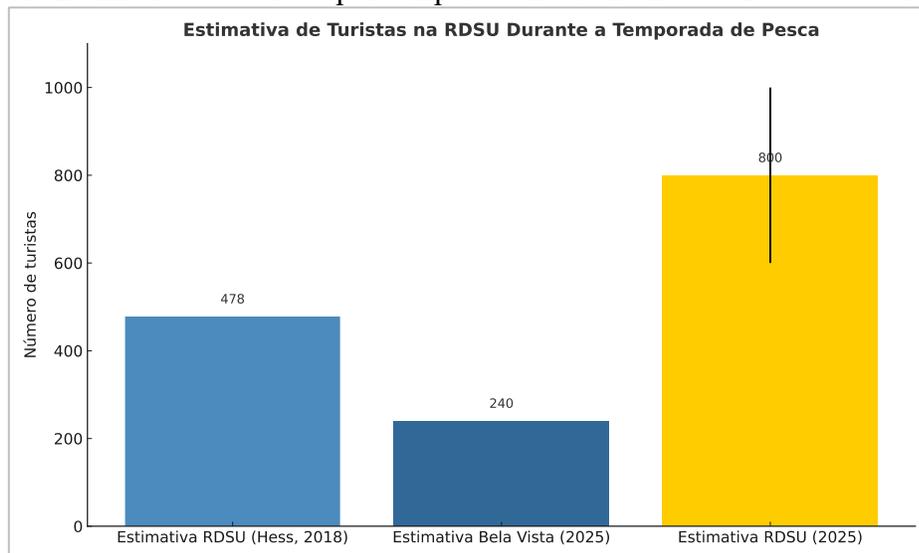
Na RDSU, existem 12 pousadas e estima-se, a partir das entrevistas com os donos de pousada e a representante da FAS, que envolvam diretamente mais de 100 famílias trabalhando com o turismo na prestação dos serviços de alimentação, hospedagem e transporte (fluvial). Especificamente na Comunidade Bela Vista são três pousadas comunitárias, que envolvem diretamente cerca de 9 famílias da comunidade, fora os trabalhadores que vêm das comunidades e

municípios vizinhos, por falta de mão de obra ou mesmo por ausência de qualificação, caso recorrente com as cozinheiras.

A cozinha é a mais difícil que tem! As pessoas não têm experiência. Eu sempre trago de Manaus, até corri atrás em Figueiredo [município vizinho], mas não tem. Tem umas poucas mulheres que trabalham como merendeira, são moças aqui do Rio, mas são de fora da reserva, mas moram no Uatumã. A mão de obra nunca é fixa, porque às vezes as pessoas se mudam ou conseguem emprego. Aí preferem o emprego porque o turismo é só uma temporada. Quando acaba a temporada, eles vão embora atrás de emprego em Manaus, Figueiredo. E se não conseguir emprego fixo, eles voltam na temporada, porque o ganho é razoável, dá pra tirar um bom valor (Seu Júlio, dono de pousada. Entrevista realizada em fevereiro de 2023).

De acordo com uma pesquisa realizada em 2018, a RDSU recebia, em média, 478 turistas durante a temporada de pesca (Hess, no prelo). Contudo, é relevante destacar que, na Comunidade Bela Vista, as pousadas possuem capacidade nominal para acomodar entre 20 e 40 turistas, mas frequentemente ultrapassam esse limite, especialmente durante o pico da temporada turística, que geralmente ocorre no mês de outubro. Estima-se que cada pousada atenda entre 80 e 150 turistas ao longo da temporada. Considerando que há três pousadas em Bela Vista e que cada uma receba, no mínimo, 80 turistas, chega-se a um total de, ao menos, 240 visitantes apenas nessa comunidade. Dado que a RDSU abriga 12 pousadas no total, constata-se uma possível subestimação no número de turistas indicado por Hess (no prelo). Com base em uma análise descritiva simples, é plausível estimar que, atualmente, a RDSU receba entre 800 e 1.000 turistas por temporada (Figura 61).

Figura 61: Estimativa de turistas por temporada na Comunidade Bela Vista e na RDSU



Fonte: elaboração própria.

Inicialmente, os turistas eram predominantemente homens, em sua maioria provenientes das regiões Sul e Sudeste do país, além de estrangeiros, principalmente do Japão e dos Estados Unidos. A faixa etária média desses turistas variava entre 45 e 60 anos, o que corrobora o estudo de Lubich *et al.* (2024) sobre a pesca esportiva no Rio Negro, que identificou que os turistas, também majoritariamente homens, têm uma idade média de 53 anos. Nos últimos 10 anos, devido à melhoria da infraestrutura, é possível observar, de forma pontual, a presença de famílias. Os turistas que antes viajavam sozinhos, atualmente levam suas esposas e filhos. Além disso, homens mais jovens passaram a procurar as pousadas no Uatumã.

É importante destacar que um pacote turístico de cinco dias custa, em média, R\$ 4.800,00, o que evidencia o poder aquisitivo dos turistas. Entre os grupos que acompanhei, em novembro de 2023, todos eram brancos, provenientes das regiões Sul e Sudeste do país, e, em sua maioria, se apresentavam como fazendeiros, empresários, juízes aposentados ou integrantes do alto escalão do governo, incluindo ex-ministros. Esses dados revelam um perfil semelhante ao do pescador esportivo do Rio Negro, que tem uma renda mensal média de R\$ 7.812,00, sendo suas principais ocupações empresários, aposentados e administradores de empresas (Lubich *et al.*, 2024). Vale ressaltar que, além das questões de gênero já abordadas anteriormente, também se destacam as questões de raça e classe social, uma vez que ocorre a prestação de serviço aos turistas brancos, com alto poder aquisitivo (Hess, 2008), por trabalhadores do turismo, pardos, negros e ribeirinhos, em condições econômicas divergentes dos turistas

A Pousada Aruanã, a de maior faturamento da Comunidade Bela Vista, arrecadou na temporada de 2023 o total de R\$ 812 mil reais. Contudo, é importante considerar os elevados custos com transporte e alimentação. O proprietário dessa pousada me relatou: "Eu tenho um projeto de trazer estrangeiros porque compensa o valor agregado, pois assim podemos cobrar em dólar." Caso esse projeto seja implementado, ele poderia modificar substancialmente as condições materiais da família dona da Pousada Aruanã.

Por sua vez, a Pousada Boto, com estrutura e organização semelhantes às da Pousada Aruanã, arrecadou na temporada de 2023 cerca de R\$ 350 mil. Para se ter uma ideia da diferença no faturamento, a Pousada Curimatã, que trabalha exclusivamente com diárias, fatura em torno de R\$ 100 mil, apesar de receber um número maior de turistas do que as Pousadas Aruanã e Boto. O valor reduzido ocorre em função de a Pousada Boto depender das lanchas, motores e pilotos dos

empresários de fora. Os dados sobre os faturamentos das três pousadas na temporada de 2023 podem ser visualizados no Quadro 4.

Quadro 4: Faturamento das Pousadas da Comunidade da Bela Vista na Temporada Turística de 2023

Pousada	Faturamento na Temporada de 2023*	Serviços Prestados
Aruanã	R\$812.000,00	hospedagem, alimentação, transfer fluvial dos turistas e pescarias esportivas
Boto	R\$350.000,00	hospedagem, alimentação, transfer fluvial e terrestre dos turistas e pescarias esportivas
Curimatã	R\$100.000,00	hospedagem e alimentação

*Todos os valores repassados pelos donos de pousada são valores aproximados, pois não possuem controle contábil rigoroso.

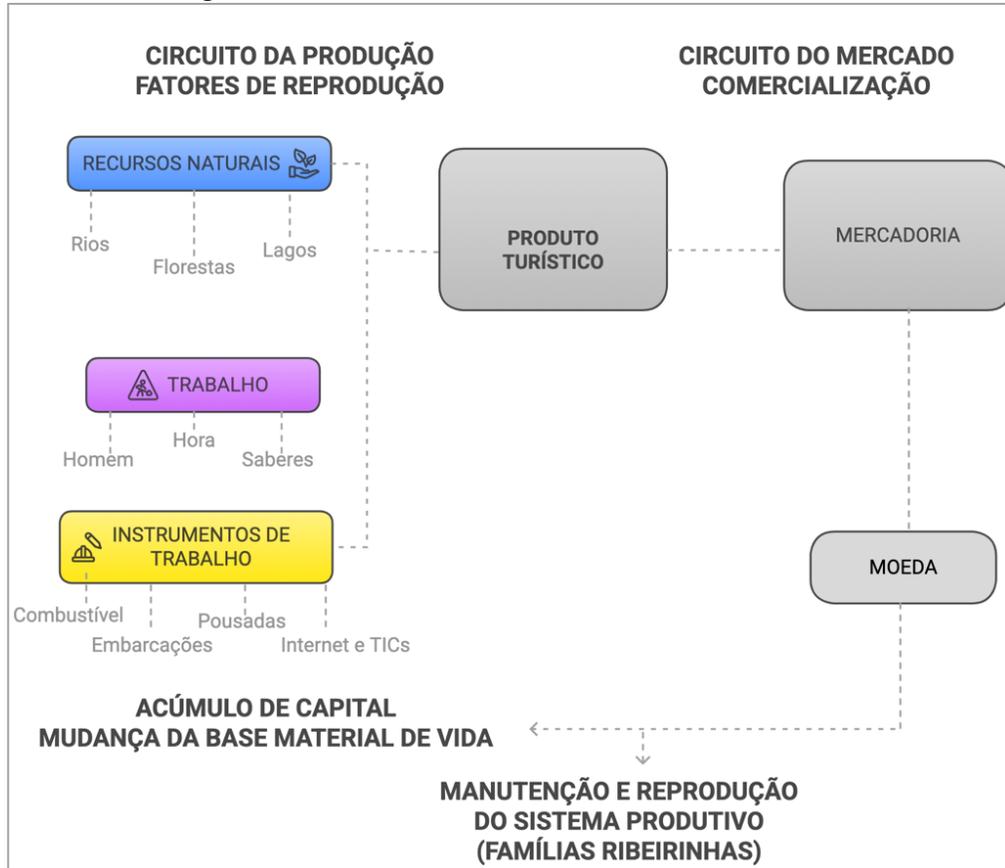
Fonte: elaboração própria.

Nota-se que a partir da chegada do turismo que a entrada do capital passa a ser viabilizada. Ao chegar à comunidade, o turismo traz consigo a forma empresa, permitindo a formação de capital. No entanto, uma parcela dos empreendedores turísticos não se torna capitalista por dois principais motivos: a) parte do lucro fica retida com as agências/empresas urbanas. A exploração por esse capital externo garante que não haja rendimento suficiente para uma alteração radical da base material no território para parte das famílias; e b) a maior parte do faturamento é destinada ao autossustento da unidade de produção familiar, o que impede o acúmulo de capital pelas famílias dependentes de agências/empresas mediadoras. Ou seja, mesmo estando inseridos na economia de mercado, esses donos de pousada ainda preservam características da economia campesina (Chayanov, 1974), especialmente a reprodução da família.

Nesse sentido, corrobora-se com a máxima de Witkoski (2010), que afirma que o ato de compra e venda de trabalho entre os camponeses não configura necessariamente uma relação capitalista, uma vez que o objetivo não é a acumulação de riqueza. Pelo contrário, em geral, o foco está no consumo próprio e na venda de excedentes, visando a troca de produtos para a manutenção da unidade de produção familiar. Contudo, o avanço nas condições materiais e tecnológicas das comunidades permitiu que parte dos proprietários locais reduzissem a dependência das mediadoras urbanas e, assim, comandassem todas as etapas do processo produtivo do turismo, desde o

marketing até a hospedagem e as atividades de pesca esportiva, viabilizando o acúmulo de capital (Figura 62).

Figura 62: Processo Produtivo do Turismo na RDSU



Fonte: elaboração própria a partir de Noda e Noda (2003).

Percebo que o cenário da pesca esportiva na RDSU passa a se assemelhar ao de outras regiões do Brasil, como o Pantanal Mato-grossense, que tem como uma de suas principais características a desintermediação, ou seja, a abdicação do serviço de agências ou operadoras, uma vez que os turistas estabelecem um contato direto com os donos de pousadas (Lunas; Pazzello, 2022). Além disso, os autores destacam que o turista de pesca costuma ser fiel ao destino, retornando em média cinco vezes ao mesmo local. Isso nos leva a crer que basta um primeiro contato entre o turista e os donos de pousada para que a clientela seja "fidelizada", como evidenciado pela fala de Júlio, proprietário da Pousada Aruanã.

Eu tenho bastante clientes que eu conquistei quando era piloto na outra pousada. Porque hoje o mais difícil de se começar uma pousada é você ter cliente, não adianta ter estrutura e não ter cliente, porque ele tem que ter referência e confiança. Hoje a minha divulgação é o boca a boca de cliente. Eu trabalhava com uma agência, foi muito boa a experiência,

apesar de eu ter sido lesado financeiramente por essa agência e foi isso que me fez parar de trabalhar com eles. Eles deixaram de me passar um valor. Uma agência de São Paulo. Mas em contrapartida me passaram um leque de clientes, porque a partir daí eu consegui vários clientes. Aí os turistas começaram a vir direto. [...] Porque com a agência eu fechava uma parceria, uma fidelidade, precisava bloquear datas pra eles e vendia com um valor bem abaixo, pra eles poderem tirar o deles. Então hoje eu vendo pra agência como um cliente normal, não faço mais bloqueio de data e vaga. E eu dou o mesmo preço que dou pra turista, se ele quiser pegar bem, se não quiser... É uma forma confiável pra mim, porque o agente quer que seja 100% voltado pra ele, ele quer exclusividade. E dessa forma que tô fazendo eu fico livre pra trabalhar do meu jeito e trabalhar 100% pra mim (Seu Júlio, dono de pousada. Entrevista realizada em fevereiro de 2023).

Notei que, além da família do Seu Júlio, há uma outra família da Comunidade Bela Vista, já mencionada anteriormente, que trabalha vendendo os pacotes de pesca esportiva diretamente aos turistas. Embora, em algumas ocasiões, atuem com agências, não dependem delas para funcionar. "Hoje, a gente trabalha só com um agente de viagem, e ele cobra 8% da porcentagem dele. O restante é vendido por nós". (Patrícia, filha e sócia de dono de pousada, administradora da pousada).

Cruz (2007) intitula esse processo de mediação de agências e empresas de fora como "drenagem de renda pelo capital comercial", que pode ser total ou parcial, a depender da possibilidade de participação dos ribeirinhos nas atividades econômicas. No caso da RDSU, inicialmente as agências e empresários de fora realizavam uma drenagem total da renda. Hoje, drenam apenas uma parte, uma vez que algumas pousadas, como Aruanã e Boto, estão beirando a superação do processo de drenagem de renda.

As famílias proprietárias das pousadas Aruanã, Boto e Curimatã, não só são vistas com *status* diferenciado nas relações comunitárias, mas também acessam melhores condições materiais de vida. Exemplos disso incluem o acesso à internet durante muitas horas do dia, energia elétrica disponível três vezes ao dia em função do motor de luz próprio, criação de animais, além de possuírem barcos grandes que possibilitam frete, pescaria comercial e venda dos excedentes na cidade mais próxima. Também têm carro próprio para escoamento da produção agrícola e do pescado, além de transporte de turistas. Além disso, integrantes dessas famílias viajam para outros estados, fazem estadias prolongadas na capital Manaus para cursos ou tratamentos médicos, e usufruem de uma redução na jornada de trabalho diária e, conseqüentemente, anual, permitindo até um "recesso" quinzenal para toda a família nos meses posteriores à temporada. A redução de jornada diária de trabalho se aplica em partes às esposas dos donos de pousada, que comumente necessitam acumular o trabalho na pousada com os trabalhos na escola e de reprodução social.

Ao analisar a organização campesina, Chayanov (1974, p.47) já destacava que “o caráter da família é um dos fatores principais na organização da unidade econômica campesina”. Assim, mesmo com mudança na base material e acúmulo de riqueza, o trabalho em família segue sendo fundamental para a manutenção da unidade de produção familiar. Neste direcionamento, corroborando Chayanov (1974), Woortman (1990, p. 23) destaca que “nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família.”. Em suma, a principal característica de que uma família permanece com os vínculos campesinos, ou ribeirinhos, para se referir ao contexto da RDSU, é o trabalho familiar e o vínculo com a natureza. No caso, as florestas e os rios.

Por outro lado, na contramão das famílias que avançam na direção de uma autogestão de suas pousadas, há uma família, também na Comunidade Bela Vista, que desenvolve uma dinâmica de dependência não apenas das agências de comercialização do Sudeste, mas também de empresários da pesca esportiva de fora da RDSU, que alugam os botes utilizados para transportar os turistas. Nas falas a seguir é possível perceber a diferença de ganhos econômicos entre as famílias que dependem da mediação externa e aquelas que possuem autonomia:

Nós ainda não conseguimos uma renda pra conseguir parar de alugar as voadoras do pessoal de Balbina. Eu pago uma parte pra eles, outra pra agência, aí é difícil eu conseguir juntar um valor e comprar meus próprios motores [...] o que a gente ganha mesmo aqui é pela dormida e comida dos turistas, isso é pouco. É só as diárias mesmo. E toda vez tem que fazer reforma, todo ano tem que ajeitar, é muito gasto (Seu Dionísio, dono de pousada, agricultor e morador da Comunidade Bela Vista. Entrevista realizada em novembro de 2023).

A gente trabalhava tipo o Seu Dionísio, só com diária [...] A gente trabalhava com o pessoal de Balbina, eles já fechavam os pacotes com os turistas, a gente só ficava aqui com a pousada, ou seja, a gente só faturava com hospedagem. Barco era tudo deles. A gente ficava só com as diárias da pousada. Mas a mente foi melhorando e a gente trabalhou pra comprar os barcos e os motores (Patrícia, filha e sócia de dono de pousada, administradora da pousada).

Conforme já mencionado, seu Dionísio, proprietário da Pousada Curimatã, trabalha ofertando apenas os serviços de alimentação e hospedagem. Toda a parte da pescaria esportiva é realizada por empresários de fora, que possuem barcos e motores e enviam piloteiros para realizarem o transporte dos turistas. Assim, percebo que os empresários de fora encontraram uma nova brecha para a exploração dos ribeirinhos, não mais apenas por meio do sistema de aviamento do turismo, conforme mencionado no Capítulo 3, mas subjugando-os ao aluguel de barcos e

motores, sem os quais não seria possível realizar as pescarias esportivas. O Capital foi se adaptando conforme o contexto. Primeiro, os empresários de fora eram donos das pousadas (donos das pousadas na época do aviamento, já descrito no Capítulo 3). Agora, esses empresários se tornam locadores de um meio indispensável para o transporte dos turistas e a realização das pescarias, as lanchas e os motores. Para garantir que essa forma de lucro se perpetue, eles cobram valores elevados das famílias donas de pousada, o que impede a arrecadação financeira que permitiria a autonomia da família ribeirinha em todas as etapas do turismo.

Como já mencionado neste capítulo, existem duas formas principais de arrecadação financeira provenientes do turismo: a) o valor pago diretamente às pousadas, referente à hospedagem, alimentação e pescarias; e b) o valor de entrada na RDSU, pago nas bases de fiscalização, de acordo com o número de dias que o turista permanecerá no território (R\$25 por dia para turistas de pousadas e R\$50 por dia para turistas de barco-hotéis). O segundo valor é arrecadado pela Associação-Mãe e, em tese, deveria ser distribuído entre todas as comunidades da RDSU, com base no número de famílias associadas à Associação-Mãe, independentemente do envolvimento com o turismo.

Entretanto, a Associação-Mãe, conforme os repasses conhecidos, tende a considerar apenas as famílias adimplentes com as mensalidades da ACRDSU no momento da distribuição de recursos. Como consequência, comunidades com baixa taxa de adimplência recebem repasses significativamente reduzidos. Em fevereiro de 2023, o presidente da Comunidade Bela Vista declarou desconhecer os valores dos repasses mais recentes, apesar de a Associação-Mãe apresentar as prestações de contas durante as reuniões do Conselho Gestor, que ocorrem, em média, três vezes ao ano no Polo 1 da RDSU. No entanto, a participação nessas reuniões é restrita, o que contribui para a persistência de conflitos relacionados ao turismo nas comunidades da RDSU.

As falas dos donos de pousada a seguir evidenciam os conflitos na distribuição dos ganhos econômicos do turismo entre as comunidades da RDSU:

Essa verba [advinda do turismo] foi distribuída dois anos aqui na comunidade. Ela não pode ser usada pra dividir pra um uso qualquer. Essa verba vem pra comunidade pra ser usada como benefício de todos. Com alguma coisa, a construção de um centro, uma reforma, ou um equipamento. Essa é a única forma autorizada a usar. Teve um ano que deu mil e alguma coisa, outro ano deu dois mil e alguma coisa (Seu Dionísio, dono de pousada, agricultor e morador da Comunidade Bela Vista. Entrevista realizada em novembro de 2023).

A nossa intenção com essa verba é regularizar nossa associação, a de Bela Vista. Então nós pegamos a verba que já tinha, mais com essa verba que veio, e juntamos pra aguardar quanto que vamos ter que pagar pra regularizar tudo. Mas já foi feito em cartório, tudinho. A nossa gestão tá autorizada, falta só a parte do CNPJ. As famílias da Bela Vista pagam uma taxa de R\$5 por mês para ficarem adimplentes [com a Associação da Comunidade Bela Vista]. Além disso, tem que pagar a mãe [Associação-Mãe], 10% do salário mínimo. [cerca de R\$141,20]. (Seu Júlio, dono de pousada. Entrevista realizada em fevereiro de 2023).

Eles [SEMA e Associação-Mãe] falam que no final, quando termina a temporada, eles pegam esse dinheiro e dão uma quantia pra comunidade, que eu não sei se é verdade, porque eu nunca vi. Aí dizem que dão uma porcentagem é pra comunidade e o resto eu não sei o que fazem. Só aqui foram 80 turistas em 2023 e cada um ficou cinco dias, faz aí a matemática. [pausa para fazer os cálculos]. R\$10 mil reais de ingresso da base, só aqui da nossa pousada. Enfim, eu não sei pra que é. Os turistas questionam muito pra que esse valor, não se recusam a pagar, mas querem saber pra que o dinheiro, onde tão investindo na reserva. Porque eles dizem que não enxergam essas melhorias (Seu Dário. Dono de pousada e agricultor. Entrevista realizada em novembro de 2023).

Pode-se perceber, a partir das falas dos donos de pousada acima, um cenário conflituoso relacionado à gestão e à distribuição dos recursos econômicos provenientes do turismo na RDSU. Por um lado, há uma compreensão normativa de que os valores arrecadados devem ser aplicados em benefícios coletivos, como infraestrutura comunitária ou regularização institucional, conforme previsto nas retromencionadas Regras do Turismo Comunitário e Regras da Pesca Esportiva. No entanto, por outro lado, observa-se a presença de um sentimento generalizado de exclusão no processo de prestação de contas, especialmente no que diz respeito ao repasse de recursos intermediados pela Associação-Mãe e DEMUC/SEMA. A falta de transparência e a limitada participação comunitária nas instâncias deliberativas favorecem o surgimento de conflitos e suspeitas sobre o uso efetivo das verbas, alimentando uma percepção de desigualdade na distribuição dos benefícios do turismo. Esses conflitos revelam falhas estruturais no sistema de gestão participativa, que, embora previsto no Conselho Gestor, não se concretiza de forma efetiva e democrática, comprometendo a legitimidade das instituições envolvidas e a confiança das comunidades no processo.

Na Pousada Boto, o número médio de turistas recebidos, considerando as temporadas de 2023 e 2024, é em torno de 80 por ano, com uma estadia média de cinco dias. Considerando que cada turista paga uma taxa de R\$25 por dia de pescaria, ao total, os 80 turistas da Pousada Boto pagaram R\$10.000,00 de taxas à base de fiscalização da RDSU. Caso esse valor seja replicado para as outras duas pousadas da Comunidade Bela Vista, Pousadas Aruanã e Curimatã, a arrecadação média das taxas de ingresso pagas pelos turistas, totaliza cerca de R\$30.000,00 por temporada.

Vale ressaltar que, além dos turistas das pousadas, há também os visitantes dos barco-hotéis, que ficam restritos aos Polos 1 e 2 e pagam R\$50 por dia de pescaria.

O controle do número de turistas e da verba arrecadada nas bases de fiscalização é de responsabilidade da SEMA e da Associação-Mãe, que poderiam, em colaboração com o IPAAM, desenvolver um banco de dados robusto, cruzando informações com a emissão das Carteiras de Pesca e Certificados de Registro de Pesca, já mencionados no Capítulo 4. No entanto, esse controle não é realizado, e nem o presidente da comunidade, nem o da Associação-Mãe, conseguem informar o valor arrecadado nas últimas temporadas de pesca esportiva.

Cunha e Flores (2023) apresentaram um modelo de controle e prestação de contas de *accountability* baseado em duas unidades de conservação (UCs) do Amazonas. Embora focado em parques estaduais de uso integral, os autores sugerem que o modelo pode ser adaptado para outras categorias de UCs com deficiência na fiscalização contábil. A implementação de um controle fiscal rigoroso traria benefícios significativos, como maior transparência, procedimentos éticos e a identificação de problemas na governança, o que, por sua vez, melhoraria a alocação de recursos. Na RDSU, essa abordagem poderia ajudar a mitigar os conflitos entre os moradores que não se beneficiam do turismo e aqueles que questionam a gestão dos recursos pela Associação-Mãe e pela SEMA. Negrão *et al.* (2022) observaram um cenário semelhante na divisão dos benefícios econômicos do turismo de pesca na Comunidade Ribeirinha Terra Preta, no Baixo Rio Branco, Amazônia Roraimense, apontando que a repartição dos recursos frequentemente causa desentendimentos entre os moradores, que alegam não perceber as benfeitorias para a comunidade.

Souza (2004) destaca que, cada vez mais, comunidades tradicionais, como as caiçaras da Região Sudeste, têm deixado a pesca comercial e outras atividades para se dedicar ao turismo, que muitas vezes se torna a principal fonte de renda das famílias. A autora observa que algumas comunidades caiçaras do Rio de Janeiro chegam a alterar o período de pesca artesanal para evitar conflitos com a pesca esportiva. Essa aceitação da pesca esportiva por parte da comunidade se deve ao retorno econômico gerado às famílias caiçaras, por meio do incremento do comércio local (restaurantes, bares, pousadas, supermercados, farmácias), aluguel de barcos e prestação de serviços em casas de veraneio. Mendonça, Moraes e Costa (2013) encontraram um cenário semelhante em reservas extrativistas do Ceará e do Rio de Janeiro, onde os pescadores, pressionados pela desarticulação e desvalorização das atividades tradicionais, substituíram a prática da pesca artesanal pelo turismo. Da mesma forma, as famílias da RDSU têm se dedicado à

pesca esportiva em detrimento de atividades tradicionais, como o plantio de macaxeira/mandioca, que, junto ao pescado, constituem a base alimentar ribeirinha. Assim, as dinâmicas de trabalho locais começam, a partir do turismo, a ser orientadas por interesses de mercado e outras relações de trabalho são estabelecidas. Esse cenário reitera o já mencionado redirecionamento ocasional da produção familiar campesina de acordo com tendências favoráveis do mercado (Chayanov, 1974).

Chayanov (1974) evidencia que a lucratividade não se aplica ao cálculo de produção das famílias campesinas. Para essas famílias, a quantidade de trabalho é calculada considerando o número de trabalhadores e o número de consumidores em cada uma delas, visando o autossustento de todos os membros da família, sem almejar lucro. Ocorre que, com a chegada do turismo, não mais se faz o cálculo considerando o número de integrantes da unidade de produção familiar, mas a mudança das bases materiais da vida e as pretensões de "acúmulo de riqueza" para as famílias donas de pousada. Já os trabalhadores vislumbram a possibilidade de acumular o máximo de diárias possíveis.

De acordo com Cruz (2023, p. 288-289):

O trabalho acessório e o assalariamento são formas combinadas na produção camponesa. Os que vendem, o fazem como forma de complementar sua renda, mantendo, porém, sua própria produção. Os que compram, os fazem como forma de suprir a falta da mão-de-obra familiar. Isso os diferenciam dos capitalistas que vivem da exploração do trabalho de outrem. Isso não significa que contratantes e contratados sejam iguais, pois há uma estratificação no seio do campesinato.

Cruz (2023) complementa que a estratificação considera alguns elementos como o tamanho da família, dimensão da terra e as condições naturais (fertilidade do solo, proximidade do mercado). A depender desse conjunto de elementos, a produção e a poupança do camponês aumentarão ou diminuirão, ocasionando as estratificações sociais.

Segundo Wilkinson (1986), o campesinato contemporâneo não pode mais ser entendido apenas pela lógica da relação entre trabalho e consumo, como propunha a teoria de Chayanov. Os camponeses estão agora inseridos em um sistema mais amplo, em que sua produção e suas decisões de trabalho estão subordinadas às demandas do Capital, o que torna o seu processo de produção muito mais dependente de fatores externos e tecnológicos do que no passado. No caso da RDSU, a lógica não reside na relação trabalho/consumo, mas na demanda turística, no anseio por aumentar a capacidade das pousadas e, por conseguinte, o acúmulo de riqueza. Ainda assim, mesmo em cenários com forte avanço do capitalismo, Wilkinson afirma que o modo campesino de organização

econômica resiste, mesmo com as atualizações, uma vez que o trabalho familiar e o vínculo com a terra permanecem.

Assim, é necessário considerar a relação patrão-empregado estabelecida a partir do turismo na RDSU. Na contratação de diárias anteriores ao turismo, os trabalhadores ribeirinhos se organizavam socialmente de forma mais autônoma, com uma lógica horizontal, embora resguardadas as particularidades de gênero. Oliveira (2013) menciona que, na pesca esportiva, os trabalhadores são subjugados a dois padrões: os empresários do turismo e os turistas-clientes. "Nesse sentido, os pescadores-guias nunca se esquecem de que são empregados a serviço dos pescadores-clientes. Sua autonomia é retirada, e se estabelece a relação tradicional de consumo" (Oliveira, 2013, p. 103). Esse cenário evidencia as diferenciações nas relações socioeconômicas entre os donos de pousada (patrões) e os trabalhadores do turismo (empregados), demarcando que os indivíduos ocupam posições distintas no contexto da atividade turística. Essa diferenciação permanece mesmo após a temporada turística, pois as famílias donas de pousada são sempre vista com distinção socioeconômica pelos demais membros da comunidade.

Um exemplo claro dessa hierarquia pode ser observado nas reuniões do Conselho Gestor da RDSU, onde os donos de pousada, enquanto representantes de um grupo específico, advogam por pautas que atendem exclusivamente aos seus interesses, frequentemente sem considerar as demandas e necessidades dos trabalhadores que sustentam essas atividades. Essa disparidade de interesses e objetivos demarca ainda mais a divisão social e econômica entre os trabalhadores e os donos de pousada. A falta de uma representação democrática e inclusiva dos trabalhadores do turismo no processo decisório reforça a ideia de que, embora o turismo possa oferecer novos meios de subsistência para as comunidades, ele também perpetua relações de poder desiguais e limita a autonomia dos trabalhadores locais.

5.3 PARA ONDE QUEREMOS CAMINHAR: ANSEIOS PELO RETORNO AO TRABALHO COLETIVO

Historicamente o turismo no Amazonas foi dominado por empresários e atores externos aos territórios locais. Majoritariamente, esses atores utilizaram estratégias de *greenwashing*, com rótulos como "sustentável" ou "ecológico", mas, na prática, as experiências oferecidas eram predominantemente de turismo de massa, o que resultava na exclusão dos moradores locais e na degradação do meio ambiente (Irving, 2014; Silva, 2016).

Na esteira ilusória do turismo sustentável, a pesca esportiva é frequentemente promovida como uma prática economicamente viável e ecologicamente sustentável, pois, em teoria, provoca danos mínimos ao meio ambiente e oferece um bom retorno financeiro às comunidades locais. No entanto, apesar da otimista perspectiva apresentada por estudos sobre os benefícios ecológicos e econômicos dessa atividade, ainda não há um conjunto de dados substanciais que comprovem a viabilidade sustentável da pesca esportiva em longo prazo. As conclusões desses estudos enfatizam, de forma significativa, a necessidade de avaliações sobre a capacidade de carga e o suporte dos estoques pesqueiros, bem como a inclusão efetiva dos moradores locais nesse processo.

Diante desse cenário desafiador, do ponto de vista do desenvolvimento local, Silva (2016) observa que o turismo de base comunitária começa a ser incentivado por meio das políticas públicas como uma "via alternativa para as novas territorialidades humanas". Isso busca atender ao desejo de inclusão e protagonismo dos sujeitos locais no processo turístico, com o objetivo de "romper o ciclo vicioso de exploração e dependência em relação aos agentes do mercado, aos organismos do terceiro setor e ao Estado" (Silva, 2016, p. 189).

Considerando o contexto da RDSU e as máculas ocasionadas por décadas de turismo predatório, que excluiu os moradores locais, a narrativa do turismo de base comunitária se torna benéfica para o DEMUC/SEMA. Nesse sentido, os discursos oficiais por vezes mencionam o turismo de pesca da RDSU como um turismo de base comunitária. A meu ver, os principais motivos que sustentam esse argumento são: a) um turismo realizado nos territórios das comunidades tradicionais ribeirinhas; b) um turismo que envolve a participação dos moradores das comunidades.

Assim, percebe-se um movimento conduzido pelos trabalhadores e, indiretamente pela FAS, para o retorno à comunalidade de uso das "terras, florestas e águas de trabalho" (Witkoski, 2010). Essa retomada é suscitada a partir do Turismo de Base Comunitária (TBC), que nasce com uma proposta de gestão coletiva e alinhamento a algumas premissas da Economia Solidária, como a autogestão e o cooperativismo pautados na valorização da cultura local e na crítica ao modelo econômico vigente (Conti; Antunes, 2020). Reitero que, mesmo com as instituições oficiais, como a SEMA, FAS e o IDESAM, promovendo um discurso de que no Uatumã ocorre um turismo de base comunitária de forma uníssona, apenas três pousadas adotam esse horizonte, a saber: Pousada

Maracarãna, Pousada Abacate e Pousada Paraíso do Uatumã. Porém, nenhuma delas está localizada na Comunidade Bela Vista⁷⁷.

O Turismo de Base Comunitária (TBC) emerge na década de 1980, na América Latina, como uma estratégia política de resistência de populações rurais, camponesas e indígenas frente ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Ancorado em princípios como protagonismo local, solidariedade, cooperação e valorização identitária, o TBC se articula às lutas por justiça territorial e sustentabilidade, sendo pensado como um instrumento de fortalecimento comunitário (Maldonado, 2009; Moraes; Irving; Mendonça, 2018).

No Brasil, entretanto, o TBC foi inicialmente marginalizado, tanto na produção acadêmica quanto nas políticas públicas, que priorizavam abordagens mercadológicas e tecnocráticas do turismo (Irving, 2009). A partir dos anos 1990, com os Encontros Nacionais de Turismo de Base Local e a formação de redes como a Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS), há um avanço nas reflexões críticas e no reconhecimento institucional do tema. Editais de fomento e publicações oficiais nos anos 2000, como o edital 01/2008 do Ministério do Turismo e o livro Turismo de Base Comunitária (2009), marcam o início de uma inserção mais robusta do TBC no cenário nacional — embora, como destaca a própria literatura, essa inserção tenha ocorrido de forma contraditória, muitas vezes esvaziando o conteúdo político do conceito (Bursztyn & Sansolo, 2009; Moraes; Irving; Mendonça, 2018).

Particularmente nas Unidades de Conservação, onde cerca de 80% das experiências de TBC se localizam (Bursztyn & Sansolo, 2009), o turismo comunitário vem sendo apropriado pelo discurso da conservação ambiental e da mitigação climática como solução “ganha-ganha”, que frequentemente associa o turismo ao financiamento da conservação, sem, contudo, garantir protagonismo comunitário real nos processos decisórios — econômica e ecológica. No entanto, o que se observa é a instrumentalização do TBC como retórica de sustentabilidade para legitimar a reconfiguração dos territórios, fragilizando formas tradicionais de vida e cooptando lideranças locais para projetos previamente definidos por instituições externas. O caso de diversas UCs no Amazonas ilustra esse processo, onde políticas “verdes” impõem lógicas de mercado e controle institucional sob o pretexto da conservação, configurando formas de injustiça ambiental e

⁷⁷ Por estarem localizadas em outro Polo da RDSU, distante da Comunidade Bela Vista, não pude acessar essas pousadas. Contudo, conversei informalmente com uma das lideranças da Pousada Paraíso do Uatumã em um evento na sede da FAS, em Manaus. Além disso, estive na Pousada Maracarãna e Paraíso do Uatumã em 2018, na ocasião da pesquisa de mestrado.

neocolonialismo interno, como discutem autores como Acelrad (2004) e Zhouri e Laschefski (2005) ao analisarem a imposição de agendas ambientais sobre comunidades tradicionais sem garantir processos verdadeiramente participativos.

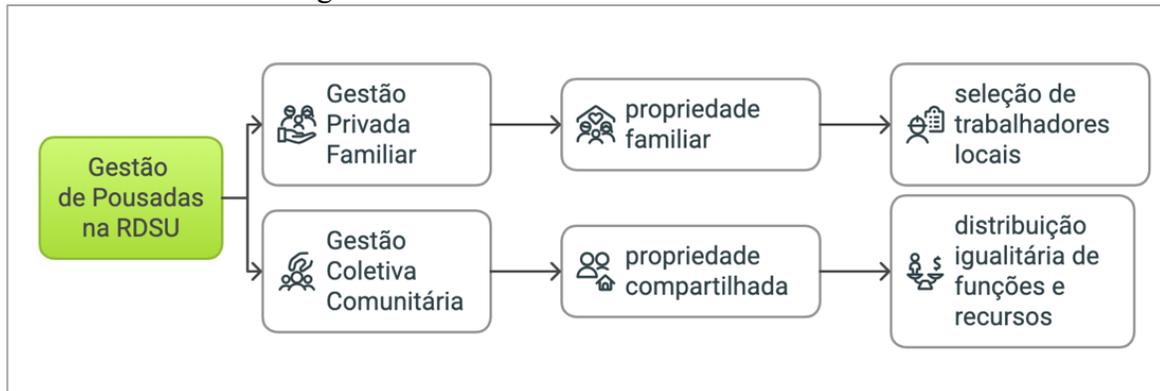
Nesse cenário, o TBC perde seu potencial emancipador, tornando-se mais uma engrenagem no discurso do “desenvolvimento sustentável” sem transformação estrutural. O desafio, portanto, está em resgatar sua dimensão política, insurgente e territorial, rompendo com a lógica de vitrine e participação formal que marca muitas das experiências atuais.

A partir de uma extensa revisão de literatura, abrangendo autores seminais do turismo comunitário no Brasil, Fabrino, Nascimento e Costa (2016) destacam que o turismo comunitário apresenta uma proposta de desenvolvimento de turismo na escala local, centrado nos recursos endógenos das comunidades, geralmente associado ao turismo sustentável. Chamo atenção para três premissas consideradas por Fabrino *et al.* (2016) como essenciais ao turismo comunitário: o protagonismo comunitário, a distribuição equânime de ganhos econômicos e a gestão coletiva. A partir destes três princípios, é possível chegar à conclusão de que a maioria das pousadas da RDSU não desenvolve o turismo comunitário. Embora o protagonismo de todo processo, com exceção do *marketing* e comercialização, seja realizado pelos trabalhadores ribeirinhos, a distribuição não ocorre de forma equânime e ainda propicia o acúmulo de capital às famílias donas de pousada. A gestão das pousadas é privada familiar e, embora sigam as Regras do Turismo já explicitadas nos capítulos anteriores, como a contratação de trabalhadores locais, a tomada de decisão é monopolizada pela família proprietária.

O termo "pousada comunitária" tem sido amplamente utilizado e aceito pelos atores sociais presentes na RDSU, sendo frequentemente associado ao processo de ordenação do turismo na região. Originalmente, esse termo surgiu com o intuito de distinguir os empreendimentos comunitários das grandes empresas ou barco-hotéis pertencentes a "moradores de fora", especialmente durante a época do sistema de aviamento turístico, conforme discutido no Capítulo 3. Essa distinção reforça o discurso oficial sobre a existência de turismo comunitário na RDSU. Contudo, embora essas pousadas estejam situadas dentro do território das comunidades e pertençam a famílias locais, a gestão delas majoritariamente não segue um modelo coletivo. Na maioria dos casos, a administração e a tomada de decisões ficam concentradas nas mãos das famílias donas das pousadas, o que pode gerar uma assimetria na distribuição dos benefícios econômicos do turismo. Isso levanta questionamentos sobre a verdadeira natureza do turismo de

base comunitária na RDSU, já que a gestão coletiva é um dos pilares fundamentais dessa abordagem. É necessário, portanto, fazer distinções sobre as formas de gestão dessas pousadas (Figura 63).

Figura 63: Formas de Gestão das Pousadas na RDSU



Fonte: elaboração própria.

Na Gestão Privada Familiar, a pousada é de propriedade de uma única família dentro da comunidade. Embora seja uma família local, o controle e a administração são centralizados. A seleção de trabalhadores é preferencialmente feita entre os membros da comunidade, como cozinheiras, arrumadeiras e piloteiros, mas isso não implica necessariamente em uma gestão participativa ou compartilhada. Nesse caso, os ganhos financeiros do turismo são em grande parte concentrados nas mãos da família proprietária, podendo criar desigualdades ou até disputas dentro da comunidade.

Na Gestão Coletiva Comunitária busca-se, em tese, a redistribuição mais equitativa dos benefícios do turismo. A ideia é que a comunidade como um todo se entenda como proprietária da pousada, o que implica uma gestão compartilhada e mais inclusiva. As responsabilidades e as decisões são tomadas de maneira coletiva, e os recursos financeiros gerados pelo turismo são distribuídos igualmente entre todas as famílias da comunidade. Isso pode promover uma maior sensação de pertencimento, coesão social e, potencialmente, diminuir desigualdades econômicas dentro da comunidade.

Na Gestão Coletiva Comunitária levada a cabo pelas três pousadas da RDSU (Maracarana, Abacate e Paraíso), as supracitadas premissas centrais do turismo comunitário são seguidas (Fabrino *et al.*, 2016). As decisões são, geralmente, tomadas em conjunto, em assembleia, pelo maior número de famílias da comunidade. Não só os ganhos econômicos, bem como a distribuição

das ocupações e carga horária são feitas de maneira equilibrada entre os trabalhadores da temporada. Os trabalhadores realizam rodízios entre as funções necessárias ao funcionamento (contador, administrador, gerente, camareira, cozinheira, piloteiros), de modo que em um ano é possível atuar como cozinheira, em outro como gerente. A única observação é que, para alguns cargos, é exigida uma formação técnica, para a qual se busca parceria com a FAS, de modo que todos os moradores interessados possam obter a qualificação.

No entanto, ainda que essas pousadas promovam práticas mais democráticas e horizontais, é fundamental reconhecer que conflitos são inerentes a qualquer forma de organização social, especialmente quando envolvem recursos financeiros, expectativas distintas e relações de poder. Longe de romantizar ou idealizar essas experiências, é preciso compreender que a existência de dissensos e disputas não invalida o processo coletivo, mas aponta para a necessidade de institucionalização e mediação adequadas desses conflitos no âmbito comunitário. O desafio, portanto, não reside na eliminação das tensões - o que seria utópico -, mas na construção de mecanismos legítimos de deliberação que fortaleçam a coesão interna e a sustentabilidade. Invisibilizar ou deslegitimar os conflitos em nome de uma aparente harmonia compromete a própria maturidade política do processo coletivo.

As formas de gestão das pousadas na RDSU variam de acordo com o contexto de origem de cada empreendimento: a) As pousadas de gestão privada familiar foram construídas por empresários externos à comunidade, antes da regulamentação do turismo, sendo posteriormente transferidas para famílias locais que atuavam como trabalhadoras nesses espaços. Em outros casos, antigos trabalhadores do turismo, ao identificarem o potencial econômico da pesca esportiva, decidiram empreender por conta própria, dando início a pousadas sob gestão familiar; b) Por sua vez, as pousadas de gestão coletiva foram constituídas a partir de editais públicos, os quais estabeleciam, em seu escopo, a obrigatoriedade de compartilhamento da gestão entre os membros da comunidade local, promovendo, assim, um modelo participativo e cooperativo de administração

O caso da Pousada Paraíso do Uatumã, construída por meio do orçamento do Edital Floresta em Pé da FAS, já mencionado no Capítulo 4, teve um impacto significativo em outras comunidades da RDSU. Na comunidade de Bela Vista, alguns trabalhadores do turismo, bem como moradores não envolvidos com a pesca esportiva, expressaram interesse em desenvolver uma gestão comunitária coletiva semelhante, que possa gerar benefícios diretos para as famílias da comunidade.

Para Silva *et al.* (2020), os benefícios do turismo comunitário na Amazônia vão além da conservação da natureza, abrangendo também o fortalecimento da identidade, a inclusão social e o bem-estar das comunidades. Durante as observações e conversas informais, ficou evidente o reconhecimento que essas comunidades recebem dos moradores de Bela Vista. A gestão coletiva é percebida como um sinal de uma avançada organização social.

Pensa comigo, lá é todo mundo igual, todo mundo sai ganhando, não tem essa de patrão, de só uns sair ganhando e outros têm que trabalhar muito. E tem dinheiro pra toda comunidade! Todo mundo ganha! A comunidade fica bonita! (Seu Ozeias, agricultor e pescador, morador da Comunidade Bela Vista, entrevistado em fevereiro de 2023).

Destaca-se que, no turismo, é fundamental não apenas promover o protagonismo comunitário, mas também garantir a autogestão dos empreendimentos e da atividade como um todo. É necessário pensar na autonomia das comunidades tradicionais, de modo que elas possam gerenciar a atividade de ponta a ponta, incluindo a divulgação, captação de clientes, transporte dos turistas e demais serviços. Caso não haja infraestrutura para isso, é necessário direcionar políticas públicas para suprir tais necessidades, como fornecimento de energia elétrica, acesso à internet, comunicação telefônica, logística e qualificação profissional. Existe uma naturalização do status quo, que sustenta que as comunidades não conseguem autogerir suas iniciativas, sob a justificativa de que "sempre foi assim e sempre será", desconsiderando que esse cenário não é acidental, mas resultado de decisões políticas.

Além disso, há um discurso do poder público que legitima as experiências turísticas que exploram animais e/ou desrespeitam o equilíbrio ecológico da natureza. Na RDSU, as narrativas oficiais sustentam o argumento de que a exploração animal por meio da pesca esportiva é inevitável, pois, segundo essa visão, a beleza cênica e os modos de vida locais não são suficientes para atrair turistas dispostos a arcar com os altos custos de deslocamento até o Uatumã. Os ribeirinhos frequentemente reiteram falas como a de Seu Dionísio: "A gente não tem competitividade para isso [turismo de base comunitária]. Porque o turista tem a opção de ir lá do lado de Manaus, na RDS do Rio Negro. É bem mais barato e mais interessante para eles." Dessa forma, até mesmo as pousadas de gestão coletiva comunitária da RDSU acabam centrando suas atividades na pesca esportiva.

Embora a abertura de novas pousadas na Comunidade Bela Vista não seja mais possível, conforme me foi informado pelo presidente da comunidade, alguns moradores sugeriram a

elaboração de um plano de turismo comunitário com o objetivo de incluir todas as famílias da localidade. A hospedagem dos turistas seria feita nas pousadas já existentes, mas com um sistema de rodízio entre os trabalhadores. Em vez de diárias, todas as famílias receberiam uma parte igual do faturamento total, do qual seriam descontados os custos operacionais. As mulheres seriam priorizadas para os cargos administrativos. Além disso, não será permitido o consumo de bebida alcoólica. Os pacotes turísticos seriam centrados na vivência comunitária, oferecendo experiências como o avistamento do pôr do sol, contação de histórias à noite e banhos de rio. Os principais atrativos seriam o ambiente natural e os modos de vida locais. Diferente da pesca esportiva, a interação com a natureza será simbiótica, respeitando os ritmos e práticas sustentáveis. A versão piloto do plano já foi elaborada, e os moradores pretendem implementá-la em 2026 (Apêndices).

Vitório e Vianna (2016) enfatizam que os principais problemas da pesca esportiva em comunidades tradicionais podem ser resolvidos por meio da implantação de formas coletivas de gestão, como o turismo de base comunitária. Questões como o sentimento de exclusão, a distribuição dos ganhos econômicos e a valorização dos saberes locais seriam tratadas de maneira coletiva. Os autores também ressaltam a importância de uma cooperativa ou associação para o gerenciamento horizontal da atividade. Seguindo essa linha de pensamento, Conti e Antunes (2020) afirmam que o turismo pode se beneficiar dos princípios da Economia Solidária, especialmente no que diz respeito à organização social do trabalho. Para os autores, esses princípios perpassam dimensões essenciais do turismo de base comunitária (TBC), como autogestão, sustentabilidade e cooperação.

De acordo com Vargas *et al.* (2020), vislumbrar o turismo de base comunitária em sincronia com as premissas do Bem Viver pressupõe respeitar as coexistências de interculturalidade dos povos e sujeitos presentes nas trocas; e, sobretudo, a economia do trabalho solidário, pautada em uma escala familiar e solidária. O que obrigatoriamente subverteria as relações de trabalho em moldes capitalistas. Além disso, se conformaria como instrumento de defesa do território e das territorialidades de povos e comunidades tradicionais. Como exemplo, os autores citam a luta pelo direito de viver e autossustentar-se em detrimento do avanço do agronegócio e demais tentativas de exploração no território ancestral Mapuche Rukapillán e Peweñantu, localizado na Región de los Ríos, Sul do Chile.

É preciso, contudo, se atentar para não cair no mito da romantização do turismo comunitário. Como já mencionado, as comunidades possuem embates oriundos das diferenças, o

que não necessariamente é negativo. Uma gestão coletiva não estará imune a esses conflitos. O conflito pressupõe interação, ou seja, o reconhecimento do outro. Diferentemente da indiferença, que se caracteriza pela ausência de qualquer forma de interação entre indivíduos ou grupos. Enquanto a indiferença carrega uma carga negativa, o conflito carrega um potencial positivo, pois pode mobilizar o grupo, impulsionar articulações políticas e facilitar a reivindicação de direitos (Simmel, 1983; Simmel, 2011). No contexto da pesca esportiva na RDSU, essa dinâmica se reflete na crescente conscientização e organização das comunidades locais diante dos desafios impostos pela atividade. À medida que surgem tensões internas, especialmente relacionadas à exploração do turismo e à divisão dos benefícios econômicos, as comunidades começam a criar suas próprias estruturas políticas e formas de gestão, destacando lideranças e ganhando autonomia para resolver suas questões. Isso também possibilita que elas representem seus anseios junto às instituições políticas externas, como o DEMUC/SEMA e o IPAAM, exigindo mais participação e respeito aos direitos e às formas de vida tradicionais.

O turismo de base comunitária, à luz da noção simmeliana de conflito, deve reconhecer e abordar os conflitos presentes nos territórios, em vez de silenciá-los ou negar sua existência. É fundamental, também, criar arenas de discussão que utilizem mecanismos democráticos de participação. Essas arenas, essenciais para processos coletivos de gestão do território, conforme pressupõe o TBC, têm o potencial de promover uma comunicação efetiva entre os membros, fortalecer a coesão social e resgatar alianças e objetivos comuns em benefício da comunidade.

Uma das pousadas de gestão coletiva mencionadas tem participado ativamente da iniciativa de turismo intermediada pela agência Poney Tour do sudeste do país. As proprietárias da agência, Antonela e Antônia, chegaram até a RDSU por meio de um mapeamento de usinas de óleos no Amazonas, com o apoio do IDESAM. A ideia inicial era promover uma imersão nos aromas da Amazônia, permitindo que os turistas conhecessem as árvores das quais são extraídos óleos de perfumes renomados, como o pau-rosa e o breu branco. Antonela afirmou que a experiência aromática de turismo foi criada para suprir a sazonalidade da pesca esportiva e, desde o início, envolveram os moradores locais como trabalhadores, incluindo piloteiros, mateiros, guias de trilhas, contadores de histórias, cozinheiras, arrumadeiras, além do pagamento pelos serviços de hospedagem e alimentação.

Essa iniciativa incentivou a criação de festas comunitárias, a produção e comercialização de artesanato, além da promoção dos produtos da miniusina comunitária. No caso da Comunidade

Caribi, onde a Pousada Paraíso do Uatumã está localizada, a experiência influenciou diretamente o trabalho coletivo em vários aspectos, com destaque para a criação de uma festa comunitária, que inclui bingos e a venda de produtos locais. Para a realização da festa, foram organizados mutirões de limpeza dos terrenos, além de um planejamento coletivo para a execução das demais tarefas de organização e construção de infraestrutura. Destaco também que as excursões de turistas acontecem apenas quatro vezes ao ano, e as atividades incluídas nos pacotes respeitam os modos de vida dos ribeirinhos. Durante essas excursões, os turistas acompanham o dia a dia de trabalho, desde a retirada da essência na floresta até a fabricação dos produtos na usina. Em uma das quatro excursões, também é possível participar da soltura de quelônios realizada pelos ribeirinhos. Contudo, é importante ressaltar que, embora a iniciativa da Poney Tour incentive o protagonismo comunitário e a coletividade do trabalho, ela não pode ser considerada como turismo de base comunitária (TBC), uma vez que não há autogestão coletiva envolvida.

Importa salientar que a decisão de desenvolver o turismo na RDSU foi, inicialmente, tomada de forma conjunta entre uma empresa privada e uma agência do terceiro setor, a Poney Tour e o IDESAM. Após a concepção inicial do projeto, os atores externos realizaram uma viagem até a RDSU para obter a autorização dos moradores. No entanto, embora o projeto tenha sido lapidado em conjunto com os ribeirinhos, a decisão final foi tomada de maneira unilateral por esses atores externos. Nesse contexto, Silva (2016) destaca que as políticas e projetos de turismo de base comunitária (TBC) chegam com a promessa de promover benefícios sociais, ecológicos e econômicos, utilizando um léxico voltado para o convencimento dos moradores, como empoderamento, inclusão, participação e desenvolvimento comunitário. A autora complementa que, por se tratar de uma unidade de conservação, com as limitações de uso impostas pela legislação, as comunidades acabam se sentindo compelidas a aceitar essa forma de "desenvolvimento", uma vez que as alternativas disponíveis são poucas. Somado a isso, ainda persiste a retórica de que a intermediação de atores externos é necessária para a divulgação e comercialização do turismo.

Por todas as razões expostas neste capítulo, sugiro, com base em Conti e Antunes (2020), que as experiências de TBC na RDSU busquem alinhar-se aos princípios da Economia Solidária, de modo a colocar o trabalhador no centro da atividade como fator de diferenciação. Assim como na Economia Solidária (ECOSOL), é fundamental romper com a relação patrão-empregado, estabelecendo uma horizontalidade nas relações. Dessa forma, seria possível superar a gestão

convencional e hierárquica dos empreendimentos de gestão privada familiar, promovendo um modelo mais colaborativo e inclusivo.

No entanto, é importante ter em mente que, mesmo as experiências alternativas de turismo, podem gerar efeitos negativos, como a exclusão social. Nesse contexto, ao vincular o TBC à ECOSOL, o turismo pode se configurar como uma via para a inclusão social na RDSU. Segundo Irving (2014), a exclusão social vai além de ser apenas o oposto de inclusão, abrangendo aspectos mais profundos, como vulnerabilidade, precariedade e a ruptura de laços sociais. A autora sugere que um dos caminhos para superar essa exclusão seria a inclusão por meio do trabalho, um trabalho que proporcione valorização e remuneração justa. Assim, o trabalho no TBC, alinhado aos princípios da ECOSOL, atenderia à necessidade de novas territorialidades humanas (Silva, 2016) e promoveria a inclusão social (Irving, 2014).

Crepaldi e Zeinad (2025) defendem que o turismo de pesca esportiva de base comunitária deve ser concebido como uma atividade sustentável, gerida pelas próprias comunidades ou em cogestão com elas, em seus territórios tradicionais. A proposta visa garantir a repartição justa de benefícios, fortalecer os vínculos culturais e ambientais com o território e promover o monitoramento local frente a pressões externas. Para isso, é fundamental assegurar, como etapa inicial, a consulta prévia, livre e informada às comunidades, conforme estabelece a Convenção nº 169 da OIT, seguida de processos de deliberação coletiva e definição de regras comunitárias participativas. Também são necessárias capacitações técnicas e políticas e a criação de instâncias locais de gestão com autonomia para negociar contratos e realizar o monitoramento territorial.

No entanto, na RDSU, embora essas etapas tenham sido formalmente cumpridas, sua implementação foi marcada por diversos gargalos. A consulta ocorreu de modo fragmentado e superficial; as deliberações refletiram desigualdades de informação e participação; e as regras locais foram pouco autônomas diante de pressões institucionais e mercadológicas. As capacitações foram pontuais e sem continuidade. As instâncias comunitárias de gestão carecem de infraestrutura, apoio técnico e, principalmente, legitimidade local, uma vez que a ausência de mecanismos de *accountability* aprofunda tensões. Além disso, o monitoramento ambiental é deficiente, expondo trabalhadores locais a riscos e limitando o controle social. O modelo vigente, portanto, reproduz uma lógica de participação formal, centralização decisória e manutenção de assimetrias, contrariando os princípios fundamentais do turismo de base comunitária e restringindo o protagonismo das populações locais no ordenamento territorial e na gestão da atividade turística.

Acredita-se que um turismo comunitário verdadeiramente transformador deva priorizar os trabalhadores, não apenas no que diz respeito à melhoria das condições de trabalho, mas também ao reconhecê-los como atores essenciais no planejamento do turismo. Eles são sujeitos intelectuais do conhecimento tradicional, detentores de um vasto conhecimento sobre a sociobiodiversidade local, e estão capacitados para definir as melhores alternativas para o seu território. Quantas empresas são contratadas para realizar diagnósticos turísticos e não incluem os moradores e trabalhadores locais em suas equipes? Oficinas participativas e metodologias desenvolvidas por instituições multilaterais são, de fato, a melhor forma de inclusão da comunidade local? Urge repensar as condições de participação das comunidades anfitriãs e questionar se, como propõe Gohn (2019), a equidade na participação está sendo realmente assegurada, a fim de garantir uma inclusão social efetiva, que vá além do papel e do discurso.

5.4 O TRABALHO NA PESCA ESPORTIVA E A PRETENSA SUSTENTABILIDADE

De acordo com Saraiva e Vitória (2022), os discursos que associam a pesca esportiva ao turismo sustentável baseiam-se na premissa de que o pesque e solte caracteriza uma suposta inofensividade da prática pesqueira. No entanto, diversos estudos indicam que essa prática resulta em taxas consideráveis de morte e lesão nos peixes. Paixão *et al.* (2017) identificaram os impactos da pesca esportiva em espécies brasileiras, destacando: a) estresse durante a pesca e a soltura, que facilita a captura por predadores; b) colapso das brânquias devido à exposição fora da água; c) infecção por parasitas, fungos e bactérias; e d) a possibilidade de morte do peixe dependendo do local em que o anzol perfura. Dessa forma, entendo que, por mais cuidadosas que sejam as regras da pesca esportiva, as espécies pesqueiras ainda são afetadas, com variações na intensidade dos impactos.

De acordo com a fala do piloto:

Veja bem, o peixe fica esperto. Começa a temporada aí ele tá lá desavisado. Aí você começa a jogar isca, você pega com mais facilidade. Cada peixe bonito. Então, os grupos [de turistas] que chegam primeiro eles são digamos que beneficiados, porque conseguem pegar com mais facilidade. Agora vai passando a temporada, os peixes já tão esperto, já tão sabendo que se ele for pegar na isca vai dar ruim pra ele. O que ele faz? Ele demora, ele foge. Ele fica ligeiro. (Seu Romeu, morador da comunidade, piloto, entrevistado em fevereiro de 2023).

Outro piloto admite a insustentabilidade do pesque e solte:

Eu vou ser bem sincero, o turismo afeta sim o peixe, não tem como negar isso. Os turistas soltam o peixe, mas a briga que ele tem pra tirar o bicho da água é muito feia, demorada, ele já sai da água machucado. Passa uns dias, você encontra os tucunarés morto boiando, quando não são atacados por piranhas, é muito triste (Seu César, morador da comunidade, pilotoiro, entrevistado em fevereiro de 2023).

As falas dos pilotoiros da RDSU corroboram empiricamente os impactos identificados por Paixão *et al.* (2017), especialmente no que diz respeito à vulnerabilidade dos peixes à predação após a prática do pesque e solte. Na RDSU, os peixes afetados frequentemente se tornam presas de piranhas (*Pygocentrus nattereri*), uma espécie carnívora típica da Amazônia. Além disso, outras espécies de peixes morrem, provavelmente em razão dos outros fatores mencionados por Paixão *et al.* (2017), o que explica o aparecimento de tucunarés flutuando dias após as pescarias.

De acordo com Gentil, Dantas e Machado (2020), existem dois impactos adicionais da pesca esportiva frequentemente negligenciados: a) a emissão de resíduos sólidos, decorrente do descarte de linhas, iscas artificiais e anzóis, que são comumente perdidos durante as pescarias; b) o segundo impacto está relacionado ao uso de embarcações motorizadas, que se subdivide em três aspectos: o primeiro é o ruído sonoro, que interfere na alimentação e reprodução dos peixes; o segundo refere-se à perda de vegetação aquática, o que resulta na diminuição das zonas de refúgio dos peixes contra predadores; e o terceiro envolve a poluição gerada pela queima de combustíveis fósseis das embarcações. Em relação às zonas de refúgio, os conhecimentos empíricos dos pilotoiros da RDSU corroboram as evidências teóricas de Gentil *et al.* (2020), pois, na RDSU, os tucunarés costumam se refugiar sob capins, paus e galhos secos, que são afetados pelos movimentos das embarcações, conforme observado na fala do pilotoiro César (página 196).

As áreas protegidas constituem ambientes propícios para a pesca esportiva, pois, devido às restrições de uso, oferecem condições favoráveis para a reprodução e o crescimento dos peixes Lubich (2021). Gentil *et al.* (2020) complementam essa ideia, observando que a criação de áreas protegidas favorece o aumento da biomassa, tamanho e diversidade dos peixes. Como esses ambientes são ideais para os peixes, Lubich (2021) destaca que eles atraem turistas em busca de maiores chances de capturas de troféus, ou seja, exemplares de peixes com mais de 60 cm. Assim, em razão da alta piscosidade, essas áreas tendem a enfrentar pressão sobre sua capacidade de carga.

Almeida (2008) aponta algumas contradições nas experiências de turismo rotuladas como sustentáveis, destacando, entre elas, o sacrifício de áreas para o turismo dentro de unidades de conservação. Nesse contexto, observa-se na RDSU a prática comum de abrir lagos comunitários

ou de preservação para o turismo de pesca, conforme mencionado por Laborda e Scherer (2023). A contradição aqui é evidente: como é possível que se permita o usufruto da ictiofauna para o turismo em detrimento da reprodução dos modos de vida tradicionais dos ribeirinhos? Esse processo parece ir contra os princípios de preservação e comprometer a reprodução dos modos de vida tradicionais dos ribeirinhos. Além disso, Silva *et al.* (2024) ressaltam a importância de considerar a ciência dos peixes, à luz do direito animal, nas discussões sobre a pesca esportiva, o que amplia a reflexão sobre os impactos dessa prática tanto para a natureza quanto para as comunidades envolvidas.

As falas a seguir evidenciam os conhecimentos tradicionais dos ribeirinhos na preservação da natureza:

Só não pode entrar no lago quando a própria natureza fecha, quando tá mais seco (Seu Dionísio, dono de pousada, agricultor e morador da Comunidade Bela Vista. Entrevista realizada em novembro de 2023).

No Polo 3, todos os lagos são liberados [pelo Conselho Gestor], só não pode acessar os lagos que estão fechados [lagos isolados em função da seca], que fecham na seca, tem que ter acesso fluvial. ou seja, não pode transpor bote, se tiver que arrastar o bote pra entrar, é proibido! É como se ele ficasse em preservação. de acordo com as reuniões do ano, porque todo ano a Associação-Mãe faz a reunião do turismo, aí a gente decide isso lá! (Patrícia, filha e sócia de dono de pousada, administradora da pousada, entrevista realizada em novembro de 2023).

Aqui nós já tivemos lagos fechados, entramos em concordância pra ficar um ano fechado. Aí ficou aquele ano fechado e no outro ano liberou de novo. A gente viu que não tinha necessidade de tá fechando o lago, porque nós diminuíamos os espaços pesqueiros. Se a gente usar isso com consciência, que nós mesmos somos os fiscais, e preservamos, não há problema que a gente use todos os lagos. Mas tem outras comunidades lá pra baixo que fecham. Maracarana também. [...] A gente achava que fechando o lago, a gente poderia deixar aquele lago só pra reproduzir, então achava que ia aumentar o estoque pesqueiro. mas a gente viu que visivelmente não fez diferença, faz dois anos que a gente abriu e da mesma forma continua crescendo a quantidade e o tamanho dos peixes, que essa é a intenção da pesca esportiva pesque e solte (Seu João Paulo, presidente da Comunidade Bela Vista. Entrevista realizada em fevereiro de 2023).

Os comunitários [moradores] costumam conversar muito sobre isso, então eles têm muito cuidado. Os acordos de pesca são bem definidos entre si, eles [moradores] decidem onde cada um vai levar o turista, até porque eles preservam o turista pra que ele volte, então não dá pra ir todo mundo pro mesmo lugar [lago]. Então, todos os anos eles revisitam esses acordos, é o que eles compartilham com a gente por alto, e a gente acredita porque a gente vê uma cadeia muito bem estruturada. e a gente vê o resultado, mudança na estrutura, no serviço, no preço que é cobrado, atendimento... considerando essa organização social. Se não tivesse bom de peixe, se a pescaria não fosse interessante, o turista não voltaria (Estrelinha, Setor de Programas De Empreendedorismo e Negócios Sustentáveis da Amazônia da FAS, entrevista realizada em junho de 2024).

Acontece que quem trabalha com o turismo vai dizer que o fechamento do lago não funcionou, porque eles tão ganhando dinheiro com isso! É do interesse deles que o lago seja aberto pra turista. Agora dizer que não funcionou? Claro que funcionou, aumentou foi muito a quantidade de peixes (Seu Otávio, agricultor e pescador, morador da comunidade Bela Vista, conversa informal em fevereiro de 2023).

As falas reunidas revelam a complexidade dos saberes tradicionais ribeirinhos no manejo e na proteção dos recursos naturais na RDSU. Esses conhecimentos, muitas vezes invisibilizados pelas lógicas técnicas e institucionais externas, se expressam por meio de práticas baseadas na observação direta dos ciclos da natureza, como a identificação dos períodos de seca que tornam certos lagos inacessíveis e, portanto, naturalmente protegidos. A noção de que "a própria natureza fecha o lago" denota uma relação simbiótica e respeitosa com os ritmos ecológicos, na qual a proteção ambiental emerge da convivência e não da imposição normativa.

Witkoski (2010) identifica uma subdivisão tácita dos lagos pelos ribeirinhos diante das ameaças ao meio aquático: a) lagos de procriação (considerados sagrados, onde as espécies devem se reproduzir sem interferência humana); b) lagos de manutenção (utilizados pelas famílias ribeirinhas para sua reprodução e subsistência); c) lagos livres (destinados à pesca comercial, que também são apropriados para a pesca esportiva). Percebi durante as entrevistas que há uma tendência crescente de abertura dos lagos de procriação e de manutenção à pesca esportiva, à medida que o turismo de pesca se expande e as vantagens econômicas passam a justificar subversões nas regras tradicionais de pesca. Lagos que, anteriormente, eram considerados sagrados e fundamentais para a resiliência do estoque pesqueiro, com o objetivo de garantir o bem-viver da comunidade local, estão sendo abertos para a prática da pesca esportiva, mediante votação no Conselho Gestor da RDSU. Essa mudança ocorre por dois motivos principais: a) a atratividade desses lagos para os turistas, independentemente do sucesso dos períodos de fechamento, como evidenciado nas falas de Estrelinha e Seu João Paulo; e b) o uso de um método equivocado e resultados insatisfatórios, visto que o tempo de fechamento dos lagos tem sido insuficiente, pois seriam necessários períodos de 2 a 3 anos para observar resultados efetivos no estoque pesqueiro (Begrow, 2002; Ruffino; Isaac, 2000).

A criação de áreas exclusivas para a reprodução dos peixes, como os lagos de procriação, desempenha um papel fundamental na conservação da diversidade genética e na manutenção dos estoques pesqueiros. Esses espaços protegidos ajudam não apenas a preservar as populações de peixe, mas também promovem impactos positivos nas áreas adjacentes, facilitando o transporte de

ovos, larvas e a migração dos peixes. No entanto, para que essas áreas de preservação realmente cumpram seu papel de forma eficaz, é imprescindível que contemplem aspectos como o tamanho adequado, a diversidade biológica e a oferta de habitats adequados para todas as fases do ciclo de vida das espécies (Gentil *et al.*, 2020). Ruffino e Isaac (2000) ressaltam que, para espécies como o tucunaré, a prática do fechamento rotatório dos lagos por um período de 2 a 3 anos é necessária para que as populações de peixe possam se reproduzir adequadamente. Esse período de fechamento permite que as espécies desovem pelo menos duas vezes ao longo de seu ciclo de vida, o que contribui de maneira significativa para a recuperação dos estoques pesqueiros e para o equilíbrio ecológico da região.

Durante minhas observações e conversas informais com trabalhadores e turistas, notei que ambos consideram as iniciativas de fechamento de lagos de procriação e manutenção, adotadas pelas comunidades abaixo da Bela Vista, como eficazes para aumentar a quantidade e o tamanho dos peixes. Esses lagos são fechados pelos próprios moradores da comunidade, que, no início, eram contrários ao turismo. Para controlar o acesso, os moradores se revezam na entrada dos lagos e cobram uma taxa extra de ingresso, além da taxa de ingresso paga na base de fiscalização da RDSU, conforme explicado nas páginas precedentes. Como resultado, houve uma redução significativa no número de pescadores esportivos nesses lagos, uma vez que muitos hesitam em pagar taxas adicionais. O valor arrecadado é destinado exclusivamente às comunidades, sem qualquer intervenção da Associação-Mãe, diferentemente do valor arrecadado na base de fiscalização mencionado anteriormente. Esse dinheiro é rapidamente utilizado em benfeitorias para a comunidade, conforme decidido em Assembleia dos moradores, após a prestação de contas do valor arrecadado durante a temporada turística.

Nesse contexto, Almeida (1989) resalta que é comum povos e comunidades tradicionais desenvolverem regimes próprios para o uso dos bens comuns, muitas vezes desconsiderando aqueles instituídos legalmente, como a estrutura agrária e o sistema de unidades de conservação. Essas comunidades tendem a estabelecer sistemas coletivos de controle sobre o território, com normas e regras para o usufruto que, embora não oficiais, são aceitas consensualmente por todos os membros. Na RDSU, os ribeirinhos ultrapassam as regras oficiais do turismo, estabelecidas pelo Conselho Gestor, e tomam a iniciativa de fechar lagos de algumas comunidades que se opõem ao livre usufruto por parte dos turistas.

Outro aspecto que deve ser revisto pelo Conselho Gestor, em relação aos efeitos da pesca esportiva na natureza, é a autorização para a retirada de cotas de consumo de peixe pelos turistas. Na RDSU, cada turista tem direito a retirar um tucunaré para consumo a cada sete dias, desde que respeitado o tamanho mínimo de 40 cm e máximo de 50 cm. Mas há discordâncias em relação as retiradas dos peixes:

Eu não concordo com a cota de retirada do peixe. É porque é um peixe por turista. Se vier um grupo de 20 turistas, vão comer 20 tucunarés. Acho que deveria ser um por grupo ou nenhum [...] é bem raro a gente comer tucunaré aqui, [...] Eles valem mais vivos pra nós do que morto. Eu coloco na cabeça de todo mundo que trabalha com nós aqui na pousada (Patrícia, filha e sócia de dono de pousada, administradora da pousada, entrevista realizada em novembro de 2023).

Em suas defesas, os turistas afirmam que, ao perceberem que o peixe sofreu danos durante a "briga" do pesque e solte, optam por utilizá-lo como parte de sua cota de consumo permitida pela legislação da RDSU, uma regra aprovada nas reuniões do Conselho Gestor. "Quando a gente percebe que o peixe se machucou ou que, de alguma forma, foi prejudicado, a gente opta por pegar aquele exemplar para o nosso consumo, porque provavelmente ele não iria sobreviver." A questão, no entanto, é: quem garante que as regras de captura e devolução são seguidas rigorosamente pelos turistas?

Com a publicação da Lei Estadual n.º 6.647, de 15 de dezembro de 2023, também conhecida como Lei do Tucunaré, foram estabelecidas uma série de normas e procedimentos em torno da pesca esportiva no estado do Amazonas. O Artigo 7º da referida lei veda o abate do tucunaré e impõe a exclusividade da modalidade pesque e solte para as pescas recreativas e esportivas. Dito isso, as regras locais da RDSU, decididas anualmente nas reuniões do Conselho Gestor, estão em dissonância com a nova legislação estadual. A cota única dos turistas dificilmente será fiscalizada pelos piloteiros e donos de pousada, o que possivelmente incorre na retirada de mais espécies do que o permitido. Sobretudo se considerarmos que, à noite, é tradição dos grupos de pescadores esportivos fazerem sashimi de tucunaré como tira-gosto⁷⁸.

A instituição responsável pela concessão de licenças e fiscalização da pesca esportiva na RDSU é o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM). O IPAAM regulamenta a pesca esportiva no estado do Amazonas por meio do Decreto n.º 39.125, de 14 de junho de 2018, que,

⁷⁸ O estudo de Lubich (2021) alerta sobre os riscos de infecção e alergias causados pelo consumo de sashimi feitos com tucunarés da pesca esportiva.

entre outras disposições, condiciona a renovação dos Certificados de Registro de Pesca (CRPs) à apresentação do Diário de Bordo (Anexos) e do Plano de Trabalho. Estes documentos devem ser elaborados pelas empresas que operam a pesca amadora no Amazonas, com o objetivo de monitorar a atividade pesqueira e garantir o cumprimento das normas ambientais.

No que se refere especificamente ao Diário de Bordo, é importante destacar que, na RDSU, esse documento deve ser preenchido pelo pilotoiro, conforme o que se infere a partir do Decreto nº 39.125/2018. O Diário de Bordo deve registrar informações como os locais de pesca, a quantidade e as espécies de peixes capturados, além de outros dados necessários ao monitoramento ambiental da pesca esportiva. É desejável, ainda, que sejam incluídas informações adicionais relevantes para o contexto específico da RDSU. Ribeiro *et al.* (2020) ressaltam a necessidade de cursos de qualificação para os pilotoiros, com ênfase no detalhamento das legislações vigentes e nos procedimentos do pesque e solte, adaptados à espécie alvo de cada localidade. Isso se torna especialmente importante, pois os próprios pilotoiros reconhecem que o manuseio e a soltura adequados dos peixes, bem como o uso correto dos apetrechos, impactam diretamente na taxa de sobrevivência dos peixes (Begossi; Garavello, 1990; Begrow, 2002; Ribeiro *et al.*, 2020).

Nesse contexto, é fundamental reconhecer e valorizar os saberes dos pilotoiros, conforme ilustrado por diversos exemplos ao longo deste capítulo. Para Oliveira (2013), o pilotoiro é a peça-chave na dinâmica da pesca esportiva, sendo o cartão de visita da empresa de turismo. Este dado é comprovado na RDSU, onde os turistas, ao entrarem em contato com os donos de pousada, frequentemente exigem a presença de certos pilotoiros como condição para fechar os pacotes. Dessa forma, esses trabalhadores não apenas dominam as áreas de maior concentração de troféus do tucunaré, mas também possuem um conhecimento profundo dos ecossistemas locais, desempenhando um papel crucial no monitoramento e na conservação ambiental.

Os estudos de Paixão *et al.* (2017) e Thomé-Souza *et al.* (2014) abordam aspectos cruciais sobre a pesca esportiva e suas implicações na mortalidade e lesões dos peixes. Paixão *et al.* (2017) investigaram os efeitos de diferentes tipos de anzóis em tucunarés e pirapitingas, evidenciando que a redução do tempo de retirada do anzol e da exposição dos peixes ao ar resulta em menores danos e taxas de mortalidade. O uso de anzóis tipo "J sem fisga" foi particularmente eficaz, com uma taxa de mortalidade muito baixa, de apenas 0,66%, sem causar lesões profundas. Por outro lado, Thomé-Souza *et al.* (2014) analisaram a mortalidade de tucunarés de três espécies após a pesca no rio Negro, utilizando iscas de meia-d'água e de superfície. Os resultados mostraram que a mortalidade

variou entre 2,3% e 5,2%, sendo a taxa mais alta observada no tucunaré-borboleta. Além disso, 39,6% dos peixes apresentaram lesões. A mortalidade foi observada apenas com as iscas de meia-d'água, enquanto os peixes físgados com isca de superfície não morreram. Ambos os estudos indicam que fatores como o tempo e a intensidade da "briga", o tempo de manuseio fora da água, além do tipo de isca e anzol utilizados, influenciam diretamente na taxa de sobrevivência dos peixes.

A aparente sustentabilidade da pesca esportiva, portanto, depende de um conjunto de variáveis operacionais que nem sempre são controladas na prática, especialmente em contextos com fiscalização limitada e pressão econômica pelo turismo. Dessa forma, torna-se necessário problematizar a idealização dessa modalidade como ambientalmente inofensiva, reconhecendo que sua sustentabilidade é altamente condicionada e, muitas vezes, frágil diante das complexidades ecológicas e sociais da região amazônica. Cabe, portanto, ao poder público, por meio do DEMUC/SEMA, elaborar políticas públicas mais específicas, levando em consideração as características das espécies de tucunaré e as práticas adequadas de manejo e devolução dos peixes, baseadas em análises locais sobre a capacidade de suporte pesqueiro, com objetivo de tornar a atividade de pesca esportiva menos danosa ao ambiente.

Em 2024, o representante do IPAAM informou em entrevista que todos os Certificados de Registro de Pesca (CRPs) solicitados foram vetados devido ao cumprimento da Lei do Tucunaré, que exige a realização de estudos prévios sobre a capacidade de suporte nos ambientes destinados à pesca esportiva (Mario, gerência de controle e pesca do IPAAM, entrevista realizada em agosto de 2024). A Lei Estadual n.º 6.647, de 15 de dezembro de 2023 estabelece o zoneamento de áreas para a prática de pesca do tucunaré, o qual deve ser precedido de estudo técnico ambiental e socioeconômico, com a elaboração de acordos de pesca. Este zoneamento já havia sido mencionado no Decreto n.º 39.125 de 14 de junho de 2018, porém sem a referência à cota zero. Como resultado, o IPAAM determinou a medida de negar a emissão de CRPs para os empreendimentos de pesca esportiva, incluindo pousadas e barco-hotéis, que não estavam em conformidade com a legislação.

Em conformidade com a Lei n.º 6.647/2023, a SEMA autorizou um estudo sobre a capacidade de suporte do turismo de pesca esportiva na RDSU, com o objetivo de garantir a segurança ambiental na prática dessa atividade. Realizada entre os dias 5 e 9 de setembro de 2024, a pesquisa foi conduzida em parceria com diversas instituições — o Instituto de Inteligência Socioambiental Estratégica da Amazônia (PIATAM), o Instituto de Desenvolvimento

Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) e o Instituto Federal do Amazonas (IFAM) — e servirá como base metodológica para outras áreas dedicadas à pesca do tucunaré. Com isso, a RDSU torna-se a primeira unidade de conservação (UC) do Amazonas a receber esse tipo de estudo.

De acordo com o Decreto Estadual nº 39.125, as regras para a pesca esportiva preveem a capacitação de “comunitários” para promover a defesa ambiental. Na RDSU, o único treinamento de que se tem conhecimento nos últimos cinco anos foi o curso de guia de pesca oferecido pela FAS, conforme mencionado anteriormente. No entanto, na prática, a medição, o tempo fora da água, a pesagem e o manuseio dos peixes são realizados com base na experiência dos turistas e pela combinação dos conhecimentos tradicionais dos ribeirinhos com os conhecimentos técnicos adquiridos pelos piloteiros que participaram do treinamento da FAS. O trecho da entrevista com o piloteiro Fred a seguir, evidencia o domínio que os turistas exercem durante a pescaria.

Até porque eles [turistas] não aceitam que a gente fale muita coisa, a gente explica o que é certo, porque a gente cresceu pescando, a gente entende, explica como fazer, mas eles não dão muito ouvido, querem ficar beijando o peixe e tirando foto [...] a gente não deixa matar, nem machucar, e eles mesmo sabem disso, eles [turistas] amam os peixes, é a vida deles, a diversão, ficam beijando muito, mas às vezes acontece de o peixe se machucar, né? (Seu Fred, morador da comunidade Bela Vista e piloteiro, entrevistado em fevereiro de 2023).

De acordo com Queiroz, Guerra e Tavares (2015), o surgimento de novas formas de turismo tem trazido consigo novos perfis de turistas, que, em teoria, estariam mais preocupados com os impactos de suas ações, especialmente no que se refere à sustentabilidade ecológica. No entanto, na RDSU, é possível observar uma diversidade de perfis de turistas. De fato, existem aqueles mais alinhados a uma consciência ecológica, enquanto outros ainda estão distantes de adquiri-la.

Ocorre com frequência o desrespeito às regras da pesca esportiva por parte dos turistas na RDSU, como o uso de iscas vivas, a pesca em lagos proibidos e as pescarias realizadas após às 18h. Além disso, recentemente, foi autorizada a entrada de turistas que fazem o famoso “bate e volta” até a RDSU. Esses turistas, provenientes de Manaus, via Ramal da Morena, entram acompanhados de piloteiros de Balbina. Anteriormente, a entrada deles era proibida pela gestão da reserva, mas agora, desde que paguem a entrada, podem acessar a área. No entanto, segundo os moradores, muitos desses turistas entram sem pagar e acabam pernoitando às margens dos rios em

acampamentos improvisados. Como não precisam se hospedar nas pousadas, acabam também não contratando os serviços obrigatórios dos piloteiros.

Gentil *et al.* (2020) destacam que os pescadores esportivos apresentam perfis variados, e sua relação com o ambiente e conduta ambiental podem variar consideravelmente, dependendo de interesses pessoais e do grau de conhecimento sobre os impactos da atividade. Um exemplo disso é a fala de Seu César: "tem pescador [esportivo] que respeita sim, não todos, mas tem! Têm uns que alertam o próprio parceiro para fazer o procedimento rápido [a medição, a pesagem, a foto] e colocar logo o bichinho na água, porque o tempo que ele fica fora também influencia, meio que ele tá sem respirar" (morador da comunidade e piloteiro, entrevista realizada em fevereiro de 2023).

As constatações teóricas de Gentil *et al.* (2020), assim como as observações empíricas feitas pelo piloteiro Seu César, foram confirmadas por mim durante minha experiência na temporada de pesca esportiva da RDSU, em novembro de 2023, conforme descrito no Capítulo 2. Percebi uma diferença marcante entre os dois grupos de turistas que observei. O primeiro grupo, com cerca de uma década de prática na pesca esportiva, não só conhecia e respeitava as regras da atividade, como também mantinha um bom relacionamento com os trabalhadores locais. Já o segundo grupo, em transição da pesca predatória no Pantanal, demonstrava desconhecimento das regras, desqualificava o conhecimento dos piloteiros quando eram informados sobre elas, e praticava assédio sexual contra as trabalhadoras. Além disso, esse grupo exibia inúmeros comportamentos desrespeitosos em relação às regras e aos hábitos locais.

Essa é a primeira temporada deles como pescadores esportivos. Eu os conheci na pesca predatória no Pantanal. Querem voltar pra casa com a geleira cheia de peixes pra dar pra família, pros empregados, pros amigos. É aquilo que falam, né? O peixe é o troféu! Então, nem tudo que a senhora vir aqui é o que acontece na realidade da pesca esportiva. Embora eu tenha dito pra eles se atentarem às regras, que aqui na Amazônia é bem respeitado. [...] Aos poucos eu vou fazer essa migração com eles (Líder do grupo de pesca esportiva, natural de Minas, dono de agência de pesca esportiva. Conversa informal em novembro de 2023).

Tanto a fala do líder quanto as ações do grupo evidenciaram a falta de sensibilização em relação às regras da pesca e à convivência respeitosa com os ribeirinhos. A autoridade do dono da pousada, que é pescador e agricultor desde a infância, foi desafiada repetidamente. Além disso, houve episódios de assédio envolvendo as cozinheiras e arrumadeiras das pousadas, já mencionados anteriormente.

Cabe ressaltar que a pesca esportiva, assim como as demais atividades de autossustento dos moradores da RDSU, é impactada pela hidroelétrica de Balbina. Além do alagamento das pousadas, já mencionado anteriormente, a variação nos níveis dos rios afeta a reprodução dos peixes e a pescaria. Quando as águas sobem, os peixes se refugiam para se reproduzirem, dificultando a pesca e alterando o ciclo natural da fauna local.

Por exemplo ali, na antiga Pousada Boto, quando eu cheguei aqui não alagava lá, depois de uns anos ele teve que se mudar totalmente, porque todo ano alagava e era muito prejuízo. o Seu Dionísio já tá do mesmo jeito, quase todo ano tá alagando a pousada dele. Um lugar que era terra firme começou a encher por causa da represa (Seu Júlio, dono de pousada e presidente da Comunidade Bela Vista. Entrevista realizada em fevereiro de 2023).

A RDSU sofreu muito, por conta do histórico dos impactos de Balbina. O turismo vem muito pra contribuir com a regeneração da região, eu percebo que ao longo dos últimos 5-6 anos vem se consolidando [...] a gente até costuma dizer internamente que o turismo de pesca no Uatumã é sustentável porque preza muito pelo tucunaré vivo, muito por conta desse histórico que a RDSU sofreu, dos impactos negativos...eles não querem mais! (Estrelinha, Setor de Programas De Empreendedorismo e Negócios Sustentáveis da Amazônia da FAS, entrevista realizada em junho de 2024).

Quando a represa solta água, nós não pega nada, os peixes somem. Mexe com o peixe, e os turistas não pega nada! (Patrícia, filha e sócia de dono de pousada, administradora da pousada).

O pulso natural de inundação do rio, controlado pelos aspectos fluviais e pluviais, tende a causar impactos que são superados pela resiliência das espécies de ictiofauna, exceto em eventos extremos, como secas severas. No entanto, na RDSU, o pulso é controlado pela UHEB, que impõe um ritmo totalmente irregular e incomum, divergente do pulso de inundação regido pela natureza (Assahira, 2014). Por essa razão, a pesca esportiva se torna ainda mais sensível aos impactos ecológicos, já que sofre uma dupla carga de ação antrópica direta e indireta: dos pescadores esportivos e da UHEB.

A fiscalização ambiental na RDSU realizada pelo IPAAM e pelo DEMUC/SEMA, assim como em outras UCs do Amazonas, é ineficiente. O DEMUC e o IPAAM enfrentam limitações com um quadro de funcionários reduzido, o que os obriga a dividir recursos entre diversas demandas, além das fiscalizações in loco. Como resultado, a responsabilidade pela fiscalização recai, em grande parte, sobre a Associação-Mãe da RDSU, em cogestão com o DEMUC, conforme mencionado no início deste capítulo.

A Base 1 está localizada no Polo 1 da Reserva, com acesso a partir do município de Itapiranga, enquanto a Base 2 se encontra no Polo 3, acessível via Balbina no município de Presidente Figueiredo (Figura 64), a cerca de 1h30min de viagem em motor de 115hp, acima da Comunidade Bela Vista. A base de fiscalização do Polo 3 opera exclusivamente durante a temporada de turismo, com duplas de moradores atuando como agentes ambientais voluntários, que se revezam a cada quinze dias. Esses agentes enfrentam condições precárias, com falta de água potável adequada e alimentação restrita a peixe salgado armazenado em caixas térmicas. De forma similar aos guardiões da floresta, esses agentes voluntários assumem a responsabilidade pelo poder fiscalizador do estado, na prática, realizando o monitoramento das embarcações que entram e saem da RDSU, colocando em risco suas próprias vidas. Essa realidade reflete o que Keucheyan (2014) chamou de "pacto ecológico desigual", explicado nas páginas 89-90 desta tese.

Figura 64: Base de Fiscalização do DEMUC/SEMA Polo 3



Fonte: Laborda (2023).

Contudo, o turismo resulta em avanços ecológicos, em razão dos ganhos econômicos dos moradores. Essa percepção corrobora a análise de que o aumento nos ganhos econômicos leva a uma sensibilização ambiental significativa, a ponto de provocar mudanças na maneira como se vê a conservação (Peralta, 2012). Os ganhos econômicos, especialmente para os donos de pousada e trabalhadores, introduzem uma lógica antes desconhecida por esses indivíduos.

Antes da reserva, a gente não ganhava nada com o turismo, não tinha valor pra gente. Era só aperreio e confusão com os donos das lanchas [barco-hotel]. [...] Eles andavam tudo armado, tudo rico. Tinha até juiz no meio. Aí quando chegou a reserva, eles foram sendo proibidos de entrar em alguns lagos. E ainda tinham que contratar os pilotos direto das comunidades. Eles vinham nas lanchas, paravam na beira e um de nós ia com eles. Aí sim a gente começou a ganhar um dinheirinho. Depois de um tempo, todo mundo foi se tocando que valia à pena o turismo, valia à pena parar de pegar os tucunará maceta pra deixar pros turistas [Seu João, piloto e morador da RDSU, entrevistado em novembro de 2023].

[...] não é desmatando que vamos atrair o turismo, que um peixe ameaçado vale mais para o turismo ecológico vivo no rio do que morto na panela [Jovânia, moradora da RDS e dona de pousada comunitária em entrevista concedida em 2022 ao Ecoa Uol].

Nos anos de 2000 e 2001, Begrow (2002) destacou que o tucunará era a espécie mais pescada para o autossustento das famílias no Rio Uatumã, tanto na cheia quanto na seca. Contudo, a partir das minhas incursões no campo empírico desta tese e das entrevistas com os moradores, observei que esse cenário mudou, conforme ressaltado por João e Jovânia. Os ribeirinhos perceberam o valor do peixe vivo, optando por mantê-lo como atrativo para a pesca esportiva, em detrimento do consumo ou da comercialização artesanal. Outro fator a ser considerado é a aceitação dos moradores em relação à pesca esportiva. Em 2000, Begrow (2002) identificou que 82% dos moradores eram contrários à prática da pesca esportiva no Uatumã, "devido aos impactos negativos causados ao tucunará da região e à falta de benefícios para os moradores" (Begrow, 2002, p. 59). Em 2018, a aceitação ultrapassava 70% (Hess, *no prelo*), ratificando mais uma vez a percepção de Peralta (2012) sobre a sensibilização ambiental em função do turismo.

Além disso, observo que a proposta de manejo da pesca esportiva elaborada por Begrow (2002) continha algumas das estratégias adotadas ao longo destes 23 anos, quais sejam: sensibilização dos comunitários, cota de captura esportiva, fechamento de lagos, uso exclusivo da técnica de pesque e solte e instalação de postos de fiscalização. Os estudos sobre a capacidade de suporte dos estoques pesqueiros, por exemplo, já haviam sido identificados pela autora como essenciais na etapa de criação da, à época (1996), RESEX do Uatumã, e somente em 2023 foram iniciados. Resta saber como se dará a divulgação dos resultados e a implementação das medidas do referido estudo.

A pesca esportiva na RDSU, apesar de frequentemente associada a práticas de baixo impacto por adotar o formato "pesque e solte", revela-se insustentável quando analisada à luz de critérios ambientais, sociais e econômicos mais abrangentes. A afirmação de que a atividade precisa ser repensada se fundamenta na constatação de que ela frequentemente negligencia tanto

os impactos ecológicos — como o estresse e a mortalidade dos peixes — quanto as desigualdades sociais existentes entre os diversos atores envolvidos, especialmente os trabalhadores locais. A aparente sustentabilidade da pesca esportiva se fragiliza diante de um modelo que naturaliza o uso intensivo dos estoques pesqueiros e, ao mesmo tempo, precariza a atuação de quem sustenta o funcionamento do turismo. Nesse sentido, torna-se urgente incorporar os princípios do Turismo de Base Comunitária (TBC), que propõem práticas mais equilibradas, participativas e inclusivas, voltadas não apenas à conservação ambiental, mas também à justiça social e à viabilidade econômica de longo prazo. Sem isso, a pesca esportiva continuará a reproduzir contradições que a afastam de qualquer pretensão genuinamente sustentável.

Afinal, como sustentar a ideia de um turismo ecologicamente viável quando este se sustenta sobre a precarização do trabalho e a contínua degradação dos ecossistemas?

Encerradas a discussão e a análise dos resultados, o Quadro 5 retoma os objetivos específicos delineados para a presente tese, apresentando, de forma sintetizada, as evidências que atestam o seu cumprimento.

Quadro 5: Objetivos da tese e evidências de alcance.

Objetivos Específicos	Evidências
identificar os modos de vida dos ribeirinhos antes e após a chegada dos estranhos;	<ul style="list-style-type: none"> - “se vivia pela natureza” até a chegada dos estranhos; - Impactos da Usina de Balbina, da criação da RDSU e do turismo; - Atualização do calendário ecológico; - Substituição de atividades tradicionais (roça, pesca comercial, extrativismo); - Adaptação a novas lógicas econômicas e ambientais.
compreender a dinâmica histórica e material da RDSU, a partir da institucionalização da reserva e do ordenamento do turismo como novos usos da natureza;	<ul style="list-style-type: none"> - Turismo como solução "sustentável" sob lógica neoliberal; - Ambientalização mercantilizada e pacto ecológico desigual; - Transferência dos custos ambientais para as comunidades.
caracterizar o trabalho no turismo de pesca;	<ul style="list-style-type: none"> - Emergência de relação patrão-empregado; - Divisão social e sexual do trabalho; - Precarização, jornadas exaustivas e informalidade; - Assédio sexual como prática estrutural.
mapear as principais mudanças materiais e simbólicas ocasionadas pelo turismo de pesca nos modos de vida da comunidade Bela Vista.	<ul style="list-style-type: none"> - Estratificação social crescente; - Dependência econômica do turismo; - Mercantilização da natureza (peixes, lagos, paisagem); - Ressignificação dos sentidos do trabalho, do território e da relação homem-natureza; - Deslocamento de atividades tradicionais para serviços no turismo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta tese foi compreender as dinâmicas de organização social do trabalho no turismo de pesca e as mudanças que ele provoca nos modos de vida dos ribeirinhos na Comunidade Bela Vista. Para alcançar esse objetivo, realizei um estudo qualitativo com base na perspectiva crítica, focado na Comunidade Bela Vista da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã. As duas imersões no campo empírico permitiram-me observar a dinâmica de organização do trabalho nos dois momentos principais do calendário de trabalho amazônico: a seca e a cheia dos rios.

A análise dos achados desta tese revela um cenário conflituoso decorrente da chegada dos "estranhos", que provocou uma série de mudanças e impactos ambientais, aos quais as comunidades precisam se (re)adaptar constantemente para garantir seus modos de vida. Isso evidencia claramente casos de injustiça ambiental. Os efeitos da Usina Hidroelétrica de Balbina (UHEB) ainda são sentidos, e nenhuma reparação foi feita pela ELETRONORTE, exceto pela construção de poços atualmente desativados e pela distribuição, na época da abertura das comportas, de caixas de gelo. Muitos moradores foram privados de suas atividades de autossustento, sendo forçados a "aprender" novas formas de se reproduzir social e materialmente, como no caso da perda de roças, embarcações, alagamento de casas e até de pousadas. Além disso, até hoje, as comunidades dependem da geração de energia por meio de combustível fóssil ou de placas solares, que não suprem a demanda. A energia elétrica não foi fornecida pelo Programa Luz Pra Todos, mesmo diante de todos os impactos que tiveram de enfrentar.

A partir da institucionalização do "estranho" Reserva, os modos de vida dos ribeirinhos foram significativamente impactados, uma vez que suas atividades de trabalho foram cerceadas, com os trabalhadores da madeira e da pesca comercial sendo os mais afetados. Nesse contexto, a gestão da RDSU, sob responsabilidade do DEMUC/SEMA, passou a incentivar o turismo como uma panaceia para as mazelas sociais, econômicas e ecológicas da região, apresentando-o como uma alternativa às atividades agora "proibidas" pela legislação que passou a reger a RDSU. Paralelamente ao incentivo promovido pela SEMA, a FAS busca formar empreendedores turísticos e apoiar o desenvolvimento de "negócios sustentáveis" por meio do Programa de Empreendedorismo e Negócios Sustentáveis da Amazônia (PENSA). Este programa, que "transfigura" o papel do Estado nas unidades de conservação do Amazonas, é orientado por

políticas neoliberais que culminam no "mito da prosperidade ribeirinha" por meio do empreendedorismo turístico. Em suma, é o modo de produção material da vida sendo determinado pelas ideias da classe dominante (Marx, 2004).

O turismo, por sua vez, é uma fonte de conflitos entre aqueles que trabalham durante a temporada e aqueles que não o fazem, além das questões relacionadas à exploração da mão de obra dos ribeirinhos pelas agências sudestinas, à divisão do trabalho interna entre os próprios ribeirinhos, à relação de estranhamento entre turistas e moradores e aos danos causados à ictiofauna. Dessa forma, o turismo, embora também um "estranho", surge como uma alternativa de sobrevivência para diversas famílias na RDSU, a partir da narrativa oficial que destaca o baixo impacto causado em comparação com outras atividades de trabalho, a possibilidade de autonomia dos pescadores, o auxílio na conservação dos estoques pesqueiros e da biodiversidade em geral. Em suma, o que ocorre na RDSU e em outras comunidades tradicionais da Amazônia, é um abismo entre teoria e prática no turismo, desconsiderando os pressupostos que possivelmente guiarão o turismo por um horizonte sustentável nos âmbitos ecológico, social e econômico.

No que se refere especificamente à organização social do trabalho, o turismo imprime uma nova dinâmica nos territórios. Entre os principais elementos de diferenciação, destacam-se: a estrutura empresarial, a venda da força de trabalho, a relação patrão-empregado, a estratificação e especialização do trabalho, a diferenciação entre os trabalhadores, entre outros aspectos que se demarcam tanto social quanto materialmente.

Ao introduzir a forma empresarial, o turismo possibilita o acúmulo de capital pelas famílias proprietárias de pousadas, especialmente aquelas que controlam todo o processo de produção e comercialização do turismo, a partir da desintermediação das agências externas do sul/sudeste. Essas famílias, ao dominarem esse setor, passam a ser socialmente diferenciadas dentro da comunidade, sendo vistas como "superiores" ou "bem de vida". As famílias donas de pousada, ainda que de forma preambular, modificam as condições materiais de vida em comparação às demais famílias da comunidade. Essa diferenciação ultrapassa as relações sociais e adentra os aspectos do trabalho, uma vez que as famílias proprietárias de pousadas começam a ser vistas como patroas/contratantes dos trabalhadores que prestam serviços em suas pousadas, enquanto os trabalhadores são considerados empregados/contratados. Assim, as dinâmicas de trabalho, antes percebidas como coletivas e horizontais, passam a ser orientadas pela relação patrão-empregado,

que pressupõe uma estratificação e, conseqüentemente, uma oposição entre aqueles que, antes do turismo, se consideravam iguais.

Embora a revisão de literatura indique que não há uma hierarquização significativa do trabalho nas comunidades tradicionais amazônicas, destacando aspectos coletivos do trabalho e a existência de produção de excedente voltado para a manutenção da unidade familiar, os resultados desta tese apresentam um cenário diferente. O turismo estabelece uma divisão social do trabalho bem definida.

A estratificação conduz, de certa forma, à especialização do trabalho. Assim, um processo de trabalho que anteriormente era dominado pelos ribeirinhos em todas as suas dimensões passa a ser dividido. Por exemplo, quem se ocupava da produção de farinha fazia todo o processo, desde o plantio até a torra nos fornos, incluindo o acesso aos objetos e meios de trabalho. No turismo, os objetos de trabalho estão voltados para a pesca esportiva. Apenas as famílias donas de pousada dominam todo o processo de trabalho, enquanto os trabalhadores vendem apenas sua força de trabalho e utilizam os meios de produção dos donos de pousada. Se antes o trabalhador controlava seu tempo de trabalho, hoje ele é regido pela demanda turística imposta pelos donos de pousada.

As análises revelam que, embora os trabalhadores do turismo vendam sua força de trabalho em um modelo mais próximo do assalariamento individual, eles orientam suas relações sociais pela coletividade, com o objetivo final de manter a unidade de produção familiar. Exemplos desses princípios coletivos incluem as estratégias de (não) enfrentamento do assédio sexual e a negociação entre os piloteiros sobre quais lagos serão acessados durante a pescaria. Não se trata de trabalhar coletivamente no sentido de unir forças para um objetivo comum, como no mutirão ou puxirum, mas sim das noções que regem o trabalho. Em contrapartida, os donos de pousada se distanciam dessa noção coletiva e seguem em direção ao acúmulo de capital.

Outro resultado, embora não seja o foco principal desta tese, é a contradição na relação entre turistas e trabalhadores. Os turistas são, em sua maioria, homens brancos, provenientes do sul e sudeste do país, com renda superior a sete salários mínimos, formação superior e um estilo de vida urbano. Em contraste, os trabalhadores são ribeirinhos, geralmente pardos ou negros, com renda mensal inferior a um salário mínimo, com educação básica incompleta e cujos modos de vida são fundamentados em saberes tradicionais adquiridos a partir da convivência com a natureza. No caso das mulheres trabalhadoras, o confronto é ainda mais acentuado, pois envolve também questões de gênero.

Outro aspecto observado é o sistema de aviação do turismo, que, nos primeiros momentos da pesquisa, parecia ter sido superado, mas acabou se camuflando e atuando de outra forma. Atualmente, esses empresários controlam os meios de produção de algumas pousadas, que se tornam dependentes deles. Esses empresários externos são responsáveis pela comercialização dos pacotes turísticos, além de possuírem as embarcações, motores e de desenvolverem as atividades de pesca esportiva.

Os resultados evidenciam que, durante a temporada de pesca, ocorre o deslocamento das funções pluriativas comuns às comunidades tradicionais ribeirinhas, em razão da especialização do trabalho no turismo. Isso contraria os achados da literatura, que afirmam que o trabalho acessório é provisório e utilizado eventualmente para complementar a renda da unidade de produção familiar. No caso da RDSU, o turismo não apenas passa a integrar o calendário pluriativo das famílias, mas, em alguns casos, torna-se a principal atividade econômica.

O ambiente de trabalho é considerado inadequado e inseguro para os trabalhadores, que precisam dormir nas pousadas por várias semanas. No caso das cozinheiras, é oferecido um espaço para atar redes dentro da área comum das cozinhas, o que as deixa expostas e sem privacidade. Quando não há lotação, os donos de pousada permitem que durmam nos quartos. Já para os roteiros, o descanso ocorre em um barco insalubre, sem iluminação e com baixa ventilação.

Na área de saúde e segurança, observa-se um aumento no desgaste físico dos trabalhadores, pois o turismo, ao contrário do que se acreditava inicialmente, exige longas e exaustivas jornadas de trabalho, com trabalhadores chegando a trabalhar até 14 horas diárias. Há um grau acentuado de precariedade, causado pelas ondas de calor extremo, pela exposição direta ao sol durante longas horas e pela falta de equipamentos de proteção individual, o que impacta diretamente a saúde dos roteiros e, em menor grau, dos demais trabalhadores. As mulheres enfrentam condições ainda mais difíceis, considerando as duplas e até triplas jornadas de trabalho, sem contar o ambiente de insegurança devido aos eventuais episódios de assédio.

A imersão no campo empírico revelou uma normalização dos comportamentos de assédio e uma tendência a responsabilizar as vítimas, em vez de combater os abusos cometidos pelos turistas, priorizando a satisfação dos clientes. Além disso, há um desdém pelo trabalho da cozinheira, apesar de ser uma das etapas fundamentais da experiência turística. Observei também estratégias coletivas dos trabalhadores para enfrentar o assédio, que, no entanto, não atacam a raiz do problema: o comportamento hostil dos turistas. Nesse contexto, o turismo não apenas reforça a

divisão sexual do trabalho, mas também a agrava. O trabalho das mulheres continua restrito às tarefas domésticas e permanece invisibilizado, enquanto as decisões são controladas pelos homens/donos de pousadas. As mulheres sequer são socialmente reconhecidas como donas das pousadas, sendo vistas apenas como "esposas dos donos de pousada".

As comunidades da RDS Uatumã, embora sejam chamadas de "guardiãs da floresta", são obrigadas pelo Estado a monitorar e manter a floresta em pé para vender créditos de carbono aos países capitalistas centrais, configurando o que se pode chamar de "pacto ecológico desigual" (Keucheyan, 2014), explicado nas páginas 89-90 desta tese. Embora seu modo de vida esteja muito mais alinhado ao equilíbrio na regulação do metabolismo social, elas arcam com os custos dos ciclos de exploração do Uatumã, o que resulta em ciclos fluviais irregulares, deslizamentos constantes de barrancos, impacto nas populações de peixes, poluição sonora e a ausência de energia elétrica. É importante ressaltar que o entendimento desse cenário por parte dos moradores da RDSU não ocorre de forma passiva; pelo contrário, há mobilizações em torno da busca por justiça ambiental e questionamentos quanto à distribuição desigual dos custos ambientais, sobretudo, compensação ambiental por parte da ELETRONORTE e Mil Madeireiras, gestão compartilhada da RDS com o Estado, e a autogestão do turismo.

Assim, com a inclusão do turismo no calendário de trabalho ribeirinho, a relação entre homem e natureza por meio do trabalho passa a ser regida pela lógica da mercantilização. A natureza, antes reivindicada para a manutenção dos modos de vida, agora é destinada à venda por meio da pesca esportiva. Um exemplo emblemático dessa cooptação é a abertura de lagos de procriação e de autossustento para o turismo. Mesmo as comunidades que se posicionam contra o livre acesso de turistas começam a abrir seus lagos mediante uma cobrança de taxa extra, com os recursos direcionados diretamente para os caixas da comunidade, sem a intermediação da Associação-Mãe ou do DEMUC/SEMA. Além da venda da natureza, o turismo passa a legitimar o impacto nos estoques pesqueiros, seja pela lesão ou morte de peixes em decorrência da pesca esportiva.

A síntese das relações sociais na RDSU indica que a produção material da vida, a partir do turismo, foi historicamente determinada pelo processo de ambientalização, somado ao mito da prosperidade ribeirinha via empreendedorismo, para atender ao que Silva (2016) denominou de novas territorialidades humanas. Ou seja, o desejo de inclusão social e protagonismo comunitário nas unidades de conservação, gerando renda a partir de atividades de trabalho consideradas

sustentáveis. No entanto, os resultados permitem identificar que as chamadas formas "sustentáveis" de turismo na RDSU são, na verdade, réplicas disfarçadas do turismo deletério, que continuam a promover a destruição da natureza, ainda que em pequena escala, e a concentração de "lucro" nas mãos de poucos indivíduos, sustentando a retórica do protagonismo comunitário. Contudo, percebe-se a interrelação entre as dimensões de sustentabilidade financeira e ecológica, pois o retorno econômico do turismo motivou os moradores a conservarem a biodiversidade, especialmente a ictiofauna. Em contrapartida, aqueles não envolvidos com o turismo passaram a ignorar as regras de manejo na RDSU.

Além das contribuições teóricas já mencionadas ao longo deste capítulo final, destaco ainda as contribuições sociais e políticas desta tese. O panorama das dinâmicas de trabalho não contribui apenas para o entendimento de como e sob quais circunstâncias o turismo é realizado em comunidades ribeirinhas amazônicas, mas também para a compreensão do trabalho ribeirinho como um todo. Isso porque o turismo chega como uma atividade permanente e se soma ao calendário de trabalho pluriativo, ocasionando mudanças significativas nos modos de vida, que afetam, inclusive, a segurança alimentar desses indivíduos. Assim, as políticas públicas, independentemente da área de atuação, precisam compreender essa realidade histórica e material para, a partir dela, direcionar suas diretrizes de maneira mais eficaz.

Ainda no plano político, esta tese estabelece uma ruptura com a falácia da sustentabilidade da pesca esportiva, desvelando os meandros sociais, econômicos e ecológicos que tornam essa prática de turismo uma ameaça à regulação do metabolismo social da natureza. Assim, as políticas públicas que forem desenvolvidas posteriormente precisam pautar os limites materiais da natureza como princípio fundamental, a fim de propor novas formas de turismo e, conseqüentemente, novas formas de trabalho. No âmbito social, destaco também que esta tese identifica e revela as práticas de assédio perpetradas pelos turistas contra as trabalhadoras do turismo, até então invisibilizadas e negadas tanto pelo Estado quanto pelos donos de pousada. Além disso, ela lança luz sobre as questões de *accountability*, que surgem como os principais conflitos no turismo da RDSU.

Quanto às limitações desta tese, destaco: a) o esforço analítico suplementar para construir um arcabouço interpretativo, em função da ausência de investigações direcionadas ao trabalho ribeirinho no âmbito do turismo; b) o fato de não ter sido possível acessar as comunidades que desenvolvem a gestão coletiva das pousadas comunitárias, o que impossibilitou uma análise comparativa entre a organização social coletiva e a privada; c) as breves incursões no campo, já

que uma abordagem etnográfica mais prolongada provavelmente desvelaria com maior profundidade as relações sociais; d) a não inclusão dos turistas como interlocutores da pesquisa, o que teria permitido uma apreensão mais completa das relações de poder, consumo e dinâmicas simbólicas no turismo; e) a falta de análise dos apetrechos e das formas de pesca, o que teria contribuído para uma avaliação precisa dos impactos ecológicos diretos sobre a ictiofauna; f) a falta de acesso a dados oficiais, especialmente da Amazonastur e SEMA, que não responderam às solicitações, prejudicando o cruzamento de dados econômicos e operacionais do turismo de pesca no Amazonas.

Por todos os argumentos apresentados neste estudo, sugiro algumas proposições elaboradas a partir da escuta atenta dos anseios dos moradores da Comunidade Bela Vista/RDSU. O objetivo é delinear um horizonte de turismo que regule o metabolismo social da natureza, respeite os modos de vida locais, considere condições justas de trabalho e remuneração equitativa aos trabalhadores, além de promover a gestão coletiva das pousadas:

- a) promover a educação turística e ambiental de modo interdisciplinar nas escolas, destacando aspectos de valorização do patrimônio cultural local e boas práticas do turismo;
- b) oferecer cursos de gastronomia, idiomas e habilitação náutica para homens e mulheres da comunidade. Esses cursos devem ser oferecidos diretamente à comunidade, sem a mediação das famílias donas de pousada, garantindo que todos os interessados possam participar. Além disso, a FAS e o DEMUC/SEMA devem fornecer as condições materiais necessárias, como embarcações, combustível e alimentação. Os moradores devem ter a opção de participar na modalidade presencial;
- c) prover treinamento para os pilotoiros sobre as técnicas de pesque e solte. Além disso, é necessário adaptar o Diário de Bordo às especificidades locais, a partir dos resultados do estudo de capacidade de estoque pesqueiro realizado em novembro de 2023;
- d) criar uma agência comunitária de *marketing* e comercialização, com o objetivo de divulgar todas as pousadas existentes na RDSU, por meio de um site coletivo;
- e) criar um sistema de registro que abarque o número de turistas, bem como o perfil desses turistas, o arrecadamento dos ingressos pagos nas bases de fiscalização e o faturamento das pousadas. Esses dados podem ser comparados aos CRPs e carteiras de pesca emitidos pelo IPAAM. São dados essenciais não apenas para as políticas públicas e estudos do turismo, mas também para a gestão ambiental;
- f) reduzir a burocracia do processo de licenciamento ambiental, considerando o pequeno porte das pousadas e sua condição rural/ribeirinha. Essa simplificação permitiria que as comunidades adequassem mais facilmente às exigências legais, sem comprometer a viabilidade econômica.
- g) promover estratégias que incentivem o retorno às práticas tradicionais de produção do alimento, de forma a evitar que as famílias precisem enfrentar situações de insegurança alimentar, como a falta da mandioca, macaxeira, farinha ou mesmo de frutíferas;

- h) suscitar o retorno do fechamento e rodízio de lagos, bem como a imposição de cota zero do tucunaré no consumo dos turistas, em atendimento à Lei do Tucunaré;
- i) realizar a escuta ativa dos moradores que se sentem excluídos do turismo. Uma sugestão seria promover reuniões congregando duas/três comunidades contíguas, uma vez que a estratégia de reunião por Polo não tem funcionado, pois existem comunidades no mesmo Polo muito distantes uma da outra. Desse modo, será possível institucionalizar e mediar os conflitos;
- j) criar uma representação dos trabalhadores do turismo no Conselho Gestor, a fim de discutir e reivindicar questões referentes às condições de trabalho, com destaque para jornada e remuneração salarial. Do mesmo modo que os donos de pousadas têm seu assento garantido;
- k) criar alojamentos adequados para os trabalhadores do turismo;
- l) criar um canal de comunicação ativo no *whatsapp* com a Associação-Mãe, o DEMUC/SEMA, presidentes/lideranças comunitárias e o máximo possível de moradores que têm acesso ao celular e à internet;
- m) propor uma rede de fortalecimento dos donos de pousada, de modo que aqueles em estágio de dependência dos empresários/agências de fora possam seguir a experiência daqueles que alcançaram a desintermediação;
- n) criar mecanismos de apoio (FAS e SEMA) aos donos de pousada que dependem de "empresários de fora";
- o) propiciar ferramentas necessárias à atração de turistas que buscam por ecoturismo e experiências imersivas na natureza e na cultura local;
- p) criar programas educativos (crianças, trabalhadores e moradores no geral) esclarecendo o caráter criminoso do assédio e inserir nas regras anuais da pesca esportiva, de forma permanente, multa pecuniária aos turistas que cometerem assédio;
- q) condicionar a entrada de turistas à participação de palestras destacando o caráter criminoso do assédio ao chegar na RDSU, sendo informados sobre possíveis banimentos de futuras temporadas de pesca esportiva. Ademais, reforçar as técnicas de pesque e solte e o respeito aos modos e saberes de vida locais;
- r) criar um canal de oficialização das denúncias e acolhimento às trabalhadoras vítimas de assédio;
- s) elaborar uma guia/cartilha educativa de boas práticas do turismo a partir de ilustrações feitas pelas crianças da escola;
- t) elaborar um guia/cartilha a partir dos saberes dos moradores, destacando os atrativos do turismo na RDSU, que servirá como base de divulgação para a agência comunitária comercializadora.

Por fim, esta pesquisa representa mais uma contribuição ao *corpus* teórico dos estudos sobre turismo na Amazônia, sobretudo no que se refere ao trabalho dos homens e das mulheres em contexto de ribeiridade. Assim, espero que as investigações futuras possam contemplar importantes lacunas não abordadas por esta tese, tais como: a) se as relações de trabalho se repetem em formas de turismo ditas mais "brandas", como o turismo de base comunitária; b) se o modelo de aviamento turístico se repete em alguma medida em outros recortes territoriais da Amazônia; c) um estudo de caso comparativo entre as condições de trabalho das pousadas de gestão coletiva e

as pousadas de gestão privada familiar; d) a relação entre donos de pousada e agências/empresas de fora; e) a contribuição dos trabalhadores do turismo de unidades conservação amazônicas para a regulação do metabolismo social da natureza.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2004. p. 23-39.
- ALCOFF, L. The problem of speaking for others. **Cultural Critique**, n. 20, Minnesota: University of Minnesota Press, 1991, p. 5-32. Disponível em: <https://blogs.baruch.cuny.edu/digitalcombishop/files/2016/03/AlcoffProblemSpeakingForOthers.pdf>. Acesso em: set. 2022.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito**. In: CASTRO, Edna Maria Ramos; HÉBETTE, Jean (Org.). Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1989.
- ALMEIDA, A. W. B. Nova Cartografia Social da Amazônia. Em: ALMEIDA, A. W. B.; FARIAS JÚNIOR, E. A. (Orgs.). **Povos e Comunidades Tradicionais: Nova Cartografia Social**. Manaus: PNCSA, 2013. Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2015/07/Catalogo-Povos-Comunidades-Tradicionalis-1.pdf>
- ALONSO, A. Métodos da Pesquisa Qualitativa: uma introdução. Em: CEBRAP. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: SESC/CEBRAP, 2016
- AMAZONAS. **DECRETO n.º 39.125, de 14 de junho de 2018**, regulamenta a pesca amadora no Estado do Amazonas, revoga o Decreto n.º 22.747, de 26 de junho de 2002, e dá outras providências.
- AMAZONAS. **Lei Complementar No. 53 de 05 de junho de 2007**. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). Diário Oficial do Amazonas. 2007.
- AMAZONAS. **Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã**. Manaus – AM: IDESAM, 2010.
- AMAZONAS. **Atualização do Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã**. Manaus – AM: IDESAM, 2017.
- AMAZONAS. **Regras de Pesca Esportiva da RDS do Uatumã. São Sebastião do Uatumã**, 2015. Disponível em: <http://www.idesam.org.br/publicacao/regras-pesca-esportiva-uatuma2015-2016.pdf>
- AMAZONAS. Regras de Turismo Comunitário na RDS do Uatumã. IN: KOURY, C. G. RIZZO, E. ALBUJA, M. **O turismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã: Conjuntura atual e possibilidades de geração de renda para as comunidades locais**. Manaus –AM: IDESAM, 2012
- AMARAL, I. L.; MATOS, D. A.; LIMA, J. Composição florística e parâmetros estruturais de um hectare de floresta densa de terra firme no rio Uatumã, Amazônia, Brasil. **Acta Amazonia**, v. 30, n. 3, 2000.
- AMORIM, J. L.; BUENO, T. Mulheres jornalistas em pauta: Estado da Arte sobre assédio moral e sexual no Brasil. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v.6, n.2, p.153-170, 2019.
- ANGROSINO, M. V. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAÚJO, A. L. P. **O movimento de apoio à resistência Waimiri- Atroari: ecos de uma ação indigenista católica contra os grandes projetos (1976-1988)**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

ASSAHIRA, C. **A relação entre a usina hidrelétrica de Balbina e a morte de árvores de *Macrolobium acaciifolium* (Benth.) Benth. (Fabaceae) nas florestas alagáveis a jusante do Rio Uatumã, Amazônia Central**. Dissertação apresentada ao Mestrado em Botânica do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus-AM: INPA, 2014

BAINES, S. G. A Política Indigenista Governamental e os Waimiri-Atroari: Administrações Indigenistas, Mineração de Estanho e a Construção da "Autodeterminação Indígena" Dirigida. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 1993.

BAINES, S. G. **Entrevista com Stephen Grants Baines: manipulação cartográfica durante regime militar favoreceu mineradora e hidrelétrica na Amazônia**. UFRR, 2019. Disponível em: <https://antigo.ufr.br/ultimas-noticias/5359-entrevista-manipulacao-cartografica-durante-regime-militar-favoreceu-mineradora-e-hidreletrica-na-amazonia>

BAINES, S. G. Os Waimiri-Atroari e a invenção social da etnicidade pelo indigenismo empresarial. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, 1995.

BALDISSERI, D. H. As transformações espaciais e os impactos ambientais na bacia do rio Uatumã – AM, Brasil. Em: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 20 a 26 de março de 2005, Universidade de São Paulo.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Eds.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

BEAUD, S; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BECKER, B. K. Reflexões sobre hidrelétricas na Amazônia: água, energia e desenvolvimento. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.** vol.7 no.3 Belém set./dez. 2012.

BEGOSSI, A.; GARAVELLO, J. C. Notes on the ethnoichthyology of fishermen from the Tocantins River (Brazil). **Acta Amazônica**, v. 20, p. 341-351, 1990.

BEGROW, A. **Uma proposta de manejo para a pesca esportiva do Médio Rio Uatumã**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente). Universidade federal do Amazonas, Manaus-AM, 2002.

BENCHIMOL M. Widespread Forest Vertebrate Extinctions Induced by a Mega Hydroelectric Dam in Lowland Amazonia. **PLOS ONE**, v. 10, n. 7, 2015.

BENCHIMOL, S. **Amazonia – formação social e cultural**. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

BONI, V/ QUARESMA, S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1 (3), jan./jul., p. 68-80, 2005.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, J.C. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAND, U.; Wissen, M. **Modo de vida imperial: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global**. Tradução de Marcela Couto. São Paulo: Elefante, 2021.

BRASIL. **Ação Civil Pública com Pedido de Liminar**. Brasília: Ministério Público Federal/ Grupo de Trabalho Povos Indígenas e Regime Militar – 6a Câmara de Coordenação, 2017. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/acp-waimiri-atroari-violacoes> Acesso em: out. 2023.

BRASIL, **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Bras[ília, fev., 2007.

BRASIL. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira**. Brasília, MMA, 2008.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em? <http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=login.index> . Acesso em? 20, ago., 2018.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 2, de 1994**, aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1994.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRASIL. MMA (Ministério do Meio Ambiente). **SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação–SNUC: Lei n.9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n.4.340, de 22 de agosto de 2002**. Brasília: MMA, 2000

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 3, n. 1, p. 97-116, jan/jun 2012.

BURSZTYN, I.; SAN SOLO, R. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. IN: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.142-161.

BRAGASON, K. **Report on Sexual Harassment Overview of Research on Sexual Harassment in the Nordic Hotel, Restaurant and Tourism Industry**. Copenhagen: Nordic Union, 2016. Disponível em: <https://www.nordichrct.org/nyheder/report-on-sexual-harassment>

CARVALHO, J. P. **Waimiri Atroari: a história que ainda não foi contada**. Brasília, 1982. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br>

CASTRO, E. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 1, dez., 1999.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.134-163.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CREPALDI, D. V.; ZEINAD, A. C. A pesca esportiva em áreas protegidas da Amazônia brasileira. In: GARRONE NETO, D. *et al.* [editores]. **Pesca amadora no Brasil: um panorama sobre estudos, políticas públicas e desafios de Gestão**. Brasília, DF : Natureza em Foco, 2025.

CRUZ, V. C. O Rio Como Espaço de Referência Identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. Em: TRINDADE JÚNIOR, S. C.; TAVARES, Maria Goretti da Costa (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. pp. 49-69.

CRUZ, M. J. M. Caboclos-Ribeirinhos: Camponeses na Amazônia. **Revista Geonorte**, v.14, n.46, 2023.

CHAVES, M. P. S. R. Sustentabilidade e Qualidade de Vida: modo de vida ribeirinho na Amazônia. Em: RODRIGUES, D. C. B. et al. (Orgs.). **Sustentabilidade no Amazonas**. Embu das Artes – SP: Alexa Cultural; EDUA/UFAM, 2020.

CHAVES, Maria P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá**. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

CHAVES, M. P. S. R.; SIMONETTI, S. R. Sustentabilidade no Trabalho em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia. Em: RODRIGUES, D. C. B. et al. (Orgs.). **Sustentabilidade no Amazonas**. Embu das Artes – SP: Alexa Cultural; EDUA/UFAM, 2020.

CNUC/MMA – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <https://cnucc.mma.gov.br/powerbi> Acesso em: jul. 2024.

COMITÊ ESTADUAL DA VERDADE. **Relatório do Comitê Estadual da Verdade do Amazonas**. Manaus-AM, 2012. Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/958> Acesso em: out. 2023.

CONTI, B. R.; ANTUNES, D. C. Turismo e Economia Solidária: uma aproximação relutante. **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. 1, 2020 Universidade de Caxias do Sul, Brasil DOI: <https://doi.org/10.18226/21789061.v12i1p106>

COSTA, F. W. D.; FURTADO, M. L. S. Utilização das unidades da paisagem para a prática do ecoturismo na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 8, n. 4, 2015.

CUNHA, M. C. da; ALMEIDA, M. W. B. Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia. Em: CAPOBIANCO, J. P. et al. (Orgs.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios**. São Paulo: Instituto Socioambiental; Estação Liberdade, 2001, pp. 184-193.

CUNHA, E. L. da.; FLORES, L. C. da S. Turismo, governança e parques estaduais na amazônia brasileira: construção de framework de accountability. **Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo**, 17, 2689, 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 413 p.

DEMO, P. **Participação é conquista**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DERRUAU, M. **Geografia Humana II**. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HICITEC/NUPAUB-USP, 2000.

<https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Etnoconservacao%20livro%20completo.pdf>

DIEGUES, A. C. S. **Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

D'INCÃO, M. A., & COTTA JÚNIOR, H. Transformações e permanências no espaço feminino na agricultura familiar. In: D'INCÃO, M. A., ÁLVARES, M.L.M., & SANTOS, E. F. dos (Org.). **Mulher e modernidade na Amazônia**. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 2001.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1893.

DUTRA, R. L. C. **Políticas Territoriais em tempos de crise geológica na RDS do Uatumã/Amazonas**. Manaus-AM: UFAM, 2009.

ESTERCI, N. **Cooperativismo e coletivização no campo**: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca Virtual de Ciências Humanas Centro Edelstein, 2002.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. DO; COSTA, H. A. Turismo de Base comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172190, dez. 2016

FAIRCLOUGH, N. Critical and descriptive goals in discourse analysis. **Journal of Pragmatics**, v. 9, n. 6, 2010. [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(85\)90002-5](https://doi.org/10.1016/0378-2166(85)90002-5)

FALCÃO, N. P. S.; BORGES, L. F. Efeito da fertilidade de terra preta de índio da Amazônia. **Agronomia. Acta Amaz.**, v. 36, n. 4, dez., 2006, <https://doi.org/10.1590/S0044-59672006000400001>

FAS – Fundação Amazonas Sustentável. **Relatório de Atividades de 2023**. Manaus: FAS, 2024. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/wp-content/uploads/2022/12/Relatorio-de-Atividades-2023.pdf> Acesso em: jul. 2024.

FAS – Fundação Amazonas Sustentável. **Unidades de Conservação do Amazonas**: Histórico, presente e futuro. Manaus: FAS, 2020. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/wp-content/uploads/2022/12/livro-unidades-conservacao-amazonas-compressed.pdf> Acesso em: jul. 2024.

FEARNSIDE, P. M. A Hidrelétrica de Balbina: O faraonismo irreversível versus o meio ambiente na Amazônia. pp. 97-125. In: FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia: Impactos Ambientais e**

Sociais na Tomada de Decisões sobre Grandes Obras. Vol. 1. Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), MAO-AM, 1990.

FEARNSIDE, P. M. **O Genocídio dos Waimiri-Atroari: um possível reconhecimento histórico.** Amazônia Real, 2018.

FERREIRA, H. C. H. **A dinâmica da participação na construção de territórios sociais e do patrimônio ambiental da Ilha Grande-RJ.** Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Pós- Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 2010.

FIGUEIREDO, S. L., Alternativas de Turismo de Base Comunitária na Amazônia Legal brasileira, **Confins [En ligne]**, n. 54, 2022. <https://doi.org/10.4000/confins.45154>

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

FOSTER, J. B. The Meaning of Work in a Sustainable Society. **Monthly Review**, v. 01, sept. 2017. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2017/09/01/the-meaning-of-work-in-a-sustainable-society/>

FOSTER, J. B.; CLARK, B. The Expropriation of Nature. **Monthly Review**, v. 69, n. 10, March, 2018. https://doi.org/10.14452/MR-069-10-2018-03_1

FRATUCCI, A. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo** - edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, (14), 87-96, 2014.

FRAXE, T. de J. P.; PEREIRA, H. dos S.; WITKOSKI, A. C.; (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais.** Manaus: EDUA, 2007.

FREI BETTO. **O que é comunidade eclesial de base.** Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro_betto_o_que_e_cebs.pdf

FURTADO, L. G. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 1, n. 2, p. 159-172, maio-ago. 2006.

GALVÃO, E. Panema: uma crença do caboclo amazônico. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, n.º 5. p. 221-225, 1951.

G1. **Documentário Kinja – Gente de Verdade**, 73m. 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11745694/>

GENTIL, E.; DANTAS, D. V.; MACHADO, R. Pesca Esportiva e Conservação Ambiental: uma interação possível? Em: MELO JÚNIOR, J. C. F.; LORENZI, L. (Orgs.). **Qualidade ambiental e conservação da biodiversidade: estudos de casos brasileiros**, Joinville, SC: Editora Univille, 2020.

GOHN, M. G. **Conselhos Gestores e Gestão Pública.** Ciências Sociais Unisinos, v.42, n. 1, p. 5-11, jan/abr 2006.

- GOMES, R., SILVA, V., & SILVA, A. (2002). Estado, Turismo e Mercado de Trabalho, **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, 7 (119).
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar?** Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro? Record, 1997.
- GONDIN, L. M. P. e LIMA, J. C. **A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso.** São Carlos: EDUFSCAR, 1991.
- GONDIN, L. M. P. O projeto de pesquisa como ferramenta do artesanato intelectual. Em: GONDIN, L. M. P. **A prática da pesquisa artesanal: instrumentos, estratégias e narrativas.** Curitiba: CVR, 2021.
- GRESSLEY, GENE M. **Selling Yellowstone: Capitalism and the Construction of Nature.** University of Kansas Press, 1986.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Editora Loyola, 2008. 256 p.
- HELLER, A. **Sociologia de La vida cotidiana.** Barcelona, Ediciones Península, 1987.
- HESS, Y. C. **Relatório de atividades - Avaliação e Monitoramento do Impacto da Visitação no período de pesca esportiva na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã.** Relatório de estágio vivencial (Bacharelado em Engenharia Florestal) – Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo, *no prelo*.
- HIRATA, H. **Trabalho e gênero: divisão sexual do trabalho na França e no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 2002.
- HOMMA, A. K. O. Evolução histórica dos macrossistemas de produção na Amazônia. Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas De Produção, 4., 2001, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA: SBSP: UFPA: Embrapa Amazônia Oriental, 2001.
- HUTCHINGS, K., *ET AL.* (2020). Segregation of women in tourism employment in the APEC region. **Tourism Management Perspectives**, (34), 1-15. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2020.100655>
- IDESAM. **Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã. Amazonas:** CEUC; SDS; Governo do Amazonas, 2009.
- IRVING, M. A. et al. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, 5(4), 1-7, 2005.
- IRVING, M. A. Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social: uma triangulação necessária em planejamento. Em: **Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social: diálogos entre saberes e fazeres.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2014.
- IRVING, M. A. Áreas Protegidas de fronteira e turismo sustentável na Amazônia: entre o surrealismo e invenção. Salvador: **Revista de Desenvolvimento Econômico.** n. 13, 2006.
- KEUCHEYAN, R. **La naturaleza es un campo de batalla.** Madrid: Clave Intelectual, 2014. Kergoat, 2006;

LABORDA, M.; SCHERER, E. F. Work and community tourism: reflections on capitalist realism. **Contribuciones A Las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 2, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.2-199>

LABORDA, M.; SCHERER, E. F. Trabalho e turismo comunitário: reflexões sobre realismo capitalista. **Contribuciones A Las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 2, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.2-199>

LABORDA, M.; SCHERER, E.F. Turismo de Pesca e Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: reflexões sobre a categoria “águas de trabalho”. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v 16, n.5, nov 2023-jan 2024, pp. 430-441. DOI: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2023.v16.14276>

LAZZARINI, S. **Avaliação socioambiental da pesca de subsistência no rio Uatumã a jusante da barragem da UHE Balbina**. 2003. Dissertação (Mestrado Profissional em Energia e Meio Ambiente) – Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2003.

LEAL, J. Diários de Campo: modos de fazer, modos de usar. Em: ALMEIDA, S. V. de; CACHADO, R. A. **Os Arquivos dos Antropólogos**. Lisboa: Palavrão, 2016.

LESSA, S. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais No Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade. **Anuário Antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290, 2002.

LOBO, G. S. **A alteração do regime hidrológico afeta a composição florística e estrutura de florestas de igapó? Um estudo comparativo entre um rio regulado e outro prístino na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, Amazônia Central**. Dissertação (Mestrado) - INPA, Manaus, 2017.

LOPES, J. S. L. A ambientalização dos conflitos sociais. **Revista de Ciências Sociais**, v. 35, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/33584/73421> Acesso em: jul. 2024.

LOPES, R. C. dos S. et al. História e memória da pesquisa e acervo arqueológico da Usina Hidrelétrica de Balbina. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.** v. 17, n. 2, 2022a. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0043>

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 31–64, 2006. DOI : 10.1590/S0104-71832006000100003

LOPES, K. S.; OLIVEIRA, P.; LUIZ, F.; RAMIRES, M. O turismo de pesca no Mato Grosso: uma análise socioambiental. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.15, n.2, 2022b.

LOUREIRO, C. F.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Ibase, 2007.

LUBICH, C. *ET AL*. Effects of fishing on the population of Speckled Pavo Cichla temensis in the Middle Negro River (Amazonas State, Brazil): a decrease in the size of the trophy fish? **Transactions of the American Fisheries Society**, v. 150, n. 6, p. 667-678, 2021.

LUBICH, C.; BERNARDINO, G.; SIQUEIRA-SOUZA, F.; E FREITAS, C. **Informativo 2.0: Pesca esportiva nomédio Rio Negro, Barcelos, Amazonas, Brasil**, Manaus-AM: Edit. Autores, 2024.

LUNAS, J. R. S.; PAZZELLO, E. D. Turismo de pesca no Pantanal Sul: uma análise dos impactos, riscos e desafios da pandemia da COVID-19. Em: BRASILEIRO, I. *et al.* (Orgs.). **Turismo, Sustentabilidade e COVID-19**. Brasília: LETS/UnB, 2022.

DOI: <https://doi.org/10.26512/9786599823305.c6>

MACIEL, J. DA S., MORAES, R. . D. DE, & NINA, S. D. F. M. Dimensão Subjetiva do Trabalho de Ribeirinhos em uma Comunidade Rural do Amazonas. **Trabalho (En)Cena**, v.8, 2023.

<https://doi.org/10.20873/2526-1487e023003>

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina. IN: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARTINS, J. S. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza, **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**, HocTec, 1997.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O Capital [Livro I]**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTOS, M. B. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MAUSS, M. 1974 [1923-24]. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Em: *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo : Edusp.

MEDEIROS, R. Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade**, v. IX, n. 1, jan./jun., p. 41-64, 2006.

MEIRA, M. História, economia e sociedade: os índios do Rio Xié e a extração da piaçava. **Anais do Arquivo Público do Pará**, v.1, t.1, p. 224, 1995.

MELIANI, P. (2011). **Crítica à estética da Mercadoria no Turismo: Dilemas da precarização do trabalho na produção do espaço de Itacaré, litoral sul da Bahia** (Tese de Doutorado). Programa de pós-graduação em Geografia da UFPE, Recife, PE, Brasil. Recuperado de: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6014/1/arquivo1466_1.pdf

MELIANI, P.; GOMES, E. Contradições entre a importância do trabalhador e a precarização das relações de trabalho no turismo: notas primeiras de uma pesquisa de tese para doutoramento. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 1, n. 13, pp. 117-126, 2010. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/1217/1113>

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. de; COSTA, M. A. M. Turismo e pesca nas Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo (RJ) e da Prainha do Canto Verde (CE): possibilidades e limites de complementaridade. **Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro**, v. 13, n. 3, p.372-390, dez. 2013.

MORAES, E. A.; IRVING, M. de A.; MENDONÇA, T. C. M. Turismo de base comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. **Revista Turismo: Visão e Ação**, v. 20, n. 2, p. 222–243, 2018.

MOURÃO, A. R. B.; UCHOA, I. C.; BORGES, H. S. A Materialidade do Trabalho em Territórios das Águas, Terras e Florestas da Amazônia. **Trabalho Necessário**, v.18, n. 37, set-dez, 2020.

NEGRÃO, D. S.; FERKO, G. P. S.; ALVES, T. J. C. Efeitos do turismo de pesca esportiva realizado no Baixo Rio Branco, Comunidade de Terra Preta, Caracarái/RR. **Turismo no contexto amazônico: pesquisa em tempos de adversidades**. VITORIO, L. S.; GHEDIN, L. M.; OLIVEIRA, K. Boa Vista: GEPTTEC/IFRR, 2022. ISBN 978-65-00-47973-7

RENTE NETO, F.; FURTADO, L. G. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 24, p. 158-182, 2015.

NEVES, D. P. O MEB - Movimento de Educação de Base, a organização comunitária e a preservação ambiental. Em: **VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural (ALASRU)**, Quito, Ecuador, nov., 2006.

NODA, H.; NODA, S. N. Agricultura familiar tradicional e conservação da sócio-biodiversidade amazônica. **INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 4, n. 6, p. 55-66, Mar., 2003.

OLIVEIRA, A. U. Questões Teóricas Sobre a Agricultura Camponesa. Em: **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, R. A.; ALBUQUERQUE, J. A. Impactos sociais da desterritorialização na Amazônia brasileira: o caso da hidrelétrica de Balbina. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, pp. 35-53, 2012. Disponível em <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/2590> Acesso em: out. 2023.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir e escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, 1996.

OLIVEIRA JUNIOR, Flávio (2019). **Diagnóstico do potencial da atividade de pesca esportiva no Rio Cuieiras, na área da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Puranga Conquista**. Dissertação apresentada ao Mestrado de Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus-AM: INPA.

OLIVEIRA, P; H. G. de. **Incentivos Institucionais No Manejo Participativo: O Caso Do Programa “Quelônio Do Uatumã”**. Dissertação (Mestrado de Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia). Manaus-AM: INPA, 2015.

OLIVEIRA, E. D. **Um rio de oportunidades? Pesca e pescadores no médio Rio Negro**. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas). Manaus-AM: UFAM, 2013.

OURIQUES, H. R. Um Breve Panorama Sobre o Desenvolvimento do Turismo nas Periferias do Capitalismo. **Caderno Prudentino de Geografia**, nº29 - 55-67, 2007.

OURIQUES, H. R. O turismo internacional na economia-mundo capitalista: elementos para uma crítica. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 34, n. 2, pp. 147-157, 2012. <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v34i2.17005>

- PAIXÃO, C. F. C.; CARDOSO, M. V.; CHAGAS, T. Q.; TEODORO, D. A.; PIMENTA, G. U. B.; CASTRO, A. L. S. Efeitos da pesca esportiva na sobrevivência e recuperação de peixes nativos do Brasil. Em: **ANAIS SNCMA VII**, v. 8 n. 1, 2017.
- PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PRANCE, G. T. A terminologia dos tipos de florestas amazônicas sujeitas a inundação. **Acta Amazônica**, n. 10, pp. 495-504, 1980.
- PARSONS, L. **Carbon Colonialism: how rich countries export climate breakdown**. Manchester University Press. ISBN: 9781526169181, 2023.
- PERALTA, N. Ecoturismo de base comunitária na Amazônia: uma análise comparativa. **Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica**, 7, 1, 2012.
- PEREIRA, H. dos S. A dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do Rio Solimões-Amazonas. Em: FRAXE, T.; PEREIRA, H. dos S.; WITKOSKI, A. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.
- QUEIROZ, H. L. A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá. **Estudos Avançados**. São Paulo, 19, 54, 2005.
- QUEIROZ, J. S., Guerra, G. A. D., & da Costa Tavares, M. G. Turismo receptivo local na Amazônia Oriental Paraense. **Extensão Rural**, 22, 1, 2015.
- RABELO, M. T. O.; ARTS, K. A. J.; GIRARD, P.; IORIS, A. R.; FIGUEIREDO, D. M. Percepção dos atores sociais do turismo sobre o pulso de inundação do Pantanal (MT). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 10, n. 3.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática: 1993.
- RAMOS, M. C. O Desenvolvimento Econômico na Amazônia Legal: seus Impactos Sociais, Ambientais e Climáticos e as Perspectivas para a Região. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS**, v. IX, n. 1, 2014.
- RAMOS, J., PEIRÓ, J. M., & RIPOLL, P. Condiciones de trabajo y clima laboral. In J. M. Peiró & F. Prieto, F. (Orgs.), *Tratado de psicología del trabajo* (Vol. 1, pp. 37-91). Madrid: Síntesis Psicología, 2002.
- RESENDE, A. F. *et al.* Pulse disturbances as a threat for long-living Amazonian trees, Volume 227, **New Phytologist**, Issue 6. Sept. 2020, pp. 1790-1803. <https://doi.org/10.1111/nph.16665>
- RIBEIRO, M. W. S.; *et al.* Perfil socioeconômico e conhecimento de guias-piloteiros da bacia do médio Rio Negro, Amazonas. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.11, n.2, p.393-401, 2020. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2020.002.0036>
- RODRIGUES, R.; OLIVEIRA, J. A. Impactos sociais da desterritorialização na Amazônia brasileira: o caso da hidrelétrica de Balbina. **Emancipação**, 12, 1, 35-53, 2012.
- RODRIGUES, C. P. **Mulheres Pescadoras: os significados do trabalho de pesca do camarão na Comunidade Salvação - Alenquer - PA** (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil, 2018.

RODRIGUES, C. G. de. **O uso do público nos Parques Nacionais: a relação entre as esferas público e privada na apropriação da biodiversidade.** Tese de doutorado apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2009. WWF 2012.

TRINDADE, D. C.; BITTENCOURT, M. S. Trabalhadores na produção da essência de pau-rosa na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 2, p. 173-191, maio-agosto, 2016.

RODRIGUES, R. A. **Vidas Despedaçadas: impactos socioambientais da construção da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM), Amazônia Central** [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Manaus – AM, 2013.

ROQUETTE, M. E. T.; PAVAN FILHO, F.; COSTA, T. J. F.; CARVALHO, R. C. Projeto Monitores Marinheiros (MOMAR): proporcionando uma nova visão dos ambientes marinhos capixabas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 3, n. 2, 2010.

RUFFINO, M. L.; ISAAC, V. J. **Recursos pesqueiros do médio Amazonas: biologia e estatística pesqueira.** Brasília-DF, 2000.

RYLANDS, A. B.; PINTO, L. P. de S. **Conservação da Biodiversidade na Amazônia Brasileira: uma Análise do Sistema de Unidades de Conservação.** Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <https://www.fbds.org.br/IMG/pdf/doc-48.pdf> Acesso em: jul. 2024.

SAFFIOTI, H. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SALDAÑA, J. **The coding manual for qualitative researchers.** Sage, 2013.

SANTOS, D. I. P. *ET AL.* Mudanças climáticas e modo de vida ribeirinho: bases para a governança de risco no amazonas. **Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente**, Humaitá, v. 15, n. 2, 2023.

SANTOS, M. L. **Gestão do Turismo em Unidades de Conservação da Amazônia: O caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã.** 2019. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói-Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/13858/Dissertacao_Mayra_Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y

SANTOS, Mayra Laborda; SCHERER, Elenise Faria. Turismo de Pesca e Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: reflexões sobre a categoria “águas de trabalho”. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 16, n. 5, 2023. DOI: 10.34024/rbecotur.2023.v16.14276

SANTOS, F. P. dos. Gestão de ucs no amazonas: avanços e desafios para a conservação ambiental. **REVISTA GEONORTE**, V.8, N.1, p.102-124, 2013. (ISSN –2237-1419).

SANTOS, F. P. dos. Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, uma pequena-grande diferença. **Revista Geonorte**, v. 6, n. 25, 2015.

- SANTOS, G. M.; JEGU, M. Inventário taxonômico dos anostomídeos (pisces, anostomidae) da bacia do rio Uatumã-AM, Brasil, com descrição de duas espécies nova. **Acta Amazônica**, n.26, v. 3, pp. 151-184, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aa/a/kXJMv6cCrHhpnD9K3c5n6wc/?format=pdf&lang=pt>
- SANTOS, G. M.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. B. **ZOOLOGIA - Acta Amaz.** n. 29, v. 1, mar., 1999. <https://doi.org/10.1590/1809-43921999291163>
- SANTOS, J. C.; SCHERER, E. F. Programa Bolsa Floresta: recompensa financeira aos guardiões das florestas nas unidades de conservação do Estado do Amazonas. Em: FRAXE, T. de J. P.; WITKOSKI, A. C.; CASTRO, A. P. (orgs). **Amazônia: cultura material e imaterial**. São Paulo: Anablume; Manaus: UFA, 2012.
- LABORDA, M.; SCHERER, E. Dinâmica(s) de Trabalho Ribeirinho-campesino na Amazônia: reflexões a partir da regulação do metabolismo social da natureza. Em: SCHERER, E. F.; CARVALHO, L. G.; JUSTAMAND, M. **Fazendo Antropologia no Alto Solimões (FAAS)**, n. 32, v. 32.
- SANTOS, M. L., & CONTI, B. R. Produção Científica sobre Turismo de Base Comunitária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável (2008-2017): Pesquisa bibliográfica e análise das metodologias. **Revista Acadêmica Observatório De Inovação Do Turismo**, 13(2), 100–125, 2019. <https://doi.org/10.17648/raoit.v13n2.5405>
- SANTOS, M. L.; SILVA, M. H.; CONTI, B. R. Memória coletiva, cogestão de recursos comuns e turismo no Amazonas. **RITUR - Revista Iberoamericana De Turismo**, 9(1), 123–137, 2019. <https://doi.org/10.28998/10.28998/RITURritur.V9.N1.A7094pp.123-1377094>
- SANTOS, M. L.; REIS, C. U. F. dos; SILVA, I. C. M. da; SILVA, M. H. Gênero e Trabalho no Turismo Amazônico: etnografia das condições materiais das mulheres ribeirinhas . **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S. l.], v. 19, p. 3168 , 2025. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v19.3168>
- SAWAIA, B. B. Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. H. F. **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- SCHERER, E. Mosaico Terra-Água: A Vulnerabilidade Social Ribeirinha na Amazônia. Em: **VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra-Portugal, Universidade de Coimbra, 2004.
- SCHERER, E.; CORRÊA, E. Affected People by Dams of Balbina in the Amazônia: the artisanal Fishermen and their Fishing Practice Thirty Five Years Later. **International Journal of Humanities and Social Science**, v. 6, n. 12, dec. 2016
- SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, pp. 99-123, fev. 2003.
- SCHWEICKARDT, K. H. S. C. **As diferentes faces do Estado do Amazonas**: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- SARAIVA, N. S.; VITÓRIO, L. S. O Especismo presente nas Políticas Públicas de Turismo. **Revista Paata Eseru em Turismo**, 1, 1, 2022.

SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultura, 1997. 237 p.

SCHWADE, E. Nas terras Waimiri-Atroari – projetos de morte. **Travessia**, jan./abr., 1990.

SCHWADE, E. **Waimiri-atroari: vítimas da Ditadura Militar. Mais um caso para a Comissão da Verdade. Entrevista especial com Egydio Schwade.** Instituto Humanas Unisinos, 2012. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/508652-waimiri-atroari-desaparecidos-politicos-entrevista-especial-com-egydio-schwade> Acesso em: out. 2023.

SEMA. **RDS do Uatumã tem movelaria licenciada para impulsionar manejo florestal comunitário.** 2021. Disponível em: <http://meioambiente.am.gov.br/rds-do-uatuma-tem-movelaria-licenciada-para-impulsionar-manejo-florestal-comunitario/>

SERRA, A. C. F.; MACHADO, D. F. C. MEDEIROS, M. L. Uso e potencial da fotoetnografia para os estudos turísticos, **Turismo em Análise**, v. 32, n. 2, p. 290-322, maio/ago., 2021.

SILVA FILHO, E. G. da. No rastro da tragédia: projetos desenvolvimentistas na terra indígena Waimiri-Atroari. **Tessituras**, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 293-314, jul./dez. 2014.

SILVA, I. C. M. DA.; SILVA, M. H.; SANTOS, M. L. Condições de trabalho em casa durante a pandemia: uma análise do discurso do sujeito coletivo dos trabalhadores do setor de agências de turismo. **Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo**, v. 15, n. 1, 2021. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i1.2200>

SILVA, O. B. **As representações sociais de trabalho e educação em comunidades ribeirinhas.** - Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Amazonas, 2010.

SILVA, G. T. da. **Turismo em Comunidades Tradicionais: políticas de desenvolvimento local e territorialidades humanas na RDS do Rio Negro (Iranduba-AM).** 2016. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SILVA, K. Para o Pará e o Amazonas: látex. Notas sobre as pressões e violações no interior da Amazônia na economia extrativista. Em: BELTRÃO, J. F.; LACERDA, P. M (ORGs). **Amazônia em Tempos Contemporâneos: entre diversidades e adversidades.** Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

SILVA, G.; CHAVES, P.; SIMONETTI, S. Turismo comunitário: diagnóstico das atividades turísticas na comunidade Bela Vista do Jaraqui (Manaus-AM). **Paper do NAEA**, 1(3), 2020.

SILVA, I. C. M. da.; DURÃES, N. B. R.; HASTENREITER, M. S.; MORAES, C. C. de A.; FRATUCCI, A. C. A produção científica em Turismo e Trabalho: uma subárea em formação?. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 10, n. 3, 2022. DOI: 10.21680/2357-8211.2022v10n3ID27460

SIOLI, H. Studies in Amazon Waters: In: **Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica (Limnologia)**, n.3, 1967.

SIMMEL, G. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, G. O conflito como sociação. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, pp. 568-573, 2011.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, C.L.; CAÑETE, V.R. Pesca esportiva e pesca artesanal: lazer e sobrevivência na Hidrelétrica de Tucuruí (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.8, n.5, pp.614-633, 2016.

SOUZA, C. M. R. Anotações sobre a implantação da escola na área waimiri-atroari. Em: SEKI, L. **Linguística Indígena e Educação na América Latina**. Campinas-SP: Editora UNICAMP, 1993. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Asouza-1993-anotacoes/Souza_1993_AnotacoesWaimiriAtroari.pdf

SOUZA, M. Amazônia Brasileira, **Estudos Avançados**, n. 16, v. 45, agosto, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200003>

SOUZA, M. L. G. de. **Efetividade de Conselhos Gestores na gestão participativa de Unidades de Conservação de uso sustentável no Amazonas**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus-AM: UFAM, 2013.

SOUZA, W. K. do A. **Trabalho-Educação, Economia e Cultura em Povos e Comunidades Tradicionais**: a (re)afirmação de modos de vida como formas de resistência [Tese de Doutorado]. o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2020.

SOUZA, M. R. de. **Etnoconhecimento caiçara e o uso de recursos pesqueiros por pescadores artesanais e esportivos no Vale do Ribeira** [Dissertação de Mestrado]. ESALQ/USP, São Paulo, 2004.

STERNBERG, H. O. R. A água e o homem na Várzea do Cordeiro. 2 ed. –. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

TEBERGA, A. **E la nave va!: jornadas exaustivas de trabalho de tripulantes em navios de cruzeiros**. Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

THOMÉ-SOUZA, M. J. F.; MACEINA, M. J.; FORSBERG, B. R.; MARSHALL, B. G.. Peacock bass mortality associated with catch-and-release sport fishing in the Negro River, Amazonas State, Brazil. **Acta Amazônica**, v.44, p.527-532, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4392201400193>

TIRIBA, L.; SOUZA, W. Culturas do trabalho, educação e formas não capitalistas de produção da existência: entre quilombolas, castanheiros e seringueiros. **Revista da ABET**, v. 19, n. 2, p. 300-316, 2020.

TIRIBA, Lia. Trabalho, educação e autogestão: desafios frente à crise do emprego. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 3, 2005

TONI, F. Decentralization and REDD+ in Brazil. **Forests**, n.2, p. 66-85, 2011. Disponível em: www.mdpi.com/journal/forests Acesso em: jul. 2024.

TÖNNIES, F. **Comunidad y Sociedad**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1947.

VASCONCELOS, M. A. *et al.* O etnoconhecimento dos ribeirinhos amazônicos na construção de políticas climáticas. In: **Anais da I conferência internacional de políticas públicas e ciência de dados do amazonas / 2023**, Itacoatiara. Anais eletrônicos..., Galoá, 2023. Disponível em:

<<https://proceedings.science/cippcdam-2023/trabalhos/o-etnoconhecimento-dos-ribeirinhos-amazonicos-na-construcao-de-politicas-climati-2?lang=pt-br>> Acesso em: 05 Fev. 2025.

VASCONCELOS, M. A. *et al.* Eventos extremos hidroclimáticos e percepção da dinâmica sociocultural por ribeirinhos da Amazônia. **Research, Society and Development**, v. 10, n.8, 2021.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (Org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, imprevisto e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 36-47, 1978.

VERISSIMO, J. **A pesca na Amazônia**. Rio de Janeiro: Livraria clássica de Alves, 1985.

VIANNA, L. P; SALES, R. V. de. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Análise da Categoria de Manejo e Proposta de Regulamentação**. Brasília: WWF, 2006.

VILLAROEL, L. C. L.; TONI, F. Política e Meio Ambiente: a inclusão das unidades de conservação na agenda de governo do estado do Amazonas. **Raízes**, v. 23, n. 1, jan./jun., 2012. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/350/332> Acesso em: jul. 2024.

VITÓRIO, L. S.; VIANNA, S. L. G. Turismo de base comunitária: análise quanto às interferências do turismo de pesca no baixo Rio Branco, Roraima, Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 126-149, ago. 2016.

VIANNA, L. P; SALES, R. V. de. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Análise da Categoria de Manejo e Proposta de Regulamentação**. Brasília: WWF, 2006.

WAGLEY, C. **Uma comunidade Amazônica**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1988.

WAGLEY, C. **Race and Class in Rural Brazil**. Columbia University Press, New York, 1952.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

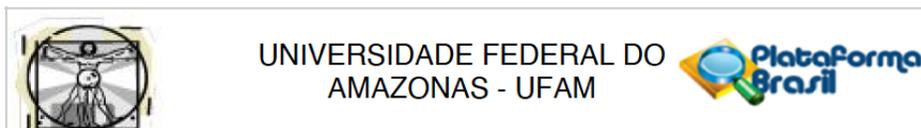
WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. São Paulo: Annablume, 2010.

WIGGERS, R. Programa Bolsa Floresta: comunidades rurais em Unidades de Conservação Ambiental do Amazonas. Em: WIGGERS, R.; RATIER, H. E.; RODRIGUES, C. M. (Orgs.). **Comunidades rurais: organização, associações e lideranças**. Manaus: EDUA, 2012.

WOORTMAN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, n. 87, Editora Universidade de Brasília, 1990.

ZHOURI, A. et al. Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. Em: **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Dinâmica do Trabalho no Turismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã

Pesquisador: mayra laborda santos

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 63043922.8.0000.5020

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.650.200]

Apresentação do Projeto:

Ao analisar os estudos sobre a dinâmica do trabalho em povos e comunidades tradicionais da Amazônia nota-se um consenso quanto às formas pluriativas que, embora diversas, se dão em torno dos recursos naturais e das lidas com as intempéries do bioma, sobretudo os fenômenos de subida e descida dos rios, e as formas de organização social. De acordo com Castro (1999), a partir da década de 1980 ocorreram mudanças vertiginosas nas estruturas de produção tradicionais da Amazônia, quais sejam, agricultura, indústria e serviços. No que se refere ao setor de turismo, subsumido no contexto de serviços, houve uma expansão para os lugares mais distantes da Amazônia e uma significativa adoção do turismo por povos indígenas e comunidades tradicionais, sobretudo a partir dos anos 2000, enquanto uma das atividades pluriativas. Esse boom do turismo não ocorreu de forma desprezível, uma série de políticas governamentais, incluindo a implementação de unidades de conservação, fomentaram o desenvolvimento do turismo, sustentado sob o mote de "distribuição de benefícios econômicos, redução de desigualdade social e conservação da natureza", vendendo o turismo como panaceia para as mazelas socioeconômicas e ecológicas (SILVA, 2018). Dentre essas políticas, destaca-se a Política Nacional de Ecoturismo, em 1994; o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), em 2002; e o Programa Zona Franca Verde, desenvolvido a partir de 2003, que deu origem ao Programa Bolsa Floresta (SANTOS, 2019). O que se nota, portanto, é um alinhamento entre as políticas governamentais de turismo implementadas nas UCs e as políticas governamentais ambientais

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

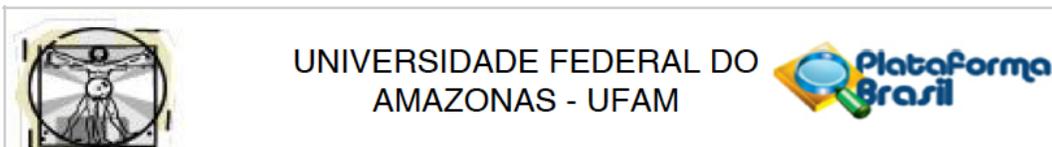
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.650.200

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Ver item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Ver item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

NÃO FORAM OBSERVADOS ÓBICES ÉTICOS.

Considerações Finais a critério do CEP:

NÃO FORAM OBSERVADOS ÓBICES ÉTICOS. Nosso PARECER é pela APROVAÇÃO do PROTOCOLO DE PESQUISA.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1990375.pdf	08/08/2022 00:43:16		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Plataforma_Mayra.pdf	29/07/2022 15:43:03	mayra laborda santos	Aceito
Outros	Carta_Anuencia_Lideranca.pdf	29/07/2022 15:28:59	mayra laborda santos	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto_Mayra.pdf	29/07/2022 15:27:15	mayra laborda santos	Aceito
Outros	Termo_Uso_Imagem.pdf	29/07/2022 15:26:46	mayra laborda santos	Aceito
Outros	Roteiros_Observacao_Fotografico_Doutorado.pdf	29/07/2022 15:26:11	mayra laborda santos	Aceito
Outros	Roteiros_Entrevista_Doutorado.pdf	29/07/2022 15:21:59	mayra laborda santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Mayra_PPGCASA.pdf	29/07/2022 15:19:43	mayra laborda santos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-1181 **E-mail:** cep.ufam@gmail.com

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DA SEMA



AUTORIZAÇÃO DE PROJETOS N.º 070/2022 – DEMUC/SEMA

PROCESSO SIGED N.º 01.01.030101.005527/2022-20

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE (SEMA), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 4.163, de 09 de março de 2015, alterada pela Lei nº 4.193, de 16 de julho de 2015 e pela Lei N.º 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC/AM) lhe conferindo a Gestão das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, que por meio do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC), no âmbito de sua área de competência, expede a presente AUTORIZAÇÃO técnica que visa à implementação do:

PROJETO			
Dinâmicas de Trabalho dos Guias de Pesca da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã.			
INTERESSADOS			
NOME	CARGO	CPF	E-MAIL
Elenise Faria Scherer	Coordenadora	017.853.892-20	elenisefaria@gmail.com
Relação dos Pesquisadores – Anexo I			
INSTITUIÇÃO			
Universidade Federal do Amazonas-UFAM			
OBJETIVO			
Analisar a dinâmica de trabalho no turismo de pesca como estratégia de organização social e política para reivindicação do uso ao território e aos recursos naturais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã.			
LOCALIZAÇÃO			
MUNICÍPIO	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO		
São Sebastião do Uatumã e Itapiranga	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uatumã		
FINALIDADE			
Realização de Pesquisa Científica			

ATENÇÃO:

- Esta autorização é composta de recomendações e normas gerais no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação ou revogação.
- Esta autorização deve ser portada pelo autorizado e apresentada quando solicitada.
- Em caso de reprodução desta, deverá ser de forma integral (frente e verso).
- Esta autorização não dispensa a emissão de Autorização de Entrada nas UCs e demais autorizações para manejo de espécies emitidas por instituição competente.
- O interessado deverá seguir o do Decreto N.º 45.207 de 16 de fevereiro de 2022, que versa sobre medidas de contenção ao novo coronavírus COVID-19.

Manaus/AM, 07/11/2022



GLEIDSON ALMEIDA ARANDA
Chefe do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão
de Unidades de Conservação – DEMUC/SEMA

Av. Mario Ypiranga Monteiro, 3280 - Parque 10
Fone: (92) 3659-1820 / 3659-1822
Manaus-AM - CEP 69050-030

Secretaria do
Meio Ambiente





Anexo I

Relação dos Pesquisadores do Projeto

Nº	Nome	Função	Instituição	E-mail
1	Elenise Faria Scherer	Coordenador	UFAM	elenisefaria@gmail.com
2	Mayra Laborda Santos	Pesquisador	UFAM	mayra_laborda@id.uff.br



ANEXO C - DIÁRIO DE BORDO

MONITORAMENTO DA PESCA ESPORTIVA			
Interessado:		Embarcação:	
Quant. de pescadores:		Período:	
Nacionalidade dos pescadores:		Naturalidade dos pescadores:	
Destino da pescaria:		Município (s):	
Ambiente aquático:			
Regime fluvial:	() seca () enchente	Início da pesca (h)	
	() cheia () vazante	Término da pesca (h)	
Modalidade:	() embarcado () desembarcado	Tempo:	() sol () chuva
Tipo de Isca:	() superfície () meia água	Obs. da pescaria:	
	() fundo () mosca - fly		
	() viva		
	peixe: _____		
	() outros: _____		

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Federal do Amazonas – UFAM
 Programa de Pós-graduação em Ciências do
 Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia
 PPGCASA



Doutorado em Ciências do Ambiente e
 Sustentabilidade na Amazônia

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa: “**Dinâmicas do Trabalho no Turismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Mayra Laborda, a qual pretende analisar a dinâmica de trabalho dos trabalhadores do turismo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (RDSU).

Sua participação é voluntária e se dará por meio da concessão de entrevistas enquanto trabalhador do turismo/gestor da RDSU na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã.

Os riscos envolvidos na pesquisa são mínimos e consistem na possibilidade de algum desconforto relativos à exposição dos seus dados e opiniões à pesquisadora e ao tempo destinado às entrevistas. No entanto, ressalta-se a privacidade e confidencialidade com que serão tratados os dados, mas caso se sinta prejudicado de alguma forma, poderá buscar assistência ou indenização. Se você aceitar participar, estará contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas que auxiliam na compreensão e fortalecimento do turismo em Reservas de Desenvolvimento Sustentável. e.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador na rua 83, 02, núcleo 14 – Cidade Nova II, telefone (92) 99535-9882, ou entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181 ou pelo *e-mail* ppgacasasecretaria@ufam.edu.br.

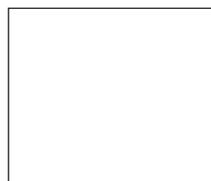
Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ___/___/___

 Assinatura do Participante

 Assinatura do pesquisador responsável



Impressão do dedo polegar
 Caso opte por não assinar.

APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS PARA OS TRABALHADORES

Campo II
Formulário n. _____
Família _____
Data _____
Local da entrevista: _____

I DADOS DO ENTREVISTADO

- 1.1 Nome:
 1.2 Religião:
 1.3 Estado civil:
 1.4 Quantos filhos?
 1.5 Estudou até que série e onde?
 1.7 Origem:
 1.8 Há quanto tempo mora na comunidade? Como chegou na Comunidade?

II. OS IMPACTOS DA UHE

- 2.1 Morava aqui durante a Construção da Hidrelétrica? Como era o antes e como foi o depois? Quem são os moradores mais antigos?
 2.2 Quais os efeitos ou impactos sociais na vida das comunidades depois da construção da Hidrelétrica? Sobre os recursos pesqueiros, a pesca, a caça, o plantio, o rio?
 2.3 Você lembra de alguma espécie de peixe, planta ou árvore que não encontra mais hoje?
 2.4 Quando o rio Uatumã foi recuperado – despoluído – (coincidiu com a chega do Turismo de Pesca)?
 2.5 Com o que trabalhava nessa época? Comercializava pesca ou produção agrícola?

III. CHEGADA DA RDS (2004)

- 3.1 Antes do Uatumã ser transformado em RDS como vocês viviam, como exploravam os recursos para sobreviver? O que plantavam? Caçavam? Exploravam a madeira? A pesca era livre? Havia Defeso dos peixes? Vocês caçavam livremente?
 3.2 Com a criação da RDS foi discutido as formas de vida sustentável em relação aos recursos naturais? Foi discutido os motivos de criação da RDS? A defesa da Floresta em Pé?
 3.3 Como são tomadas as decisões hoje? Vocês participam das reuniões do conselho gestor?

IV MODOS DE VIDA HOJE

- 4.1 Quantas pessoas moram na sua casa e quantas trabalham (contribuem para o autossustento da família)?

	Moram na casa		Contribuem		Com o que trabalham?
	Fem.	Masc.	Sim	Não	

> de 18 anos					
< de 18 anos					

4.1 Qual a principal atividade econômica desenvolvida por você e pelos membros da sua família (que vivem na mesma casa)?

4.2 A cheia e seca do Rio Uatumã afetam as atividades de trabalho? O que muda na rotina? E A SECA EXTREMA DE 2023?

4.3 Há contratação de mão de obra? () sim () não.

Quem? _____ Quanto paga? _____

4.4 Você ou alguém da família trabalha para outras pessoas? () sim () não.

Se SIM, quem da família? _____. Trabalha para quem? _____ Por que?

4.5 Participa de trabalho coletivo?

Ajuris () Mutirão ()

Puxirum () Fazem trabalho de meia ()

4.6 Qual a renda mensal:

4.7 Renda durante a temporada de pesca:

4.8 Participa de algum programa do governo?

Bolsa floresta/ Guardiões da floresta () Desde quando _____

Bolsa família () Desde quando _____

Seguro defeso () Desde quando _____

Outro _____ Desde quando _____

4.9 Possui benefício de algum programa de crédito ou financiamento para as atividades econômicas da sua família?

Sim () () Não

Se sim, qual a instituição financiadora?

() Banco do Brasil () BASA () AFEAM () BNDES

() PRONAF () Outra especificar _____

4.10 Produtos agrícolas

Produtos	Qtd. plantada	Época de plantio	Vende para quem? Qtd.?	Qtd. destinada ao consumo?
1.				
2.				

3.				

4.10.1 Há preparo da terra?

4.10.2 Deixa a terra descansar?

4.11 Pesca

Nome do peixe	Qtd. pescada	Parceria (sim-quem? ou não)	Instrumento usado	Época de pesca	Vende para quem? Qtd.?
1					
2					
3					

4.12 Madeira

Espécies retiradas	Qtd.	Local	Instrumento	Finalidade (V/C)	Transporte?
1					
2					
3					

4.13 Criação animal

Animais	Qtd.	Finalidade (V ou C). Se V, para quem? Por qto?
1		
2		
3		

4.14 Caça

Animais	Época	Local	Frequência	Quantidade	Finalidade (V ou C)
---------	-------	-------	------------	------------	---------------------

1					
2					
3					

4.15 Divisão de trabalho:

Membros da família	Atividades responsáveis
1.	
2.	
3.	

V. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

5.1 Participa de:

() associação () cooperativa () sindicato () colônia de pesca () outros

Descrição/desde quando: _____

5.2 Participa de reuniões dentro e/ou fora comunidade?

() sim () não.

Se SIM, descrição (onde, por quê, frequência): _____

VI. SOBRE O PESCAR

6.1 Com quem você aprendeu a pescar?

6.2 Da sua família, quem mais pesca? Quem os ensinou?

6.3 Você compra ou fabrica os próprios instrumentos?

6.4 Quais os principais lagos para pesca de consumo?

6.5 Para pesca comercial?

6.6 Para pesca esportiva?

6.7 Existe algum lago que você pescava e agora não pesca mais? Por quê?

6.8 Quais espécies não podem ser comercializadas?

VII. SOBRE O TURISMO

7.1 Acompanhou a chegada do turismo no Uatumã? Como vocês perceberam a chegada do Turismo de Pesca? Foi tranquila ou conflituosa?

7.2 Como se sentiram com a chegada do Turismo de Pesca, barcos, etc. e o uso dos recursos naturais, a pesca nos lagos que antes eram considerados da comunidade ou dos moradores do Rio Uatumã?

7.3 Quem libera os lagos para o turismo? Há discordâncias sobre isso? Qual é o papel do gestor da RDS? E a Associação.

7.4 Você acha que a forma atual de turismo ajuda a conservar ou danificar a natureza? Existe danos aos peixes? Acha que o turismo de pesca é predatório ou é sustentável?

7.5 O papel de cada uma dessas instituições em relação ao Turismo de Pesca – Esportiva:

RDS/SEMA _____

FAS _____

ICMBIO _____

IDESAM _____

IPAAM _____

INPA/TORRE _____

7.6 Na sua opinião, quais os principais problemas enfrentados que dificultam o desenvolvimento turístico na sua comunidade?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Falta de infraestrutura | <input type="checkbox"/> Falta de qualificação da mão de obra |
| <input type="checkbox"/> Falta políticas públicas para o Turismo | <input type="checkbox"/> Moradores não entendem o turismo |
| <input type="checkbox"/> Falta de investimentos | <input type="checkbox"/> Falta de organização / planejamento |
| <input type="checkbox"/> Dificuldade de divulgação da comunidade | <input type="checkbox"/> Falta de incentivo aos empreendimentos locais |
| <input type="checkbox"/> Outros. _____ | |

7.7 Quais são os pontos negativos do turismo?

7.8 Quais benefícios verifica que o Turismo traz para a comunidade?

- Maior geração de emprego e renda
- A comunidade recebeu mais infraestrutura
- Os moradores passaram a valorizar mais a comunidade
- Os moradores passaram a cuidar mais do meio ambiente
- A comunidade recebe mais recursos por conta do Turismo
- Cresceu o número de empreendimentos familiares ligados ao turismo
- Outros: _____

7.9 O que significa trabalhar com o turismo pra você?

7.10 Que você espera futuramente do trabalho no turismo?

VIII. SOBRE O TRABALHO COMO PILOTEIRO

8.1 Em que meses do ano acontece o Turismo de Pesca?

8.2 Como e quando você passou a trabalhar com o turismo?

8.3 Durante a temporada, desempenha outro trabalho além do turismo?

8.4 O que te motivou a trabalhar como guia de pesca durante a temporada?

8.5 Que tipo de trabalho você desempenha na temporada de pesca? Fale um pouco do dia de trabalho no turismo:

8.6 Quem define que você vai ser guia de pesca? Quem convida?

8.7 Quem define o valor da diária, ou pagamento para ser guia de pesca? Quem paga? Baseada em que é definida o valor dessa diária? Isso é discutido com a Associação dos Moradores Uatumã ou é definido pelos donos da pousada?

8.8 Em quantas pousadas trabalha por temporada? Quanto recebe por temporada?

8.9 E o gestor da RDS também participa e orienta sobre o trabalho de guia de pesca?

8.10 De quem é o barco utilizado ou melhor os instrumentos de trabalho utilizados por você como guia de Pesca? Quem abastece a voadeira? Quem arca com os custos do óleo?

8.11 Utiliza quais outros instrumentos para a pesca?

8.12 Usa algum equipamento de proteção?

8.13 Você conhece o diário de bordo? Preenche ele? Sente alguma dificuldade? Tem os equipamentos necessários para isso? Passou por algum treinamento?

8.14 Que horas começa e termina a jornada de trabalho? Quem define o tempo de pesca?

8.15 Como é a relação com os donos de pousada?

8.16 Como são os turistas que vêm aqui? Qual sua relação com eles?

8.17 A pesca esportiva apresenta algum risco à sua saúde? Já sofreu algum acidente de trabalho? Sabe de algum guia que tenha sofrido?

8.19 Você acha que com o seu trabalho de guia (conhecer dos recursos pesqueiros) pode contribuir para conservação dos recursos pesqueiros?

8.20 Os turistas - pescadores esportivos escutam suas orientações em relação aos seus conhecimentos vividos na RDS? Sua vivência e experiência como um ribeirinho? Você usa algum saber/ prática que foi lhe ensinado sobre a pesca?

8.23 Para você é melhor trabalhar com guia de pesca ou em outras atividades: pescador, coletor, caçador, madeireiro

8.24 O que melhorou e o que piorou com a chegada do turismo? Se pudesse mudar algo, o que mudaria?

8.14 Recebeu treinamento ou fez cursos para trabalhar com o turismo?

Sim () Não ()

Se, sim, quais e quando aconteceu?

Qual(is) instituição(ões) realizou(ram) o treinamento ou curso?

8.15 O aprendizado do curso serviu para melhorar a forma como presta serviços relacionados ao turismo?

Sim () Não ()

8.17 O que você espera do futuro com o turismo?

IX. SECA EXTREMA

9.1 A seca extrema de 2023 afetou de alguma forma seu modo vida? E o seu trabalho?

9.2 E o turismo?

APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS PARA OS MORADORES ANTIGOS

Campo II

Formulário n. _____

Família _____

Data _____

Local da entrevista: _____

I DADOS DO ENTREVISTADO

1.1 Nome

1.2 Idade

II ETAPA NARRATIVA

2.1 Nasceu no Uatumã ou como chegou por aqui?

2.2 O que você lembra sobre os efeitos da abertura da UHEB? Como afetou seu modo de vida?

2.3 Lembra da chegada do turismo? Como afetou seu modo de vida?

APÊNDICE D – FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS PARA OS DONOS DE POUSADA

Campo II

Formulário n. _____

Pousada _____

Data _____

Local da entrevista: _____

I DADOS DO ENTREVISTADO

1.1 Nome:

1.2 Religião:

1.3 Estado civil:

1.4 Quantos filhos?

1.5 Estudou até que série e onde?

1.6 Quantas pessoas moram na sua casa e quantas trabalham (contribuem para o autossustento da família)?

	Moram na casa		Contribuem		Com o que trabalham?
	Fem.	Masc.	Sim	Não	
> de 18 anos					
< de 18 anos					

1.7 Origem:

1.8 Há quanto tempo mora na comunidade? Como chegou na Comunidade?

II. OS IMPACTOS DA UHE

2.1 Morava aqui durante a Construção da Hidrelétrica? Como era o antes e como foi o depois? Quem são os moradores mais antigos?

2.2 Quais os efeitos ou impactos sociais na vida das comunidades depois da construção da Hidrelétrica? Sobre os recursos pesqueiros, a pesca, a caça, o plantio, o rio?

2.3 Você lembra de alguma espécie de peixe, planta ou árvore que não encontra mais hoje?

2.4 Quando o rio Uatumã foi recuperado – despoluído – (coincidiu com a chega do Turismo de Pesca)?

2.5 Com o que trabalhava nessa época? Comercializava pesca ou produção agrícola?

III. COM A CHEGADA DA RDS (2004)

3.1 Antes do Uatumã ser transformado em RDS como vocês viviam, como exploravam os recursos para sobreviver? O que plantavam? Caçavam? Exploravam a madeira? A pesca era livre? Havia Defeso dos peixes? Vocês caçavam livremente?

3.2 Com a criação da RDS foi discutido as formas de vida sustentável em relação aos recursos naturais? Foi discutido os motivos de criação da RDS? A defesa da Floresta em Pé?

3.3 Como são tomadas as decisões hoje? Vocês participam das reuniões do conselho gestor?

IV. MODOS DE VIDA

4.1 Quantas pessoas moram na sua casa e quantas trabalham (contribuem para o autossustento da família)?

	Moram na casa		Contribuem		Com o que trabalham?
	Fem.	Masc.	Sim	Não	
> de 18 anos					
< de 18 anos					

4.1 Qual a principal atividade econômica desenvolvida por você e pelos membros da sua família (que vivem na mesma casa)?

4.2 A cheia e seca do Rio Uatumã afetam as atividades de trabalho? O que muda na rotina? E A SECA EXTREMA DE 2023?

4.3 Há contratação de mão de obra? () sim () não.

Quem? _____ Quanto paga? _____

4.4 Você ou alguém da família trabalha para outras pessoas? () sim () não.

Se SIM, quem da família? _____. Trabalha para quem? _____ Por que?

4.5 Participa de trabalho coletivo?

Ajuris () Mutirão ()

Puxirum () Fazem trabalho de meia ()

4.6 Qual a renda mensal:

4.7 Renda durante a temporada de pesca:

4.8 Participa de algum programa do governo?

Bolsa floresta/ Guardiões da floresta () Desde quando _____

Bolsa família () Desde quando _____

Seguro defeso () Desde quando _____

Outro _____ Desde quando _____

4.9 Possui benefício de algum programa de crédito ou financiamento para as atividades econômicas da sua família?

Sim () () Não

Se sim, qual a instituição financiadora?

- () Banco do Brasil () BASA () AFEAM () BNDES
 () PRONAF () Outra especificar _____

4.10 Produtos agrícolas

Produtos	Qtd. plantada	Época de plantio	Vende para quem? Qtd.?	Qtd. destinada ao consumo?
1.				
2.				
3.				

4.10.1 Há preparo da terra?

4.10.2 Deixa a terra descansar?

4.11 Pesca

Nome do peixe	Qtd. pescada	Parceria (sim-quem? ou não)	Instrumento usado	Época de pesca	Vende para quem? Qtd.?
1					
2					
3					

4.12 Madeira

Espécies retiradas	Qtd.	Local	Instrumento	Finalidade (V/C)	Transporte?
1					
2					
3					

4.13 Criação animal

Animais	Qtd.	Finalidade

		(V ou C). Se V, para quem? Por qto?
1		
2		
3		

4.14 Caça

Animais	Época	Local	Frequência	Quantidade	Finalidade (V ou C)
1					
2					
3					

4.15 Divisão de trabalho:

Membros da família	Atividades responsáveis
1.	
2.	
3.	

V. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

5.1 Participa de:

() associação () cooperativa () sindicato () colônia de pesca () outros

Descrição/desde quando: _____

5.2 Participa de reuniões dentro e/ou fora comunidade?

() sim () não.

Se SIM, descrição (onde, por quê, frequência): _____

VI. SOBRE O PESCAR

6.1 Com quem você aprendeu a pescar?

6.2 Da sua família, quem mais pesca? Quem os ensinou?

6.3 Você compra ou fabrica os próprios instrumentos?

6.4 Quais os principais lagos para pesca de consumo?

6.5 Para pesca comercial?

6.6 Para pesca esportiva?

6.7 Existe algum lago que você pescava e agora não pesca mais? Por quê?

6.8 Quais espécies não podem ser comercializadas?

VII. SOBRE O TURISMO

7.1 Acompanhou a chegada do turismo no Uatumã? Como vocês perceberam a chegada do Turismo de Pesca?

7.2 A chegada do turismo especialmente do turismo de pesca, foi tranquila ou conflituosa? O que mudou na comunidade?

7.3 Quem libera os lagos para o turismo? Há discordâncias sobre isso? Qual é o papel do gestor da RDS? E a Associação.

7.4 Você acha que o atual modelo de turismo ajuda a conservar ou danificar a natureza? Existe danos aos peixes? Acha que o turismo de pesca é predatório ou é sustentável?

7.5 O papel de cada uma dessas instituições em relação ao Turismo de Pesca – Esportiva:

RDS/SEMA _____

FAS _____

ICMBIO _____

IDESAM _____

IPAAM _____

INPA/TORRE _____

7.6 Na sua opinião, quais os principais problemas enfrentados que dificultam o desenvolvimento turístico na sua comunidade?

- Falta de infraestrutura Falta de qualificação da mão de obra
 Falta políticas públicas para o Turismo Moradores não entendem o turismo
 Falta de investimentos Falta de organização / planejamento
 Dificuldade de divulgação da comunidade Falta de incentivo aos empreendimentos locais
 Outros: _____

7.7 Quais benefícios verifica que o Turismo traz para a comunidade?

- Maior geração de emprego e renda
 A comunidade recebeu mais infraestrutura
 Os moradores passaram a valorizar mais a comunidade
 Os moradores passaram a cuidar mais do meio ambiente
 A comunidade recebe mais recursos por conta do Turismo
 Cresceu o número de empreendimentos familiares ligados ao turismo
 Outros: _____

VIII. DADOS DA POUSADA

- 8.1 Nome e histórico da Pousada? Como se envolveu com o turismo?
- 8.2 Forma de Gestão?
- 8.3 Há capacidade para quantos turistas na sua pousada?
- 8.4 De que maneira os turistas são recebidos? Relate os procedimentos.
- 8.5 Quantos turistas você costuma receber por temporada?
- 8.6 Qual a origem dos turistas? Você tem o controle?
- 8.7 Qual a média de dias que os turistas costumam ficar?
- 8.8 Quanto arrecada por temporada?
- 8.9 Quais outras atividades econômicas você desempenha fora da temporada de pesca? Dá pra viver só do turismo?
- 8.10 Como é feita a venda de pacotes? Trabalha com alguma instituição?
- Hotéis de Manaus Hotéis próximos da comunidade
- Agências de turismo de Manaus Agências de turismo de outro Estado
- Agências de turismo internacionais ONGs
- Outro
- 8.11 As agências ficam com qual porcentagem do valor pago pelos turistas?
- 8.12 Além da pesca esportiva, algum outro produto/serviço é oferecido aos turistas?
- 8.13 Atua fora da temporada de pesca?
- 8.14 Recebeu treinamento ou fez cursos para trabalhar com o turismo?
- Sim() Não()
- Se, sim, quais e quando aconteceu?
- Qual(is) instituição(ões) realizou(ram) o treinamento ou curso?
- 8.15 O aprendizado do curso serviu para melhorar a forma como presta serviços relacionados ao turismo?
- Sim() Não()
- 8.16 O que mudou no seu modo de vida após começar a trabalhar com o turismo? O que significa trabalhar com o turismo pra você?
- 8.17 O que você espera do futuro com o turismo?

IX. SOBRE OS TRABALHADORES

- 9.1 Quantos trabalhadores você contrata por temporada? Quantos deles são piloteiros?
- 9.2 Como funciona o cotidiano de trabalho deles?
- 9.3 Quanto paga aos piloteiros?
- 9.4 Quais instrumentos de trabalho os piloteiros utilizam? Quem fornece?
- 9.5 Qual a sua relação com os piloteiros? já teve algum problema com os piloteiros ou outros trabalhadores?
- 9.6 Qual a relação dos turistas com os piloteiros? sabe de algum conflito entre turistas e piloteiros?

9.7 O trabalho na pesca esportiva apresenta algum risco para os piloteiros? Tem conhecimento de algum acidente de trabalho com os piloteiros?

X SEXA EXTREMA

10.1 A seca extrema de 2023 afetou de alguma forma seu modo vida? E o seu trabalho?

10.2 E o turismo?

APÊNDICE E – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA O PRESIDENTE DA COMUNIDADE**Campo II**

Formulário n. _____

Entrevistado/o _____

Data _____

Local da entrevista: _____

I DADOS DO ENTREVISTADO E BREVE HISTÓRICO DE CHEGADA NA RDS

Nome do entrevistado e idade?

É nascido no Uatumã?

Se não é, quais motivos fizeram com que viesse para cá?

Há quanto tempo reside aqui?

Há quanto tempo é presidente da comunidade?

II. IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE

Data da criação da comunidade:

Como surgiu esta comunidade e quando?

Qual a origem do nome da comunidade?

Quantas famílias residem na comunidade?

Quantas pessoas residem na comunidade?

De onde as famílias vieram?

Como é eleito o presidente da comunidade? Qual o tempo de mandato? Pode ser reeleito? Quais as funções do presidente da associação?

Por que não há abastecimento de energia elétrica? O Programa Luz pra todos não chegou?

Com que frequência são realizadas as reuniões da associação?

 quinzenal mensal bimestral sempre que haja necessidade outra especificar:

Como é a participação dos moradores da comunidade junto à associação?

- A maioria dos moradores participa de todas as reuniões
 Poucos moradores se interessam pelas reuniões e os assuntos da comunidade
 A participação dos moradores é maior quando o assunto é muito urgente
 Somente as lideranças participam
 Outra especificar:

Quais as principais festas da comunidade?

Festividade	Quando ocorre?	Descrição

Quais as principais atividades econômicas desenvolvidas pela Comunidade:

Extratativismo madeireiro

Espécie	Época	Finalidade

Extratativismo não-madeireiro

Espécie	Época	Finalidade

Pesca

Espécie	Época	Finalidade

Pesca esportiva

Espécie	Época

Caça

Espécie	Época	Finalidade

Agricultura

Espécie	Época	Finalidade

Produção Artesanal

Espécie	Época	Finalidade

III. Sobre o Turismo na Comunidade Bela Vista

1. Qual o histórico do turismo na comunidade?
2. Como era a rotina da comunidade antes do turismo?
3. O que mudou com a chegada do turismo?
4. Quantas pousadas na comunidade?
5. Como acontece o turismo na comunidade? alguma atividade para além da pesca esportiva?
6. Quem seleciona os lagos das comunidades que serão abertos à pesca esportiva?
7. Qual o nível de dependência econômica da comunidade com o turismo?
8. Como é decidido o que será feito com a verba oriunda do turismo? Qual o valor da verba e o que foi feito com ela nos últimos três anos?
9. Existe algum conflito relacionado ao turismo na comunidade?
10. Como acontece a fiscalização do turismo?

Na sua opinião, quais os principais problemas enfrentados que dificultam o desenvolvimento turístico na sua comunidade?

- Falta de infraestrutura
- Falta de qualificação da mão de obra
- Faltam políticas públicas para o Turismo
- Moradores não entendem o turismo
- Outros. _____

Destaque os pontos negativos do Turismo na comunidade

Há alguma família que se opõe ao turismo?

Quais benefícios o(a) Senhor(a) verifica que o Turismo traz para a comunidade?

- Maior distribuição de renda
- A comunidade recebeu mais infraestrutura
- Os moradores passaram a valorizar mais a comunidade
- A comunidade recebe mais recursos por conta do Turismo
- Cresceu o número de empreendimentos familiares ligados ao turismo
- Maior geração empregos
- Outros: _____

2.17 Quais destas instituições atuam na comunidade?

- Fundação Amazonas Sustentável (FAS)
- AMAZONASTUR
- IDESAM
- IPAAM
- DEMUC/SEMA
- Outras especificar:

III. SOBRE OS TRABALHADORES

1. Quantos guias de pesca têm na comunidade?
2. Como faz pra ser um guia de pesca da comunidade?
3. Tem conhecimento de algum acidente de trabalho com os guias de pesca? Há risco de acidentes?
4. Quanto ao trabalho de guia...contribui com a conservação dos peixes?
5. Como acontece a fiscalização do turismo?

APÊNDICE F – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA FAS

Campo III

Formulário n. _____

Entrevistada/o _____

Data _____

Local da entrevista: _____

I. Dados do entrevistado

- 1 Nome e cidade de origem?
- 2 Desde quando atua na FAS?
- 3 Como é feita a divisão de tempo entre a sede da FAS e a RDSU?
- 4 Breve Histórico com a RDSU?

II Sobre o papel da FAS com o Turismo

1. Pode descrever o papel da FAS no histórico do turismo de pesca na RDS (enfocando os aspectos atinentes aos trabalhadores do turismo da gênese ao contexto atual)?
2. Quantas pousadas a FAS auxilia na RDSU?
3. Quais os projetos da FAS em andamento na RDS estão voltados ao do turismo? E o turismo voluntário da Braziliando? E o Turismo aromático da Aura Turismo? Como descreveria essas iniciativas? São TBC?
4. Em relação à pesca esportiva, como ocorre a participação na implementação de políticas públicas de turismo na RDS? Quais programas/projetos de turismo foram propostos por ou tem a parceria das instituições abaixo:

RDS/SEMA _____

ICMBIO _____

IDESAM _____

IPAAM _____

INPA/TORRE _____

5. Quais as principais modificações causadas pelo turismo (tanto positivas quanto negativas)?
6. O que mudou no turismo após a pandemia?
7. Quantas pousadas ativas na RDS? Ainda é permitida a abertura de novas pousadas?
8. Quanto a RDSU arrecadou nos últimos 3 anos com o turismo?
9. Como é feita a divisão do valor arrecado com o turismo nas bases de fiscalização? Quem participa desse processo? Como ocorre a prestação de contas?
10. Há conflitos nas comunidades em relação ao turismo?
11. Ainda há o Núcleo de Sustentabilidade da FAS na RDSU?

12. Na nova versão do Plano de Gestão, o turismo está na missão da RDSU. Quais os planos da FAS para os próximos anos?
13. Você acha que o turismo na RDSU contribui para a conservação da natureza?

APÊNDICE G – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA IPAAM

Campo III

Formulário n. _____

Entrevistada/o _____

Data _____

Local da entrevista: _____

I. Dados do entrevistado

- 1 Nome e cidade de origem?
- 2 Desde quando atua no IPAAM?
- 3 Como é feita a divisão de tempo entre a sede do IPAAM e a RDSU?
- 4 Breve Histórico com a RDSU?

II Sobre o papel do IPAAM com o Turismo

1. Pode descrever o papel do IPAAM no histórico do turismo de pesca na RDS (enfocando os aspectos atinentes à legislação)?
2. Atualmente, de que modo o IPAAM atua na RDSU que tenha relação direta ou indireta com o turismo?
3. Em relação à pesca esportiva, como ocorre a participação na implementação de políticas públicas de turismo na RDS? Quais programas/projetos de turismo foram propostos por ou tem a parceria das instituições abaixo:

RDS/SEMA _____

ICMBIO _____

IDESAM _____

FAS _____

INPA/TORRE _____

4. Em relação à legislação da pesca esportiva, especificamente o Decreto 39.125 de 14 de junho de 2018, o que já foi colocado em prática na RDSU?
5. Em relação às licenças ambientais das pousadas?
6. Em relação às licenças ambientais dos barco-hoteis?
7. O IPAAM recebe denúncias de conflitos do turismo na RDSU? De que forma atua?
8. O IPAAM ainda é membro ativo do Conselho Gestor? Se sim, participa das reuniões sobre a pesca esportiva? Quais os principais problemas?
9. O que o IPAAM pensa sobre a abertura de lagos que anteriormente ficavam reservados ao uso da comunidade?

10. O que o IPAAM considera como principais benefícios da sua atuação na RDSU?
11. O que o IPAAM considera como maiores dificuldades a serem superadas para uma atuação mais eficiente na RDSU?
12. Você acha que o turismo na RDSU contribui para a conservação da natureza?

APÊNDICE H – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA AGENTES DE VIAGEM

Campo III
Formulário n. _____
Entrevistado _____
Data _____
Local da entrevista: _____

I. Dados do entrevistado

- 1 Nome e cidade de origem?
- 2 Breve histórico da empresa?

II Dados da Empresa em relação a RDSU

- 2.1 Como ocorreu a aproximação e articulação com a RDS do Uatumã?
- 2.2 Como chegaram a ideia do produto (Voluntariado, yoga, tour aromático)?
- 2.2 Quem faz parte dessa associação produtiva para o turismo? Além das famílias que trabalham com o turismo? A SEMA? A FAS?
- 2.3 O que é promovido lá é TBC? E por que você acredita que é?
- 2.4 É possível falar de valores e porcentagens?
- 2.5 Qual foi o resultado das primeiras experiências? Já houve retorno financeiro pra família/pousada do programa de vivência/voluntariado?
- 2.6 O que vocês pensam sobre o turismo de pesca da RDS? Ele está incluído de alguma forma nas experiências pensadas por vocês?
- 2.7 Quais os próximos planos pra RDS? Pretendem trabalhar com outras famílias/comunidades?
- 2.8 Como vocês chegaram a uma valor/como precificam? Como funciona as porcentagens para os envolvidos e quem seriam os envolvidos, além de vocês e a comunidade?
- 2.9 Eu sei que no Caribi a pousada é de gestão comunitária, então seria muito interessante entender essa dinâmica que diverge das pousadas privadas familiares da Bela Vista.
- 2.10 O que você considera como principais benefícios da sua atuação na RDSU?
- 2.11 O que você considera como maiores dificuldades a serem superadas para uma atuação mais eficiente na RDSU?
- 2.12 Você acha que o turismo na RDSU contribui para a conservação da natureza?

APÊNDICE I – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

- Quais os lagos abertos para o turismo na comunidade?
- Há melhorias promovidas pelo turismo na comunidade?
- Qual o nível de envolvimento da comunidade com o turismo?
- Como funciona o dia a dia dos trabalhadores? Do momento que sai de sua casa até o retorno;
- Que outras atividades desempenham na temporada de pesca esportiva para além do turismo?
- Como ocorre a interação dos trabalhadores com os turistas?
- Quais instrumentos e EPIs de trabalho? São fornecidos pela pousada ou barco?
- Quantas horas costuma passar com os turistas no rio/lagos?
- Como está disposto o território da comunidade?
- Como está disposto o território do grupo doméstico-familiar? (Casa, terreiro, quintal, horta)

APÊNDICE J – ROTEIRO FOTOGRÁFICO

- Imagens dos trabalhadores saindo de suas casas para o trabalho;
- Imagens dos trabalhadores recebendo as instruções do dia nas pousadas;
- Imagens dos trabalhadores conduzindo os turistas pelos rios da RDS;
- Imagens dos trabalhadores realizando as refeições;
- Imagens dos trabalhadores encontrando o local de pesca;
- Imagens dos trabalhadores instruindo os turistas sobre as regras de pesca;
- Imagens dos trabalhadores realizando suas demais atividades de autossustento;
- Imagens dos apetrechos de pesca/instrumentos de trabalho;
- Imagens dos trabalhadores retornando as suas casas no final do dia.

APÊNDICE K – SÍNTESE DO PLANO PILOTO DE TURISMO COMUNITÁRIO

1. Objetivo Geral

Desenvolver um modelo de Turismo de Base Comunitária (TBC) sustentável na Comunidade Bela Vista, como alternativa à sazonalidade do turismo de pesca, promovendo o protagonismo das mulheres, o fortalecimento do território e a valorização sociocultural local.

2. Público-alvo

Mulheres turistas, prioritariamente brasileiras, interessadas em experiências de relaxamento, reconexão com a natureza, saberes tradicionais, imersão amazônica e vivências comunitárias.

3. Período de Funcionamento

Operação entre janeiro e agosto (período da cheia). Dois grupos por mês, com pacotes de 6 dias / 5 noites.

4. Etapas de Implementação

4.1 Consulta e deliberação comunitária

- A primeira etapa é garantir a legitimidade do projeto junto à comunidade local, respeitando os princípios da consulta livre, prévia e informada (Convenção 169 da OIT).
- Assembleias gerais devem ser realizadas em momentos estratégicos para apresentação da proposta, escuta das preocupações locais, esclarecimento de dúvidas e aprovação coletiva.
- Criação de comissões temáticas (infraestrutura, alimentação, recepção, comunicação, guiamento, finanças) com representantes eleitos ou voluntários, garantindo representatividade.
- É fundamental assegurar a participação ativa de mulheres, jovens e grupos historicamente marginalizados, promovendo rodas de conversa específicas para ampliar vozes e construir uma proposta verdadeiramente inclusiva.
- Paralelamente, deve-se criar comissões temáticas (como recepção, alimentação, guiamento, finanças) e uma instância formal de gestão coletiva — como uma associação comunitária ou cooperativa de turismo. Essa entidade deve possuir CNPJ, estatuto claro, rotatividade de funções e eleições periódicas, com representação equilibrada entre gêneros, famílias e gerações. Caberá a ela mediar as relações com instituições externas, gerir recursos, organizar os turnos de trabalho e prestar contas à coletividade, assegurando transparência, legitimidade e autonomia na condução do turismo comunitário.

4.2 Regularização e autorizações

- A atividade turística em UCs exige conformidade legal com os órgãos ambientais e de controle.
- Solicitar autorizações formais junto à SEMA e ao IPAAM para operar turismo na RDS, conforme exigências do Plano de Gestão e regras estaduais.
- Analisar com o poder público e com a comunidade a pertinência e viabilidade da cobrança de taxa de visitação, garantindo que parte da arrecadação retorne diretamente para o coletivo comunitário e não apenas para fundos estatais.

4.3 Capacitação e qualificação

- A qualificação dos moradores é uma condição para garantir autonomia e profissionalismo na execução do turismo.

- Realizar cursos e oficinas práticas, em parcerias com SEBRAE, FAS, IDESAM, SEMA, MARINHA, UEA, IFAM, entre outros. As áreas prioritárias incluem: Guiamento e condução de trilhas; Culinária regional e segurança alimentar; Artesanato local e comercialização justa; Gestão e prestação de contas (contabilidade comunitária); Governança participativa e mediação de conflitos; Capacitação para emissão de Arrais Amador (MARINHA) para piloteiras e piloteiros locais.

4.4 Identidade visual e comunicação

- A construção de uma marca e linguagem próprias fortalece o posicionamento do projeto no mercado e reforça a identidade comunitária.
- Criar nome do projeto, logotipo e narrativa de valor com base nos princípios da cultura local, ancestralidade, natureza e hospitalidade.
- Estabelecer parcerias com agências especializadas em turismo responsável e TBC (ex: Vivejar, Uika, Braziliando);
- Desenvolver materiais de divulgação, como site, perfis em redes sociais, catálogos digitais e físicos.
- Elaborar um manual de turismo responsável e código de conduta com base nas diretrizes do turismo consciente e respeitoso com o território.

4.5 Organização do trabalho

- O funcionamento cotidiano precisa ser planejado para garantir justiça e eficiência.
- Estabelecer um sistema de rodízio entre moradores para as principais funções (guias, cozinha, limpeza, logística, recepção etc.), respeitando disponibilidade e habilidades.
- Definir uma tabela de remuneração justa, com valores fixos para cada função por grupo atendido, além de um fundo comunitário solidário para reinvestimentos e apoio coletivo.
- Manter uma planilha com custos fixos e variáveis da operação turística, revisada com frequência em assembleia.

4.6 Avaliação e Monitoramento

- O acompanhamento contínuo é essencial para corrigir rumos, garantir qualidade e fortalecer a autonomia local.
- Aplicar questionários de avaliação com turistas ao final da experiência, com foco na percepção da hospitalidade, estrutura, atividades e melhorias possíveis.
- Realizar reuniões mensais de avaliação interna entre os envolvidos, com prestação de contas, relatos, acertos e pendências.
- Criar um caderno comunitário de ocorrências e boas práticas, alimentado de forma coletiva.
- Implantar ações de monitoramento ambiental e territorial, com apoio técnico de parceiros (ex: IDESAM), envolvendo os jovens da escola local como observadores ambientais e multiplicadores.

5. Roteiro Proposto

Dia 1: Chegada e palestra de boas-vindas

Dias 2 a 5: Atividades culturais, ambientais e vivenciais

Dia 6: Retorno após o café da manhã

6. Atividades Turísticas Comunitárias

Banho de rio com argiloterapia; passeio de canoa; trilha; visita à casa de farinha; coleta de frutos e ovos; soltura de quelônios; oficinas de saberes; contação de histórias; mostra de artesanato; visita a áreas impactadas pelo capital.

7. Infraestrutura e Logística

Chegada: van + lancha; estrutura de cozinha e quartos com ventilação; controle de energia e wi-fi; estimativas de custos logísticos por grupo.

8. Monitoramento e Avaliação

Formulários de avaliação; reuniões mensais; participação da escola; acompanhamento técnico para cálculo da pegada ecológica.

9. Sustentabilidade e Reconhecimento

Parcerias com Instituto Vivejar e agências internacionais; certificações; ações de compensação ambiental.

10. Indicadores de Sucesso

Número de mulheres envolvidas; número de turistas; renda gerada; satisfação dos visitantes; fortalecimento da autonomia comunitária.